

Pobres e Ricos

Globalização ou neoliberalismo

Mário Moutinho

Capa Vicente del Rio & Diogo Dias
Imagem da capa Kostiantyn Schastnyi © (www.123RF.com)

1ª edição Edições Colibri
Pobres e Ricos: A “globalização Contemporânea”
Último Estádio do capitalismo?
Deposito legal nº 322761/11
Lisboa
Março 2011

Copyright © 2013 Mário Canova Moutinho
All rights reserved.
ISBN-13:978-1484900437

Índice

	Introdução	7
1	A construção do sistema capitalista: a concentração das empresas	19
2	A concentração dos bancos e o capital financeiro	39
3	O capital financeiro e os países capitalistas pobres	67
4	A partilha do Mundo e o estado de Guerra permanente	83
5	Um exército sempre presente	151
6	A desigualdade da distribuição e a globalização da pobreza	165
	Em forma de conclusão	199
	Bibliografia citada	205
	Índice de Quadros	213
	Índice de Gráficos	214

Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas.

V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, pp. 575-671, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, p.622

Introdução

A compreensão corrente na sociedade contemporânea acerca da ideia de “Globalização”, onde os fenómenos existem de forma autónoma sem qualquer articulação entre eles, assenta na recusa generalizada de aceitar a existência de um princípio organizador da racionalidade social e económica do mundo em que vivemos.

Neste sentido, as leituras dos factos sociais e económicos é feita de forma segmentada, impedindo por isso mesmo (como consequência) uma perceção crítica da lógica e dos princípios estruturantes da sociedade contemporânea.

O principal objetivo deste trabalho é tentar compreender se a “globalização” é um fenómeno segmentado, novo e diverso do Capitalismo, ou antes pelo contrário é apenas a forma que o Capitalismo assumiu, resultante das regras elementares, pelas quais este se tem sempre regido.

A rejeição de toda e qualquer referência ao Marxismo na ideologia dominante dos países ocidentais, desde os anos 80 em particular – meios de comunicação social, diferentes graus de ensino etc. – é um dado permanente e, em nosso entender, tem uma lógica clara. Se a globalização não é uma forma do Capitalismo, o entendimento marxista do Capitalismo não é aplicável ao entendimento da Globalização.

Mas pelo contrário, se a Globalização é a forma contemporânea do Capitalismo, o pensamento marxista permite fazer a sua leitura crítica tendo por apoio a vasta bibliografia marxista.

Ora, porque o marxismo não é apenas uma teoria explicativa, mas antes pelo contrário fornece o entendimento que sustenta um fazer político de cada cidadão, consequente intervenção e postura social, a rejeição do pensamento marxista é condição de base para o desenvolvimento contemporâneo, sem que os seus fundamentos sejam contestados. Não compreender, neste caso, reforça a submissão.

Um texto de Lenine, “apagado das memórias”, e escrito em

Zurique em 1916 dá conta da forma como o capitalismo evoluía e teria tendência a evoluir na mudança do Século XIX para o Século XX e ao longo do Século XX. Na verdade, neste início de Século XXI nada de fundamental e novo se anuncia. Podem ter mudado as formas ou as tecnologias mas nada parece alterar os fundamentos do sistema económico em que vivemos. O que hoje se chama geralmente de *globalização* enquadra-se como veremos, em nosso entender, no processo então analisado.

A bibliografia não marxista sobre a globalização é extremamente vasta. Os mais importantes economistas têm tratado a globalização como um fenómeno diverso do Sistema Capitalista e, por consequência, alheio às próprias regras e lógica do Sistema Capitalista.

Não trazemos para este trabalho uma análise detalhada dos textos e dos autores que têm escrito sobre a Globalização. No quadro de um discurso essencialmente ideológico tanto os “defensores como os opositores”, apresentam argumentos para uma compreensão do processo de globalização ou elaboram profecias de fé relativamente às benfeitorias e às malfeitorias da globalização. Mas na generalidade, a análise marxista está ausente do debate, como se uma vergonha se tivesse apoderado, mesmo daqueles que ainda há bem poucos anos se assumiam e refletiam sobre o mundo contemporâneo, tendo como referencial teórico a vasta obra de Marx e dos demais sociólogos, economistas e educadores, que juntaram à teoria Marxista novos e essenciais contributos.

Sem dúvida, pelo menos em nosso entender, o colapso da União Soviética e dos países de Leste mostrou os limites e insuficiências do sistema socioeconómico decorrente da revolução de 1917 e também em simultâneo as transformações de algum modo idênticas na Republica Popular da China.

Em ambos os casos o modelo Capitalista de organização da economia está de volta, substituindo o anterior modelo Comunista. Que na URSS tenha sido o próprio aparelho de Estado a promover o assalto privado aos bens públicos, legitimando a apropriação das riquezas do País pelos membros do próprio partido Comunista e do KGB, ou o facto de a China enveredar pela disponibilização de milhões de camponeses para trabalhar nas fábricas pertencentes ao capital europeu, americano e japonês, não altera o facto nem contribui em nada para o esclarecimento das regras do Sistema Capitalista.

Também não contribui para este debate evocar a deterioração das condições de vida da maioria da população da URSS, nem o acesso a

salários de \$1 por dia de trabalho e o consequente crescimento do PIB chinês nos últimos anos. Em ambos os casos é preciso dar tempo para que se possa compreender o rumo que estes processos vão ter e as consequências que terão no próprio desenvolvimento destes países.

Neste contexto pode-se compreender a retração de muitos em utilizar o referencial marxista. Mas também, em nosso entender, tal atitude não tem qualquer sentido de existir, pois a ideologia capitalista não deixa de propor explicações mais ou menos elaboradas do mundo capitalista, apesar da maioria da população da generalidade dos países capitalistas viver no fundo da pobreza.

Quando Marx escreveu *O Capital* estava-se no meio do Século XIX e quando Lenine escreveu o seu estudo *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, decorria o ano de 1916 e ainda não tinha acontecido nem a Revolução de 1917, nem Lenine tinha dirigido os seus 7 anos de governo, dos quais 4 de Guerra Civil na recém criada URSS em 1922.

O que está aqui em questão é sabermos se o referencial teórico do marxismo e, em particular, o estudo referido de Lenine podem ou não ajudar a compreender a essência da chamada Globalização. Para termos como referência da visão não marxista, o raciocínio que separa a Globalização do Capitalismo, utilizaremos um dos textos mais elaborados sobre o entendimento da Globalização como sendo um sistema económico sem vínculo ao capitalismo que é sem dúvida o livro de Joseph E. Stiglitz - Prémio Nobel da Economia em 2001- “Tornar Eficaz a Globalização”¹. Em momento algum este autor relaciona aquilo que expressa como globalização, com qualquer forma de organização decorrente de uma qualquer racionalidade económica Capitalista.

Tudo se passa como se a globalização fosse uma pilha de factos, acontecimentos, acasos, intenções, princípios morais cumpridos ou não cumpridos. Em momento algum se estabelecem relações entre cada um dos temas tratados, como se na verdade fossem independentes uns dos outros.

Referindo-se ao período de 1993 a 2000, período durante o qual foi presidente do Gabinete de Conselheiros Económicos do Presidente Bill Clinton e primeiro vice-presidente e economista principal do Banco Mundial, escreveu no Prefácio do livro: *“O mundo, nas melhores das circunstâncias, marcado pela competitividade, incerteza e instabilidade intensas, não é um lugar fácil, e os países em desenvolvimento nem*

¹ Joseph E. Stiglitz, Tornar Eficaz a Globalização, Edições Asa, Lisboa, 2007

sempre faziam quanto podiam para progredir no seu próprio bem-estar”².

Ou seja, o Mundo não é um lugar fácil pela incerteza da incerteza, pela competitividade e pela instabilidade, mas mesmo assim poderia ser melhor se os países em desenvolvimento fizessem o que lhes competia para progredirem no seu bem-estar. Estas palavras logo no início do trabalho darão o tom de toda a argumentação que, em si, a globalização tendo aspetos negativos, poderia deixar de os ter. Na verdade, se não existe racionalidade própria do sistema é possível pensar que se pode arrancar ou alterar algumas das suas partes sem que isso afete as outras partes. Pode-se combater a pobreza no planeta, que tanto aflige Stiglitz, sem ter que alterar a relação entre o Capital e Trabalho ou aproveitar e manter a mão-de-obra barata dos países em desenvolvimento, e ao mesmo tempo aumentar os salários desses mesmos trabalhadores, mantendo as mesmas oportunidades de negócio (!!!).

O que é extraordinário é a possibilidade de fazer um balanço claro sobre o empobrecimento do planeta em geral e do alargamento do fosso entre os detentores do Capital (palavra sempre evitada) e os detentores da Força de Trabalho. Aliás, em momento algum é dada alguma importância à relação entre Capital e Trabalho. Um sistema económico se existe, é o “Sistema de Mercado” que em momento algum é explicitado nem o que é, nem onde vai, nem a sua racionalidade.

O bem fundado da globalização está assente nas transformações decorridas nos últimos anos na China e na Índia onde, para o autor se assistiu a uma redução enorme da pobreza. Em ambos os casos evidentemente a base destas mudanças está no facto de a mão-de-obra ser barata e submissa, comparativamente à dos países ocidentais. Ou seja, trata-se de uma situação onde a atual divisão internacional do trabalho, durará enquanto os pressupostos se mantiverem, partindo do princípio que, de alguma forma, a mão-de-obra continuará barata.

Poderia ser melhor a Globalização se com o fim da Guerra Fria se tivessem aberto novas oportunidades. Se *“os EUA tivessem aproveitado a oportunidade para ajudar a construir um sistema económico e político internacional, baseado em valores e princípios, tal como se se tratasse de um acordo de comércio concebido para*

² Tornar Eficaz a Globalização, Joseph E. Stiglitz, Edições Asa, Lisboa 2007, p.7

promover o desenvolvimento nos países pobres.”³ Mais uma vez tudo se passa como se a Globalização não tivesse regras basilares assentes na desigualdade e na acumulação, e pudesse transformar-se num sistema de princípios e valores para servir a solidariedade entre os povos. O projeto do livro “reflete a minha fé nos processos democráticos; a minha convicção que uma cidadania informada tem mais possibilidades de exercer algum controlo contra os abusos dos interesses empresariais e financeiros especiais que têm vindo a dominar o processo de globalização; de que os cidadãos comuns, tanto nos países industrialmente avançados como do mundo em desenvolvimento, partilham um mesmo interesse em fazer com que a globalização funcione”⁴.

Ou seja, com base num sistema político democrático, (quem seria contra?) a globalização poderá funcionar no interesse do bem geral, desde que igualmente nos países ricos e nos países pobres, um maior nível de informação possa exercer um controlo (não muito, bastaria apenas *algum*) contra os abusos dos interesses empresariais e financeiros especiais (???) que afinal são eles que dominam o processo de globalização. Evidentemente fica por explicar a partir de onde os interesses empresariais deixam de ser admissíveis para serem considerados como *abusos* e como na verdade, sendo dominantes, deixariam de o ser.

Ficará ao longo de todo o livro a esperança não concretizada que *“Também espero demonstrar que, enquanto as críticas à globalização estão corretas quando dizem que tem sido utilizada para levar a cabo um conjunto específico de valores, não tem de ser assim. A globalização não tem de ser má para o ambiente, nem de aumentar a desigualdade, nem de enfraquecer a diversidade cultural, nem de promover os interesses empresariais à custa do bem-estar dos cidadãos comuns”⁵*. Ou seja, tentará demonstrar que uma globalização imaginária poderá ser uma globalização alheia à lógica do Capital, apesar de assentar na sobre-exploração dos recursos naturais, crescer à custa exatamente da desigualdade e da exploração da mão-de-obra e da acumulação, que estandardiza a diversidade cultural na alienação do consumo e que, exatamente, se constitui na promoção dos interesses do Capital (modestamente tratados de interesses empresariais) por

³ Idem p. 10

⁴ Idem p. 12

⁵ Idem p. 14

cima do bem-estar dos cidadãos (que não direitos humanos), não todos, mas apenas os comuns.

Como diz mais adiante *“podemos trazer a ética de volta aos negócios”*⁶. Ou seja, podemos pedir ao Capital e aos capitalistas que deixem de atuar na racionalidade do Capital e passem a atuar na lógica dos direitos humanos!!!.

Estamos pois em presença de um raciocínio que procura justificar a globalização que conhecemos com base em afirmações que ninguém pode sensatamente sustentar.

*“Creio que a globalização tem a potencialidade de trazer um enorme benefício, tanto a quem vive no mundo desenvolvido como a quem vive no mundo em desenvolvimento. Mas a prova incontestável é que não conseguiu corresponder a esta potencialidade. Este livro mostrará que o problema não tem a ver com a globalização em si mesma, mas sim com o modo como a globalização tem sido gerida. A economia tem vindo a conduzir a globalização, especialmente através da descida dos custos de comunicação e transporte. Mas a política é que a tem moldado. As regras do jogo têm sido, na sua maioria, impostas pelos países industrialmente avançados — muito particularmente, por interesses especiais no seio desses países — que, sem surpresa para ninguém, moldaram a globalização, de modo a promoverem os seus interesses”*⁷.

A globalização atual não é boa, assume o autor, mas isso deve-se à forma como é gerida, separando assim a globalização do seu próprio funcionamento como se a globalização não fosse, com a sua forma de funcionamento, as duas faces da mesma folha de papel. Uma espécie de corpo e de alma em desacordo. Mais ainda, a globalização já não é a forma geral da economia atual mas a economia é assumida como uma categoria independente que conduz a globalização através da descida dos custos de comunicação e transporte. No entanto, é a política que dá forma à globalização através das regras do jogo impostas por interesses especiais nos países industrializados, naturalmente ditadas pelos seus próprios interesses. A economia atua determinada pelo custo dos transportes e comunicações e a política por seu lado (será a ação dos governos?) dita as regras.

Em todo este raciocínio, tudo é feito para desconectar a globalização do sistema económico dominante -o Capitalismo - da forma e das consequências do seu próprio funcionamento. Nada resulta

⁶ Idem p. 17

⁷ Idem p. 28

das regras de funcionamento do sistema Capitalista. Nada resulta da relação entre o Capital e trabalho. Nada resulta do domínio do capital financeiro. Nada resulta da exploração e da especulação financeira. A globalização é outra coisa que não necessita de ser compreendida nem analisada. É um conjunto de acontecimentos desligados entre si.

Mais ainda, quando a pobreza se torna insustentável então propõe que sejam consideradas duas categorias de países. Os países bem-sucedidos que fazem parte da economia global e países pobres que estão fora da economia global. Apoiando-se num relatório da OIT no qual colaborou em 2004, referindo-se às populações que não têm beneficiado com a Globalização cita: *Muitos deles vivem no limbo da economia informal, sem direitos formais e numa bolsa de países pobres que subsiste precariamente à margem da economia global*⁸. Tudo se passa como se no planeta coexistissem dois mundos: um dentro da economia global e outro fora da economia global. É impensável compreender que o mundo está na sua totalidade dominado pela economia Capitalista e que tanto são Capitalistas os países industrializados, como são Capitalistas os mais pobres do planeta. Em todos eles os princípios que regem a economia são os mesmos.

Em todos eles encontramos uma parte da população detentora do Capital e outra parte detentora apenas da sua força de trabalho. Em todos eles encontramos os mesmos bancos internacionais e suas delegações, em todos eles encontramos as representações das grandes empresas internacionais, as mesmas fugas de Capital para os “bancos da Suíça”. Em todos eles encontramos os funcionários locais e estrangeiros dos organismos internacionais, vivendo com salários europeus e os que catam no lixo dos subúrbios das cidades os alimentos de cada dia. Em todos eles encontramos os passageiros de classe executiva entrando e saindo pelos aeroportos a caminho de Paris, Londres ou Nova Iorque. Falar de *países que subsistem à margem da economia global* é uma necessidade teórica que sustenta o raciocínio do autor para separar o Capitalismo da Globalização mas que está longe de ser demonstrada.

E no entanto estamos em presença de um economista altamente informado, mais do que isso, um ator das próprias instâncias

⁸ Idem p. 33 citado a partir de World Commission on Social Dimension of Globalization, A Fair Globalization: Creating Opportunities for All, Genebra, OIT, 2004.
<http://www.ilo.org/fairglobalization/lang--en/index.htm>

que estão no centro da globalização, conhecedor por dentro de todos os mecanismos que condicionam o estado do Mundo.

Em duas páginas deste seu livro confirma este conhecimento mas ao recusar trocar a palavra Globalização por Capitalismo, impede objetivamente uma leitura crítica do estado do mundo e a consequente busca de soluções assentes na realidade e não num conjunto de palavras bem-intencionadas, mas que não permitem fundamentar a compreensão do presente e a perspetivação do futuro.

Em resumo, a globalização [o capitalismo] pode ter ajudado alguns países (...) mas não ajudou a maior parte das pessoas, mesmo nesses países.

*A apreensão era que a globalização [o capitalismo] **pode** estar a criar países ricos com populações pobres.*

Claro que aqueles que estão descontentes com a globalização económica, [o capitalismo] geralmente, não objetam quanto ao maior acesso a mercados globais ou à disseminação do conhecimento global, que permitem ao mundo em desenvolvimento retirar benefícios das descobertas e das inovações que vão acontecendo nos países desenvolvidos. Mas, em contrapartida, levantam cinco questões:

- *As regras do jogo que gere a globalização [o capitalismo] são injustas, especificamente concebidas para beneficiar países industrialmente avançados. De facto, algumas mudanças recentes são tão injustas que fizeram com que alguns dos países mais pobres piorassem realmente.*
- *A globalização [o capitalismo] promove os valores materiais acima de outros valores, como a preocupação com o ambiente ou com a própria vida.*
- *A maneira como a globalização [o capitalismo] tem sido gerida tem retirado uma boa parte da soberania aos países em desenvolvimento, e da sua capacidade de tomarem decisões em áreas fundamentais que afetam o bem-estar dos seus cidadãos. Neste sentido, tem minado a democracia.*
- *Enquanto os defensores da globalização [do capitalismo] **têm** vindo a argumentar que toda a gente beneficiará economicamente, há provas abundantes, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, de que haverá muitos prejudicados em ambos.*

- *Talvez o ponto mais importante: o sistema económico que tem sido imposto aos países em desenvolvimento [o capitalismo] — em certos casos que lhes é, literalmente, imposto à força — é inadequado e muitas vezes grosseiramente prejudicial. A globalização [o capitalismo] **não** deveria significar a americanização nem da política económica nem da cultural, mas frequentemente é o que sucede — e isto tem provocado ressentimento.*⁹

Nestes termos, o autor poderia tirar outras conclusões a partir das quais poderia construir um outro discurso não de vãs e bem-intencionadas palavras, mas esclarecedor do Sistema económico que dá forma ao Mundo. Assim, tornar-se-ia passível de reflexão crítica o sistema Capitalista que:

Cria países ricos com populações pobres;
Tem regras concebidas para beneficiar os ricos;
Tem regras que fazem os mais pobres serem ainda mais pobres;
Promove os valores materiais e não promove a preocupação com o ambiente ou com a própria vida;
Retira uma boa parte da soberania aos países em desenvolvimento;
Nem toda a gente beneficia do sistema;
Tem sido imposto aos países e em certos casos é, literalmente, imposto à força;
Não deveria significar a americanização nem da política económica, nem da cultural, mas frequentemente é o que sucede.

Formulado assim o estado do Mundo, mais do que um discurso panfletário e por isso inconclusivo, é na verdade uma fuga permanente à crítica do Sistema Capitalista e como tal incapaz de equacionar os problemas do desenvolvimento e da pobreza na sua real dimensão. Importa pois reconhecer neste texto um discurso que confunde, mais do que ajuda a encontrar novos caminhos como pretende o autor. Entendesse o autor que estava a falar do sistema Capitalista com os mesmos fundamentos que Marx esclareceu e ainda não demonstrados como errados, ou na perspetiva com que Lenine escreveu o

⁹ idem pp.33 e 34

Imperialismo Estado Supremo do Capitalismo, que as conclusões poderiam ser efetivamente mais úteis para o destino da Humanidade.

Em última análise era isso que se poderia esperar de um Prémio Nobel mas que em vão esperamos ouvir de um conselheiro económico do presidente dos EUA ou do economista principal do Banco Mundial.

A separação do Estado do Capital tão invocada pelo neoliberalismo esconde de facto o lugar essencial que o Estado tem ocupado no desenvolvimento do próprio capitalismo: a conquista e divisão do planeta, o controlo militar e policial dos trabalhadores, em contexto colonial e neo-colonial, tanto nos países capitalistas ricos como nos países capitalistas miseráveis, as guerras do petróleo, do cobre e dos diamantes, o fomento das infraestruturas de transporte, de comunicação e de investigação científica civil e militar ou até diretamente na cobertura dos desaires da especulação financeira como durante a última crise de 2008. Tal empresa de mistificação tem calado o conhecimento e compreensão do mundo em que vivemos não só pela mordaza e pelo analfabetismo real e sobretudo funcional, mantido pelos meios de comunicação social que apenas existem em função da sua fidelidade ao discurso dominante e dependentes de fundos e de publicidade paga exatamente pelas empresas capitalistas. Neste sentido não é de estranhar que a verdadeira tragédia dos pobres seja a pobreza das suas aspirações como pretendia Adam Smith. Pensamos nas multinacionais da imprensa escrita, da rádio e, com realce, do cinema e televisão e naturalmente nas agências noticiosas pequenas ou mundiais que falam apenas numa linguagem rudimentar do Neoliberalismo. Quando à educação, em todos os níveis de ensino o silêncio é dominante, ou se existe informação, ela está perfeitamente conforme ao discurso dominante identificado com a ideologia neoliberal mais ou menos envergonhada. Esta ideologia é certamente a mesma que Calmon de Passos denominou por ideologia tecnocrática e expressou de forma simples e clara:

“A ideologia tecnocrática, que é a de nossos tempos, compartilha com as demais ideologias a característica de tentar impedir a problematização do poder existente, mas se distingue radicalmente de todas as ideologias do passado, porque ela é a única que busca esse resultado, não mediante a legitimação das normas, mas através de sua supressão. O poder não é legítimo por obedecer a normas legítimas, como se pensava antes, sim por obedecer a regras técnicas, das

quais não se exige que sejam justas, sim que sejam eficazes. Sendo eficazes, são legítimas, pelo que os fundamentos do poder prescindem de ser tematizados. O poder é legítimo não porque repouse sobre uma normatividade legítima e sim por assentar em regras técnicas que lhe asseguram a eficácia, donde inexistir, a rigor, o que legitimar. A lógica das coisas sendo o que é, não pode ser alterada por decisões políticas. (...)

Nenhuma ideologia se consolida se não criar os seus mitos, véus que interpõe entre a realidade da dominação que procura ocultar e ao mesmo tempo funcionam como a tela em que projeta suas falsas representações. A ideologia da globalização não poderia prescindir de seus mitos, utilizando-os para encobrir o que realmente está acontecendo. (...) São eles a economia de mercado mundializada, apontando para uma prosperidade geral e crescente, a par da progressiva consolidação e generalização da democracia, com o conseqüência da tutela da dignidade humana e de seus desdobramentos.¹⁰

Modestamente, em 1916, Lenine lançou-se na reflexão sobre o estado do Capitalismo na mudança do século procurando, essencialmente com base nos economistas (geralmente não marxistas) da época, compreender as grandes linhas que estruturavam a economia na Europa, na América e na Rússia e a sua relação com o mundo.

Esta obra de Lenine considera assim, desde o início do livro, dois processos já na época reconhecidos e demonstrados: a concentração da indústria e a concentração dos bancos. Com base nestes dois processos, Lenine põe em evidência o aparecimento do capital financeiro, explicando a impossibilidade da democratização do Capital e explicando a razão por que se exportam capitais. Sobre a questão das exportações de bens e de capitais, Lenine esclarece o facto das grandes potências económicas partilharem o Mundo sob forma de domínios coloniais e de como a colonização é essencial ao controle das matérias-primas e das suas respectivas reservas conhecidas, ou a descobrir, para a colocação

¹⁰ PASSOS, J. J. Calmon de. O Futuro do Estado e do Direito do Estado. Democracia, Globalização e o Nacionalismo. Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado, Salvador, Instituto de Direito Publico da Bahia, n°. 2, Junho/Julho, Agosto, 2005. Disponível na Internet: <<http://www.direitodoestado.com.br>>. Acesso em: 25 de Outubro de 2009

desse mesmo capital financeiro.

Enfim, neste quadro de relações de força entre países colonizadores e espaços colonizados, Lenine esclarece o aparecimento dos “Estados Usurários e Estados Devedores” e de como a população dos países colonizadores beneficiam em última instância da relação colonial.

Ilustraremos com extratos do texto de Lenine a forma como todos estes pontos são apresentados, citando amplamente o seu conteúdo naquilo que melhor explica o seu pensamento. Ao mesmo tempo, iremos procurar a expressão contemporânea dos factos analisados, utilizando para tal e no essencial, a documentação e os relatórios produzidos por diferentes organizações, sem qualquer vínculo ao pensamento marxista, mesmo quando não-alinhadas com o pensamento económico/político dominante.

Não que isso seja por si uma garantia de objetividade, mas simplesmente pelo facto de ser nas grandes instituições que informam sobre o estado do mundo, que podemos recolher dados consistentes e não obrigatoriamente adulterados, fruto de uma visão maquiavélica que não é nossa. Falamos naturalmente do Banco Mundial, dos diferentes organismos da ONU e das organizações patronais, bancárias e financeiras, nacionais e internacionais.

1-A construção do sistema capitalista: a concentração das empresas

A propriedade privada baseada no trabalho do pequeno patrão, a livre concorrência, a democracia, todas essas palavras de ordem por meio das quais os capitalistas e a sua imprensa enganam os operários e os camponeses, pertencem a um passado distante. O capitalismo transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países «avançados». A partilha desse «saque» efetua-se entre duas ou três potências rapaces, armadas até aos dentes (América, Inglaterra, Japão), que dominam o mundo e arrastam todo o planeta para a sua guerra pela partilha do seu saque.

V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, p.582, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, p.622

No texto de Lenine encontramos três grandes temas que se encadeiam e permitem compreender como se organizava o Sistema Capitalista na mudança para o séc. XX.

Trata-se da:

- (a) concentração da indústria e depois de modo simultâneo da concentração dos bancos, a qual conduz à
- (b) criação do capital financeiro e da sua exportação por esse mundo fora,
- (c) exportação essa que implica a partilha do mundo por áreas de influência.

Referindo-se ao processo de concentração das indústrias na Alemanha, à época como atualmente, um dos principais países industrializados pode ler-se no texto em análise:

“O enorme incremento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção em empresas cada vez maiores constituem uma das particularidades mais características do capitalismo.”

Na Alemanha, por exemplo, em cada 1000 empresas industriais, em 1882, 3 eram grandes empresas, quer dizer, empregavam mais de 50 operários assalariados; em 1895 eram 6, e 9 em 1907. De cada 100 operários correspondiam-lhes, respetivamente, 22, 30 e 37. Mas a concentração da produção é muito mais intensa do que a dos operários, pois o trabalho nas grandes empresas é muito mais produtivo, como indicam os dados relativos às máquinas a vapor e aos motores elétricos. Se considerarmos aquilo a que na Alemanha se chama indústria no sentido lato desta palavra, quer dizer, incluindo o comércio, as vias de comunicação, etc., obteremos o seguinte quadro: grandes empresas, 30.588 num total de 3.265.623, isto é, apenas 0,9 %. Nelas estão empregados 5.700.000 operários, num total de 14.400.000, isto é, 39,4 %; cavalos-vapor, 6.600.000 para um total de 8.800.000, ou seja, 75,3 %; energia elétrica, 1.200.000 quilowatts para um total de 1.500.000, ou seja, 77,2 %. Menos da centésima parte das empresas tem mais de 3/4 da quantidade total da força motriz a vapor e elétrica! Aos 2.970.000 pequenos estabelecimentos (até 5 operários assalariados), que constituem 91% de todas as empresas, correspondem unicamente 7% da energia elétrica e a vapor. (...) Algumas dezenas de milhares de grandes empresas são tudo, os milhões de pequenas empresas não são nada.”¹¹

Esta concentração da indústria viria a tomar forma dos então denominados Cartéis ou Trusts, no seio dos quais as grandes empresas estabeleciam entre si acordos para controlar os preços de aquisições de matérias-primas ou forçando as não cartelizadas a vender a preços abaixo do custo de produção, ou definindo os níveis de restrições na

¹¹ V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, p. 587

produção. Em muitos Países da Europa e nos EUA, os cartéis foram proibidos por lei, o que não impedia naturalmente a consumação todos os dias das práticas próprias dos cartéis.

Lenine constata que o controle de produção não era (é) nada pacífico, citando o economista alemão Kertner, que identificou na sua obra “Da Coação à Organização” uma lista de meios a que recorrem as referidas associações na luta “*moderna, atual, civilizada pela organização*”: privação de matérias-primas, privação de mão-de-obra, acordos entre os capitalistas e os sindicatos operários para que estes últimos só aceitem trabalho nas empresas cartelizadas, privação de meios de transporte, diminuição artificial e sistemática dos preços, privação de créditos e declaração do boicote.

Como exemplo de uma área de atividade económica onde se fazia sentir claramente o processo de concentração de empresas sustentado pela atividade bancária, aliada ao desenvolvimento tecnológico, Lenine refere o caso da indústria elétrica onde em poucos anos se assistiu à tomada do controlo planetário deste ramo de atividade.

“A indústria elétrica é a mais típica, do ponto de vista dos últimos progressos da técnica, para o capitalismo de fins do século XIX e princípios do século XX. E, entre os novos países capitalistas, adquiriu maior impulso nos dois mais avançados, os Estados Unidos e a Alemanha. Na Alemanha, a crise de 1900 contribuiu particularmente para a concentração deste ramo da indústria. Os bancos, que nessa época se encontravam já bastante ligados à indústria, aceleraram e aprofundaram ao mais alto grau, durante essa crise a ruína das empresas relativamente pequenas, a sua absorção pelas grandes. (...) Como resultado, a concentração avançou, depois de 1900, a passos de gigante. Até 1900 tinham existido 7 ou 8 “grupos” na indústria elétrica; cada um era composto por várias sociedades (no total havia 28) e por detrás de cada um havia 2 a 11 bancos. Por volta de 1908-1912 todos esses grupos se fundiram em um ou dois. Eis como se produziu o referido processo:

Mário Moutinho

Quadro 1 - Grupos na indústria elétrica 1900-1912

Até 1900	Feltaen e Guillaume & Lahmeyer	Union AEG	Schuckert E Co & Siemens E Halske	Bergman n	Kummer
	Feltaen e Lahmeyer	AEG	Siemens e Halske-Schuckeret	Bergman n	Faliu em 1900
Por volta de 1912	AEG		Siemens e Halske-Schuckeret		
	Cooperação estreita a partir de 1912				

A famosa AEG (Sociedade Geral de Eletricidade), assim desenvolvida, exerce o seu domínio sobre 175 ou 200 sociedades (através do sistema de «participação») e dispõe de um capital total de cerca de 1500 milhões de marcos. Só no estrangeiro conta com 34 representações diretas, 12 das quais são sociedades anónimas estabelecidas em mais de dez países. Já em 1904 calculava-se que os capitais investidos pela indústria elétrica alemã no estrangeiro ascendiam a 233 milhões de marcos, dos quais 62 milhões na Rússia. Escusado será dizer que a Sociedade Geral de Eletricidade constitui uma gigantesca empresa «combinada» - só o número das suas sociedades fabris é de 16 - que produz os mais variados artigos, desde cabos e isoladores até automóveis e aparelhos de aviação. Mas a concentração na Europa foi também um elemento integrante no processo de concentração nos Estados Unidos. Eis como ele se produziu:

Quadro 2 – Grupos na indústria elétrica

General Elétrica Co		
América	A Cª Thompson-Huston funda uma firma para a Europa	A Cª Edison funda para a Europa a Cª Francesa Edison que cede as suas patentes a uma firma alemã
Alemanha	Cª Union de Eletricidade	Sociedade Geral de eletricidade AEG
Sociedade Geral de Eletricidade AEG		

Deste modo se formaram duas «potências» elétricas. «É impossível encontrar no mundo uma única sociedade

elétrica que seja completamente independente delas» - diz Heinig no seu artigo Os Caminhos do Trust da Eletricidade. Os números seguintes dão uma ideia, que está muito longe de ser completa, das proporções do volume de negócios e da dimensão das empresas de ambos os trusts.

Quadro 3 - Volume de negócios e dimensão GEC e AEG

	Anos	Vol. de negócios Milhões de marcos	Número de empregados	Lucro líquido em Milhões de marcos
América: Companhia Geral de Eletricidade (GEC)	1907	252	28000	35,4
	1910	298	32000	45,6
Alemanha Sociedade Geral de Eletricidade (AEG)	1907	216	30700	14,5
	1910	362	60800	21,7

E eis que em 1907, entre o trust americano e o trust alemão se estabeleceu um acordo para a partilha do mundo. Foi suprimida a concorrência: a GEC «recebeu» os Estados Unidos e o Canadá; à AEG «couberam» a Alemanha, a Áustria, a Rússia, a Holanda, a Dinamarca, a Suíça, a Turquia e os Balcãs. Firmaram-se acordos especiais, naturalmente secretos, em relação às filiais, que penetram em novos ramos da indústria e em países «novos» ainda não incluídos formalmente na partilha.»¹²

Na marinha mercante, um processo de concentração conduziu também à partilha do mundo.

“Na Alemanha destacaram-se duas grandes sociedades: Hamburg-Amerika e a Lloyd da Alemanha do Norte, com um capital de 200 milhões de marcos (ações e obrigações) cada uma, e possuindo barcos num valor de 185 a 189 milhões de marcos. Por outro lado, foi fundado na América, em 1 de janeiro de 1903, o chamado trust Morgan, a Companhia Internacional de Comércio Marítimo, que agrupa nove

¹² V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, p. 625, 626, 627

*companhias de navegação americanas e inglesas, e dispõe de um capital de 120 milhões de dólares (480 milhões de marcos). Já em 1903 foi assinado um contrato sobre a partilha do mundo entre os colossos alemães e esse trust anglo-americano no que se refere à partilha dos lucros. As sociedades alemãs renunciaram a entrar em concorrência nos transportes entre a Inglaterra e a América. Fixaram-se taxativamente os portos “reservados” a cada um, criou-se um comité de controlo comum, etc. O contrato foi concluído para vinte anos, com a prudente reserva de que perderia a validade em caso de guerra”.*¹³

O processo descrito por Lenine relativamente à inevitabilidade da concentração/fusão das empresas prosseguiu durante o período de vinte e um anos entre as duas Guerras Mundiais, prejudicado que foi pela Crise de 1929 que, não só abrandou os ritmos de crescimento, como provocou instabilidade nas regras do mundo da finança.

A continuação do processo de concentração das empresas a partir da II Guerra Mundial é particularmente visível no percurso da criação das agora denominadas empresas transnacionais e multinacionais que hoje em dia representam uma parte considerável da economia mundial.

Vários factos têm condicionado favoravelmente o desenvolvimento, da parte que as Multinacionais ocupam na economia mundial, em particular no período pós II Guerra Mundial.

A desregulação, abrindo as portas à circulação do investimento no estrangeiro, o fim dos procedimentos de autorização existentes, a desregulamentação dos montantes envolvidos e dos valores relativos ao empenhamento nacional, a desclassificação dos setores económicos submetidos a condicionamento são alguns desses factos.

Estamos naturalmente a falar dos princípios orientadores do neoliberalismo de Milton Fridman e do “fim da História” de Francis Fukuyama que sustentaram e justificaram, ou pelo menos pretendiam justificar, os caminhos do Capitalismo em particular a partir dos anos

¹³ Citado por Lenine com base em Riesser, Die deutschen Grossbanken und ihre Konzentration im Zusammenhange mit der Entwicklung der Gesamtwirtschaft in Deutschland, 4 Aufl, 1912, S. 149; p. 125. V.l: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, p. 630

80. Como escreveu Naomi Klein:

“O movimento que de Milton Friedman lançou na década de 1950 é mais bem compreendido se visto como uma tentativa por parte do capital das multinacionais de recapturar as fronteiras sem leis e altamente lucrativas que Adam Smith, o antepassado intelectual dos neoliberais de hoje, tanto admirava – mas com uma variação. Em vez de viajar pelas “nações selvagens e bárbaras” de Smith onde não existiam as leis ocidentais (pois já não eram uma opção prática), este movimento optou pelo desmantelamento sistemático das leis e regulamentos existentes para recriar essa desordem primordial. E enquanto que os colonizadores de Smith obtiveram os seus lucros recorde ao tomarem posse do que era descrito como “terras desoladas” por “uma ninharia”, as multinacionais modernas veem os programas governamentais os ativos públicos e tudo o que não está à venda como terreno para ser conquistado e tomado – os correios, os parques nacionais, as escolas, a segurança social, o alívio de desastres e tudo o mais que seja administrado pelo governo”¹⁴

Por outro lado, os progressos das técnicas de comunicação e dos transportes facilitaram a gestão e a circulação de matérias-primas e bens manufaturados, condições necessárias para que as empresas pudessem deslocar-se para os Países de mão-de-obra mais barata. O estabelecimento de acordos em matéria de proteção de investimentos e de isenções fiscais permitiu garantir um maior interesse dos bancos e das empresas desejosas de se expandir.

A internacionalização das empresas processou-se também de formas variadas. O setor propriamente industrial de bens de consumo foi aquele que mais alastrou, na medida em que a natureza da atividade das empresas contribui fortemente para a sua internacionalização. No entanto, as funções comerciais ultrapassaram por muito tempo as da produção propriamente dita. As atividades de investigação e de gestão ficando no essencial nos Países de origem.¹⁵

¹⁴ Naomi Klein, A doutrina do Choque. A Ascensão do capitalismo de desastre, SmartBook, Lisboa, 2009, p.267

¹⁵ Cf. Les multinationales en l'an 2000, Fabrice Hatem, Ed Economica, Paris, 1995.p12

De referir ainda que os crescentes processos de privatização e a abertura de novos Países ao investimento estrangeiro contribuíram gradualmente para o aumento da internacionalização.

No fim dos anos 80, num estudo publicado pelas Nações Unidas¹⁶ sobre as tendências e perspetivas das sociedades transnacionais no desenvolvimento mundial, reconhecia-se nestes termos que:

“as sociedades transnacionais são talvez os mais importantes atores na cena mundial. Elas ultrapassam as fronteiras nacionais e as maiores têm um volume de negócios que ultrapassa o produto global da maior parte dos países. Em muitos casos a parte estrangeira da produção, dos bens e do emprego é importante indo por vezes de 50% a 90% se fizermos a soma da sua produção nos países de origem e no estrangeiro elas representam uma parte significativa da produção mundial total. Estima-se por exemplo que as 600 maiores sociedades industriais representam entre um quinto e um quarto do valor acrescentado em todos os países com economia de mercado no mundo. O papel que essas sociedades têm enquanto exportadoras é provavelmente ainda maior.

*Por exemplo as sociedades transnacionais representam de 80 a 90% das exportações dos EUA e do Reino Unido. Elas ocupam um lugar importante também nas correntes de capitais internacionais. Os bancos e outras sociedades financeiras internacionais estão na origem da maior parte dos empréstimos internacionais. Por outro lado devido ao carácter transnacional das suas operações as sociedades transnacionais não financeiras detêm bens líquidos em várias moedas e, nestes últimos anos estiveram extremamente ativas nos mercados financeiros mundiais. Enfim, as sociedades transnacionais estão evidentemente na origem da maioria dos investimentos estrangeiros diretos (IDE) e da produção no estrangeiro”.*¹⁷

¹⁶ Les sociétés transnationales dans le developpment mundial – tendances et perspectives, Nations Unies, New York, 1989.p 14

¹⁷ Cf.Idem

Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em 1998, cerca de 53.000 empresas-sede controlavam 449,000 filiais estrangeiras no mundo, sem naturalmente ter em consideração as filiais sediadas em *offshore*, sobre as quais não existe qualquer meio de avaliar o seu significado. A contribuição estimada das filiais estrangeiras para o produto bruto mundial duplicou entre 1982 e 1999 passando de cerca de 5 % para quase 10%. O *stock* de IDE instalado contribuía com cerca de um décimo do produto mundial. No fim do século XX, cerca de 80% dos fluxos globais de IDE realizavam-se entre os países da OCDE, ou seja entre os países mais desenvolvidos. Esta parcela aumentou grandemente durante os últimos anos. Assim, os países abrangidos estiveram na origem de 69% do IDE mundial em 1985 e mais de 90% em 1990. Estes mesmos países absorveram 67 % em 1993 e 77% dos fluxos mundiais em 1999.¹⁸

O investimento direto no estrangeiro (IDE) significa a transferência de recursos financeiros para um país estrangeiro tendo em vista sobretudo a sua aplicação no tecido produtivo. Para o FMI a noção de IDE é mais ampla e dá conta de qualquer transferência que permita o controlo de ativos nacionais e o faça de forma duradoura.

Em todos estes casos, o IDE é um indicador de concentração das empresas à escala planetária, merecendo por isso uma atenção particular, na medida em que tem um papel fundamental na definição da parte concentrada visível da economia mundial.

Um estudo preparado pelo Observatoire de la Finance de Genebra em articulação com o United Nations Institute for Training and Research (UNITAR) em 2003¹⁹ sintetizava as tendências recentes, tendo por base os valores reunidos nos últimos anos do século XX (1980-2000) permitindo decompor o peso das diferentes regiões económicas.

Os *stocks* de IDE por Zona de origem sugerem três observações: a partir do princípio dos anos 1990, a Europa Ocidental é o investidor final mais importante no estrangeiro, ao passo que a posição da América do Norte parece equilibrada, enquanto que a zona Ásia-Pacífico se posiciona sobretudo como uma zona de afluxo líquido de IDE.

A concentração geográfica é grande no que diz respeito à origem e ao destino dos fluxos de IDE. Assim, 90% dos fluxos saídos e 85% dos fluxos entrados têm lugar no seio de um grupo de 18 países. Os

¹⁸ Cf. Idem

¹⁹ *Economic and Financial Globalization. What the Numbers Say?*, United Nations, Observatoire de la Finance and UNITAR, Paul H. Dembinski, Genebra, 2003, pp 92 a 97

fluxos de IDE saídos dos países da OCDE cujos destinatários se encontram fora desta zona estão também cada vez mais centrados sobre um conjunto restrito de países na Ásia (Singapura, Tailândia, Malásia, China incluindo Hong Kong e Taiwan) e na América Latina (Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela).

Para entender a forma atual da expansão da produção internacional devemos considerar duas ordens de fatores²⁰: o primeiro é a liberalização, quer dizer a abertura dos mercados nacionais e a autorização de IDE em todos os países, o segundo fator é a existência de recursos técnicos de transporte e de comunicações que permitem e facilitam ao nível da produção e da gestão, a distribuição dessas atividades por diferentes países e regiões.

Essa distribuição permite às empresas instalarem-se onde podem usufruir de vantagens competitivas face à concorrência quer se trate de acesso a mão-de-obra barata quer se trate de benefícios e privilégios, por exemplo no domínio fiscal, no acesso livre a terrenos ou vantagens políticas.²¹ É por exemplo, o caso da China, da Índia e de outros países da Ásia onde o investimento externo tem crescido de forma extraordinária. Veremos mais adiante como este crescimento se relaciona com os níveis salariais da mão-de-obra local.

Neste contexto, a vantagem competitiva resultante da repartição económica e geográfica conduz à criação de redes de produção mundiais onde cada atividade se articula com as demais significando uma etapa mais evoluída relativamente à simples instalação, ou simples controlo de unidades de produção no estrangeiro.

Atualmente, e segundo o mesmo relatório a compreensão do funcionamento destas redes implica uma atenção particular aos seguintes aspetos: poder de decisão, encadeamento da produção desde a conceção à distribuição e a localização geográfica das entidades envolvidas no ato produtivo.

O poder de decisão das redes internacionais de produção pode tomar várias formas. Pode tomar a forma do controle do Capital que permite ao dirigente da sociedade transnacional de supervisionar diretamente as filiais, e no outro extremo diversas formas de laços sem participação no Capital que ligam os intermediários formalmente

²⁰ Cf. *Rapport sur l'investissement dans le monde 2002 Sociétés transnationales et compétitivité à l'exportation, Vue d'ensemble, CNUCED*

²¹ *idem* p. 6

independentes (fornecedores, produtores, revendedores), estes laços podem ser o *franchising*, os acordos de aliança, a subcontratação, os contratos de comercialização, normas técnicas comuns, ou relações de negócio estáveis fundadas na confiança.

O segundo elemento chave duma rede internacional de produção é a organização e a repartição das atividades de produção e das outras funções no que se denomina geralmente por cadeia de valor acrescentado. Esta vai da investigação-desenvolvimento até à venda passando pela produção e pela distribuição. A cadeia de valor acrescentado tem tendência a fragmentar-se. Em numerosas áreas de produção, desde há algum tempo as sociedades transnacionais têm tendência a privilegiar as funções de forte intensidade de conhecimento, menos concretas, tais como a conceção de produtos a investigação-desenvolvimento, os serviços de gestão, o marketing e a gestão de marcas. Em consequência, a fabricação em subcontratação desenvolveu-se rapidamente.

A deslocalização crescente da produção pratica-se desde há várias décadas, mas a tendência a integrar redes cobrindo um domínio geográfico cada vez maior é relativamente recente. Os circuitos de abastecimento estendem-se a novas regiões do globo, mas as atividades de produção que eram anteriormente típicas de uma dada região passam a integrar-se também de forma crescente. No entanto, mesmo se a distância tem talvez menos importância para numerosas transações (especialmente por causa do desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação) a proximidade dos grandes mercados permanece importante para certos produtos.²²

Os grandes fornecedores e os subcontratantes mais importantes são, eles próprios, muitas vezes, grandes sociedades transnacionais ativas em todos os países onde se encontram os seus mandantes, por sua vez acompanhados dos seus próprios subcontratados e fornecedores.

As sociedades transnacionais recorrem cada vez mais a fornecedores e aos seus subcontratados nacionais nos países onde investem. A especialização não para aí: as sociedades transnacionais mais avançadas estabelecem com outras empresas (concorrentes, fornecedores ou compradores) e com estabelecimentos tais como laboratórios de investigação e universidades, acordos de investigação-

²² Cf. Rapport sur l'investissement dans le monde 2002 Sociétés transnationales et compétitivité à l'exportation, Vue d'ensemble, p.6

desenvolvimento para a inovação. Em consequência as novas redes mundiais de produção são cada vez mais abertas no plano da estrutura da propriedade, mas a coordenação assegurada pelo chefe de orquestra de cada rede é cada vez mais forte oferecendo possibilidades mas criando também limites aos países em desenvolvimento ou em transição.²³

Segundo um outro relatório sobre o investimento no mundo, publicado 13 anos depois pela UNCTAD²⁴, em 2002 a produção internacional continuava a aumentar ao mesmo tempo que as sociedades transnacionais reforçavam o seu papel na internacionalização da economia.

Assim contavam-se 65.000 sociedades transnacionais que possuíam 850.000 filiais espalhadas por todo o planeta. Em 2001 essas filiais empregavam cerca de 54 milhões de assalariados e o seu volume de negócios rondava os 19.000 biliões de dólares²⁵. Estes valores representam um acréscimo considerável se comparados às duas décadas anteriores. Quanto aos assalariados, estes passaram de 18 milhões em 1982 para 24 milhões em 1990 e o volume de negócios no mesmo período aumentou mais de 7 vezes.

Nos tempos que correm, este tipo de concentração na indústria continua a ser uma das principais características do capitalismo contemporâneo. Apresentadas geralmente como processos inovadores, a concentração dos grandes complexos industriais nada tem em si de novo. Apenas os valores se alteraram sendo no entanto verdade que o que já eram valores astronómicos continuam a ser valores astronómicos.

²³ Cf. Rapport sur l'investissement dans le monde 2002 Sociétés transnationales et compétitivité à l'exportation, Vue d'ensemble, p.6

²⁴ World Investment Report 2002, Transnational Corporations and Export competitiveness, UNCTAD http://www.unctad.org/en/docs/wir2002_en.pdf

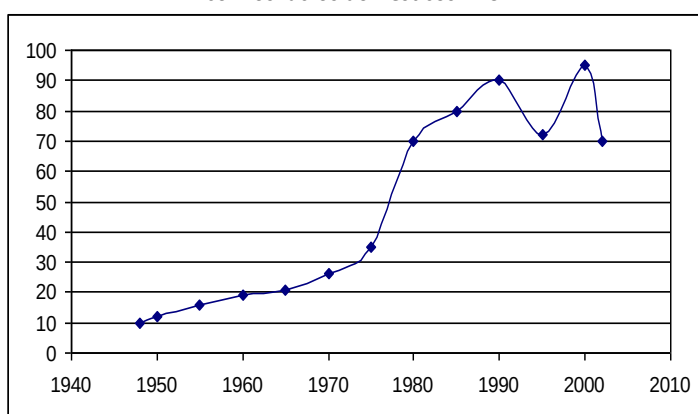
²⁵ Tendo em consideração a diversidade da origem linguística das fontes utilizadas e o facto que em Portugal a utilização na “linguagem corrente” relativa aos números grandes, resulta da chamada escala longa em uso na maioria dos países europeus, com a escala curta usada nos países anglo-saxónicos e no Brasil, optámos pela seguinte escala ao longo de todo o livro:

Número	Potência	Designação
1.000.000	6	Milhão
1.000.000.000	9	Bilião
1.000.000.000.000	12	Trilião
1.000.000.000.000.000	15	Quadrilião

Pobres e Ricos: Globalização ou Neoliberalismo

Torna-se claro que o movimento estudado por Lenine, relativamente à concentração das empresas e ao seu desenvolvimento no exterior, em momento algum se alterou durante o século XX deforma estrutural e conduziu não só à criação de enormes empresas, as quais controlam por si só uma parte considerável da economia mundial, como também o valor dos investimentos no estrangeiro não parou de crescer, em particular no quadro do neoliberalismo. A grande dimensão das empresas em termos relativos não é um fenómeno novo,

Gráfico nº 1
Relação dos rendimentos provenientes do estrangeiro
com os lucros domésticos - EUA



Fonte : Simplificado de Gerard Duménil e Dominique Lévy Le néolibéralisme sous hégémonie États-Unienne,
http://www.ucm.es/info/eurotheo/materiales/hismat/dumenil_neohcour.pdf

como também não é a exportação de capitais, qualquer que seja a forma e a razão da sua aplicação.

Podemos referir, para retomar um dos exemplos referidos por Lenine, a própria General Electric Company e a Siemens, as quais continuam a actuar na economia mundial com um lugar idêntico aquele já descrito por Lenine.

A General Electric Company, criada por Thomas Edison, estava organizada por volta de 1890 na então denominada Edison General Electric Company agrupando várias áreas de atividade. Em 1879 foi criada uma outra empresa (Thomson-Houston Electric Company) a qual se fundiu por sua vez com outras empresas, agrupando assim as patentes que cada empresa detinha. Por várias razões, estas duas

grandes empresas fundiram-se de modo a criarem a General Electric Company sediada então em Schenectady, Nova Iorque.

Em 1896 a GEC foi uma das 12 empresas que foram listadas no Dow Jones Industrial Average, aí permanecendo até ao presente. Atualmente atua em mais de 100 países com 300.000 empregados e em 2013 gerou \$147 biliões de volume de negócios.²⁶ No entanto, como atualmente mais de 30% do volume de negócios da GEC, agora correntemente identificada como GE, provem dos serviços financeiros, pode-se pretender que estamos face a uma empresa de produção industrial com uma área financeira muito importante. Segundo os dados fornecidos pela própria GE as áreas de atuação não cessam de se alargar desde o princípio do Século XX. A NYSE Euronext caracterizava a GE em Abril de 2009 nos seguintes termos

“A General Electric Company é um grupo diversificado organizado em torno de 6 polos de atividade:

- prestação de serviços financeiros (33,7% do volume de negócios): destinados a empresas (57,1% do volume de negócios; factoring, leasing, gestão de frotas automóveis, financiamento de equipamentos industriais, etc.) e a particulares (42,9%; crédito ao consumo, crédito automóvel, crédito imobiliário, etc.);
- fabrico de equipamentos de infraestruturas (33,4%): motores de aviões, locomotivas, turbinas a gás, equipamentos petrolíferos e de gás, centrais chave-na-mão, etc.;
- fabrico de bens de equipamentos domésticos e industriais (10%): aparelhos eletrodomésticos, produtos de iluminação, equipamentos elétricos e de controlo de baixa tensão, detetores, alarmes, sistemas de controlo de acesso, câmaras, autómatos programáveis, sensores de gás, de temperatura, de pressão, etc.;
- fabrico de equipamentos médicos (9,9%): sistemas de imagiologia, de navegação cirúrgica, monitorização e diagnóstico molecular, etc.;
- difusão de canais de TV (8,9%; NBC Universal). Além disso, o grupo desenvolve atividades de edição e distribuição de cassetes vídeo e DVD;
- outros (4,1%).

50,1% do volume de negócios realiza-se a nível internacional”²⁷

Quanto à Siemens, está agora (2012) presente em 190 países empregando mais de 490.000 trabalhadores. Trata-se de empresa claramente orientada para a internacionalização desde a sua fundação por Werner von Siemens. Em 1850 abriu a sua primeira representação

²⁶ Forbes, The Global 2000,

http://www.forbes.com/lists/2008/18/biz_2000global08_The-Global-2000_Rank.html

²⁷ <http://www.euronext.com/trader/companyprofile/companyprofilev2-18661-PT-US3696041033.html?selectedMep=1>

Pobres e Ricos: Globalização ou Neoliberalismo

em Londres e começou pouco depois as suas atividades também em São Petersburgo. O seu nome está ligado às maiores obras do tempo como sejam a linha telegráfica de Londres para Calcutá inaugurada em 1874 ou o 1º cabo submarino entre a Irlanda e os EUA em 1874. Cerca de 30.000 investigadores essencialmente na Alemanha, Áustria, EUA, China e Índia trabalham atualmente no desenvolvimento de inovações que asseguram a liderança da Siemens no mercado global.

No ano de 2012 o volume de negócios foi de € 79 biliões. O quadro seguinte mostra a dimensão da Siemens nas diferentes partes do planeta.

Quadro 4 - A Siemens no Mundo em 2012

	Volume de negócios (€ milhões)	Empregados	Principais fábricas
Europa, Africa, Médio oriente	39.909	222.000	90
Américas	22.864	84.000	70
Ásia-Pacífico	15.523	63.000	28
	78.296	369.000	188

Fonte: Siemens at a glance, 2012, p. 6

http://w1.siemens.com/annual/07/pool/download/pdf/e07_00_gb2007.pdf

A NYSE Euronext caracterizava em Abril de 2009 a Siemens nos seguintes termos:

"A Siemens está entre os primeiros fabricantes mundiais de equipamentos eletrónicos e de eletrodomésticos. O volume de negócios distribui-se da seguinte forma:

- equipamentos industriais (29,7%): sistemas automatizados de produção, de montagem, de logística, de vigilância, etc.;*
- instalações e equipamentos energéticos (16,8%): equipamentos de centrais elétricas, turbinas, geradores, etc.;*
- equipamentos de transporte (15,9%): nomeadamente equipamentos ferroviários (sistemas de comando, de eletrificação, etc.) e automóveis (sistemas de segurança, comandos de motores elétricos, etc.);*
- equipamentos médicos (13,5%);*
- equipamentos de construção (6,8%): equipamentos de ventilação, de proteção contra incêndios, de segurança, etc.;*
- equipamentos de iluminação (6,5%);*
- sistemas de informação e de comunicação (5,5%): principalmente produtos e sistemas de redes e de telefonia.*

As restantes vendas (5,3%) dizem respeito nomeadamente a atividades financeiras e imobiliárias.

A distribuição geográfica do volume de negócios (além das atividades cedidas) é

a seguinte: Alemanha (17,4%), Europa (31,5%), Estados Unidos (20,5%), América (6,2%), Ásia-Pacífico (15,1%) e outros (9,3%).”²⁸

Estes dois casos, General Electric e Siemens, são referidos pelo facto de já terem sido mencionados no estudo de Lenine e dão conta do enorme nível de concentração através do qual uma parte considerável da produção se encontra organizada no seio de empresas cada vez de maior porte. Este facto não tem em si significado outro que não seja confirmar a tendência das grandes empresas se tornarem ainda maiores. Umas dúzias de empresas são tudo, enquanto milhões de outras não são nada.

O quadro seguinte mostra para alguns setores da economia o peso que tem algumas dessas maiores empresas. Apenas o lugar relativo que ocupavam se tem alterado nos últimos anos como resultado da crise (2008), fazendo as seguradoras e os bancos descerem na tabela e, em consequência, fazendo subir as empresas ligadas à energia e comunicações.

Por si só representam a parte principal da economia mundial e detêm um poder económico e político claramente superior ao da maioria dos países capitalistas com milhões de habitantes.

Em Abril de 2008, as 2000 maiores empresas registadas no ranking da Forbes significavam \$30 triliões de receitas, \$2,4 triliões de lucros, \$159 triliões de ativos e \$ 39 triliões de valor de mercado. Nestas 2000 empresas trabalhavam 72 milhões de pessoas.

Destas empresas, 315 pertenciam á área dos bancos e das finanças com \$58,3 triliões de ativos, ou seja, 50 % do total de todas as 2000 empresas e \$398 biliões de lucros. Relativamente ao mesmo mês, em 2009 a principal diferença residia no facto dos bancos terem descido de posição devido redução dos lucros no quadro da crise do Outono de 2008. A título de exemplo, no Hong-Kong and Shanghai Banking Corporation (HSBC) o valor dos lucros passou de \$19 biliões para \$ 6 biliões e o valor de mercado passou de \$180 biliões para \$85 biliões. Neste contexto, a General Electric passou para primeiro lugar no ranking com \$17 biliões de lucros.

Em Abril de 2013 as 2000 maiores empresas registadas no mesmo ranking da Forbes (The World's Biggest Companies 2013) significavam \$38 triliões de receitas, \$2,4 triliões de lucros, \$119 triliões de ativos e \$

²⁸ <http://www.euronext.com/trader/companyprofile/companyprofilev2-18661-PT-DE0007236101.html?selectedMep=2>

Pobres e Ricos: Globalização ou Neoliberalismo

Quadro 5 - Principais empresas por áreas de negócio (2013)*

Empresa	País	Sales	Profits	Assets	Market values
ICBC	China	\$134.8	\$37.8	\$2,813.5	\$237.3
China Constr. Bank	China	\$113.1	\$30.6	\$2,241	\$202
JPMorgan Chase	United States	\$108.2	\$21.3	\$2,359.1	\$191.4
General Electric	United States	\$147.4	\$13.6	\$685.3	\$243.7
Exxon Mobil	United States	\$420.7	\$44.9	\$333.8	\$400.4
HSBC Holdings	UK	\$104.9	\$14.3	\$2,684.1	\$201.3
Royal Dutch Shell	Netherlands	\$467.2	\$26.6	\$360.3	\$213.1
Agricultural Bank of China	China	\$103	\$23	\$2,124.2	\$150.8
Berkshire Hathaway	United States	\$162.5	\$14.8	\$427.5	\$252.8
PetroChina	China	\$308.9	\$18.3	\$347.8	\$261.2
Bank of China	China	\$98.1	\$22.1	\$2,033.8	\$131.7
Wells Fargo	United States	\$91.2	\$18.9	\$1,423	\$201.3
Chevron	United States	\$222.6	\$26.2	\$233	\$232.5
Volkswagen Group	Germany	\$254	\$28.6	\$408.2	\$94.4
Apple	United States	\$164.7	\$41.7	\$196.1	\$416.6
Wal-Mart Stores	United States	\$469.2	\$17	\$203.1	\$242.5
Gazprom	Russia	\$144	\$40.6	\$339.3	\$111.4
BP	UK	\$370.9	\$11.6	\$301	\$130.4
Citigroup	United States	\$90.7	\$7.5	\$1,864.7	\$143.6
Petrobras	Brazil	\$144.1	\$11	\$331.6	\$120.7
Siemens	Germany	\$100.6	\$5.7	\$134.4	\$91.9

* \$bil Fonte: Forbes Global 2000 Leading Companies.

<http://www.forbes.com/global2000/>

39 trilhões de valor de mercado e nelas trabalhavam 87 milhões de pessoas. Destas quase 25% eram bancos e outras financeiras (469)

Estes valores apenas servem como termos de referência para avaliar a concentração de riqueza que caracteriza o nosso mundo, sobretudo se considerarmos o PIB da maioria dos países capitalistas.

Apesar de todos os anos aparecerem e desaparecerem desta lista numerosas empresas, ao mesmo tempo que enquanto umas sobem, outras descem no ranking, o facto mais significativo é certamente a demonstração que este reduzido número de empresas ocupa cada ano que passa uma parte mais significativa na economia mundial.

No entanto, estes valores que de certa forma são os valores que constam das estatísticas “oficiais” só muito parcialmente traduzem a realidade dos níveis de concentração e dos fluxos de capitais em busca de melhores retornos, em fuga aos impostos ou de qualquer outra vantagem que não constará em nenhuma estatística. Como sublinhou Ronen Palan em 2006:

“ A parte da economia offshore exige uma séria observação. Não só apenas o número de EPZ's (Export Processing Zone) cresceu enormemente nos últimos 30 anos; além disso estima-se que 80% das transações financeiras internacionais (em valor) são efetuadas através dos mercados financeiros offshore! O mercado de Câmbios, através do qual passam diariamente 2 trilhões de US\$ é praticamente todo feito através de offshores. Mais de metade dos empréstimos internacionais é efetuada através de 70 centros financeiros que podem ser descritos como paraísos fiscais. Estima-se em 20% a parte da riqueza individual que está “investida” em paraísos fiscais. Uma grande parte dos \$44 trilhões do valor dos negócios dos bancos privados é transacionado através de centros financeiros offshore e cerca de 22% dos bens dos bancos centrais está aplicado em paraísos fiscais.²⁹

Este processo de uma parte crescente da economia mundial cada dia mais ser efetuado fora do controle das contas públicas dos Países

²⁹ Ronen Palan, *The Offshore World, Sovereign Markets, Virtual Places, and Nomad Millionaires*, Cornell university Press, Ithaca and London, 2006

que tomou forma desde o meio do século XIX no âmbito do sistema colonial, esteve adormecido na verdade até ao fim dos anos 70 quando as políticas neoliberais se tornaram dominantes. Como veremos mais adiante, torna-se praticamente impossível falar de “globalização” ou de imperialismo sem considerar a parte do sistema capitalista que se sustenta na economia *offshore*, sendo certo que não se trata de enclaves territoriais à margem de hipotéticos Estados de direito, mas de formas jurídicas legais que desvinculam o Capital das condições de existência históricas e sociais de cada sociedade.

2-A concentração dos bancos e o capital financeiro

“A operação fundamental e inicial que os bancos realizam é a de intermediários nos pagamentos. É assim que eles convertem o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, em capital que rende lucro; reúnem toda a espécie de rendimentos em dinheiro e colocam-nos à disposição da classe capitalista.

À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, os bancos convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação dos numerosos modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista, e por isso devemos deter-nos, em primeiro lugar, na concentração bancária.”

V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, p.597

Relativamente aos bancos e demais instituições financeiras, decorreu idêntico processo de concentração durante todo o Século XX o qual continua, ainda hoje, pontuado pelas múltiplas e repetidas crises que têm marcado o desenvolvimento do Sistema Capitalista.

A concentração dos bancos também é um processo que continua a caracterizar o estado de desenvolvimento do capitalismo

atualmente. Não deixa de ser significativo, que as operações que permitem aos grandes bancos comerem os mais pequenos sejam um assunto recorrente. Apresentadas como lógicas decorrentes de maiores vantagens para o cidadão comum, estas operações traduzem no essencial o mesmo processo de sobrevivência do próprio sistema. A título de exemplo podemos referir alguns casos onde se pode observar exatamente o mesmo tipo de operações que Lenine já indicava no início do século XX como sendo próprias do desenvolvimento do Capitalismo.

A concentração das instituições bancárias não é um fenómeno isolado e por isso deve ser enquadrado no processo mais amplo da concentração do Capital, seja ele financeiro, industrial ou qualquer outro.

O processo posto em evidência por Lenine já se verificava no século XIX onde, por exemplo no Reino Unido, entre 1820 e 1914 o número de bancos passou de 600 para 55. Foi recorrente ao longo do século XX podendo-se identificar 4 períodos de maior atividade: 1897-1904, 1916-1929, 1965-1969 e 1984-1989 que na verdade se prolonga até ao presente sem que se vejam propriamente sinais de abrandamento de forma estrutural.

Nesta última fase, tão importante como o número de concentrações, é a soma global envolvida que atinge valores totais de extraordinária relevância. Neste valor inclui-se naturalmente as diferentes formas de concentração tais como a fusão e a aquisição³⁰. Geralmente trata-se de processos realizados de comum acordo, mas outras vezes é realizado na base de uma operação de compra dita “hostil” cujo desfecho nem sempre é previsível.

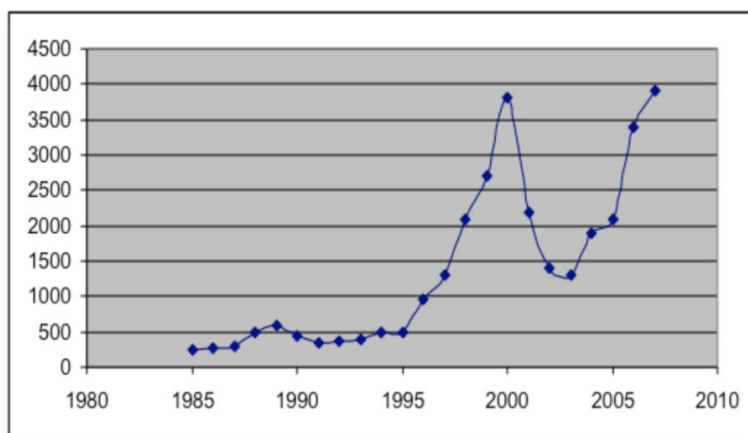
Geralmente também quando se trata de operações internacionais é utilizada a fórmula de aliança estratégica, que tem por objetivo reunir as condições que ambas as partes entendem necessárias para a realização da fusão ou da aquisição. Os objetivos das concentrações são muito diversos não só pela razão financeira, mas como resultado dos contextos políticos em que se realizam. Neste último caso trata-se de concentrações em países onde decorrem processos de privatização, habilitando assim grupos nacionais ou internacionais a beneficiarem das privatizações. A razão bancária geralmente invocada visa, por exemplo, reduzir custos, alargar o leque

³⁰ Correntemente distingue-se a fusão quando se trata de instituições de idêntico valor, da aquisição quando uma instituição “grande” se apropria de uma “mais pequena” na base de um contrato.

de produtos e de serviços, aumentar a parte no mercado, ou tão simplesmente apropriar-se das mais-valias obtidas pela concorrência.

Mas qualquer que seja a razão e o modo, o facto é que o processo de concentração se revela ser um dos pilares fundamentais do próprio sistema capitalista. O gráfico seguinte relativo às operações de Fusão e de Aquisição em todos os domínios ilustra este processo relativamente ao período 1984-2007.

Gráfico 2 – Operações de F&A total - Biliões US\$



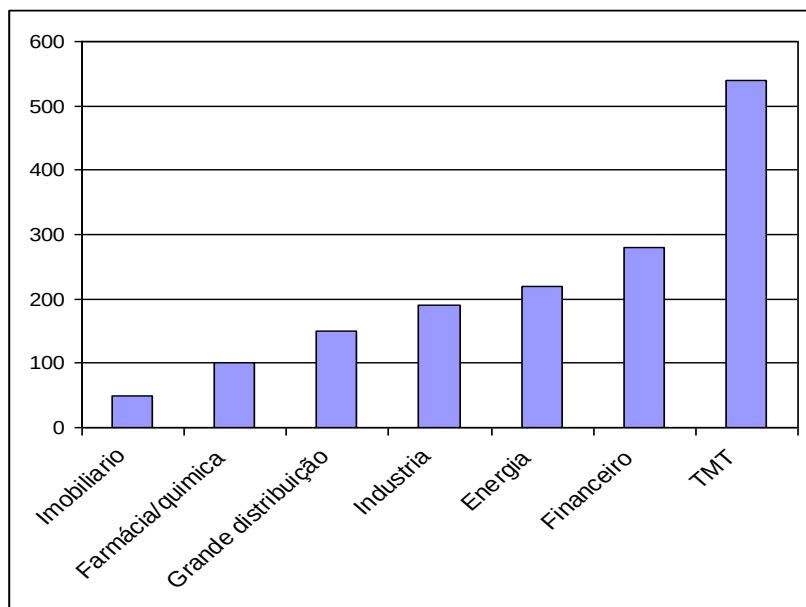
Fonte: Simplificado de M&A: Still a big deal, UBS research focus, UBS AG, Wealth Management Research, Zurich, 2007

http://www.ubs.com/1/f/career_candidates/exp_professionals/ep/news?newsId=132021

Com exceção do ano 2000, no qual se atingiram valores particularmente elevados, assistiu-se ao longo do período a uma tendência para o crescimento. As concentrações na Europa e na Ásia de forma mais regular e nos EUA com um abrandamento entre 2001 e 2003.

No período de maior crescimento (1991-2000) as concentrações passaram de 500 biliões de dólares para atingirem quase 3.500 biliões em 2000, repartidos por cerca de 37.000 transações. No espaço de 10 anos os valores envolvidos foram multiplicados por 7. Este processo de fusão e de aquisição diz respeito aliás a todos os setores de atividade sendo que se destaca claramente o setor financeiro e o setor das Tecnologias-mídia-telecomunicações. Os quais representam por si só cerca de 60 % dos valores totais envolvidos.

Gráfico nº 3 - Repartição das transações de fusão / aquisição por setor económico no mundo em 2000 - em US\$ Biliões



Fonte : Simplificado de Les restructurations bancaires en Europe, Rym Ayadi, Pascal de Lima, Georges Pujals, Revue de l'OFCE 2002- 5 (n° 83 bis) p. 329
www.cairn.info/resume_p.php?ID_ARTICLE=REOF_074_0325

O crescimento das concentrações tem naturalmente a ver com a liberalização das leis nos EUA, enquanto na Europa se tratou da liberalização dos movimentos de capitais e de serviços nos quais se incluem os serviços bancários entre os países da União Europeia e da criação da própria União Monetária Europeia. Neste quadro, as concentrações desenvolveram-se tanto a nível nacional como entre países europeus. Este processo que decorreu e decorre na União Europeia é evidentemente existente também nos EUA, onde apenas as 10 principais concentrações (ver quadro seguinte) atingiram por si só, no período de 2000 a 2006, o valor de 271,147 Biliões.

Pobres e Ricos: Globalização ou Neoliberalismo

Quadro 6 - Principais fusões/aquisições financeiras 2000-2006 nos EUA

	Comprador	Vendedor	Ano	\$ milhões
1	J.P. Morgan Chase	Bank One	2004	59.240
2	Bank of America	FleetBoston	2003	49.604
3	Bank of America	MBNA	2005	35.810
4	Chase Manhattan	J.P. Morgan	2000	34.465
5	Wachovia	Golden West	2006	25.501
6	Firststar	U.S. Bancorp	2000	21.199
7	Wachovia	SouthTrust	2004	14.267
8	First Union	Wachovia	2001	13.506
9	Citizens Financial	Charter One	2004	10.530
10	SunTrust National	Commerce	2004	7.025
			Total	271.147

Fonte: The American Bankers Association

[http://www.aba.com/NR/rdonlyres/60B88F88-22C5-11D5-AB7C-](http://www.aba.com/NR/rdonlyres/60B88F88-22C5-11D5-AB7C-00508B95258D/44856/Top5MergersSince2000.pdf)

[00508B95258D/44856/Top5MergersSince2000.pdf](http://www.aba.com/NR/rdonlyres/60B88F88-22C5-11D5-AB7C-00508B95258D/44856/Top5MergersSince2000.pdf)

A partir de 1990 foram criados numerosos bancos nos países de leste, os quais se tornaram rapidamente objeto de aquisição por parte de instituições financeiras da Europa ocidental, como nos casos da Hungria e da Polónia onde os bancos locais se transformaram em bancos subsidiários dos compradores estrangeiros. Dos 40 bancos húngaros, 27 estão nas mãos dos proprietários estrangeiros, controlando 60% do mercado. O valor total das 50 principais operações de fusão-aquisição entre bancos na União Europeia 1995-2001 foi de 262 biliões de Euros. Como referia Lenine:

“Os grandes estabelecimentos, particularmente os bancos, não só absorvem diretamente os pequenos como os «incorporam», subordinam, incluem-nos no «seu» grupo, no seu «consórcio» - segundo o termo técnico - por meio da «participação» no seu capital, da compra ou da troca de ações, do sistema de créditos, etc., etc.”³¹

³¹ V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, p. 599

As 10 operações envolvendo os maiores valores representaram por si só 156 biliões de Euros.

Quadro 7 – Lista das 10 principais operações de Fusão-aquisição entre bancos na União Europeia 1995-2001

Ano	Comprador	País	Comprado	País	Valor milhões €	Tipo
2000	Royal Bank of Scotland	Royaume-Uni	National Westminster	Royaume-Uni	42 150	F
2001	Allianz	Allemagne	Dresdner Bank	Allemagne	25 000	A
2001	Bank of Scotland	Royaume-Uni	Halifax Group	Royaume-Uni	14 500	F
1999	BNP	France	PARIBAS	France	12 122	A
1995	Lloyds Bank	Royaume-Uni	TSB Group	Royaume-Uni	11 667	F
2000	HSBC	Royaume-Uni	Crédit Commercial de France	France	11 000	A
1999	Banco Bilbao Vizcaya (BBV)	Espagne	Argentaria	Espagne	10 460	F
1998	Credito Italiano	Italie	Unicredito	Italie	10 032	F
1999	Banco Santander	Espagne	Banco Central Hispanoamericano	Espagne	9 713	F
2000	Barclays	Royaume-Uni	Woolwich	Royaume-Uni	9 100	F
					155 744	

Fonte: Les restructurations bancaires en Europe, Rym Ayadi, Pascal de Lima, Georges Pujals, Revue de l'OFCE, n 105
http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=REOF&ID_NUMPUBLIE=REOF_074&ID_ARTICLE=REOF_074_0325

Muitos dos bancos que estiveram envolvidos nestas operações de aquisição e ou de fusão viriam a aparecer no quadro da crise de 2008 à beira da falência, que só conseguiram evitar pelo facto dos Estados através dos seus bancos centrais terem disponibilizado recursos financeiros de valor nunca antes atingido.

O postulado neoliberal de quanto menor Estado, melhor,

subitamente deixou de funcionar. Assim, as seguradoras e demais instituições financeiras puderam transferir para os Estados o que tinha feito a sua “riqueza” dos últimos 15 anos e que agora se chamava de produtos “tóxicos”. As negociações com os governos não foram difíceis, nem sequer continham alguma margem de dúvida, pois estes principais bancos há muito que controlavam de facto a economia destes países. No lavar dos cestos a crise traduziu-se numa nova arrumação do poder financeiro, no “saneamento” pelos contribuintes dos maus resultados da especulação financeira, agravada pela retirada do negócio dos recursos essencialmente virtuais que anteriormente fluíam e sustentavam o milagre neoliberal. E isso também não é um facto novo.

O poder da grande finança há muito que determina o poder político, quer ele seja uma democracia ou uma ditadura. As grandes instituições determinam em última instância a vida das pequenas instituições. Como dizia Lenine na passagem que a seguir transcrevemos, referindo-se à atividade bancária e financeira em geral:

“Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rendibilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em grandes proporções, etc.”³²

Paralelamente à concentração dos bancos, teve lugar também o desenvolvimento de uma maior autonomia do setor bancário orientado para os investimentos financeiros. O excedente das mais-valias

³² V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, p. 601

industriais tomava a forma de capital financeiro, livre para ser aplicado em todo e qualquer negócio que assegurasse os devidos retornos. Como exemplo desta situação, Lenine apresenta o caso dos grandes bancos russos baseando-se no texto de E. Agahd³³

“O autor divide os grandes bancos russos em dois grupos fundamentais: A) os que funcionam segundo o «sistema de participação» e B) os «independentes», entendendo, contudo, arbitrariamente por «independência» a independência em relação aos bancos estrangeiros. O autor divide o primeiro grupo em três subgrupos: 1) participação alemã, 2) inglesa e 3) francesa, referindo-se à «participação» e ao domínio dos grandes bancos estrangeiros da nação em causa. Divide os capitais dos bancos em capitais de investimento «produtivo» (no comércio e na indústria) e de investimento «especulativo» (nas operações bolsistas e financeiras), supondo, de acordo com o ponto de vista pequeno-burguês reformista que lhe é próprio, (a ele Agahd) que é possível sob o capitalismo separar a primeira forma de investimento da segunda e suprimir esta última.

Estes dados mostram que, do total aproximado de 4000 milhões de rublos que constituem o capital «ativo» dos grandes bancos, mais de 3/4, mais de 3000 milhões, correspondem a bancos que, no fundo, são filiais dos bancos estrangeiros, em primeiro lugar dos parisienses (o famoso trio bancário União Parisiense, Banco de Paris e Países Baixos e Sociedade Geral) e dos berlinenses (particularmente o Banco Alemão e a Sociedade de Desconto).(...) O século XX assinala, pois, o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro.”³⁴

³³ “Os Grandes bancos e o mercado mundial”. [E. Agahd, Grossbanken und Weltmarkt. Die wirtschaftliche und politische Bedeutung der Grossbanken im Weltmarkt unter Berücksichtigung ihres Einflusses auf Russlands Volkswirtschaft und die deutsch-russischen Beziehungen («Os grandes bancos e o mercado mundial. Importância económica e política dos grandes bancos no mercado mundial e a sua influência na economia nacional da Rússia e nas relações germano-russas”. -N. Ed.), Berlim, 1914.]

³⁴ V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, p. 610

Pobres e Ricos: Globalização ou Neoliberalismo

Quadro 8 - Ativo dos Bancos segundo os balanços de Outubro-Novembro de 1913
(Em milhões de Rublos)

Grupo de bancos russos	Capitais investidos		
	Produtivamente	Especulativamente	Total
A1) 4 bancos: Comercial Siberiano, Russo, Internacional de Desconto	413,7	859,1	1272,8
A2) 2 bancos: Comercial e Industrial, Russo-Ingles	239,3	169,1	408,4
A3) 5 bancos: Russo – Asiático, privado de São Petersburgo, Azov-Don, União de Moscovo, Russo-Francês de Comercio	711,8	661,2	1373,0
11 bancos Total	1364,8	1689,4	3054,2
B) 8 bancos: Comerciantes de Moscovo, Volga-Kama, Junker & Cª, Comercial são Petersburgo (ant. Wawelberg), de Moscovo (ant. Riabutchinski), de Desconto de Moscovo, Banco Comercial de Moscovo e Privado de Moscovo	504,2	391,1	895,3
(19 bancos) Total	1869,0	2089,5	3949,5

“Concentração da produção; monopólios que resultam da mesma; fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e daquilo que este conceito encerra.” (...) O Capital financeiro atingiu valores não só extremamente elevados, como repartidos desigualmente pelos principais países capitalistas no início do século XX.

Em 1910, os valores emitidos, em todo o mundo, rondavam os 600 mil milhões de francos, assim repartidos:

Quadro 9 - Total dos valores emitidos em todo o Mundo em 1910
(Em milhares de milhões de francos)

<i>Inglaterra</i>	142	479	<i>Holanda</i>	12,5
<i>Estados Unidos</i>	132		<i>Bélgica</i>	7,5
<i>França</i>	110		<i>Espanha</i>	7,5
<i>Alemanha</i>	95		<i>Suíça</i>	6,25
<i>Rússia</i>	31		<i>Dinamarca</i>	3,75
<i>Áustria - Hungria</i>	24		<i>Suécia, Noruega Roménia etc.</i>	2,5
<i>Itália</i>	14			
<i>Japão</i>	12		TOTAL	600

Destes dados vê-se imediatamente com que força se destacam os quatro países capitalistas mais ricos, que dispõem aproximadamente de 100 a 150 mil milhões de francos em valores. Desses quatro, dois - Inglaterra e França são os países capitalistas mais velhos e, como veremos, os mais ricos em colónias; os outros dois - os Estados Unidos e a Alemanha - são países capitalistas avançados pela rapidez de desenvolvimento e pelo grau de difusão dos monopólios capitalistas na produção. Os quatro juntos têm 479 mil milhões de francos, isto é, cerca de 80 % do capital financeiro mundial.

Quase todo o resto do mundo exerce, de uma forma ou de outra, funções de devedor e tributário desses países, banqueiros internacionais, desses quatro «pilares» do capital financeiro mundial.»³⁵

A parte do negócio bancário dedicada à especulação através da progressivamente mais complexa indústria financeira, como é correntemente denominada, não cessou de aumentar relativamente ao período a que Lenine se referia, passando de crise em crise ou de períodos, mais ou menos propícios, para que os grandes comam os pequenos.

³⁵ V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, pp. 597,610, 614, 615, 620, 621

É geralmente reconhecido que a crise de 1929, ou seja apenas 13 anos depois da publicação do texto de Lenine, teve por base as atividades dos bancos comerciais que aplicaram na área do investimento bolsista recursos cada vez mais significativos em processos duvidosamente sustentados. Esta situação assentava aliás, na não distinção entre bancos comerciais e bancos de investimento permitindo aos primeiros não só investirem os seus próprios recursos, mas também envolverem-se na compra e venda e jogo de todo o tipo de títulos junto da burguesia mais afortunada, entre bancos e entre bancos e empresas.

Foi pois natural que, na ressaca da crise de 1929, tivesse aparecido nos EUA regulamentação que visava controlar ou mesmo impedir a livre circulação entre atividades comerciais e de investimento no seio de uma mesma instituição bancária. A ideia era proteger os depósitos dos riscos a que se sujeitavam se investidos em atividades especulativas. O chamado Glass-Steagall Act (GSA) aprovado em 1933 não só criou uma barreira entre as atividades da banca comercial com a banca de investimento, como criou mecanismos que visavam um maior controlo por parte do Federal Reserve System sobre toda a atividade bancária e de investimento.

Assim, os bancos tiveram que decidir no prazo de um ano a qual setor entendiam vincular-se. Tal medida criou algumas barreiras mas não impedia a criação de holdings interestaduais onde ambas atividades continuavam a misturar-se.

Neste contexto, depois da II Guerra Mundial, foi criada uma nova regulamentação, conhecida como Bank Holding Company Act 1956 (BHC), visando limitar o envolvimento dos bancos no setor dos Seguros tendo em conta os riscos que tal atividade implicava e regular as atividades interestaduais.

Mas estas duas medidas principais viriam a desaparecer na década de 90, no âmbito das políticas neoliberais que clamavam a desregulação como absolutamente necessária ao desenvolvimento e, sobretudo, ao equilíbrio do mercado capitalista. Nos EUA o Riegle-Neal Interstate Banking and Branching Efficiency Act 1994 (IBBEA), já com Bill Clinton como Presidente, passou a permitir ou veio regularizar a fusão entre bancos de investimento e comerciais mediante algumas medidas de acompanhamento e, 5 anos mais tarde, também durante o Governo de Bill Clinton, o Gramm-Leach-Bliley Act (GLBA) permitiu finalmente a plena consolidação entre instituições da indústria financeira e naturalmente de todas as atividades que aí decorriam e decorrem.

É neste contexto que os valores envolvidos nas diferentes atividades especulativas, na medida em que não estão assentes na “economia real”, vão crescer a um ritmo tal que qualquer relação com o PIB mundial deixou de ter sentido. Não só as mais-valias produzidas no mundo do trabalho passaram a ser orientadas para os investimentos especulativos, como foi criado um universo de instrumentos financeiros que fizeram crescer a atividade das Bolsas em todo o mundo, como também todo o ritmo de negócios especulativos no exterior dessas mesmas Bolsas.

Neste quadro tudo passou a ser mais firmemente sujeito à crescente especulação (metais preciosos, produtos agrícolas, energia, equipas de futebol etc.) como os instrumentos financeiros passaram a fazer parte de uma nebulosa de suportes de negócio no qual entraram diretamente ou indiretamente todas as economias dos países pobres ou ricos (obrigações, ações, derivados, produtos estruturados, etc.).

Segundo os dados da Sociedade Financeira Internacional (SFI), filial do Banco Mundial) em 1981, 47 países tinham pelo menos uma Bolsa ao passo em 2000 eram 109 bolsas onde estavam cotadas 40.000 empresas das quais 20.000 nos EUA. Em Portugal, a título de referência, esse valor é de apenas 60 empresas. A partir dos anos 1980 e até às crises do fim do Século, era entendido, mesmo pelas instâncias financeiras internacionais como o Banco Mundial e o FMI, que a criação de um Bolsa acelerava o desenvolvimento e facilitava a transição. Com efeito, a Bolsa tinha a reputação de chamar capitais estrangeiros, os investimentos ditos de carteira e de supostamente submeter as empresas cotadas a um maior rigor de gestão preparando o terreno para os investimentos diretos estrangeiros. As crises financeiras do fim dos anos 1990 puseram em evidência os limites destas pretensões.

O desenvolvimento das atividades bolsitas assenta no essencial nas políticas neoliberais onde o Gramm-Leach-Bliley Act pode simbolizar um momento da maior relevância, sobretudo se compreendido como a sequência lógica das políticas de Reagan e de Margaret Thatcher iniciadas nos anos 80 e expandidas no período que se seguiu à implosão da URSS. E no centro das políticas neoliberais encontram-se os princípios resumidos no chamado Consenso de Washington: Disciplina fiscal, Redução dos gastos públicos, Reforma tributária, Juros de mercado, Câmbio de mercado, Abertura comercial, Investimento estrangeiro direto com eliminação de restrições, Privatização das empresas públicas, Desregulamentação das leis económicas e do trabalho.

Por outras palavras, o Consenso de Washington/ Políticas neoliberais, significam para além da livre circulação de bens e de comércio, a redução da parte dos orçamentos de Estado dedicados aos gastos públicos (saúde, educação ...), a recuperação pelo Capital de uma maior parte das mais-valias, quer diretamente pelos detentores dos meios de produção, quer pelo aumento da tributação das classes trabalhadoras, a transferência para o Capital privado de todas as atividades lucrativas até então detidas pelos Estados e, finalmente, a liberalização do mercado de trabalho, pondo fim, pelo menos transitoriamente, a dezenas de anos de lutas laborais e sindicais.

Todas estas medidas tiveram como consequência libertarem recursos reais e virtuais para a atividade financeira de investimento/especulação que, como vimos, ultrapassa claramente o PIB mundial.

As Bolsas estiveram pois no coração de uma transição profunda que toca a economia mundial em geral e os países da OCDE em particular. Durante os últimos 20 anos a capitalização bolsista³⁶ do mundo aumentou cinco vezes mais depressa que o produto mundial. Esta evolução foi forçada, antes de mais, pelos países da OCDE, particularmente os Estados Unidos, onde a capitalização expressa relativamente ao PIB passou de 43% em 1981 para 153% em 2000, com um valor máximo de 180% no ano de 1999. Fora dos países da OCDE, a parte da capitalização ficou quase ao mesmo nível, passando de 39% para 35% durante o mesmo período.³⁷

*“o capital britânico investido no estrangeiro representava cerca de 15 % de toda a riqueza do Reino Unido.”
Recordemos que, no ano de 1915, esse capital tinha aumentado aproximadamente duas vezes e meia. “O imperialismo agressivo - acrescenta mais adiante Hobson -, que tão caro custa aos contribuintes e tão pouca importância tem para o industrial e para o comerciante..., é fonte de grandes lucros para o capitalista que procura a*

³⁶ A capitalização bolsista é a medida mais corrente para definir a importância macroeconómica do mercado bolsista. Traduz o valor do conjunto dos títulos cotados num dado momento, ou seja, o valor das empresas cotadas. Assim mede uma das componentes da riqueza de um País. A capitalização é obtida multiplicando o número de títulos em circulação pelos valores correspondentes.

³⁷ Cf. Economie et finance globales, la portée des chiffres, Org. Paul H. Dembinski, Genève, 2003 Observatoire de la Finance

maneira de investir o seu capital” ... (em inglês, esta noção exprime-se numa só palavra: investor, investidor, rentier) ... “Giffen especialista em problemas de estatística estima em 18 milhões de libras esterlinas (uns 170 milhões de rublos), calculando à razão de uns 2,5% sobre um movimento total de 800 milhões de libras, o rendimento anual que a Grã-Bretanha recebeu em 1899 do seu comércio externo e colonial”. Por muito grande que seja esta soma, não chega para explicar o imperialismo agressivo da Grã-Bretanha. O que o explica são os 90 ou 100 milhões de libras esterlinas que representam o rendimento do capital “investido” o rendimento da camada dos rentiers. O rendimento dos rentiers é cinco vezes maior que o rendimento do comércio externo do país mais “comercial” do mundo! Eis a essência do imperialismo e do parasitismo imperialista!³⁸

Nos últimos 15 anos o crescimento da esfera financeira global deu-se a ritmos muito superiores aos do investimento produtivo atingindo por isso valores superiores ao do PIB Mundial.

Esta situação resulta de vários factores, sendo no entanto de referir especialmente numa primeira fase os créditos fornecidos aos países em vias de desenvolvimento e que mais tarde se traduziram na correspondente crise da dívida e consequente inversão dos fluxos líquidos de capitais do Sul para o Norte a partir de meados dos anos 80, assim como à reciclagem dos “petrodólares”.

O longo processo de desenvolvimento do capital financeiro atinge atualmente valores que, não contrariando os caminhos falados por Lenine, são reveladores da permanente e não esgotada tendência para a acumulação que suporta a essência do sistema capitalista.

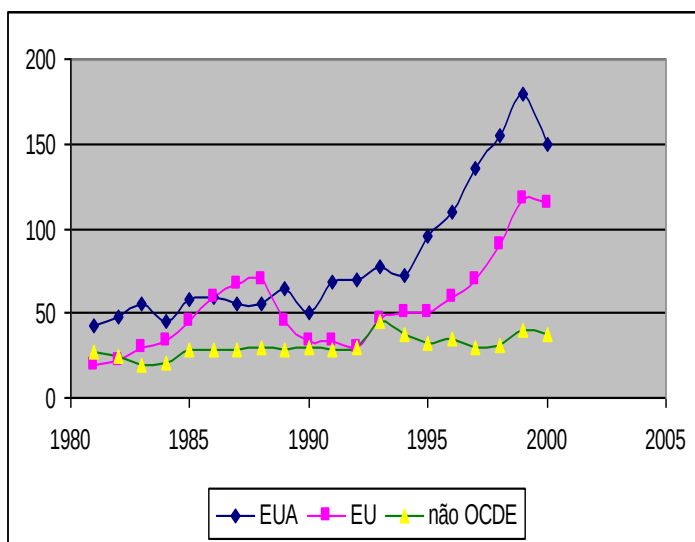
Num estudo promovido pelo McKinsey Global Institute, “Mapping Global Capital Markets”, publicado em Janeiro de 2008, encontra-se um conjunto de dados particularmente reveladores desta situação. Estes dados tratam 3 questões essenciais: o crescimento do capital financeiro global e os seus valores envolvidos, o lugar dos EUA e da União europeia neste domínio ea a relação dos Ativos Financeiros

³⁸ Hobson, Ob. Cit., pp 59 e 62, citado em V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, p. 650

Globais (AFC) com o PIB a nível mundial.

O valor dos bens financeiros mundiais atingiu em 2006 o valor de 167 trilhões de dólares, ou seja, mais 25 trilhões que no ano anterior de 2005. onde este valor foi de 142 trilhões. Este valor passou para 175 trilhões de

Gráfico nº 4 - Capitalização bolsista
em % do PIB mundial 1981-2000



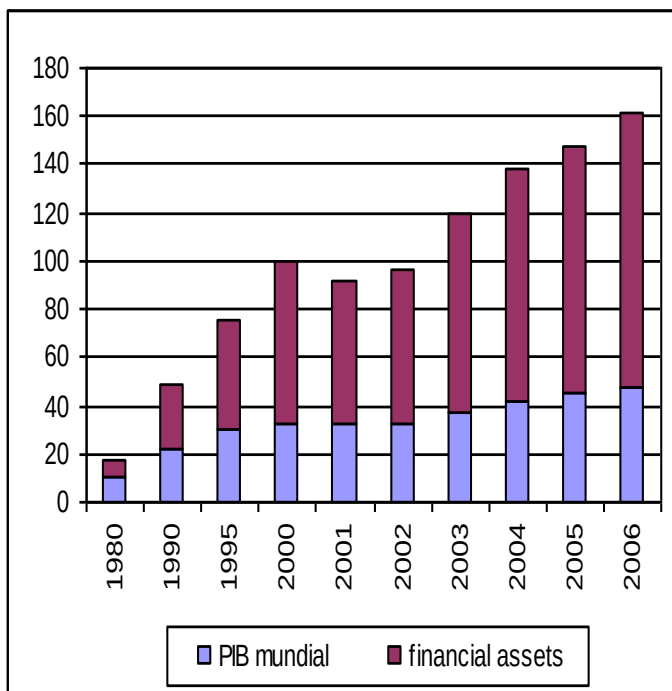
Fonte: Simplificado de Economie et finance globales, la portée des chiffres, Org. Paul H. Dembinski, Genève, 2003 Observatoire de la Finance

dólares em 2008 e para 212 trilhões de dólares em 2010³⁹. Estes valores são ainda mais significativos se comparados com os modestos 12 trilhões do ano de 1980.

A relação destes valores com o PIB mundial mostra também que os bens financeiros globais cresceram a um ritmo muito maior que aquele do PIB, razão que se traduz no facto de estes valores serem próximos em 1980 com o PIB igual a \$10.1 e 12 trilhões, e que em 2006 o AFC foi de 167 e o PIB de 48.3, ou seja, mais de três vezes superior.

³⁹ McKinsey Global Institute: Mapping Global Capital Markets 2011. <http://www.cfr.org/economics/mckinsey-global-institute-mapping-global-capital-markets-2011/p25592>

Gráfico 5 - Evolução do Ativos Financeiros Globais 1980-2006



Fonte: Com base em Mapping Global Capital Markets, Diana Farrell, Susan Lund, Christian Fölster, Raphael Bick, Moira Pierce, Charles Atkins, McKinsey Global Institute” 2008, p.8

http://www.mckinsey.com/mgi/publications/Mapping_Global/index.asp

Se olharmos a distribuição geográfica destes valores, os EUA e a UE representam respetivamente 56.1 e 47,6 \$ trilhões ou seja dois terços do total.

Assim, quer se considere a capitalização bolsista isoladamente ou o valor global dos bens financeiros, certo é que o capital financeiro ocupa cada vez mais um lugar determinante na economia capitalista.

Talvez seja aqui que se encontra uma das maiores ameaças para a Humanidade: a razão entre o Capital especulativo e o Capital produtivo. Apesar de, em última instância, não poderem ser estudados separadamente, significa que o sistema terá tendência a deslocar a sua atenção para o setor financeiro em detrimento do setor produtivo, onde se produzem os bens que sustentam o desenvolvimento da

sociedade em geral. E, neste sentido, veremos nos países capitalistas mais desenvolvidos o crescimento estrutural do desemprego e nos países capitalistas mais pobres todas as formas de repressão visando manter a mão-de-obra local nos limites da sobrevivência.

Os tempos em que as instituições bancárias tinham essencialmente por objetivo os empréstimos e os depósitos, há muito que ficaram para trás. Progressivamente os instrumentos que sustentam a atividade financeira têm vindo a diversificar-se e é particularmente difícil navegar num mundo onde todos os dias aparecem novas fórmulas para investir capitais reais ou virtuais, no seio das Bolsas ou fora delas.

As mudanças de contexto no qual estas atividades se exercem criam ainda uma maior complexidade pois o que tinha um significado num dia passa a ter outro no dia seguinte. Mas nem todo o negócio de investimento especulativo passa pelas bolsas.

Por exemplo, os Credit Default Swaps (CDS) são na verdade um negócio generalizado sem fundo de garantia, assente no risco de inadimplência de um credor para determinado volume de crédito, o qual é por isso objeto de um seguro e/ou resseguro por parte de um fundo de investimento, mediante o pagamento de um determinado montante. Se o crédito tem consistência tudo corre bem, mas se o crédito inicial deixa de ser remunerado ou re-embolsado, as entidades detentoras dos CDS ficam em dificuldade, vão à falência ou são protegidas pelos governos através dos bancos centrais, ou mesmo como no caso da União Europeia, pelo Banco Central Europeu e nos EUA sob a proteção do seu equivalente, a Reserva Federal.

Só os CDS que revelaram na crise de 2008 uma fonte de pânico, pois sendo negociados fora das bolsas ou de qualquer outro controlo, tinham um valor estimado que passou de \$6.400 biliões no fim de 2004 para \$57.900 biliões (quase 60 triliões) no fim de 2007.

Estes negócios assentam sobretudo na desregulamentação financeira com bancos de porta aberta para a rua e sem porta aberta, assim como todo o tipo de empresas sediadas nos *offshore* ou nos erradamente chamados paraísos fiscais⁴⁰.

⁴⁰ Segundo um relatório do FMI em 2000, Offshore Financial Centers IMF Background Paper, existiam offshores nos seguintes países e territórios. Africa : Djibouti, Libéria, Mauritius, Seychelles, Tangier. Asia and Pacific: Cook Islands, Guam, Hong Kong, Japan, Labuan, Malaysia, Macao, Marianas Marshall Islands, Micronésia, Nauru, Niue, Philippines, Singapore, Tahiti, Thailand, Vanuatu, Western Samoa. Europa: Andorra, Campione, Cyprus, Dublin, Ireland, Gibraltar, Guernsey, Isle of Man, Jersey,

Mais propriamente, estes paraísos são simplesmente Estados, Regiões Autónomas, bairros ou ruas, onde legalmente se criam empresas em todos os ramos da atividade económica, em particular para movimento de capitais, provenientes de qualquer fonte legal ou ilegal. São lugares que garantem o sigilo bancário absoluto e livres no essencial de qualquer sistema fiscal. Aí são negociados todo o tipo de valores e investimentos financeiros.

Importa no entanto ter em consideração que aquilo que seria uma fraude deixa de o ser, se se tornar um procedimento geral e na verdade aceite e protegido por governos e tribunais dos principais países onde estão sediados. Estes Centros Financeiros Offshore (CFO) “desanexados” do enquadramento jurídico geral dos países a que pertencem para efeitos de negócios financeiros e outros, como o caso da região Autónoma da Madeira ou países que no seu todo funcionam sem responsabilidades internacionais relativamente ao movimento de capitais, como a Suíça ou o Luxemburgo.

Nestes territórios são assegurados através dos CFO, vários serviços orientados essencialmente para não residentes: segredo bancário sobre origem, movimento e propriedade das contas bancárias, privacidade dos negócios, ausência de impostos parcial ou total, possibilidade de criação de empresas reais ou fictícias para suporte de todo o tipo de atividades geralmente financeiras, acolhimento de mais-valias produzidas nos diferentes setores da economia com a finalidades de fugirem ao impostos gerais dos países onde foram produzidas (chamada otimização fiscal), recusa internacional de colaboração com autoridades policiais ou judiciais, liberdade cambial para compra, venda e especulação assentes no negócio de divisas e finalmente acolhimento de sedes e filiais de todas as instituições de seguros e serviços financeiros como complemento das instituições mães ou por conta própria International Business Companies (IBCs).

Apesar dos CFO estarem perfeitamente reconhecidas como parte integrante do sistema financeiro capitalista o próprio FMI identifica três aspetos que de alguma forma são preocupantes para a

Liechtenstein, London, Luxembourg, Madeira-Portugal, Malta, Mónaco, Netherlands, Switzerland. Médio oriente: Bahrain, Israel, Lebanon. Hemisfério Ocidental: Anguila, Antigua, Aruba Bahamas, Barbados, Belize, Bermuda, British Virgin Islands, Cayman Islands, Costa Rica, Dominica, Grenada, Montserrat, Netherlands Antilles, Panama, Puerto Rico, St. Kitts and Nevis, St. Lúcia, St. Vincent and Grenadines, Turks and Caicos Islands, United States International Banking Facilities (IBFs), Uruguai, West Indies (UK). <http://www.imf.org/external/np/mae/oshore/2000/eng/back.htm>

estabilidade financeira mundial⁴¹, a saber: a necessidade de criar instrumentos de avaliação à nascença de situações de risco; a maior vulnerabilidade das economias emergentes às consequências das flutuações cambiais, liberalização dos movimentos de capitais e endividamento e enfim a criação de dificuldades suplementares para promover boa governança pelo facto dos CFO reduzirem a transparência, decorrente da exploração de complexas estruturas de propriedade com o relacionamento entre diferentes jurisdições envolvidas.

No mesmo estudo, o FMI reconhece igualmente que caso se considere o facto de os CFO atuarem essencialmente com não residentes, os centros financeiros como Londres, Nova Iorque ou Tóquio também podem se assimilados a CFO ⁴²

Por outro lado, algumas destas praças financeiras atingem volume de negócios extremamente importantes como é o caso das Ilhas Caimão, onde estão sediados 600 bancos, 800 companhias de seguros, 70 000 IBC (Internacional Business Company), 25 000 *trusts* e quase 5 000 fundos de investimento.

Sobre o papel efetivo dos CFO na economia global, podemos lembrar a título de exemplo, o comentário crítico de Barak Obama durante a campanha eleitoral sobre um edifício que nas Ilhas Caimão abrigava nada menos de 12.000 empresas ou como referiu 12.000 empresas que pretendiam ter os seus escritórios nesse edifício. Tratava-se do Uglard House com 5 andares situado South Church Street em Georges Town na Grande Caimão. Mais interessante é a resposta disponibilizada na WEB pela firma Maples and Calder, com a mesma morada.

A explicação é simples pois as 18.000 e não 12.000, como referiu erradamente Obama, não têm aí os seus escritórios mas apenas a sua morada de registo e isso nada tem de especial pois segundo a Division of Corporations do Estado do Delaware “ mais de meio milhão instituições de negócios adotaram o Delaware como residência legal, incluindo 280.000 empresas e 400.000 *alternative entities*⁴³. Mais de

⁴¹ Cf. Offshore Financial Centers, IMF, Monetary and Exchange Affairs Department, 2000. <http://www.imf.org/external/np/mae/oshore/2000/eng/back.htm#table1>

⁴² Offshore Financial Centres, IMF Background Paper, Monetary and Exchange Affairs Department, 2000, <http://www.imf.org/external/np/mae/oshore/2000/eng/back.htm#table1>

⁴³ Alternative entities is a term used to refer to anything other than a traditional corporation, including general partnerships, limited partnerships, limited liability

50% de todas as *publicly-traded companies*⁴⁴ nos EUA incluindo 60% das incluídas no Forbes 500, escolheram o Delaware com residência legal⁴⁵. E mais, não há porque estranhar pois no 1209 da Orange Street em Wilmington, Delaware estão registadas mais de 200.000 instituições. Além disso várias instituições do Governo dos EUA tem atividades nas ilhas Cayman tais como o Overseas Private Investment Corporation OPIC⁴⁶ e várias agências governamentais dos EUA e o próprio Banco Mundial adotam fundos de investimento registados nas ilhas Cayman. Segundo os dados do Tesouro Americano as instituições sediadas nas ilhas são dos principais possuidoras de fundos soberanos e privados americanos. Tudo isto sem esquecer que as Ilhas Cayman são British Dependent Overseas Territory, ou seja, parte do Reino Unido.

Assim nada há de extraordinário que estas ilhas britânicas registem 2 triliões de US\$ de bens financeiros em Dezembro de 2007.⁴⁷ Em resumo torna-se muito difícil distinguir os *offshores* tradicionais de todos os esquemas que não sendo offshore formalmente, asseguram idênticos serviços no quadro dos sistemas financeiros dos países mais ou menos ricos. Também se torna natural a especialização em diferentes ramos entre as *offshores* como é assinalado num documento produzido pela Faculdade de Economia de Coimbra: as Bermudas no seguro e no resseguro; as Bahamas com os seus 4300 bancos são líder do e-comércio; as Ilhas Virgens abrigam 50% das sociedades não residentes do mundo, os Barbados que desfiscalizam as exportações americanas; a Irlanda, especialista na desfiscalização dos direitos de

partnerships, limited liability limited partnerships, limited liability companies, statutory and common law trusts, and special-purpose corporations
<http://www.potteranderson.com/practices-17.html>

⁴⁴ A publicly-traded company is a company that has permission to offer its registered securities (stock, bonds, etc.) for sale to the general public, typically through a stock exchange, or occasionally a company whose stock is traded over the counter (OTC) via market makers who use non-exchange quotation servisses.
http://en.wikipedia.org/wiki/Public_company

⁴⁵ <http://www.maplesandcalder.com/>

⁴⁶ OPIC is an independent U.S. government agency whose mission is to mobilize and facilitate the participation of U. S. private capital and skills in the economic and social development of less developed countries and areas, and countries in transition from nonmarket to market economies. OPIC assists U.S. companies by providing financing (from large structured finance to small business loans), political risk insurance, and investment funds. OPIC complements the private sector in managing risks associated with foreign direct investment and supports U.S. foreign policy. <http://www.opic.gov/>

⁴⁷ <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cj.html#>

propriedade intelectual; as ilhas anglo-normandas com os seus 225 bancos e os seus 820 fundos de investimento; a Suíça, primeiro país gestor de fortunas no mundo; a Libéria, país campeão dos pavilhões de conveniência ou Tuvalu, líder do mercado do sexo em linha.⁴⁸ Uma busca rápida na Web permite facilmente encontrar o caminho para criar uma empresa ou um banco.

A título de exemplo, podemos referir a República das Seychelles dependente do Reino Unido através da *Commonwealth of Nations* anteriormente denominada por *British Commonwealth* a qual é atualmente reconhecida como um dos mais importantes territórios *offshore*. Esta *offshore* especializada na criação de empresas está incluída na Lista Branca definida pelo G20 em Abril de 2009, certificando assim a legalidade das suas atividades e a sua normal integração no sistema financeiro mundial. Tal como na generalidade das outras *offshore* as vantagens propostas são de múltipla natureza. Sumariamente ilustramos por meio de informação disponibilizada na Web por uma instituição aí sediada, as “vantagens” dos *offshore* em geral e a simplicidade de aí criar bancos, universidades, *hedge funds*, fundações, escritórios virtuais, *trusts* etc.

“As empresas offshore são a estrutura de empresa preferencial para alcançar o anonimato e a proteção da privacidade, manter todos os pormenores do negócio confidenciais e combinar tudo isto com responsabilidade limitada e isenção fiscal. Todas as empresas que oferecemos são totalmente legais e capazes de conduzir as suas atividades a nível mundial. Hoje compreende-se que apesar dos custos de uma empresa offshore poderem ser mais elevados do que aqueles para registar uma empresa nos EUA ou no Reino Unido, os benefícios a longo prazo superam os custos iniciais. As empresas offshore não têm de pagar impostos sobre as vendas ou lucros. Uma vez que não existe tributação não é exigida contabilidade ou auditoria pelas autoridades competentes. Isto significa que economiza os custos de um TOC, e ao mesmo tempo consegue o mais elevado nível de

⁴⁸ Economia global, mercadorização e interesses colectivos, Ciclo integrado de cinema, debates e colóquios na FEUC, DOC TAGV / FEUC, 2008 – 2009, p.33.
http://www4.fe.uc.pt/ciclo_int/doc_08_09/08_grande_evasao.pdf

*proteção de privacidade. A sua empresa pode estar inativa ou gerar milhões em lucro e, mesmo assim, não será obrigado a fornecer informações.*⁴⁹

Para todas as empresas é sempre possível criar um endereço virtual em Londres ou Nova Iorque, por apenas 190€ por ano, na medida em que a empresa:

*“pode de facto tornar isto possível oferecendo-lhe os serviços do nosso escritório virtual. Terá todas as vantagens de um endereço comercial de prestígio. Podemos receber correspondência endereçada à sua empresa e encaminhá-la para si em qualquer lugar do mundo, ao mesmo tempo terá os seus próprios números de telefone e fax, parecendo que está de facto presente no escritório”*⁵⁰

É neste quadro que por apenas 680 € é possível criar nos 10 minutos seguintes, uma empresa que assegura:

*“anonimato, serviços por procuração através de advogados, o mais elevado nível de proteção de privacidade, responsabilidade limitada sem exigência de capital, isenção de impostos legais, sem tributação de quaisquer lucros, sem necessidade de contabilidade, sem obrigação de reportar, não paga honorários a contabilistas, sem auditorias, sem requisitos sobre a profissão ou situação financeira, o negócio pode ser realizado a nível internacional, e muitos mais”*⁵¹

Também é possível criar por 99.000€ um Banco com as seguintes vantagens:

“são aceites diretores ou proprietários de todas as nacionalidades, somente exigências básicas de pesquisa, aprovação rápida, taxas de inscrição acessíveis, tas de renovação económicas, as operações podem ser realizadas em todo o mundo, não é exigido o depósito de capital inicial isenção total de imposto, sem escrituração, sem

⁴⁹ <http://www.csr-corporation.com/en/index.html>

⁵⁰ <http://www.csr-corporation.com/en/index.html>

⁵¹ <http://www.csr-corporation.com/en/index.html>

contabilidade, sem auditoria e sem reportar”⁵²

Para a criação de um Hedge Fund o custo é de apenas 7.800€ com as seguintes vantagens:

“Com os hedge fund pode atrair investidores, receber fundos e investir ações, empreendimentos comerciais, imobiliário, e mais. Os investidores do hedge fund são proprietários e os fundos investidos são classificados como financiamento de capitais próprios, e não fundos de terceiros, em comparação com os bancos ou a gestão de licenciamento de capital. Os lucros são reinvestidos ou pagos como dividendos. As perdas não têm consequências legais; perder equidade tem uma classificação diferente de perder os fundos dos clientes.”⁵³

Os mecanismo atuais que estão no centro da atividade dos CFO só aparentemente expressam uma realidade diferente daquela onde se organizava o grande Capital no início do Século XX. Apenas diferem na proporção que representam na economia mundial, ou melhor, em relação ao desenvolvimento que os OFC tomaram no quadro das políticas económicas neoliberais como seja a divisão das empresas em inúmeras filiais elevando os níveis de falta de transparência e o alheamento de qualquer responsabilidade social.

“O meio mais simples e por isso mais vulgarmente utilizado para tornar um balanço indecifrável consiste em dividir uma empresa em várias partes por meio da criação de filiais ou a incorporação de estabelecimentos do mesmo género As vantagens deste sistema, do ponto de vista dos diversos fins - legais e ilegais -, são tão evidentes que na atualidade as grandes sociedades que não o adotaram constituem uma verdadeira exceção”⁵⁴

Num estudo divulgado em 2009 pela Alternatives Economiques

⁵² <http://www.csr-corporation.com/en/index.html>

⁵³ <http://www.csr-corporation.com/en/index.html>

⁵⁴ L. Eschwege, “Tochtergesellschaften”, Die Bank, 1914, 1, S. 545 citado por V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, pp. 575-671, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977 p. 613

a totalidade das empresas francesas cotadas no CAC 40, detinham negócios nos (CFO). Estas empresas possuíam 1500 filiais distribuídas por 30 destes territórios com relevo para as empresas do setor financeiro com destaque para BNP Paribas, Crédit Agricole e Société Générale que disponham por si só de 361 sociedades *offshore*.⁵⁵

*“Este exemplo típico de malabarismo nos balanços, o mais comum nas sociedades anónimas, explica-nos por que motivo os seus conselhos de administração empreendem negócios arriscados com muito mais facilidade do que os particulares. A técnica moderna de elaboração dos balanços não só lhes oferece a possibilidade de ocultar a operação arriscada ao acionista médio como permite mesmo aos principais interessados livrarem-se da responsabilidade mediante a venda oportuna das suas ações no caso de a experiência fracassar, ao passo que o negociante particular arrisca a sua pele em tudo quanto faz.”*⁵⁶

Neste contexto, é fácil compreender a importância crescente dos territórios *offshore* que na verdade não são assim tão *offshore* como geralmente são denominados. A Zona Franca da Madeira que é legalmente entendida pela legislação portuguesa como o *enclave territorial* onde podem ter lugar atividades de natureza industrial, comercial ou financeira (onde o IRC está reduzido a cerca de 4%) e onde as atividades de serviços *offshore*, se podem instalar em qualquer ponto do território do arquipélago, incluindo a cidade do Funchal, mais não significa que Portugal é objetivamente um território “*offshore*” tal como a Suíça, o Luxemburgo, o Reino Unido os EUA ou potencialmente qualquer lugar do planeta. Na verdade, um território *offshore* não é uma questão de geografia mas uma fórmula legal de promover o segredo bancário, a fuga aos impostos, e a desresponsabilização dos agentes económicos do grande Capital.

A ideia corrente que os CFO são essencialmente utilizados para

⁵⁵ Cf. Christian Chavagneux et Marie-Salomé Rinuy, Enquête exclusive : la présence des entreprises du CAC 40 dans les paradis fiscaux, http://www.alternatives-economiques.fr/paradis-fiscaux---le-cac40-et-les-paradis-fiscaux_fr_art_633_42326.html

⁵⁶ L. Eschwege, “Tochtergesellschaften”, Die Bank, 1914, 1, S. 545 citado por V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, pp. 575-671, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977 p. 612

servir ao branqueamento de capitais e para os negócios de financeiros marginais, está pois bem longe do real significado que estes têm na finança mundial. Os CFO são na verdade um instrumento estruturante do capital financeiro mundial.

Para lá dos negócios estabelecidos nas Bolsas e que poderíamos assumir como detentores de algum nível de transparência, existe pois todo um outro negócio mais opaco, onde apenas o mercado dito de “derivados” representava no fim de 2008 um valor teórico especulativo de nada menos que \$500 trilhões, ou seja, 9 vezes o retraído PIB mundial.

Lembremos a crise do crédito dito Subprime⁵⁷ o qual à partida é um crédito ao consumo, concedido a setores da população com rendimentos mais baixos, com instabilidade de emprego ou ainda com salários em processo de deterioração.

Estes créditos têm por objetivo utilizar no mundo da finança a cada vez menor parte dos salários, que não corresponde à reprodução da mão-de-obra e que é geralmente destinado ao consumo corrente, ao pagamento de despesas com a saúde ou a educação ou para aquisição de habitação própria.

É o caso por exemplo dos créditos por telefone onde as empresas obtêm dos bancos, ou dentro dos próprios bancos instalados ou não num qualquer CFO, recursos com taxas de juro baixas e que disponibilizam ao cidadão corrente, a taxas 7 ou 8 vezes superiores. São os créditos que na publicidade têm as condições do contrato em letra que não se consegue ler, ou na rádio são lidas em voz tão rápida que ninguém pode compreender. Com a desregulação do sistema financeiro vem o crescimento do endividamento das famílias, em simultâneo com a diminuição da parte salarial entregue aos trabalhadores. Gerard Duménil e Dominique Lévy chamaram a atenção para este facto nos seguintes termos:

“ Nos anos de 1960 e 1970 a dívida das famílias representava cerca de 65% do seu rendimento disponível (quer dizer depois de deduzido os impostos). A partir de meados dos anos 80, esta percentagem explodiu, atingindo, no início dos anos 2000, mais de 100%. (...) podemos-nos perguntar como o sistema bancário pode acompanhar um

⁵⁷ *Prime lending* refere-se a credores seguros e *subprime lending* refere-se a credores com maior risco de inadimplência

tal movimento que apresenta riscos evidentes. A resposta é que estes riscos foram largamente transferidos para as instituições governamentais (como as Federally related mortgage pools), que compram estas dívidas aos bancos, emitindo títulos (tão seguros como títulos do tesouro) para financiar estas compras. Em 2000, 43% dos créditos hipotecários tinham sido transferidos desta forma para instituições públicas. Trata-se de um exemplo maior de intervenção do estado no quadro dos santuários dos mercados neoliberais, segundo o princípio: socializar os riscos, privatizar os lucros.”⁵⁸

Lembremos o caso do banco de investimento Bear Stearns criado há mais de 80 anos, e que era o quinto maior banco de investimento dos EUA e que, no quadro da crise de 2008, depois de ter perdido 90% do seu valor foi comprado pela JP Morgan Chase por US\$ 236 milhões quando uma semana antes valia na Bolsa US\$3,54 biliões. Um ano antes cada ação valia US\$ 171, na semana anterior á compra US\$ 30,85 e na hora da compra US\$ 2. Esta compra teve o apoio da Reserva Federal dos EUA e do Tesouro dos Estados Unidos, que asseguraram um financiamento de 30 biliões de dólares para desespero dos neoliberais que sempre apregoaram o princípio de que quanto menos Estado melhor Estado. Na hora da aflição, quanto mais Estado, melhor Estado. O mesmo pensa o Citigroup e Merrill Lynch nos EUA, o Northern Rock no Reino Unido, o Swiss Re e UBS na Suíça ou ainda a Société Générale na França entre muitos outros. Sobre este tipo de situações, Lenine citava a seguinte passagem de Hilferding:

“Se os lucros do capital financeiro são desmedidos durante os períodos de ascenso industrial, durante os períodos de depressão arruinam-se as pequenas empresas e as empresas pouco fortes, enquanto os grandes bancos “participam” na aquisição das mesmas a baixo preço, ou no seu lucrativo “saneamento” e “reorganização”. Ao efetuar-se o “saneamento” das empresas deficitárias, “o capital em ações sofre uma baixa, isto é, os lucros são distribuídos

⁵⁸ Gerard Duménil e Dominique Lévy *Le néolibéralisme sous hégémonie États-Unienne*, http://www.ucm.es/info/eurotheo/materiales/hismat/dumenil_neohcour.pdf

*sobre um capital menor, e calculam-se depois com base nesse capital. Ou, se a rentabilidade fica reduzida a zero, incorpora-se novo capital que, ao unir-se com o capital velho, menos lucrativo, produz já um lucro suficiente. Convém dizer - acrescenta Hilferding - que todos esses saneamentos e reorganizações têm uma dupla importância para os bancos: primeiro como operação lucrativa, e segundo como ocasião propícia para colocar sob a sua dependência essas sociedades necessitadas”.*⁵⁹

Na mesma época, o governo americano nacionalizou a American International Group (AIG), a maior seguradora dos Estados Unidos e uma das maiores do mundo por US\$ 85 bilhões ao mesmo tempo que as duas gigantes do mercado hipotecário, Fannie Mae e Freddie Mac eram também nacionalizadas tendo recebido 200 bilhões de dólares (148 bilhões de euros) para impedir a sua falência.

*“Não se sabe ainda o tamanho exato do rombo. Desde Agosto de 2007, os bancos centrais norte-americano, europeu, britânico, suíço e japonês injetaram na economia centenas de bilhões de euros sem conseguir restaurar a confiança. Da economia financeira, a crise propagou-se para economia real. E uma conjunção de fatores – redução acelerada dos preços no mercado imobiliário dos Estados Unidos (e também do Reino Unido, da Irlanda e da Espanha), esvaziamento da bolha de liquidez, queda do dólar, restrição dos créditos – fazem temer um real recuo do crescimento mundial. Somam-se a isso outros fenómenos como a alta dos preços do petróleo, das matérias-primas e dos produtos alimentares. Ou seja, os ingredientes de uma crise duradoura, a mais importante desde que a globalização constituiu o quadro estrutural da economia mundial.”*⁶⁰

Apesar da crise de 2008 ainda estar longe de terminar, já é

⁵⁹ O Capital Financeiro, p. 172. Citado por V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, p. 616

⁶⁰ Ignacio Ramonet, Crise 2008?, Le Monde Diplomatique, Fev 2008. Cf. Frédéric Lordon, O mundo refém das finanças, Le Monde Diplomatique Brasil, Setembro de 2007.

possível formar uma ideia sobre o que significaram os anos de neoliberalismo em termos de enriquecimento sem produção de riqueza. Os valores que os Bancos centrais entregaram aos bancos seguradoras e demais instituições financeiras com ou sem porta para a rua atingiram já valores nunca antes distribuídos pelos Estados às instituições privadas da banca e da finança.

Num estudo elaborado pela DG de Economia e Finanças da União Europeia e publicado em Junho de 2008, os governos europeus forneceram uma “ajuda” de 3,5 € triliões ou seja o equivalente ao PIB da Alemanha. Ao mesmo tempo, o Governo e a Reserva Federal dos EUA disponibilizaram 9 triliões de Euros. Estes recursos destinaram-se, na linguagem dos governos envolvidos, a contribuir para a estabilização da tensão extremamente tensa dos mercados financeiros.⁶¹

Com efeito na insolvabilidade, os seguros e outras formas de especulação sobre esses créditos apelidados para a ocasião de “tóxicos”, deixaram de ser um bom negócio, correndo os detentores dessa espiral de seguros, de resseguros e de papéis tóxicos, à falência ou à proteção generosamente atribuída pelos governos que meses antes clamavam o primado das leis do mercado para selecionar “o bom dinheiro do mau dinheiro”.

A dificuldade, pós e durante a crise, de conceder crédito às empresas e às famílias, levou por seu lado à recessão da “economia real” à baixa dos valores nas bolsas, ao desemprego e à reorganização do tecido bancário/financeiro, onde mais uma vez os grandes vão comer os mais pequenos.

Na cada vez menor importância da produção de riqueza, apenas sobra a compra e a venda da “confiança”. E foi com isso que o discurso neoliberal conseguiu sustentar o fim das políticas e práticas do capitalismo Keynesiano e assumir-se como a razão única do Capital.

⁶¹ Meera Louis, Bank Rescue Costs EU States \$5.3 Trillion, More Than German GDP
<http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=20601109&sid=aI.TwSBYXBM>

3-O capital financeiro e os países capitalistas pobres

“Para o capital financeiro não são apenas as fontes de matérias-primas já descobertas que têm importância, mas também as possíveis, pois a técnica avança, nos nossos dias, com uma rapidez incrível, e as terras hoje não aproveitáveis podem tornar-se amanhã terras úteis, se forem descobertos novos métodos (para cujo efeito um banco importante pode enviar uma expedição especial de engenheiros, agrónomos, etc.), se forem investidos grandes capitais. O mesmo acontece com a exploração de riquezas minerais, com os novos métodos de elaboração e utilização de tais ou tais matérias-primas, etc. etc. Daí a tendência inevitável do capital financeiro para ampliar o seu território económico e até o seu território em geral. Do mesmo modo que os trusts capitalizam os seus bens atribuindo-lhes o dobro ou o triplo do seu valor, tomando em consideração os lucros «possíveis» no futuro (e não os lucros presentes) e tendo em conta os resultados ulteriores do monopólio, o capital financeiro manifesta a tendência geral para se apoderar das maiores extensões possíveis de território, seja ele qual for, encontre-se onde se encontrar, por qualquer meio, pensando nas fontes possíveis de matérias-primas e temendo ficar para trás na luta furiosa para alcançar as últimas parcelas do mundo ainda não repartidas ou por conseguir uma nova partilha das já repartidas.”

V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, p.638

Vimos nos capítulos anteriores como Lenine expôs a forma como o capitalismo se estruturava na passagem do século XIX para o séc. XX e referimos os processos que revelam a forma da sua dominação durante todo o século XX. A concentração das indústrias sob diferentes formas de organização e o consequente desenvolvimento da desigualdade de oportunidades entre os próprios capitalistas. Para as restantes sobrou uma pequena fatia da exploração do trabalho. Associado a este processo, o setor bancário também se concentrou, criando-se recursos para o desenvolvimento tecnológico e a submissão das próprias empresas à banca que assim passou a dispor de um capital sob a forma de capital financeiro.

Este capital financeiro aumentou tanto que a sua exportação para o exterior se revelou necessária à sua sobrevivência. Aplicado sob a forma de créditos, a privados e a governos, rapidamente se estendeu a quase todo o Planeta, tendo para isso financiado as campanhas diplomáticas, guerras, expedições científicas, que embasaram a própria colonização e a partilha do mundo entre as quatro grandes economias da altura (Alemanha, França, Inglaterra e EUA). Colonização que assegura o acesso às matérias-primas conhecidas e supostas e, o investimento em infraestruturas que viabilizavam a pilhagem (estradas, caminhos de ferro, portos, etc...).

“No limiar do século XX assistimos à formação de monopólios de outro género: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns poucos países riquíssimos, nos quais a acumulação do capital tinha alcançado proporções gigantescas. Constituiu-se um enorme «excedente de capital» nos países avançados. (...) A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo facto de uma série de países atrasados terem sido já incorporados na circulação do capitalismo mundial, terem sido construídas as principais vias férreas ou iniciada a sua construção, terem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria, etc. A necessidade da exportação de capitais obedece ao facto de que em alguns países o capitalismo «amadureceu excessivamente» e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas)

*carece de campo para a sua colocação «lucrativa».*⁶²

“O traço característico deste período - conclui o autor - é, por conseguinte, a partilha da África e da Polinésia.” Como nem na Ásia nem na América existem terras desocupadas, isto é, que não pertençam a nenhum Estado, há que ampliar a conclusão de Supan e dizer que o traço característico do período que nos ocupa é a partilha definitiva do planeta, definitiva não no sentido de ser impossível reparti-lo de novo “pelo contrário, novas partilhas são possíveis e inevitáveis”, mas no sentido de que a política colonial dos países capitalistas já completou a conquista de todas as terras não ocupadas que havia no nosso planeta. Pela primeira vez, o mundo encontra-se já repartido, de tal modo que, no futuro, só se poderão efetuar novas partilhas, ou seja, a passagem de territórios de um “proprietário” para outro, e não a passagem de um território sem proprietário para um “dono”.⁶³

Quadro 10 - Percentagem de território pertencente às potências coloniais europeias e aos Estados Unidos

	1876 %	1900 %	Diferença %
Na África	10,8	90,4	+ 79,6
Na Polinésia	56,8	98,9	+42,1
Na Ásia	51,5	56,6	+ 5,1
Na Austrália	100,0	100,0	--
Na América	27,5	27,2	- 0,3

Fonte V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, p.634

Devemos juntar também aqueles território que: “do ponto de vista político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas das

⁶² V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, p. 621, 622

⁶³ A. Supan, Fie territoriale Entwicklung der europäischen Kolonien, 1906, S. 254 in E1 in V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, p. 639

dependências financeiras e diplomáticas” (...) “O Exemplo de Portugal mostra-nos uma forma um pouco diferente de dependência financeira e diplomática, ainda que conservando a independência política. Portugal é um Estado independente, soberano, mas na realidade há mais de duzentos anos, desde a Guerra da Sucessão de Espanha (1701-1714), que está sob o protetorado da Inglaterra. A Inglaterra defendeu-o, e defendeu as possessões coloniais portuguesas, para reforçar as suas próprias posições na luta contra os seus adversários: a Espanha e a França. A Inglaterra obteve em troca vantagens comerciais, melhores condições para a exportação de mercadorias e, sobretudo, para a exportação de capitais para Portugal e suas colónias, pôde utilizar os portos e as ilhas de Portugal, os seus cabos telegráficos, etc. etc.”⁶⁴

Feita a partilha do planeta, pelo menos provisoriamente, os anos que seguem não são muito favoráveis à exportação de capitais com exceção das colónias inglesas e de alguns países da América latina. A Rússia passaria a ser a parte principal da URSS e, neste sentido, exterior ao desenvolvimento do Capitalismo, enquanto a África estava sob domínio colonial sendo aí os capitais investidos, sob o controle dos países colonizadores. A crise de 1929 prolongou os seus efeitos até praticamente à II Guerra Mundial, sendo pois apenas no período do pós-guerra que se assistirá a novos e mais importantes movimentos internacionais de capitais. Esta nova exportação moderna de capitais a partir da década de 50 para as ex-colónias e para a América do Sul resulta de um conjunto de situações decorrentes essencialmente do funcionamento das economias ocidentais, sendo de destacar dois aspetos essenciais: Em primeiro lugar, a reorganização da economia europeia iniciada no período pós guerra, e na qual teve um lugar fundamental o Plano Marshall, o qual contribuiu para colocar de novo parte da Europa como produtor e exportador de bens, situação que originou a criação de um excedente de capitais que de imediato se colocaram em busca de aplicação.

Em simultâneo, a baixa da taxa de rentabilidade nos EUA do Capital diminuiu consideravelmente nessa época, seguindo-se idêntico

⁶⁴ V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, pp. 639 e 640

movimento na Europa também a partir dos inícios dos anos 60.

Em segundo lugar a partir de 1973, o chamado choque petrolífero fez aumentar o preço do petróleo para valores nunca atingidos, significando o aumento dos recursos financeiros nos países produtores, os quais, de imediato, colocaram esses recursos na forma de quantias fabulosas de “petrodólares” nos bancos ocidentais. Estes nada mais podiam fazer senão procurar a sua aplicação junto dos países do Sul, propondo baixos juros como forma de incentivar esses países a endividarem-se ainda mais.

Note-se também que a crise do petróleo provocou a retração do mercado, em particular na Europa devido a recessão generalizada, manifestada em particular no aumento do desemprego e consequente poder de compra. Com o mercado interno assim reduzido, os países ricos entenderam propor também créditos destinados à aquisição das mercadorias para as quais tinham perdido parte considerável de compradores.

Neste quadro multifacetado, a dívida do Sul ou por outras palavras e de forma mais adequada, a exportação de capitais para os países em desenvolvimento cresceu de forma até então nunca realizada.

Quadro 11 - A dívida 1980-2004

	<i>Stock</i> (biliões \$)	<i>Serviço</i> (biliões \$)
1980	540	90
1990	1 340	150
1998	2 320	290
1999	2 350	350
2000	2 280	380
2001	2 260	370
2002	2 340	370
2003	2 550	420
2004	2 600	370

Fonte: Les chiffres de la dette 2005, Damien Millet, Comité pour l'Annulation de la Dette du Tiers Monde
<http://www.cadtm.org/IMG/pdf/vademecum2005b-2.pdf>

Com estes montantes tão elevados o fardo da dívida assim criada, tornou-se progressivamente um obstáculo ao próprio desenvolvimento, pois só por si, o pagamento dos juros ultrapassou rapidamente as possibilidades dos países endividados.

Mas, o endividamento dos Países do terceiro mundo tem também raízes na própria fragilidade económica e política do período pós-colonial, situação agravada ou mesmo dominada, pela oposição dos países ocidentais ao aparecimento de processos de desenvolvimento não submissos aos interesses ocidentais.

É toda a história política pós-colonial que se desenvolveu no contexto condicionado pela existência da chamada “guerra fria”, no qual toda iniciativa de desenvolvimento local era considerada pelos EUA e demais países ocidentais uma ameaça à continuação do controle das riquezas, existentes e a descobrir, nos territórios das antigas colónias. Territórios esses, que tinham entrado plenamente na esfera da dominação colonial capitalista, há pouco mais de 50 anos.

Esses novos Países procuravam sair de uma estrutura produtiva orientada para o serviço das potências coloniais, pelo que os movimentos de libertação, uma vez chegados ao poder, procuravam orientar a sua administração no sentido do desenvolvimento autónomo.

Mas, exatamente por esta razão, foram sistematicamente destabilizados, combatidos e, por fim, viram substituídos os responsáveis pelas independências, por elites da nascente burguesia local, mais interessada com o seu próprio padrão de consumo do que com o desenvolvimento dos seus próprios países.

Basta lembrar a geração dos dirigentes dos movimentos africanos de libertação colonial dos anos 60, todos eles assassinados em processos controlados pelos países capitalistas ricos com a intervenção da CIA e das polícias secretas da França, da Bélgica do Reino Unido ou de Portugal, como por exemplo: Patrice Lumumba, Luís Cabral, Eduardo Mondlane. Por outro lado, foi neste período que foram instalados no poder a maioria das ditaduras na América Latina, neste caso sob o controle dos EUA e o apoio das principais economias europeias.

Aberta a todo o tipo de corrupção, a 2ª geração de dirigentes africanos e os ditadores da América Latina, assumiram sem qualquer restrição o endividamento exterior junto do Banco Mundial e dos bancos privados ocidentais, americanos, alemães ou japoneses, que aí encontraram enfim o local para aplicar os recursos financeiros excedentários que detinham.

O caso do Banco Mundial é particularmente esclarecedor. Este

banco aparentemente orientado para a reconstrução do pós-guerra, manteve nos seus primeiros 20 anos uma atividade relativamente débil, se comparada com aquela que viria a ter sob a direção de Robert McNamara (Abril de 1968 a Junho de 1981). O escoamento dos recursos do terceiro mundo iria de facto servir para remunerar o capital ocidental aplicado em empréstimos, que o tempo mostrou, foram no essencial improdutos.

Entre 1947 e 1968 (21 anos) o Banco Mundial financiou 708 projetos envolvendo 10,7 milhões de dólares, enquanto só nos 5 primeiros anos de McNamara, de 1968 a 1973, foram financiados 760 projetos num montante de 13,4 milhões de dólares.

Durante a década de 70, o terceiro mundo foi objeto de todo o tipo de pressões para que aceitasse remunerar o capital proposto pelo Banco Mundial. Esta pressão foi também exercida sobre os próprios técnicos do Banco Mundial, para que eles concebessem e vendessem projetos caros ao terceiro mundo. Num livro dedicado a estas questões Susan George resume esta situação nos seguintes termos:

“Na prática (o Banco) enviava para o terreno as suas próprias equipas, cuja missão era a de localizar os projetos da sua competência. O País informado da possibilidade dum projeto assim identificado e concebido pelo BM, apenas tinha que solicitar que o banco estudasse o financiamento.

Os governos já raramente se preocupavam em saber como reembolsariam a sua dívida: como poderiam recusar os capitais caindo nos seus bolsos sem esforço? O BM define o lugar, o conteúdo, a organização e as prioridades do projeto (...).

*Os governos apenas estavam felizes de receber um empréstimo, ou melhor ainda, vários empréstimos do BM, pois estes constituíam um sinal encorajador para outros financiadores, que julgavam nada ter a temer. Os proprietários de capitais públicos e privados ganharam o hábito de seguir o BM nas suas decisões e assim não é de surpreender que os Países que receberam mais empréstimos do BIRD sejam também os principais devedores do Planeta.”*⁶⁵

Em resumo, podemos reconhecer que a dívida foi constituída

⁶⁵ Crédits sans frontières, la religion séculaire de la Banque Mondiale, Susan –George, Fabrizio Sabelli, la Decouverte, Paris, 1994, p54

pela acumulação dos créditos à exportação, pela transferência de capitais originários da ajuda pública não gratuita (ajuda pública ao desenvolvimento APD) e por meio da concessão de empréstimos concedidos sobretudo entre 1970 e 1983, por bancos privados ocidentais e até por investidores individuais. Tratava-se de uma espécie de crédito Subprime, como viria a revelar-se posteriormente e cujos efeitos ainda estão longe de ter libertado esses países para o processo sempre adiado do desenvolvimento social e económico.

As dificuldades em re-embolsar essa dívida por parte dos países pobres têm diversas explicações, entre as quais se pode salientar: a queda dos preços na exportação dos produtos de base produzidos nesses países; o reforço do protecionismo (por parte dos países industrializados que viviam num contexto de recessão económica), relativamente às importações provenientes dos países devedores; a fuga massiva dos capitais privados desses países para os bancos dos países ricos; a utilização de uma parte considerável dos empréstimos ter sido aplicada em investimentos improdutivos e em infraestruturas deficientemente dimensionadas e, finalmente, a drástica subida dos juros decretada de forma prepotente e inesperada pelos países ocidentais.

O quadro seguinte⁶⁶ ilustra a queda dos preços das matérias-primas e dos produtos agrícolas que poderiam permitir fazer face aos encargos assumidos.

Esgotados os recursos de cada País no pagamento de uma dívida sem fim, restava ao BM em articulação com o Fundo Monetário Internacional organizar uma nova forma de pilhagem, através dos Planos de Ajustamento Estrutural que vão diretamente recolher os fundos da despesa pública destinada à saúde, educação e infraestruturas e a privatização internacional das empresas públicas,

minas, portos, etc... Tal situação foi também referida por Susan George nos seguintes termos:

“Se o objetivo dos gestores oficiais da dívida era de esmagar os devedores, de transferir enormes recursos do Sul para o Norte e de fazer uma guerra não declarada aos continentes pobres e aos seus povos, podemos dizer que as suas políticas tiveram um sucesso considerável. Mas se ao contrário, as suas estratégias tinham (e

⁶⁶ Les chiffres de la dette 2005, Damien Millet, Comité pour l'Annulation de la Dette du Tiers Monde <http://www.cadtm.org>

Pobres e Ricos: Globalização ou Neoliberalismo

Quadro 12 - Queda dos preços dos bens primários exportados pelo Sul

Produto	Unidade	1980	1990	2001
Café (robusta)	cents / kg	411,7	118,2	63,3
Cacau	cents / kg	330,5	126,7	111,4
Óleo de amendoim	\$ / tonelada	1090,1	963,7	709,2
Óleo de palma	\$ / tonelada	740,9	289,9	297,8
Soja	\$ / tonelada	376	246,8	204,2
Arroz	\$ / tonelada	521,4	270,9	180,2
Açúcar	cents / kg	80,17	27,67	19,9
Algodão	cents / kg	261,7	181,9	110,3
Cobre	\$ / tonelada	2770	2661	1645
Chumbo	Cents / kg	115	81,1	49,6

Fonte: Les chiffres de la dette 2005, Damien Millet, Comité pour l'Annulation de la Dette du Tiers Monde <http://www.cadtm.org>

todas essas instituições apregoam isso continuamente) por objetivo promover um desenvolvimento benéfico a todas as pessoas, preservar o insubstituível meio ambiente do Planeta e levantar progressivamente o fardo da própria dívida, o fracasso é facilmente demonstrado. Um dos aspetos mais flagrantes deste choque – ou sucesso segundo o ponto de vista – é financeiro. Desde que se declarou a crise da dívida de 1982 e até 1990 (...) ou seja 108 meses, cada mês, os Países devedores, do Sul, pagaram aos seus credores, do Norte, em média, 6,5 bilhões de dólares, apenas a título do pagamento dos juros. Se tomarmos em conta o reembolso da dívida, então cada um dos 108 meses, de Janeiro de 1982 a Dezembro de 1990, viu efetuar-se ao pagamento de 12,450 bilhões de dólares em média.”⁶⁷ (...) “Durante este mesmo período 1982-1990, os Países em vias de desenvolvimento, apenas relativamente à dívida, pagaram 1.345 bilhões de dólares, aos Países credores (juros e capital). (...) Por consequência durante o período de oito anos 1982-1990, através do pagamento dos juros da dívida, os Países pobres ofereceram aos Países ricos e equivalentes de 6 Planos Marshall.”⁶⁸

E, apesar disto, no início do ano noventa, os Países endividados estavam mais endividados em 61% que em 1982

⁶⁷ L'effet Boomerang: choc en retour de la dette du tiers monde, SEUAn George, La Découverte, Paris, 1994. p.18

⁶⁸ Idem p. 15

No mesmo sentido, acrescenta ainda o Rapport Mondial sur Developpement Humain de 1992 preparado pelo PNUD : “De 1972 a 1982 a média dos empréstimos concedidos pelos mercados internacionais de capitais aos Países em desenvolvimento era de 21 biliões de dólares por ano com um máximo de 36 milhões de dólares em 1981.

Quadro 13 - Transferências financeiras finais relativas aos empréstimos a longo termo dos países em desenvolvimento

Ano	\$ biliões	Ano	\$ biliões
1972	7,1	1983	3,7
1973	10,8	1984	-10,2
1974	16,7	1985	-20,5
1975	-	1986	-23,6
1976	21,5	1987	-34,0
1977	25,0	1988	-35,2
1978	33,2	1989	-29,6
1979	31,2		
1980	29,5		
1981	35,9		
1982	0,1		
Média 1972-1982	21,0	Média 1983-1990	-21,5

Fonte: Rapport Mondial sur le Développement Humain, 1992, PNUD, Paris, 1992 p.55

A partir de 1972 as taxas de juros reais aumentaram enormemente em virtude do avanço das políticas monetaristas restritivas adotadas pelos Países industrializados em reação à segunda crise petrolífera, como se refere no quadro seguinte:

Isto precipitou a crise da dívida da América Latina em 1982, data a partir da qual os empréstimos foram reduzidos brutalmente. Em 1988 as transferências exatas para os Países em desenvolvimento eram de 35 biliões de dólares negativos. Os efeitos fizeram-se sentir em todos os Países em desenvolvimento e não somente nos mais endividados, pelo facto da retenção excessiva dos bancos comerciais, que reduziram as linhas de créditos de forma generalizada.

“ (...) Obrigados de repente a assegurar o reembolso das suas dívidas, através de seus próprios recursos,

Pobres e Ricos: Globalização ou Neoliberalismo

Quadro 14 - Subida das taxas de juros americanas
que influenciaram o re-embolso da dívida 1970-1981

Ano	Taxa nominal	Taxa real (inflação deduzida)
1970	7,9 %	2,0 %
1975	7,9 %	-1,3 %
1979	12,7 %	1,4 %
1980	15,3 %	1,8 %
1981	18,9 %	8,6 %

Fonte: Les chiffres de la dette 2005, Damien Millet, Comité pour l'Annulation de la Dette du Tiers Monde <http://www.cadtm.org>

os Países em desenvolvimento recorreram frequentemente ao crescimento da produção, já excedentária dos produtos de base, facto que acentuou a queda dos preços.

(...) Estes ciclos implicam custos humanos extremamente elevados. Durante a fase descendente, a estagnação económica provoca uma baixa nos salários reais que afeta praticamente os grupos de baixos recursos. Na América Latina de 1981 a 1987, por exemplo, os salários não-agrícolas mais baixos caíram de 41%. No Brasil, em 1987, os salários estavam ao seu nível mais baixo dos últimos 37 anos e durante o 1º trimestre do ano o desemprego duplicou praticamente. Durante os anos 1980, no México, os salários reais do setor industrial foram reduzidos de 50% no espaço de 5 anos.

*A África, por várias formas conheceu uma situação ainda pior. Os salários reais já tinham diminuído nos anos de 1970 de forma que a baixa suplementar de 30% que sofreram nos anos 1980 teve um impacto ainda mais forte.”*⁶⁹

Aliás, os valores desta dependência são ainda mais flagrantes se tomarmos em consideração a relação da dívida com o PIB de cada País, com a percentagem que consome das exportações totais. Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2004, os valores eram os seguintes, dos quais sobressai que no seu todo, os países credores se apropriam de uma parte maior do PIB dos países em desenvolvimento e

⁶⁹ Rapport Mondial sur le Développement Humain, 1992, PNUD, Paris, 1992, p. 56,57

que nos países da América Latina um terço das exportações era utilizada para pagamento do serviço da dívida.

Quadro 15 - Serviço total da dívida 1990, 2002 e 2005

	Como % do PIB			Como % das exportações		
	1990	2002	2005	1990	2002	2005
Países em desenvolvimento	3,5	4,8	4,6	19,9	17,8	13
Países menos desenvolvidos	2,7	2,3	2,3	16,2	7,7	7
Estados Árabes	4	2,3	-	14,9	6,7	-
Ásia e Pacífico	3	3,4	-	17,9	12,1	-
América Latina e Caraíbas	4	8,2	6,6	23,7	30,8	22,9
Ásia do Sul	2,6	2,5	-	19,5	11,9	15,4
África Sub Saariana	3,8	4,1	-	20,4	10,6	-

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano 2004 e 2007/2008, PNUD

Os Planos de Ajustamento Estrutural passaram a ser aplicados quando um qualquer país estava ou está, impossibilitado de efetuar o re-embolso ou o pagamento dos juros dos empréstimos realizados. Traduzem um vasto conjunto de regras determinadas pelo FMI, com o objetivo de reunir os recursos necessários para satisfazer os interesses dos credores, ao mesmo tempo que estabelece novas regras de caráter ultraliberal. Passando por cima do agravamento das já precárias condições de vida da maioria da população nesses países, os Planos de Ajustamento Estrutural permitem retornar ao domínio do grande Capital ocidental as infraestruturas produtivas e o pleno controlo das riquezas desses países. Igualmente os Planos são ocasião para consolidar no poder governos completamente submissos aos ditames do Capital aplicado em última instância pelo FMI.

Essas medidas que são inscritas nos Planos de Ajustamento Estrutural, cuja aplicação é acompanhada e avaliada de forma particularmente estrita ao longo dos anos de vigência, cobrem em geral os seguintes assuntos:

- O abandono de quaisquer subvenções a produtos ou serviços de primeira necessidade tais como por vezes constam nos “cabazes alimentares” arroz, leite, açúcar etc., Austeridade orçamental e redução das despesas relativas aos orçamentos sociais;

Pobres e Ricos: Globalização ou Neoliberalismo

- Desvalorização da moeda local;
- Aceitação de taxas de juros elevadas para serviço de investimento estrangeiro;
- Orientação da produção agrícola para a exportação mesmo que o valor dos bens esteja totalmente desvalorizado de modo que sejam recolhidos os meios de pagamento em dólares para entrega aos credores;
- Supressão total de barreiras alfandegárias;
- Liberalização da economia através em particular do abandono do controle do movimento de capitais e da supressão do controle dos câmbios;
- Estabelecimento de políticas de recolha drástica de impostos;
- Garantia dos rendimentos do Capital;
- Privatização das empresas públicas e abandono pelo Estado de atuação em áreas que possam ser concorrentes com os interesses privados.

O caso do Mali pode servir de ilustração à aplicação de um Plano de Ajustamento Estrutural, mesmo se neste caso não se tratava de uma ditadura resultante de um qualquer golpe de estado militar, como aconteceu na maioria das situações. Neste país Alpha Oumar Konaré foi eleito presidente em 1992 depois do período da ditadura do General Moussa Traoré.

A sua política foi dócil em relação ao FMI e o seu objetivo era o de restabelecer os grandes equilíbrios macroeconómicos. Aplicou-se a promover as atividades comerciais privadas e a reorganizar o setor público como se diz no FMI

Os efetivos da função pública passaram então de 45.000 em 1991 para 37.700 em 1998 e os salários públicos assumiram uma baixa do valor real compreendida entre 11% e 18%. A pressão fiscal passou de 8,5% em 1988 para 14% em 1998, enquanto as despesas passaram de 15% do PIB para 10,8%. (...) Das 90 empresas públicas existentes em 1985 no Mali, ficaram 36 em 1998, tendo sido liquidadas 26 e sendo 28 privatizadas. (...) Em 2000 foi objeto de auditoria com a adoção de um plano de ajuste financeiro a Caisse de Retraite du Mali (CRM) e o l'Institut National pour la

*Prévoyance Sociale (INPS), venda de 60% do capital da d'Électricité du Mali (EDM) venda do Hôtel de l'Amitié, privatização até 35% da Société Nationale des Tabacs et Allumettes du Mali (SONATAM) tendo em vista a sua total privatização, liquidação da Société Malienne de Matériel de Travaux Publics (SLMTP), do Office des Relais Touristiques (ORT) e da Société Nationale de Recherche et d'Exploitation Minière (SONAREM).*⁷⁰

Como referiu Naomi Klein:

“Embora sempre encapotada pela linguagem da matemática e da ciência a visão de Friedman coincidia precisamente com os interesses das grandes multinacionais, as quais, por natureza, anseiam por novos e vastos mercados desregulamentados. Na primeira etapa da expansão capitalista este tipo de crescimento desenfreado era providenciado pelo colonialismo – pela “descoberta” de novos territórios e a ocupação de terras sem pagar por elas, depois pela extração das riquezas sem compensações para as populações locais.” e a propósito da Argentina escreveu sobre Carlos Menem “Ele fez despedimentos e depois vendeu as explorações petrolíferas, a companhia dos telefones, a companhia aérea, os caminhos-de-ferro, o aeroporto, as autoestradas, a companhia das águas, os bancos, o jardim Zoológico de Buenos Aires e, mais tarde os correios e o Plano nacional de pensões.”⁷¹

Estes exemplos caracterizam a generalidade dos países pobres endividados, sendo particularmente flagrante a importância que assume a parte que os orçamentos desses países afetam ao serviço da dívida, por comparação com a que dedicam aos serviços sociais de base. Quanto à utilização real dos empréstimos, na verdade pouco beneficiou a população dos países endividados, como assinala o Comité para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo.

⁷⁰ Les chiffres de la dette 2005, Comité pour l'Annulation de la Dette du Tiers Monde <http://www.cadtm.org>

⁷¹ Klein, Naomi. (2009). *A doutrina do Choque. A Ascensão do capitalismo de desastre*, Lisboa: SmartBook. pp.72 e 269

Pobres e Ricos: Globalização ou Neoliberalismo

Quadro 16 - Parte do orçamento atribuído aos serviços sociais de base e ao serviço da dívida no período de 1992-1997

País	Serviços sociais	Serviço da dívida
R dos Camarões	4,0 %	36,0 %
Costa do marfim	11,4 %	35,0 %
Quênia	12,6 %	40,0 %
Zâmbia	6,7 %	40,0 %
Níger	20,4 %	33,0 %
Tanzânia	15,0 %	46,0 %
Nicarágua	9,2 %	14,1 %

Fonte : Les chiffres de la dette 2009, Comité pour l'Annulation de la Dette du Tiers Monde.

http://www.cadtm.org/texte.php3?id_article=445

“ Os empréstimos massivos contraídos pelos dirigentes dos países do Sul foram no entanto de muito pouca utilidade para as populações. A maior parte dos empréstimos foi decidida por regimes ditatoriais aliados estratégicos das grandes potências ocidentais. Uma parte importante das somas emprestadas foi apropriada por esses regimes corruptos. (...)

Assim a dívida cresceu tão rapidamente quanto a riqueza pessoal dos próximos do poder facto que era benéfico para os próprios bancos na medida em que a fortuna dos ditadores servia de garantia, na medida em que se manifestasse qualquer indisponibilidade para o pagamento da dívida essas fortunas podiam ser congeladas ou mesmo confiscadas. A corrupção e os desvios tiveram assim um lugar importante. (...) A compra de armas e de material militar também tem um lugar de destaque no processo de endividamento. Muitas foram as ditaduras que se mantiveram no poder comprando armamento a crédito com a cumplicidade dos credores. As populações re-embolsam atualmente a dívida que sustentou a repressão policial e militar e o assassinato dos 30.000 desaparecidos na Argentina durante a ditadura (1976-1983) as vítimas do regime do apartheid na África do Sul (1948-1994) ou o genocídio no Ruanda (1994).⁷²

⁷² Fonte : tradução livre de Damien Millet, La dette du Tiers Monde ? 2006, Título original "La tragédie de la dette : d'un colonialisme à l'autre". http://www.cadtm.org/imprimer.php3?id_article=22

Na verdade, a orientação geral do Banco Mundial e do FMI em particular é simples. Se um País tem uma dívida para o exterior, necessita de divisas para poder satisfazer os juros e o re-embolso. Estas divisas só podem ser obtidas se esse País exporta mais do que importa. E exportar mais, significa vender ao estrangeiro tudo o que possa ter um valor de mercado. Na falta de produtos manufaturados ou de serviços suscetíveis de serem vendidos (admitindo que as barreiras alfandegárias e a concorrência não inviabilizassem a sua exportação) na maior parte dos casos apenas resta aos Países devedores vender os seus recursos naturais, matéria-prima ou exportar a sua população. Se para tal for necessário fazer dos Direitos humanos uma frase sem conteúdo, o caminho fica livre para o apoio às ditaduras e todos os seus crimes de Genocídio e contra a Humanidade.

4-A partilha do Mundo e o estado de Guerra permanente.

A propriedade privada baseada no trabalho do pequeno patrão, a livre concorrência, a democracia, todas essas palavras de ordem por meio das quais os capitalistas e a sua imprensa enganam os operários e os camponeses, pertencem a um passado distante. O capitalismo transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países «avançados». A partilha desse «saque» efetua-se entre duas ou três potências rapaces, armadas até aos dentes (América, Inglaterra, Japão), que dominam o mundo e arrastam todo o planeta para a sua guerra pela partilha do seu saque.

V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, p. 582, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, p.622

Geralmente os conflitos bélicos que decorreram entre 1939 e 1945 são denominados por II Guerra Mundial. Trata-se no entanto de um conjunto de situações, que se fundamentam em realidades diversas, implicando enquadramentos, objetivos, ações e entendimentos bem diferenciados. As razões que levaram à guerra, EUA/Japão, pelo controle dos recursos naturais e mercados do Pacífico e da China, são diferentes da invasão da URSS pelo exército do capitalismo alemão, a qual pretendia trazer de volta para o domínio alemão o espaço económico da URSS.

Por outro lado, a guerra entre a Alemanha e o Reino Unido tinha por objetivo, trazer também para o domínio alemão o Império Britânico, arrastando nesse processo as colónias francesas, belgas e holandesas.

Por seu lado os EUA seguiram um caminho que se viria a revelar da maior importância para este país. Era a ocasião para tomar posse do

Pacífico, obrigar o Reino Unido a libertar o acesso às riquezas naturais e ao comércio com as suas colónias e a caucionar a destruição da URSS, e consequente retorno deste país à dependência do grande Capital ocidental, incluindo do próprio Capital alemão que antes de 1917 detinha um lugar fundamental no espaço económico da Rússia dos Czares. Nessa época, 28% da indústria têxtil, 40% da indústria metalúrgica, 90% da indústria mineira e 100% da indústria petrolífera e, como vimos, uma parte considerável do capital bancário e financeiro eram propriedade de grupos estrangeiros⁷³. Também era evidente que para os EUA não fazia sentido que os Impérios Coloniais europeus mudassem de mão (neste caso para uma Alemanha capitalista vitoriosa) mas provavelmente, era a ocasião certa para passarem para o controle, não alemão, mas sim americano.

Isto explica a atuação dos EUA ao longo do período de 39/45.

Numa primeira fase, o Reino Unido encontrava-se isolado face a uma Alemanha que em meados de 1940 já tinha controlo sobre quase todo o continente europeu.

Na verdade, a Luftwaffe até Maio de 1941 bombardeou a Inglaterra (Londres, Liverpool), matando 40.000 pessoas e destruindo alvos civis e militares. Neste período, os EUA mantinham-se afastados do conflito, comerciando com o Reino Unido, deixando este país afundar-se numa dívida que viria mais tarde a dar aos EUA o lugar do maior credor. Em finais de 1940 os compromissos do Reino Unido com os EUA atingiam já os 10 mil milhões de dólares e tornava-se evidente que o Reino Unido já não tinha condições de pagar as suas dívidas.

Face à possibilidade de oferecer à indústria americana tão enorme mercado, Roosevelt conseguiu a publicação do Lend-Lease Act em Março de 1941⁷⁴, pelo qual os EUA, isolacionista, podia aceitar de

⁷³ Paul Kennedy, *The rise and fall of the great powers*, Random House, New York, 1987, p.234

⁷⁴ Lend Lease Act, 11 March 1941

(1) To manufacture in arsenals, factories, and shipyards under their jurisdiction, or otherwise procure, to the extent to which funds are made available therefor, or contracts are authorized from time to time by the Congress, or both, any defense article for the government of any country whose defense the President deems vital to the defense of the United States.

(2) To sell, transfer title to, exchange, lease, lend, or otherwise dispose of, to any such government any defense article, (...)

(5.e) Nothing in this Act shall be construed to authorize or to permit the authorization of the entry of any American vessel into a combat area in violation of section 3 of the neutrality Act of 1939. <http://www.history.navy.mil/faqs/faq59-23.htm>

países em guerra, a partir dessa altura, o pagamento da venda de mercadorias em espécie, em bens, ou qualquer outro benefício direto ou indireto que entendesse satisfatório. Na declaração ao Congresso, em 6 de Janeiro de 1941, o presidente Roosevelt não hesitava a fazer apelo a todo o tipo de argumentos:

“Peço também a este Congresso autoridade e fundos suficientes para o fabrico de munições e adicionais provisões de guerra de vários tipos, para ser entregue às nações que estão em guerra real com as nações agressoras. O nosso mais útil e imediato papel é o de agir como um arsenal para eles como para nós mesmos. Eles não precisam de mão-de-obra, mas precisam de bilhões de dólares em armas de defesa.

Está próximo o momento em que eles não serão capazes de pagar por todos eles em dinheiro pronto. Não podemos e não vamos, dizer-lhes que eles se devem render apenas devido à presente incapacidade para pagar as armas que nós sabemos que eles devem ter.

Não recomendo que lhes façamos um empréstimo de dólares para pagar por essas armas - um empréstimo a ser pago em dólares. Eu recomendo que tornemos possível para essas nações poderem continuar a obter material de guerra nos Estados Unidos, ajustando as suas encomendas no nosso próprio programa. E quase todo o seu material seria, se esse momento alguma vez chegar, ser útil em nossa própria defesa”⁷⁵

O Lend Lease Act alterava assim os termos do Ato de Neutralidade de 1939 no qual estava previsto que os países já em guerra podiam comprar armas e material estratégico já não sob a forma de "cash and carry", mas não significava que os EUA entravam em guerra com alguém.

Este mercado teria no entanto consequências extremamente importantes para o Reino Unido como escreveu Harold Wilson:

⁷⁴ Franklin D. Roosevelt, message to Congress (6th January, 1941)
<http://www.libertynet.org/edcivic/fdr.html>

A Lei de Empréstimo e Arrendamento (Lend-Lease Act) foi, em tempos, descrita por Churchill como 'o acto mais insólito da história'. E num sentido foi. A Grã-Bretanha não teve de fazer face ao custo do fornecimento de alimentos e matérias-primas que atravessavam o Atlântico até aos portos britânicos, mas existia um preço a pagar. Em cumprimento da Lei de Empréstimo e Arrendamento, a Grã-Bretanha entregou voluntariamente alguns dos seus mercados distantes, tais como os da América Latina, a exportadores Americanos. Não haveria nenhuma reclamação em tempo de guerra. Poupança nos transportes, mas os mercados, uma vez perdidos, dificilmente se recuperam, e assim ficou provado.

A Lei de Empréstimo e Arrendamento (Lend-Lease Act) também envolveu a rendição por parte da Grã-Bretanha dos direitos autorais de uma série de realizações tecnológicas britânicas. Embora o desempenho britânico em técnicas industriais no período entre guerras tivesse sido marcado por um período de declínio mais geral, as conquistas dos nossos cientistas e tecnólogos havia igualado as mais notáveis eras de grandeza inventiva britânica. Radar, antibióticos, aviões a jato e os avanços na investigação nuclear britânica tinham criado uma revolução industrial em todo o mundo desenvolvido.

Sob a Lei de Empréstimo e Arrendamento, estes engenhos foram entregues como parte do esforço de guerra dos inter-Alíados, livres de quaisquer direitos de exploração de patente ou outros pagamentos dos Estados Unidos. Se Churchill tivesse sido capaz de insistir em direitos adequados por estes inventos, o nosso balanço de pagamentos tanto em tempo de guerra como no pós-guerra teria sido muito diferente.

O Governo de Attlee teve de enfrentar as consequências desta entrega do nosso património tecnológico, mas o pior ainda estava por vir. O Congresso tinha votado a Lei de Empréstimo e Arrendamento até ao fim da guerra com a Alemanha e o Japão e nunca mais o fez. Quando a guerra Europeia terminou, a maioria das pessoas esperava que o conflito com o Japão durasse por mais ou menos um ano. As bombas atómicas em Nagasaki e Hiroshima terminaram

com essa suposição. Quase de imediato, o Presidente Truman, sem dúvida involuntariamente, mas sem qualquer escolha, notificou Attlee que a Lei de Empréstimo e Arrendamento estava a ser cortada (cut off). Nessa altura valia 2.000 milhões de dólares por ano. Não havia forma possível de aumentar as nossas exportações para os Estados Unidos de forma a ganhar esse tipo de quantia. A Grã-Bretanha estava empenhada, ao mesmo tempo que Attlee lutava por exercer alguma influência no acordo Europeu pós-guerra. A única solução era negociar um elevado empréstimo Americano, cujo pagamento e serviço representou um peso sobre a balança de pagamentos da Grã-Bretanha no século XXI.”⁷⁶

Na mesma altura a Alemanha invadiu a URSS. Durante todo o verão de 1941 era evidente que a destruição da URSS seria consumada em poucos meses e que com a queda do modelo comunista esse espaço económico passaria para o ocidente, assim como o controlo da indústria, o controlo das matérias-primas, comércio e finanças como na época anterior a 1917

Daí que a “Política de Terra Queimada” executada pelo exército alemão se tivesse desenrolado sem qualquer oposição dos países ocidentais. As três frentes de invasão: Exército do Norte em direção a Leninegrado, o Grupo Central em direção a Moscovo e o Grupo do Sul em direção à Ucrânia e ao Cáucaso, em poucas semanas capturaram 300.000 homens do Exército Vermelho em Bialystok e Minsk, 100.000 em Smolensk, 103.000 e Uman, 80.000 em Gomel e mais 665.000 a caminho da Crimeia. A caminho de Moscovo, no início de Outubro, mais de 660.000 soldados soviéticos foram aprisionados. Ao todo, pelo menos 4.000.000 de soldados soviéticos tinham sido mortos ou aprisionados até fins de Outubro de 1941, altura em que a URSS finalmente conseguiu sustentar a invasão e iniciar um longo processo de recuperação dos territórios perdidos, o qual durou até ao verão de 1943.

Assim se compreende que nesse verão de 1941 a política externa dos EUA ganharia ainda mais solidez, facto que se veio a

⁷⁶ Harold Wilson, *Memoirs: The Making of a Prime Mnister 1916-64*, Weidenfeld and Nicolson and Michael Joseph, London, 1986. p. 122-123

traduzir, por um lado, na capitulação do Reino Unido, face aos EUA, em Agosto de 1941, materializado na Carta de Atlântico, e por outro lado no regresso iminente do espaço económico da URSS ao domínio do capital ocidental como se acreditava ainda nesse ano.

Assim, o Reino Unido teve de ceder aos interesses americanos libertando os acessos aos mercados e matérias-primas do seu Império colonial (alínea 4 da Carta do Atlântico), condição indispensável para viabilizar o apoio americano ao Reino Unido. O texto da Carta do Atlântico é explícito quando ao alcance que os EUA pretendiam atingir.

Mas, quanto à destruição da URSS, quando já no fim de 1941 era claro que a Alemanha não conseguiria os seus intentos, tornou-se evidente que não seria aceitável que a Alemanha ganhasse pela força o controle do Império Britânico, o qual os EUA já haviam conseguido pelo endividamento do Reino Unido e que a URSS no futuro ocupasse na Europa um novo poder reforçado.

Pela primeira vez, a política alemã ameaçava os novos direitos americanos. Havia que impedir a vitória alemã no Reino Unido e sustentar a URSS pelo menos nas fronteiras do início da guerra. Era necessário reduzir ao mínimo qualquer lugar que a URSS pudesse pretender ocupar nos destinos da humanidade. Não só em relação às zonas de influência na Europa, mas sobretudo em relação ao resto do planeta, onde qualquer avanço do comunismo seria um entrave à tomada de posse do Império Britânico pelos EUA e, de uma maneira geral, o livre acesso às colónias europeias.

Tornou-se evidente a necessidade de intervir militarmente na Europa o que viria a acontecer a partir de 1943 com a invasão da Sicília, e particularmente a partir de 6 de Junho de 1944 com o desembarque na Normandia. Só que para chegar até à frente do Exército Vermelho seria necessário passar pelo exército alemão, o que viria a ser realizado com pesadas baixas americanas.

Meses depois, o ataque a Dresden não se justificava por razões militares mas sobretudo, porque tinha o Exército Vermelho já próximo. O ataque foi apenas uma demarcação do terreno num exercício de demonstração de força, mostrando que na Europa capitalista já não havia lugar para mais avanço do Exército Vermelho.

Quanto ao Japão, a situação também era idêntica. No fim de 1944, a Malásia, as Índias Orientais holandesas, as Filipinas, Birmânia, as Ilhas Guam, Iwo Jima, as Carolinas, as Marshall Gilbert, Makim, Tarawa, Ilhas Salomão, Novas Hébridas, Fiji e Samoa, todos estes territórios estavam sob controlo americano e as ex-colónias europeias claramente

integradas no espaço económico dos EUA.

Desde Março de 1945 que a força aérea americana detinha uma total supremacia. Entre Março e Junho, os bombardeiros americanos efetuaram mais de 7.000 saídas sobre o Japão, com perdas mínimas. A 10 de Março, num bombardeamento de Tóquio, mais de 125.000 pessoas foram mortas ou feridas.

Mas, facto de maior importância, a URSS tinha assumido que entraria numa guerra com o Japão após a rendição da Alemanha. Ora, também no Oriente, era agora necessário controlar a URSS evitando que pudesse chegar ao Japão e ocupar posições militares e políticas na China e na Coreia.

Neste quadro pode-se entender a destruição de Dresden em 13 e 14 de Fevereiro de 1945, pela aviação anglo-canadiana e americana, e de Hiroshima e Nagasaki em 6 e 9 de Agosto do mesmo ano, pelos EUA.

No final da Guerra, os Estados Unidos acabariam por sair como os verdadeiros vencedores, tendo por pano de fundo o controle do Pacífico, das colónias africanas e do Império britânico. De fora, apenas ficaram a URSS, o que seria os Países de Leste e a República Popular da China que seria criada apenas em 1949.

É neste contexto que podemos entender o significado da II Guerra Mundial no reforço da redistribuição do planeta não apenas numa partilha com a Europa no centro das decisões, mas em favor dos EUA.

“Para o capital financeiro não são apenas as fontes de matérias-primas já descobertas que têm importância, mas também as possíveis, pois a técnica avança, nos nossos dias, com uma rapidez incrível, e as terras hoje não aproveitáveis podem tornar-se amanhã terras úteis, se forem descobertos novos métodos (para cujo efeito um banco importante pode enviar uma expedição especial de engenheiros, agrónomos, etc.), se forem investidos grandes capitais. O mesmo acontece com a exploração de riquezas minerais, com os novos métodos de elaboração e utilização de tais ou tais matérias-primas, etc. etc. Daí a tendência inevitável do capital financeiro para ampliar o seu território económico e até o seu território em geral. Do mesmo modo que os trusts capitalizam os seus bens atribuindo-lhes o dobro ou o triplo do seu valor, tomando em consideração os lucros «possíveis» no futuro (e não os lucros presentes) e tendo em conta os resultados ulteriores do monopólio, o capital

financeiro manifesta a tendência geral para se apoderar das maiores extensões possíveis de território, seja ele qual for, encontre-se onde se encontrar, por qualquer meio, pensando nas fontes possíveis de matérias-primas e temendo ficar para trás na luta furiosa para alcançar as últimas parcelas do mundo ainda não repartidas ou por conseguir uma nova partilha das já repartidas.”⁷⁷

Três estratégias foram então desenvolvidas pelo capital internacional agora sob o controlo total americano:

A primeira em relação aos países integrados no sistema comunista, onde para além da URSS devastada, se juntaram os chamados países de Leste e a República Popular da China;

A segunda destinada a controlar a economia dos países integrados na produção e na circulação capitalista, sustentada num conjunto de organizações financeiras e de coordenação económica

A terceira estratégia, sem geografia fixa, orientada para todos os países ou regiões onde surgissem lógicas de desenvolvimento local ou regional que fossem alheias aos interesses dos EUA.

Relativamente à primeira situação, encontramos todas as políticas decorrentes da chamada Guerra Fria e que têm a ver com o bloqueio económico, social e ideológico a par de uma corrida ao armamento, na certeza que se os EUA já tinham utilizado a Bomba atómica para provocar o holocausto de Hiroshima e de Nagasaki, também a utilizariam contra a URSS se oportunidade houvesse e, mais ainda, se isso pudesse ser feito sem sofrer retaliação. Na verdade, a chamada Cortina de Ferro tomou forma logo a seguir à revolução de 1917, quando 13.000 soldados americanos invadiram a recém criada URSS, onde permaneceram durante 2 anos, aliás sem sucesso, pois o recém-criado Exército Vermelho nessa época, não só enfrentava eficazmente as forças contra-revolucionárias, como progressivamente ganhava mais força. Ao mesmo tempo, Churchill, então Ministro da Guerra do Reino Unido coordenava a invasão da URSS pelas tropas aliadas, Reino Unido, França, Japão e outras, ao lado do exército russo contra revolucionário - o chamado Exército Branco.

Indiferente ao facto que a União Soviética saía destruída da I Guerra Mundial, que lhe tinha sido imposta pelo capital alemão, e por

⁷⁷ V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, p. 638]

isso mesmo estava incapaz de fazer outra coisa que não fossem resolver os seus maiores problemas internos herdados do Czarismo, como a miséria, a fome, o analfabetismo, o feudalismo, etc..., desde logo se organizou no Ocidente uma forte campanha anticomunista alarmando a opinião pública ocidental para a iminente invasão da Europa do Japão e da Pérsia.

Este processo de propaganda deve ser relacionado com o movimento operário que se desenvolvia na Europa e nos EUA, onde o pensamento de Marx estruturou o essencial do entendimento da luta de classes no seio dos sindicatos e das lutas operárias. Foi também a altura em que se organizaram os primeiros partidos comunistas nos Países da Europa e nos EUA.

Para a classe capitalista ocidental, a Revolução de 1917 não só trouxe consequências diretas, acabando com o controle que o ocidente tinha sobre as indústrias mineiras, sistemas de transportes e bancários que detinham no território agora soviético, como também era a demonstração que o movimento operário no ocidente podia procurar seguir outros caminhos, que não os da aceitação do modelo Capitalista. Quando Truman e Churchill renovaram no fim da II Guerra mundial a estratégia da Guerra Fria, não se tratava de qualquer novidade para o Governo da URSS. O Manifesto de Fulton, que formalizou o desencadear daquilo que chamaríamos a II Guerra Fria, foi aliás cuidadosamente discutido por Churchill com Truman.

*“Uma sombra se abateu sobre o cenário até há pouco iluminado pelas vitórias aliadas. Ninguém sabe o que a Rússia soviética e sua organização comunista internacional pretendem fazer no futuro imediato, ou quais são os limites - se é que eles existem - para suas tendências expansionistas e proselitistas. (...) De Stettin, no Báltico, até Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro desceu sobre o continente. Atrás dela estão todas as capitais dos antigos países da Europa central e do Leste europeu (...). Não importa que conclusões possamos tirar desses factos - e factos eles são -, esta certamente não é a Europa livre que lutamos para construir. Tampouco é uma situação capaz de proporcionar uma paz duradoura.”*⁷⁸

⁷⁸ The Sinews of Peace, March 5, 1946, Westminster College, Fulton, Missouri.
<http://www.hpol.org/churchill/>

A segunda estratégia foi, como referimos, destinada a controlar a economia dos países integrados na produção e na circulação capitalista, sustentada num conjunto de organização financeiras e de coordenação económica.

Foi assim que no final da II Guerra Mundial tomaram forma as instituições de Bretton Woods, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial ambos sob a direção da política norte-americana.

Para os EUA, o Império Britânico em conjugação com o domínio colonial de outros Países europeus constituíam um entrave da maior importância à expansão da área de comércio e de acesso às matérias-primas que a indústria americana precisava.

Bem antes dos EUA entrarem na Guerra, já Roosevelt tinha deixado claro aos ingleses que o apoio americano implicava o fim do domínio colonial britânico. Em Agosto de 1941, Churchill reconhecia esse facto ao assinar a “Carta do Atlântico”, libertando assim nos EUA uma capacidade de produção industrial do armamento que nos anos seguintes viria a mobilizar todo o País.

Mas era um desenvolvimento que deixava antever situações de rutura quando a guerra acabasse, se entretanto não fossem encontrados mercado e matéria-prima necessários. A participação do Reino Unido não viria a impedir que as posições dos EUA tivessem a primazia.

“ Os Estados unidos e o Reino Unido eram por certo aliados mas a sua rivalidade comercial e política mantinha-se muito forte. Em 1944 a Grã-Bretanha estava exausta, e os Estados Unidos encontravam-se enfim em posição de realizar o principal objetivo de Morgenthau que consistia, tal como escreveu mais tarde ao presidente Truman para transferir o centro financeiro do mundo de Londres e da Wall Street para o Tesouro Público dos Estados Unidos.”⁷⁹

Neste sentido, desde 1942 ainda em plena Guerra na Europa, URSS, Pacífico e África do Norte, os governos americanos e britânicos começaram a planear as instituições financeiras do pós-guerra. Apenas três semanas depois do desembarque americano em França, reuniu-se a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas em Bretton Woods, para formalizar a criação dessas instituições, as quais seriam

⁷⁹ Crédits sans frontières, la Religion Seculaire de la Banque Mondiale, Susan –George, Fabrizio Sabelli, la Decouverte, Paris, 1994 p. 32

configuradas de acordo com os interesses americanos, na medida em que dos 44 Países presentes apenas os EUA estavam em condições de impôr os seus pontos de vista. Pelo contrário, todos precisavam de recursos financeiros para a sua reconstrução e/ou desenvolvimento. Esta necessidade comum foi, porventura, a força que permitiu que na mesma ocasião fossem criados o BIRD vulgo Banco Mundial e o FMI Fundo Monetário Internacional.⁸⁰

*Assim, do ponto de vista americano, o mundo do pós-guerra devia ter três características principais. Primeiro os americanos queriam o livre mercado sem nenhuma discriminação em relação às suas mercadorias exigência incontornável já que os Estados Unidos se tinham tornado praticamente no único País dispondo de excedente de mercadorias. Mais ainda, os EUA procuravam um clima favorável para os investimentos americanos nas economias estrangeiras. Tratava-se aí também duma exigência não negociável, já que eram o único grande país dotado de um aforro substancial e disponível. Enfim os EUA exigiam o livre acesso aos recursos naturais. As instituições de Bretton seriam constituídas de modo a dar satisfação a estas exigências.*⁸¹

De igual relevância seria o facto de estas exigências serem igualmente as bases do que viria a ser a economia de Offshore. Por um lado, o mercado livre significava o caminho tendente à remoção de barreiras e de impostos alfandegários e, por outro lado, à circulação de todos os bens, industriais e financeiros, ou seja a desregulação dos mercados financeiros e a livre circulação de capitais. Estas bases constituem hoje como referimos, em muitos setores, o essencial da economia capitalista.

A estas instituições criadas em Bretton Woods, (MB e FMI),

⁸⁰ A lista de países presentes em Bretton Woods incluía: África do Sul, Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Checoslováquia, Dinamarca, Equador, El Salvador, Egipto, Estados Unidos, Etiópia, Filipinas, França, Grécia, Guatemala, Haiti, Holanda, Honduras, Índia, Irão, Iraque, Jugoslávia, Libéria, Luxemburgo, México, Nicarágua, Nova Zelândia, Noruega, Panamá, Paraguai, Perú, Polónia, Reino Unido, República Dominicana, União Soviética, Uruguai e Venezuela.

⁸¹ *Crédits sans frontières, la Religion Seculaire de la Banque Mondiale*, Susan –George, Fabrizio Sabelli, la Decouverte, Paris, 1994. p.32

juntou-se em 1960 a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) para emprestar recursos aos Países capitalistas mais pobres que não pudessem satisfazer as taxas e condições do BIRD. Em 1956 foi criada a Sociedade Financeira Internacional (SFI) como filial do BIRD cujos empréstimos se dirigem diretamente às empresas privadas nacionais e internacionais.

Em 1966 foi criado o Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos (CIRDI), e em 1988 foi criada a Agência Multilateral de Garantia para os Investimentos (AMGI). Todas estas instituições compõem a infraestrutura financeira do poder económico do Capital cobrindo todo o planeta.⁸²

O poder de decisão, mais uma vez, encontra-se centrado nos EUA relativamente ao BM e o FMI, onde os direitos de votos representam para os EUA uma média de 17 % sendo que este país juntamente com o Japão, a Alemanha, a França e o Reúno Unido detêm praticamente 40 %. Para o resto do Planeta ficam os restantes 60 % divididos por 16 grupos de países e, nessa medida, representando interesses mais ou menos conciliáveis com as decisões das presidências.

O Fundo Monetário Internacional (FMI)⁸³, atualmente com 186 membros com a recente adesão do Kosovo, intervém quando um País membro não consegue mais assegurar as suas obrigações financeiras exteriores, ou seja, os empréstimos que foi buscar no exterior. Quando tal acontece o Fundo fornece os recursos necessários para restabelecer o equilíbrio, sob condição que o País em crise assuma aplicar reformas tendentes a restabelecer os pagamentos ao exterior.

Para reunir estes recursos, o FMI “propõe” geralmente a redução das despesas do Estado (administração, saúde, educação, etc...) articuladamente com a privatização das empresas públicas rentáveis. São os chamados Programas de Reajustamento Estrutural.

O BM funciona como intermediário que se financia indo buscar

⁸² Cf. Ronen Palan, *The Offshore World, Sovereign Markets, Virtual Places, and Nomad Millionaires*, Cornell university Press, Ithaca and London, 2006. cap IV

⁸³ Os objectivos do Fundo Monetário Internacional foram definidos nos Estatutos da seguinte forma: (i) *Promover a cooperação monetária internacional por meio de uma instituição permanente que forneça um mecanismo de consulta e colaboração no que respeita a problemas monetários internacionais;* (ii) *Facilitar a expansão e o crescimento equilibrado do comércio internacional e contribuir, assim, para o estabelecimento e manutenção de níveis elevados de emprego e de rendimento real e para o desenvolvimento dos recursos produtivos de todos os membros, como objectivos primordiais da política económica;*

os recursos para as suas ações nas Bolsas, a um determinado juro, recursos esses que por sua vez empresta aos países interessados, a um juro superior.⁸⁴ O FMI, ao contrário, possui recursos fornecidos pelos seus membros com os quais assegura os empréstimos temporários geralmente no âmbito dos PRE e aos países mais atingidos pelas crises recorrentes do sistema.

Paralelamente à criação destas instituições, e com base também nos princípios contidos na Carta do Atlântico que obrigavam o Reino Unido a aceitar o acesso aos mercados mundiais, às matérias-primas e a liberdade dos mares, tomou forma no pós-guerra um novo mecanismo liberalizador do comércio internacional denominado por Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) o qual viria a manter-se até 1995, quando foi criada a atual Organização Mundial do Comércio. Durante o período que decorreu entre o fim da II Guerra e a criação da OMC, as questões do comércio internacional foram tratadas no quadro de reuniões “permanentes” reunindo um número crescente de países.⁸⁵

“O principal objetivo dos Estados Unidos estava centrado na criação de um sistema que garantisse a estabilidade financeira no pós-guerra: nunca mais desvalorizações concorrenciais, restrições das trocas, quotas de importação e qualquer outro dispositivo que prejudicasse o comércio. Os

⁸⁴ Os objectivos do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento são entre outros:

ii) *Promover os investimentos privados no estrangeiro, através de garantias ou de participações em empréstimos e outros investimentos realizados por capitalistas particulares, e, na falta de capitais privados disponíveis em condições razoáveis, suprir o investimento privado, fornecendo, em condições apropriadas, meios de financiamento para fins produtivos provenientes do seu próprio capital, de fundos que reunir e dos seus outros recursos;*

iii) *Promover o desenvolvimento equilibrado a longo prazo do comércio internacional e a manutenção do equilíbrio das balanças de pagamentos, encorajando os investimentos internacionais, com vista ao desenvolvimento dos recursos produtivos dos membros, e auxiliar, desta forma, o aumento da produtividade, a elevação do nível de vida e a melhoria das condições de trabalho nos seus territórios;*

⁸⁵ 1º ciclo- Genebra Janeiro de 1948. 2º ciclo- Annecy- Abril/Agosto 1949 13 Países; 3º ciclo- Torquay, Reino Unido – Setembro 1950/Abril 1951 – 38 Países, 4º ciclo- Genebra Janeiro a Maio de 1956, 26 Países. 5º ciclo-Dillon Round –Setembro de 1960 a Julho de 1962, 26 Países. 6º ciclo- Kennedy Round Maio de 1964 a Junho de 1967 62 Países, 7º ciclo-Tóquio Round ou Nixon Round reuniu de 1973 a 1979, 99 Países. 8º ciclo- Uruguai Round 1986 a Dezembro de 1993.

*Estados Unidos desejavam o mercado livre sem discriminação em relação aos seus produtos – exigência incontornável no sentido em que eram então o único país do Norte a dispor de um excedente considerável de bens e de serviços. Pretendiam a seguir estabelecer um clima favorável aos seus investimentos nas economias estrangeiras e enfim, o livre acesso às matérias-primas, acesso limitado anteriormente pelos impérios coloniais europeus e japoneses. Era pois indispensável segundo as suas perspetivas organizar um sistema financeiro mundial para que a sua economia pudesse dispor de parceiros comerciais fiáveis sem barreiras ao crescimento”.*⁸⁶

As estruturas basilares do desenvolvimento planetário do capitalismo ficaram pois montadas, praticamente logo a seguir ao fim da II Guerra mundial, e têm efetivamente assegurado o seu crescimento e desenvolvimento.

Pode-se pretender que no período pós-guerra, o capitalismo assumiu dois rostos: um legal e outro à revelia do direito internacional.

As instituições internacionais que referimos são a face “legal” e a parte “ilegal”, a guerra permanente contra tudo o que contrarie o crescente controlo do planeta pelos EUA, envolvendo todos os outros países onde qualquer iniciativa nacionalista de desenvolvimento, qualquer movimento social, popular ou sindical, era e é de imediato agredido. Pelos países coloniais europeus, em particular no caso do continente africano, e pelos EUA por vezes em articulação com a França e o Reino Unido no resto do planeta. Neste trabalho não trataremos propriamente a II Guerra Fria, mas tão-somente esta face do capitalismo que sempre utilizou todos os meios para criar o espaço planetário para o seu crescimento.

Paralelamente à política desenvolvida contra os países de Leste e contra a URSS, nos tempos que seguiram, tomou forma uma clara luta contra os partidos comunistas e todas as organizações ou governos, que mais ou menos diretamente estivessem envolvidos com as lutas sociais ou que, por outras palavras, pusessem em risco a expansão da

⁸⁶ Éric Toussaint , Hugo Ruiz Diaz, Le FMI, la Banque mondiale et le respect des droits humains, 2005. http://www.cadtm.org/spip.php?page=imprimer&id_article=1925

economia capitalista.

Para além da utilização de um imenso arsenal de armas ao serviço dos exércitos de terra, mar e ar, os EUA recorriam a um conjunto de métodos, que usados isoladamente ou em conjunto, permitiam minar, destabilizar e posteriormente reorganizar, de acordo com os interesses americanos, a política interna de grande número de Países.

Foram criadas escolas tanto nos EUA como em particular na América Latina, onde dezenas de milhares de militares, polícias e sindicalistas provenientes do terceiro mundo, recebiam instrução anticomunista ou antipopular, formação sobre técnicas de tortura e de mistificação. Infiltração e manipulação de grupos, tais como: partidos políticos, organizações de mulheres, associações culturais e de juventude. Da mesma forma promoviam a criação de sindicatos e federações de sindicatos, com o fim de dividir o movimento operário, quando esse se voltava para a esquerda e para mudanças sociais mais profundas.

Um outro método adotado foi a manipulação da comunicação social pelo suborno de editores e jornalistas. Promoção e/ou desmantelamento de jornais, agência de notícias, estações de rádio e editoras livresas. Até ao fim dos anos 70, a CIA era a maior “agência de informação” do mundo, e a sua propaganda e atividade eram sempre ampliadas pela repercussão que tinha em cada País. Tratava-se do maior processo de intervenção na economia de todas as regiões do planeta, em colaboração com outros departamentos do governo americano, com instituições bancárias e financeiras, manipulando e pressionando setores da economia, controlando de facto o desenvolvimento ou não de quase todos os países.⁸⁷

Não é possível no espaço de um livro, tratar de forma detalhada a história recente da maioria dos países, pondo em evidência a relação entre os movimentos sociais e as políticas de violência determinadas não só pelos países capitalistas ricos como também pelas próprias burguesias capitalistas de cada País. É certamente verdade que antes da segunda guerra mundial os “gendarmes” do mundo eram sobretudo as potências coloniais europeias, ao passo que no período pós guerra este papel passou a ser ocupado pelos EUA, com maior ou menor

⁸⁷ Cf Killing Hope, US Military and CIA interventions since world war II, William Blum, Cammon Courage Press, Monroe ME, 1995.

envolvimento dos países europeus. Aliás, do ponto de vista geográfico poderíamos dizer que os EUA assumiram os destinos da América Latina, do Próximo, Médio e Extremo Oriente, ao passo que a Europa manteve um lugar determinante na maioria dos países africanos.

Tal divisão não impediu no entanto o envolvimento dos EUA, com ou sem CIA, no Congo, em Angola e em Moçambique, levando a esses novos países anos seguidos de Guerra. A lista seguinte dá uma ideia resumida da imensa teia de intervenções dos EUA para apoiar ditadores, invadir países e inviabilizar no fim de contas o desenvolvimento duma crescente parte da humanidade. Mostra o caráter planetário das intervenções assim como a sua regularidade no tempo desde a II Guerra Mundial. Nunca esteve em causa, contrariamente à propaganda oficial dos sucessivos governos americanos, a montagem de golpes de estado contra ditaduras com o objetivo de apoiar as forças progressistas de qualquer país. As intervenções nunca tiveram em consideração que os governos que derrubavam, ou ajudavam a derrubar, tivessem sido eleitos democraticamente, resultado de revoluções de esquerda ou de direita, ou fossem ditaduras civis ou militares.

O essencial era saber se esses governos defendiam os interesses americanos ou, ao contrário, promoviam a nacionalização de empresas e de latifúndios. Reforma agrária, liberdade sindical, ideologia e políticas desenvolvimentistas, nacionalistas ou marxistas ou mesmo políticas Keynesianas, isso sim fazia e faz tocar o sinal de alerta na Casa Branca.

1945 e 1946- China. Em Outubro, 50.000 Marines invadiram o norte da China reforçando a presença Americana onde já estavam em ação mais de 60.000 militares para apoiar as tropas nacionalistas de Chian Kai-shek.

1947- Grécia. Apoio ao Governo de Direita e intervenção militar e armamento contra o movimento de guerrilha que tinha sustentado a resistência grega durante a ocupação alemã.

1948- Itália. A intervenção da CIA na contra-informação para as eleições que davam uma provável maioria ao Partido Comunista. Compra de votos, programas de Rádio, chantagem sobre as famílias que tinham emigrantes nos EUA.

1950- Porto Rico. As tropas americanas desmantelaram o

movimento independentista e o país passou a ser considerado Estado Livre associado aos EUA.

1950 a 1953- Coreia. Guerra da Coreia. Com o apoio do Conselho de Segurança da ONU uma força militar americana que atingiu 300.000 militares conseguiu impedir que a parte Sul da Coreia se tornasse num país comunista. Dois milhões de coreanos morrem em consequência da guerra nesses três anos.

1953- Irão. Golpe de estado organizado pela CIA na sequência da nacionalização dos recursos petrolíferos e instalação no poder do Reza Palevi o qual ficou no poder até 1978.

1954- Guatemala. Exército mercenário treinado pela CIA nas Honduras e na Nicarágua derruba o Governo da Guatemala de Jacob Arbenz para evitar a nacionalização da United Fruit Company, propriedade da família Rockefeller e de Allen Dulles Director da própria CIA. Nos 40 anos seguintes, mais de 100.000 civis foram assassinados pelas sucessivas ditaduras pró-americanas.

1961- Equador. Golpe militar apoiado pela CIA para depor o presidente José Velho e substituí-lo por Carlos Arosemana. Uma Junta militar assumiu o poder e cancelou as eleições previstas para 1964.

1961- Congo (Zaire). Os serviços secretos da França, Bélgica e a CIA organizaram o assassinato do Presidente Patrice Lumumba.

1961- Cuba. Permanente agressão contra o novo Governo de Fidel Castro que depôs Fulgêncio Batista.

1961 a 1972- Vietname. Na sequência da independência do País em relação à França, teve lugar um processo de confronto entre o Norte e Sul com progressivo envolvimento dos EUA. O país foi sistematicamente bombardeado com armamento clássico e químico, e assassinados cerca de 2 milhões de civis. No auge da guerra as forças armadas americanas tinham 550.000 militares dos vários ramos, instalados no Vietname.

1961 a 1972- Laos e Camboja. O exército americano organizou no Laos a chamada “Armée clandestine”, treinando soldados na província Meo, aos quais se juntaram mais tarde soldados de outras origens, até

formarem um exército de mais de 30.000 soldados, incluindo sul- vietnamitas, filipinos, tailandeses e sul-coreanos que já tinham sido treinados pelos americanos e aos quais se juntaram 2.000 americanos distribuídos por várias especialidades, muitos como pilotos do sistema aéreo da CIA “Air América” e muitos mais, espalhados por diversos Países asiáticos, assegurando a logística deste exército.⁸⁸ A partir do Laos foram lançadas operações de sabotagem, bombardeamento e espionagem contra o Vietname. Entre 1965 e 1973 mais de 2 milhões de toneladas de bombas de armamento clássico e químico foram lançadas sobre o povo do Laos.

1964- Brasil. Apoio e organização do Golpe militar contra o Governo de João Goulart com a instalação de uma junta militar comandada pelo general Castelo Branco. Abriu um período de grande repressão sobre todas as forças democráticas e sindicais por meios militares e Esquadrões da Morte treinados com o apoio da CIA.

1964- Panamá. Repressão das manifestações que visavam obter o retorno do Canal do Panamá à soberania do país.

1965- Indonésia. Intervenção direta no derrube do Governo de Sukarno fundador e líder do Partido Nacional em 1928 e figura de destaque no processo que conduziu à independência da Indonésia face à Holanda. O golpe colocaria no poder o presidente Suharto (1967-1998). O golpe militar foi seguido do assassinato de cerca de 1 milhão de civis.

1967- Grécia. Nova intervenção dos EUA em fomento e apoio ao golpe militar dos Coronéis, dois dias antes das eleições que davam como favorito George Papandreous. George Papadopoulos liderou este golpe ficando no poder entre até 1974.

1965- República Dominicana. Invasão militar do país em apoio às forças conservadoras, contra o Governo constitucionalista de Juan Bosch e colocação no poder do governo pró-americano de Joaquin Balaguer.

⁸⁸ William Blum, Killing Hope, US Military and CIA interventions since world war II, Cammon Courage Press, Monroe ME, 1995. nota 17 p. 142]

1970- Camboja. A CIA afastou do poder o Príncipe Sianouk pouco favorável ao envolvimento do Camboja na Guerra contra o Vietname. O novo Governo dirigido por Lon Nol aceitou envolver-se na guerra e foi substituído em 1975 pelo governo dos Khmer Vermelhos.

1971- Bolívia. Os EUA colocaram no poder Hugo Banzer num golpe que afastou do poder o presidente Juan Torres, tendo-se seguido uma campanha de prisões, tortura e assassinato de milhares de bolivianos

1973- Chile. Na sequência da eleição de Salvador Allende e do início da implementação de medidas desenvolvimentistas relativas à reforma agrária, nacionalização de empresas estrangeiras, fortalecimento do movimento sindical, os EUA organizaram em conluio com os setores do Comando militar Chileno, a organização de um Golpe de estado que acabou por colocar no poder Augusto Pinochet. Durante o golpe e nos meses que seguiram, o exército e a polícia prenderam, torturam, assassinaram e fizeram desaparecer milhares de chilenos, que de uma forma ou outra, se tinham envolvido com as reformas sociais e económicas promovidas pelo Governo de Allende.

1974 a 2002 Angola. Apoio militar, financeiro e político à UNITA, a qual já recebia apoio dos EUA durante a guerra colonial 1961-1974, tendo em vista o derrube do Governo de Angola do MPLA no contexto do controlo dos recursos naturais no sul do continente africano (petróleo, ouro, diamantes).

1975 a 1999- Timor Leste. Os EUA e outros países europeus apoiaram política e militarmente a invasão e anexação de Timor-Leste pela Indonésia, durante a qual foram assassinados 200.000 civis.

1979- Afeganistão. Apoio aos fundamentalistas mujadin e aos talibãs na montagem da oposição armada à recém criada República do Afeganistão. Posteriormente, a intervenção de tropas soviéticas levou a um envolvimento financeiro e militar crescente dos EUA. Com o fim da URSS, as tropas soviéticas retiraram do País e a guerra civil prosseguiu por mais 4 anos, ficando por fim o poder entregue aos grupos apoiados e armados pelos EUA, os

quais viriam a ser acusados de sustentarem o terrorismo internacional, justificando finalmente a invasão do País pela OTAN em 2001.

1980 a 1990- Salvador. Os EUA apoiam o governo pró-americano na luta contra a guerrilha tendo sido assassinados 100.000 civis. Na sequência do assassinato do Arcebispo de São Salvador Oscar Romer, a guerra civil ganhou novo ímpeto. Os EUA asseguraram apoio militar e financeiro e treino aos esquadrões de Morte que percorriam o país em busca de “opositores”.

1981 a 1988- Nicarágua. Na sequência de um processo de guerrilha o ditador Fulgêncio Baptista acabou por ter de abandonar o país abrindo assim o acesso ao poder dos Sandinistas. Os EUA, que já apoiavam Batista, continuaram a apoiar o reagrupamento de milícias pró-americanas compostas por ex-membros da tropa do anterior Governo. Procederam à destabilização do país governado pelos Sandinistas e organizaram e treinaram e financiaram a manutenção da guerrilha dos “Contra” que tinha as suas bases principais nas Honduras. Em 1986 foi revelado que o produto da venda de armas ao Irão servia para financiar os “Contra” O Governo Sandinista que pretendia iniciar uma nova política económica foi sistematicamente destabilizado, em favor de uma oposição claramente pró-americano coordenada por Violeta Chamorro.

1982 a 1984- Líbano. Apoio às forças falangistas do Líbano em parceria com o exército de Israel para expulsar os palestinos do Líbano Neste processo tiveram lugar os massacres dos campos de refugiados em particular em Chabra e Shatila.

1983- Grenada. Invasão do país para suster um processo político nacionalista. No termo da invasão foi colocado no poder por nomeação do Majesty’s Governor-General, Paul Scoon um novo Governo afeto aos interesses americanos e ingleses.

1989- Panamá. 26.000 militares invadem o Panamá e tomam como refém o ex-colaborador da CIA, o Presidente Noriega acusando-o de estar envolvido no tráfico de droga. Os bombardeamentos causam centenas de vítimas civis.

1991- Iraque. Primeira guerra contra o Iraque na sequência

da invasão do Kuwait pelas forças armadas do Iraque, ao que se segue um embargo económico que só terminou com o início da segunda guerra contra o Iraque, que ocorreu a 20 de Março de 2003.

1994- Haiti. Entre 1957 e 1986 as ditaduras de François e Jean-Claude Duvalier, cujo poder assentava numa milícia privada os “Tonton Macoutes” provocaram a morte de 100.000 haitianos e tiveram sempre o apoio sem reservas dos EUA. Quando o padre Aristide ganhou as eleições em 1990 de imediato os EUA apoiaram um novo golpe de estado trazendo ao poder outros governos que provocaram uma fuga massiva de haitianos para o estrangeiro.

1999- Jugoslávia. Operação Força Aliada sustentada pelos EUA com o apoio do Conselho de Segurança da ONU e sob o comando da NATO teve lugar entre Março e Junho de 1999. Durante os 79 dias que durou a operação, foram executadas 33.000 ações ofensivas por cerca de 800 aviões de combate. Participaram na operação os EUA, França, Itália, Canadá, Holanda, Turquia e Espanha.

2001- Afeganistão. A atual guerra contra o Afeganistão - Operation Enduring Freedom - Afghanistan (OEF-A) - teve início em 7 de Outubro de 2001 com um devastador bombardeamento por aviões da força aérea americana e por mísseis lançados de navios e submarinos americanos e britânicos. O objetivo anunciado por George W. Bush era a destruição de campos de treino de terroristas, a captura dos dirigentes da Al Qaeda, incluindo Osama Bin Laden. Passados estes anos não é evidente que qualquer destes objetivos tenha sido alcançado, estando atualmente envolvidos na International Security Assistance Force (ISAF), tropas de 42 países sob comando da NATO (desde 2003) num total de 65.000 militares dos quais metade pertence às forças armadas americanas. Contrariamente à guerra contra o Iraque, o Presidente Obama defende uma escalada militar contra o Afeganistão.

2003- Iraque. Segunda Guerra contra o Iraque justificada como guerra preventiva face a “iminente ameaça” do imaginário ataque ao território dos EUA por parte do Governo de Saddam Hussein A invasão provoca a destruição do país sob bombardeamentos de maior

intensidade que os realizados durante a Guerra contra o Vietname. O novo Governo de Barak Obama anunciou a retirada das forças militares americanas do Iraque, atualmente um país totalmente arrasado, até ao final de 2011.

Esta lista muito reduzida deixa bem claro que a expansão do capitalismo se assenta, por um lado, nas leis do próprio sistema, não é menos verdade que, por outro lado, o braço armado do Capital tem inviabilizado sistematicamente todos os movimentos sociais que buscam uma sociedade mais solidária. De fora ficaram centenas de outras ações, guerras, golpes de estado, promovidos pela CIA e por outros serviços de contra revolução de outros países. Lembremos ainda o desempenho da CIA e do seu embaixador Frank Carlucci em Lisboa no período posterior ao 25 de Abril de 1974, apoiando as forças mais conservadoras do país, apoiando a chamada rede bombista que no Verão de 1975 organizou impunemente mais de 200 atentados à bomba, incêndios e assassinatos.

Sempre que foi e é de seu interesse, os EUA utilizam a violência mais extrema numa guerra permanente contra tudo que não sejam os interesses imediatos do sistema capitalista ou que possa vir um dia a contrariar esses mesmos interesses.

Como exemplo destas intervenções, vamos referir algumas situações que demonstram até que ponto a política interna dos países foi condicionada pelas intervenções militares diretas dos EUA, e em menor escala, da França e do Reino Unido.

Angola

A intervenção dos EUA nas ex-colónias portuguesas é tão antiga quanto a própria Conferência de Berlim, mas desenvolveu-se particularmente a partir dos anos 60, na época das independências africanas. Intervieram em Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, Timor e por último São Tomé e Príncipe após a descoberta de importantes reservas de petróleo.

Podemos considerar que a intervenção dos EUA em Angola se apresenta em quatro grandes períodos:

- Última guerra colonial 1960-1974 que termina com a saída das tropas coloniais;

- Invasão de Angola pelo exército da RSA/UNITA, que termina com a derrota da RSA;
- A Independência da Namíbia e a libertação de Nelson Mandela a partir da qual tomou forma o fim do regime do apartheid;
- Guerra civil Governo de Angola/UNITA a qual termina de facto no dia em que o Presidente da UNITA Jonas Savimbi morreu em combate, dando origem ao memorando de Luena.

Em Angola, desde Janeiro de 1961, que o exército colonial iniciou uma nova etapa da opressão colonial, aquando da revolta dos trabalhadores da região algodoeira da Baixa do Cassange e na retomada do Norte de Angola após o levantamento e massacre de colonos pela UPA/FNLA.

A intervenção dos EUA fez-se sentir durante toda a guerra colonial, em particular pela venda a Portugal de material militar, nomeadamente bombas de Napalm, aviões e demais equipamento militar, além de formação militar para oficiais do exército colonial. Em simultâneo, os movimentos FNLA e UNITA também recebiam apoio financeiro e armamento durante toda a guerra da independência na condição de combaterem o MPLA, o qual recebia apoio da antiga URSS.

Foi nesta época que a África do Sul financiou a barragem no rio Cunene junto da fronteira com a Namíbia, a Anglo – American Corporation investiu na exploração e comercialização de Diamantes e que a Gulf Oil, que desde meados dos anos 50 fazia prospeções nos mares de Cabinda, começa a exploração dos primeiros poços em Fevereiro de 1969.

A posição dos EUA durante as presidências de Kennedy e de Johnson mantiveram-se sempre numa certa ambiguidade, entre o manifesto interesse que representaria para os EUA o acesso direto às riquezas de Angola sem passar pela administração portuguesa, já por si envolvida com o Reino Unido e sobretudo as negociações sobre a base das Lages nos Açores, que eram essenciais para a estratégia americana no quadro da Guerra Fria. Tal não impedia no entanto que os aviões F-86 fornecidos pelos EUA continuassem a atuar em Angola juntamente com os B-26 vendidos em 1965.

A clarificação acabou por aparecer através do famoso National Security Study Memorandum (NSSM-39) na base do qual se definiu a política dos EUA para a África austral, a partir da década de 70 até ao final dos anos 80, com o apoio de Henry Kissinger traduzido na

expressão: “The whites are here to stay and the only way that constructive change can come about is through them.”⁸⁹. Tratava-se naturalmente dos brancos da África do Sul, da Rodésia/Zimbábue e naturalmente Angola e Moçambique e, por extensão, das outras colónias portuguesas.

Com este princípio, tornou-se fácil resolver a questão dos Açores e assegurar o crescimento do apoio que os EUA vinham dando a Portugal, no qual se incluía \$175.000 para auxílio militar direto e a disponibilização de \$400 milhões através do US Export-Import Bank. Mas formalmente continuava o embargo à venda de armas a Portugal.

Assim, em 1971 e 1972, foram vendidos pela Boeing dois 707 e dois 747, doze helicópteros Bell e vários aviões de reconhecimento fotográfico Rockwell. Os aviões eram utilizados para transporte de tropas entre Portugal e os territórios africanos e os helicópteros em operações de combate.

Os Estados Unidos forneceram a Portugal um milhão de dólares anuais em ajuda militar e treino de efetivos portugueses. Os oficiais da força aérea eram treinados na República Federal da Alemanha e os oficiais do exército aprendiam técnicas de contra-insurreição em Fort Gulick, no Panamá. Em 1970, Nixon aumentou em 600% a entrega de desfolhantes a Portugal e, no entanto, a Administração continuou a negar qualquer conhecimento da sua utilização em África. A base de comunicações via satélite Kagnew, na Etiópia, que monitorizava as guerras na África Austral, dava informações confidenciais a Portugal sobre as três colónias e, além disso, a Administração Nixon vetava ou abstinha-se em todas as resoluções apresentadas ao Conselho de Segurança e à Assembleia Geral das Nações Unidas que dissessem respeito às guerras coloniais portuguesas.

As razões de carácter económico eram por demais evidentes. Segundo George Wright,

“O setor extrativo, incluindo o petróleo, os diamantes e o minério de ferro, era a fonte da maior parte dos investimentos. (...) Depois da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) ter quadruplicado o preço do petróleo, os rendimentos anuais de Portugal

⁸⁹ National Security Study Memorandum 39 and the Future of United States Policy Toward Southern África.

aumentaram para mais de 400 milhões de dólares. Entre 1971 e 1974, os lucros do petróleo alcançaram 40% do total dos rendimentos de exportação gerados em Angola. Este aumento de rendimento era um complemento para as despesas coloniais de Portugal. Por exemplo, o valor de 1972 representava 13% do orçamento de Angola e 60% das despesas militares da colónia.” (...) Além da Gulf Oil, outras firmas americanas ligadas ao setor do petróleo (prospecção e produção) estavam igualmente no terreno, incluindo a Schlumberger Ltd, a Sunray (Sun Oil), a Skelley Oil, a Union Carbide, a Texaco, a Mobil e a Argo Petro. No setor da prospecção de diamantes, havia a Diamond Distribution Inc. e a Diversa Inc. E ainda outras firmas americanas que investiam em Angola durante este período como a General Tire and Rubber Company of Ohio, a Universal Leaf and Tobacco Company, o First National City Bank de Nova Iorque, a Firestone, o Chase Manhattan Bank, a General Electric, a International Business Machines, a Caterpillar e a National Cash Register.”⁹⁰

A revolução de 25 de Abril de 1974, que acabou com a ditadura de Salazar/Caetano, tinha nos objetivos dos militares que desencadearam o golpe militar, as questões coloniais, em particular a ausência de saída militar para uma guerra contra os direitos humanos, que durava nesta última fase desde 1961 em Angola, depois na Guiné-Bissau e depois ainda em Moçambique. Não sendo claro o destino a dar às colónias (independência já, ou soluções alternativas) a atitude dos militares no terreno acabou por abrir caminho às independências, de forma mais rápida do que os militares haviam podido pensar. A desarticulação do exército colonial ocorreu nas semanas e nos poucos meses seguintes de modo que, quando foi assinado o Acordo de Alvor em 15 de Janeiro de 1975, a presença militar portuguesa no terreno já não tinha qualquer relevo. De Alvor em diante a FNLA o MPLA e a UNITA tomaram o destino do País no quadro dos seus respectivos objetivos políticos e militares.

A acalmia no país foi sol de pouca dura, pois logo em Fevereiro de 1975 a FNLA, apoiada pelo Governo do Zaire, incluindo o envio de tropas para Angola, atacou as forças do MPLA em Luanda e no Norte do

⁹⁰ George Wright, A destruição de um país, Editorial Caminho, 2001, p114-116

País.

Foi nesta altura que a URSS iniciou um novo período de apoio ao MPLA com o envio de armamento, incluindo armas pesadas e tanques de combate. Durante os 13 anos de Guerra colonial a URSS fora, na verdade, o País que mais se empenhou no apoio à guerrilha do MPLA. Agora era claro, que com a intervenção americana no cenário angolano, o envolvimento teria que ser a uma escala muito maior. E nos anos que seguiram, assim foi, quando a guerra com a FNLA se alargou à África do Sul e à UNITA. Por seu lado, nos EUA a recente derrota no Vietname obrigava o governo a agir a dois níveis. Num caso havia que cuidar da relação com um setor muito amplo da sociedade americana que não desejava ver o País envolver-se em novas atividades militares no exterior e, no outro caso, as diferentes agências e *lobbies* de armamento e do petróleo que estavam decididos a apoiar tanto a FNLA como a UNITA como a República da África do Sul, por forma a evitar que o MPLA assumisse a direção do País.

Nos anos que seguiram, muitas foram as Comissões dedicadas à política americana para Angola e muita atividade teve o Congresso por forma a satisfazer a opinião pública interna e a assegurar, ao mesmo tempo, as condições necessárias para o envio de armas para a guerra contra o MPLA. Sob a orientação de Henri Kissinger, no quadro da presidência de Ford, foi montado um programa militar clandestino sob o comando da CIA, na pessoa de John Stockwell para fornecimento de material militar e coordenação das atividades da FNLA / UNITA/ República da África do Sul /Zaire / Comandos de mercenários.

Assim, em Agosto, os combates tomaram nova dimensão com a entrada das tropas Sul-africanas (SADF) por 800 km no território de Angola, na esperança de impedirem a formalização da independência marcada para 11 de Novembro desse ano. Foi no entanto uma iniciativa sem sucesso, pois no dia 10 de Novembro, foi proclamada a independência de Angola e o MPLA que controlava Luanda, proclamou a República Popular de Angola.

No mês seguinte, começaram a chegar tropas cubanas e a guerra tomou novo rumo pois o MPLA e as tropas cubanas (operação Carlota) impediram a tomada de Luanda pela África do Sul, que foi obrigada a retirar para a fronteira de Angola com a Namíbia. Por seu lado, o novo regime de Angola, foi reconhecido não só pelas antigas colónias portuguesas mas também pelo Brasil, países de Leste, Cuba, Vietname, Argélia, Congo-Brazzaville, Etiópia, Madagáscar, Tanzânia, Nigéria, Iraque e Síria. Posteriormente, em Fevereiro, a OUA votou a

favor do reconhecimento do Governo de Angola, seguida pelos países da CEE e, finalmente, por Portugal. Em 1 de Dezembro, Angola foi admitida na Nações Unidas, naturalmente com a abstenção dos EUA, os quais só viriam a reconhecer o governo de Angola muitos anos depois.

Nesta época é de destacar que o esforço do MPLA e das tropas cubanas representam do ponto de vista internacional e dos direitos Humanas um facto da maior importância para o Mundo, pois foi a barreira à expansão do regime do Apartheid, que previsivelmente se estenderia da cidade do Cabo a Cabinda, mantendo a Namíbia como colónia Sul-africana. É certamente nesta derrota militar que o regime da África do Sul começa de facto a vergar.

Mas isso não significou o fim da guerra, que viria a tomar novas formas envolvendo cada vez mais meios, incluindo tropas cubanas, mais armamento, mais invasões do território angolano e, no fim de conta, mais sofrimento e mais miséria para o povo angolano.

Passando ao lado da Emenda Clark, o envolvimento americano direto, pelo envio de armamento e rede recursos financeiros ou indireto através de atividades levadas a cabo por outros países sob o controle americano. A título de exemplo, podemos referir o treino militar assegurado por Marrocos à UNITA, ou o apoio do Zaire como plataforma militar e ponto de passagem do transporte regular de armamento. Outros países como a Arábia Saudita e Israel participam de diferentes formas na guerra contra Angola.

Com a eleição de Reagan (1981-1984) a guerra contra Angola recebeu novo impulso, no quadro mais vasto da política externa dos EUA. Esta política visava a destruição de todo e qualquer regime que tivesse como objetivo reformas ou políticas de desenvolvimento orientadas para a melhoria de condições de vida das populações. Qualquer princípio de “nacionalismo” era já sentido pela administração americana como uma iniciativa de carácter comunista e, nessa medida, contrária à política que Reagan pretendia desenvolver. Mais uma vez a CIA e o Conselho Americano de Segurança Nacional asseguravam a vertente militar desta política de destabilização ao nível mundial.

A África do Sul relançou então as campanhas militares contra Angola (6 invasões em território angolano entre 1981 e 1983), utilizando a UNITA como “tropas indígenas” ao mesmo tempo que rejeitava com mais segurança a Resolução 435 da ONU, relativa à independência da Namíbia. A UNITA foi recebida em Washington pelas mais altas instâncias do governo e do Congresso americano e o apoio militar não parou de crescer, acompanhado por uma nova vaga de

investimentos americanos na África do Sul no valor de 2,6 bilhões de US\$ em 1983.

No segundo mandato de Reagan, o apoio militar à UNITA aumentou drasticamente com o envio de mísseis antiaéreos TOW e Stinger, armas antitanque, canhões pesados e o estabelecimento de mais seis bases de treino e de transferência de armas no Zaire. Apesar de todo este esforço, o Governo de Angola continuou a resistir à devastação que a guerra contra Angola provocava. As populações refugiavam-se nas cidades: Luanda passou de 500.000 habitantes em 1975 para 1,2 milhões em 1987, Huambo passou de 55.000 para um milhão e Benguela de 55.000 para 350.000 no mesmo período.

“Tanto a África do Sul como a UNITA infligem danos profundos às infraestruturas. Um dos alvos preferenciais era o caminho-de-ferro de Benguela, não permitindo transportes para o interior do país, mas estes ataques também afetavam o comércio zambiano e zairense, forçando-os a utilizar um trajeto, muito mais caro e longo, através da África do Sul. Todas as estruturas do país que pudessem enfraquecer o governo e aterrorizar a população eram alvos de sabotagem. Fazem explodir instalações de telecomunicações, incluindo estações e postos de ligação; centros médicos estatais são incendiados; 10 000 salas de aula inutilizadas; silos de cereais destruídos; centrais hidroelétricas atacadas; e para cima de 200 pontes abatidas. As minas são colocadas em campos agrícolas para interromper a produção alimentar e matar à fome as cidades na posse das forças governamentais. Também as estradas são crivadas de minas para perturbar o transporte em camiões através do país. Entre 1980 e 1988, calcula-se que o governo angolano tenha perdido 30 bilhões de dólares do produto nacional bruto”.⁹¹

Mas a impossibilidade de substituir o governo de Luanda também era cada vez mais problemática, tornando-se então mais claro que o fim da guerra passaria pela retirada do exército sul-africano de Angola, o respeito pela África do Sul da resolução 435, o

⁹¹ George Wright, A destruição de um país, Editorial Caminho, 2001, p. 251

reconhecimento político da SWAPO e que só depois estariam reunidas condições para a saída das tropas cubanas de Angola, cujo número iria ainda aumentar. Aliás, é nestes termos que foi assinado em Nova Iorque, em Dezembro de 1988, entre a África do Sul, Angola e Cuba o tratado relativo à retirada do exército Sul-africano de Angola e a implementação da Resolução 435.

Estavam assim criadas as condições para a retirada das tropas cubanas o que viria a acontecer em Maio de 1991.

Ficava agora para a administração de Bush a tarefa de apoiar a UNITA até que esta conseguisse assumir o Governo de Angola. Apesar de a guerra nunca ter parado de facto, os acordos de Bicesse fizeram crer aos Países ocidentais que um processo eleitoral daria por certo a vitória à UNITA. Mas tal não aconteceu e as eleições convocadas pelo Governo de Luanda realizaram-se em 29 e 30 de Setembro de 1992, com a participação de 11 candidatos presidenciais e de 18 partidos políticos. Estas eleições, que foram acompanhadas por observadores representando governos estrangeiros (EUA, Portugal, Bélgica, França, Canadá e Alemanha), a Comunidade Europeia e as Nações Unidas, foram consideradas livres e justas. Mas na medida em que a vitória eleitoral coube ao MPLA, a UNITA relançou de imediato a guerra, apoiada como pelo passado pela África do Sul e pelos EUA, tanto mais que Bush continuou a recusar o reconhecimento não só do novo país que era Angola como da Administração de Luanda.

A guerra podia continuar. E iria continuar com redobrada violência, agora sob a administração de Clinton, a qual tomou posse em Janeiro de 1993. Desde as eleições mais *“100.000 pessoas tinham sido mortas, para cima de dois milhões estavam ameaçadas pela fome e 350.000 estavam deslocadas (...) A situação humanitária era a pior de sempre nos 32 anos de guerra em Angola”*.⁹²

No novo contexto mundial resultante da implosão da URSS, na verdade também já não havia razão para recusar o reconhecimento diplomático de Angola, ato que Clinton viria a efetuar em 19 de Maio, tanto mais que as empresas americanas continuavam a explorar o petróleo angolano e muitas outras se instalavam num ambiente de perfeita normalização. A ajuda dos EUA à UNITA continuou sob diferentes formas, mas pela parte da África do Sul, Savimbi perdeu qualquer apoio, pois entretanto a regime do apartheid tinha acabado e Nelson Mandela era Presidente da África do Sul.

⁹² George Wright, A destruição de um país, Editorial Caminho, 2001, p. 334

A paz só voltaria a Angola quando Jonas Savimbi morreu em Fevereiro de 2002 perto de Lucusse na província de Moxico (Leste de Angola). Num texto da Human Rights Watch pode ler-se sobre este período:

“Quando as Forças Armadas de Angola e as forças rebeldes da UNITA assinaram o Memorando de Entendimento de Luena, em 4 de Abril de 2002, trouxeram a um fim uma das mais longas e brutais guerras do século vinte, uma expressão da Guerra Fria que perdurou o seu fim por mais de uma década. A morte de Jonas Savimbi, líder da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), em Fevereiro de 2002, levou ao colapso das forças militares da UNITA.. No entanto, o Memorando de Luena, a fim do processo de paz de Lusaca iniciado em 1994, marcou não somente um fim mas também um começo: o início de um processo difícil de reconstrução da infraestrutura social completamente destruída e a reintegração de milhares de pessoas que abandonaram suas casas durante a guerra e outros milhares de ex-combatentes em uma sociedade pacífica. (...) em Agosto de 2003, mais de dois milhões de um estimado contingente de 3,8 milhões de pessoas deslocadas haviam retornado às suas áreas de origem; a diferença permanecia deslocada, frequentemente em acampamentos temporários ou campos de reassentamento. Aproximadamente 130.000 refugiados vivendo na República Democrática do Congo (RDC), Zâmbia e Namíbia também haviam retornado. Cerca de 53.000 Angolanos ainda permaneciam como refugiados nesses países. A maioria desses refugiados retornaram “espontaneamente”— ou seja, retornaram pelos seus próprios meios e não através de um processo organizado de repatriamento. (...) O ritmo do repatriamento dos refugiados também foi acelerado com o estabelecimento de grandes centros de receção nas províncias do Moxico e Huambo e outros centros menores no Uíge, Zaire, Cunene, Cuando Cubango e Lunda Norte. Até o fim de 2004, 281.000 refugiados haviam sido repatriados em Angola, incluindo 94.000 assistidos pelo

O memorando de Luena assinado logo em 4 de Abril de 2002 abriu as portas para o fim da Guerra. Mas em Luena não estiveram presentes nem Kissinger, nem Reagan, nem Bush, nem Clinton.

República Democrática do Afeganistão

O Afeganistão manteve-se desde a sua independência em 1913 como um dos Países mais pobres do mundo.

Em 1932 foi admitido na Liga das Nações e em 1940 declarou neutralidade em relação á II Guerra Mundial. O Rei Zahir Shah foi afastado do poder em 1973 por outro membro da monarquia, Mohammad Daoud, tendo sido nessa época criada a República do Afeganistão.

Daoud fora no entanto primeiro-ministro durante a monarquia tendo conduzido o País numa política de neutralidade que lhe permitia manter relações com os EUA e com a URSS a qual financiava importantes projetos económicos.

Em 1964 foi aprovada uma nova constituição que marcava os primeiros passos de um novo sistema político onde foi retirado aos chefes religiosos a responsabilidade dos tribunais e autorizada a criação de partidos políticos. Era assegurada a liberdade de imprensa e de associação, assim como o envolvimento profissional e político das mulheres. Foi então criado o Partido Democrático do Povo Afegão de orientação marxista em Janeiro de 1965, o qual conseguiu eleger quatro representantes ao Parlamento entre os quais Mohammad Taraki, o qual viria mais tarde a assumir o poder na sequência de um golpe de estado.⁹⁴ Em 1967 este partido viria a dividir-se em duas fações representadas por Taraki e Babrak Karmal, correspondendo a divisão social entre os setores mais rurais e mais urbanos da sociedade Afegã.⁹⁵

Depois do fim da monarquia, os EUA atuaram junto do Irão para oferecer apoio económico e pressionar o Afeganistão para integrar a CENTO (.Central Treaty Organization 1955-1979.), também denominada por Pacto de Bagdad, que era um acordo regional, formado no seio dos

⁹³ Fonte: Coming Home, Return and Reintegration in Angola, Human Rights Watch <http://hrw.org/portuguese/reports/angola0305/1.htm>

⁹⁴ Cf. The History of Afghanistan, Meredith L. Runion, Greenwood Press, 2007

⁹⁵ The History of Afghanistan, Meredith L. Runion, Greenwood Press, 2007 p. 101

interesses americanos, com a participação do Irão, Iraque, Paquistão, Turquia, Reino Unido e EUA (1958).

A situação precipitou-se para o lado dos americanos quando, pouco tempo depois, o Xá foi deposto no Irão em Janeiro de 1979, e os EUA perderam as instalações militares que sistematicamente, ao longo de anos, tinham vindo a construir junto à fronteira com a URSS. Foi o tempo em que a embaixada dos EUA foi ocupada em Teerão, com a tomada como reféns do pessoal da embaixada. Estes só viriam a ser libertados em 1981, mas sem que as relações EUA-Irão tivessem melhorado.

Pior ainda, o novo governo do Afeganistão, presidido por Mohammad Taraki tinha declarado a intenção de criar um estado laico e não-alinhado e tomado medidas intoleráveis para os EUA: reforma agrária, abolição das dívidas dos camponeses para com os latifundiários, (sendo que muitos deles pertenciam ao próprio clero muçulmano) e a criação de centenas de escolas e postos médicos por todo o País.

Também a proibição do casamento de crianças, criação de escolas para as mulheres, inquietavam a burguesia local e as instituições americanas, apesar do governo de Taraki não ter criado quaisquer restrições à prática religiosa.⁹⁶

Em Setembro de 1979, através de um golpe no seio do partido, Taraki foi assassinado e substituído por Hafizullah Amin, que na década de 50 tinha estudado nas Universidades de Colúmbia e de Wisconsin e cujas relações com a CIA estão suficientemente esclarecidas.

O facto é que Amin tratou de implementar uma aproximação com os EUA. Foi neste contexto que o exército soviético começou a chegar ao Afeganistão, a partir de Dezembro. Em 27 de Dezembro uma força militar soviética ocupou o Palácio presidencial, Amin foi executado e substituído por Babrak Karmal.

Pode-se pretender que o golpe de Amin foi o fator determinante na intervenção militar soviética, oferecendo assim ao governo de Carter, a justificação para todas as medidas que o governo americano iria continuar a implementar, para organizar no Afeganistão uma nova plataforma militar, em substituição daquela que perdera no Irão, com o fim do reinado do seu aliado o Shah.

Foi certamente neste momento, entre Julho e Dezembro de 1979, que se iniciou o processo de destruição do País que dura até à

⁹⁶ Cf. William Blum, *Killing Hope, US Military and CIA interventions since world war II*, Cammon Courage Press, Monroe ME, 1995

atualidade.

Todas essas medidas referidas da iniciativa do governo de Taraki, foram então consideradas como a prova de que este regime era um regime “comunista”, pelo que a partir dessa altura, todo o apoio foi dado pelo governo americano à criação e manutenção de uma guerrilha organizada pelos Moujahedeen.

A decisão do governo dos EUA, de fomentar a organização de guerrilha Moujahedeen para combater o governo do Afeganistão, foi na verdade um facto que viria a condicionar as décadas seguintes durante as quais o Afeganistão se afundou progressivamente no mais profundo caos.

Como confirmou Zbigniew Brzezinski, na época membro US National Security, quando em Julho de 1979⁹⁷ ou seja, 6 meses antes da intervenção militar da URSS no Afeganistão, o Presidente Carter assinou a diretiva para a organização do envolvimento secreto dos EUA, estava na verdade a armar as forças Talibãs mais conservadoras, que mais tarde viriam a tomar o poder em Cabul em nome do fundamentalismo mais radical, arrastando o País num processo de tribalização para a guerra civil. Entre os principais aliados dos EUA deve referir-se Gulbuddin Hekmatyar, dirigente do grupo político-militar Hezb-e-Islami. Gulbuddin, que viria mais tarde a ser primeiro ministro do Governo afegão em 1993 e 1994 e em 1996, é atualmente acusado pelos EUA de ser dirigente da Al Qaeda depois de ter feito apelo à Jihad contra os EUA.

O apoio dos EUA aos Moujahedeen efetuou-se através da CIA, com o envolvimento dos serviços secretos do Paquistão fazendo correr o apoio militar necessário para enfrentar, não só o exército soviético, mas também o próprio exército afegão. Sob várias formas mais de 100.000 futuros guerrilheiros afegãos e provenientes de outros países foram treinados tanto no Paquistão como nos EUA.⁹⁸ O tempo viria fazer destes “guerrilheiros da liberdade” simples terroristas, contra os quais os EUA na guerra contra o MAL, anos depois, viriam a retirar do governo do Afeganistão, tendo para tal organizado a atual invasão e ocupação do Afeganistão.

A guerra iria durar 12 anos. Em 1986, Karmal foi substituído por Najibullah, que fez adotar uma nova constituição, agora islamizada.⁹⁹

⁹⁷ Zbigniew Brzezinski *Le Nouvel Observateur* (France), Jan 15-21, 1998, p. 76

⁹⁸ Cf. Human Rights Watch, *Backgrounder on Afghanistan: History of the War*, 2001
<http://www.hrw.org/legacy/backgrounder/asia/afghan-bck1023.htm>

⁹⁹ Cf. William Blum, *Killing Hope, US Military and CIA interventions since world war II*, Cammon Courage Press, Monroe ME, 1995

Por seu lado, a URSS, então já em processo acelerado de auto desmantelamento do partido comunista soviético, e sofrendo o efeito de manter no exterior em guerra, mais de 100.000 soldados, assumiu em Abril de 1988, no seio das negociações promovidas pela ONU em Genebra, a retirada das suas forças militares. Esta retirada começou de imediato em 15 de Maio, estando terminada em 15 de Fevereiro de 1989.

Claro que o pedido de Gorbachev para que os EUA assumissem um embargo a todo o envio de armas para o Afeganistão não foi tido em consideração pelo governo de Bush, que continuou a manter os Moujahedeen. A guerra durou ainda mais três anos depois da retirada do exército soviético. A vitória dos Moujahedeen “os lutadores pela liberdade”, segundo Reagan, que tinha começado com a intervenção americana face as reformas sociais da então nova República Democrática do Afeganistão e como forma de assegurar a presença americana na região depois da queda do Shah, já não tinha qualquer interesse para os EUA, pois a guerra fria já tinha acabado¹⁰⁰.

Apenas continuou a guerra entre os próprios Moujahedeen, tendo-se assistido ao regresso do feudalismo islâmico assumido pelos Talibãs em substituição das reformas sociais de Taraki. Para trás ficaram milhões de desamparados e milhões de refugiados.

Posteriormente a invasão do Afeganistão pela coligação comandada pelos EUA nada trouxe de bom para o povo do Afeganistão. Da República do Afeganistão nada sobrou senão a permanente miséria e sofrimento do povo Afegão. A invasão em curso, agora com o reforço previsto pela administração Obama, não tem fim à vista.

Cuba

Relativamente ao relacionamento entre os EUA e Cuba pode-se afirmar que representa o exemplo da mais continuada e forte pressão dos EUA sobre um país independente, como forma de sabotar, destruir e intervir na vida de um país, visando impôr um sistema político que sirva os interesses dos EUA.

Evidentemente que consideramos que o facto de os EUA terem sempre apoiado, e regularmente sustentado a instalação da generalidade das ditaduras, em particular na segunda metade do Século

¹⁰⁰ Cf. William Blum, Killing Hope, US Military and CIA interventions since world war II, Cammon Courage Press, Monroe ME, 1995. p.351

XX na América Latina, retira a este país qualquer pretensa seriedade na sua “preocupação” relativamente aos direitos Humanos, como invoca repetidamente a propósito de Cuba.

Trata-se de uma história antiga, desenvolvida em particular desde o início do século XX, e muito particularmente depois do fim da ditadura, suportada pelos EUA, de Fulgêncio Batista. Desde Dwight D. Eisenhower, que ocupava a Casa Branca por ocasião do derrube de Fulgêncio Batista e instauração de uma nova ordem política e económica em 1959, que todos os governos dos EUA executaram políticas agressivas contra Cuba de forma sistemática.

A razão destas políticas reside, naturalmente, no facto de nas semanas e meses que seguiram a tomada do poder por Fidel Castro, o recém-criado governo de Cuba ter iniciado uma reforma agrária, que beneficiou mais de 100.000 famílias, da qual naturalmente saíram perdedores os grandes latifundiários cubanos e americanos entre os quais a United Fruit Company por conta de quem atuavam os governos cubanos anteriores. Naturalmente que a indemnização proposta pelo novo governo, baseada nas declarações dessas propriedades para efeito do imposto rural, não tinham qualquer significado, pois os valores declarados não correspondiam minimamente ao seu real valor. O encerramento da indústria do jogo e das vastas redes de prostituição montadas para servir o turismo sexual americano, então nas mãos da máfia americana em particular sobre o controlo do sindicato controlado por Meyer Lansky, mostrava uma vontade clara do novo governo orientar a economia de forma diferente daquela que convinha aos interesses legais e ilegais dos EUA.

No Verão de 1960, a recusa das refinarias de petróleo Texaco e Esso (americanas) e Shell (inglesa) em refinar o óleo proveniente da URSS levou o novo governo em 28 de Junho a nacionalizar essas empresas e duas semanas depois num clima de total hostilidade, foram também nacionalizados mais interesses económicos americanos em Cuba, logo seguido pela redução praticamente total das importações americanas de açúcar decidida por Eisenhower. Esta última atitude era de grande importância pois a economia da ilha tinha sido controlada e formatada desde o tempo pós colonial para servir as necessidades dos EUA em açúcar.

A partir deste momento, as ações materiais de guerra de terrorismo e destabilização foram um dado permanente em todos os governos americanos. Desses atos sobressaem, pelo envolvimento do próprio governo americano e da CIA, a chamada operação Mongoose, a

operação Norhwoods e a invasão da Baía dos Porcos.

No início de 1961, o presidente Dwight Eisenhower decretou o corte de relações diplomáticas com Cuba e estabeleceu a proibição para os americanos de viajar para Cuba. Em Abril desse mesmo ano decorreu a tentativa de derrubar militarmente o novo governo e provavelmente de repor no poder Fulgêncio Batista.

Foi o desembarque de um exército composto, treinado e organizado nos EUA em simultâneo com o bombardeamento aéreo de cidades e bases militares de Havana, Santo António de Los Baños, Cienfuegos e Santiago de Cuba. Fracassada esta tentativa, foram organizadas novas formas de agressão militar e não militar para impor a Cuba um novo governo, dócil aos interesses dos EUA.

A Operação Mongoose foi coordenada pelo general Edward Lansdale, sob proposta de Robert F. Kennedy e correspondia à política que o presidente John Kennedy entendia desenvolver relativamente a Cuba e esteve em pleno funcionamento entre 1961 e 1964 assegurando e implementando ações terroristas sob a forma de atentados, assassinatos, propaganda anti Castro, destruição de bens, entre outras.

A Operação Norhwoods visava, por seu lado, preparar as condições políticas adequadas à invasão de Cuba pelo próprio exército americano. O seu conteúdo agora em domínio público está descrito num memorando datado de 13 de Março de 1962 para o Secretary of Defence, com o título de “Justificação para a intervenção militar americana em Cuba”, onde se descrevia de forma exata os pretextos a organizar e implementar pela administração americana, que considerava deveriam assegurar uma justificação pública para uma intervenção militar dos EUA em Cuba tendo sido assinado pelo General Lyman Lemnitzer.

A necessidade de construir uma justificação para a invasão, resultava do facto de na sequência da “crise dos Mísseis” ter ficado entendido com a URSS que os EUA não voltariam a promover sob qualquer forma uma nova invasão de Cuba, como tinha sido o caso da falhada invasão da Baía dos Porcos.

Como em muitos outros casos, à falta de fundamentos que poderiam justificar uma ação militar objetiva, a Administração americana sempre entendeu preparar fraudulentamente a opinião pública americana e internacional como no mais recente caso da existência das armas destruição massiva no Iraque que foram invocadas inclusive nas Nações Unidas, para justificar a invasão militar e consequente destruição desse país.

A agora simplesmente chamada Crise dos Mísseis de Outubro de 1962, claramente resulta do envolvimento da URSS na política cubana que se manifestava num progressivo apoio à economia de Cuba e na afirmação no contexto internacional da política externa da URSS. É certo que os EUA tinham instalado Mísseis nucleares na Turquia em 1961, pelo que a instalação de mísseis soviéticos em Cuba aparecia como uma medida de retaliação à expansão militar americana. No fim da crise, os EUA comprometeram-se a retirar os seus mísseis da Turquia contra a retirada dos mísseis da URSS de Cuba e dar a garantia de que os EUA não voltariam a invadir militarmente Cuba como tinha sido o caso da Invasão da Baía dos Porcos no ano anterior.

Kennedy reforçou as restrições ao comércio com Cuba, promulgou o Regulamento para o Controle dos Bens Cubanos e a Ata de Comércio com o Inimigo, visando a nacionalização dos bens cubanos existentes nos EUA.

Sempre sustentada na justificação de clamar por mais democracia para Cuba, como no caso da lei Torricelli, os EUA esqueciam obviamente as próprias lutas sociais nos EUA como por exemplo, os movimentos contra a discriminação racial e o facto de nessa época toda a América Latina estar sob o controle de governos de ditadura apoiados, financiados e consolidados com o apoio técnico, militar e financeiro dos EUA.

Provavelmente a política dos EUA contra Cuba, é a única política internacional de agressão desenvolvida por um Estado contra outro, que é regulamentada por legislação específica emanada pelos órgãos oficiais do país agressor. Trata-se da Lei de Ajuste Cubano de 1966, a lei Torricelli, aprovada pelo Congresso norte-americano, e promulgada pelo então presidente George Bush em 1992 e a lei Helms-Burton de 1996, durante a administração do Presidente dos Estados Unidos William J. Clinton.

No primeiro caso, a Lei do Ajuste Cubano veio dar seguimento a política migratória de exceção relativamente a Cuba, iniciada logo em 1959, de forma a acolher em primeiro lugar toda a estrutura político/militar/económica da ditadura, atribuindo automaticamente o estatuto de refugiado ou de exilado político. A Lei do Ajuste Cubano promovia e promove a saída ilegal dos cidadãos cubanos, sobretudo para aqueles que chegam de forma ilegal aos EUA. Nenhum outro imigrante de qualquer outro país com ou sem ditadura beneficia de tal tratamento.

A lei Torricelli foi promovida desde 1991, durante o período em

que a União Soviética se desagregava juntamente com os países de leste, e onde o Presidente dos EUA falava repetidamente da nova Ordem Mundial, que nunca viria a acontecer. Na justificação da lei pode aliás ler-se que: "O derrube do comunismo na anterior URSS e na Europa Oriental, o agora universal reconhecimento na América Latina e o Caribe que Cuba constitui um modelo fracassado de governo e desenvolvimento, e a evidente incapacidade da economia cubana para sobreviver às tendências atuais, proporcionam aos EUA e à comunidade democrática a oportunidade sem precedentes para promover uma transição pacífica para a democracia em Cuba"¹⁰¹. A chamada Ata para a Democracia em Cuba é, sem dúvida, o principal ato legislativo assente no total desrespeito pelo direito internacional, atribuindo ao país agressor a "responsabilidade" e o "dever" de derrubar um governo de um país independente. Trata-se da discussão sobre o direito de ingerência que durante alguns anos os EUA e muitos países europeus pretenderam, sem grande sucesso, adotar como base no direito internacional. Esta lei foi promulgada por Bush, ocorreu na altura em o Presidente libertou Orlando Bosch, reconhecido como principal responsável pelo atentado terrorista contra um avião civil cubano, onde morreram todos os passageiros e tripulação e que teve lugar em Outubro de 1976.

Esta lei veio reforçar o carácter agressivo das medidas do embargo económico e social contra Cuba, a ponto que o Parlamento Europeu, em particular em 1994, se sentiu obrigado a apelar ao Governo e ao Congresso dos EUA:

"para que revoguem a Lei Torricelli e restabeleçam plenas relações económicas, comerciais e financeiras com a República de Cuba, a fim de evitar uma explosão social de consequências imprevisíveis;" tendo em consideração entre outras matérias o facto do Parlamento Europeu estar *"Ciente do direito do povo cubano a manter a sua independência e a salvaguardar conquistas tão positivas como a igualdade racial, a educação gratuita, a erradicação do analfabetismo e a manutenção de um serviço público de saúde cujos resultados se traduziram numa reduzida taxa de*

¹⁰¹ Cuban Democracy Act of 1992, ponto 6, SEC. 1702

*mortalidade infantil e numa melhoria considerável da esperança de vida*¹⁰².

Na verdade, tudo isso são realidades que os EUA estão longe de atingir, e que continuam a constar dos programas eleitorais, como nas últimas eleições presidenciais, nas quais foi eleito Barak Obama.

Ignorando o progressivo isolamento que a manutenção do bloqueio tinha colocado às instituições americanas, dois anos mais tarde em 1966, a Lei Helms-Burton, chamada de “Lei da liberdade cubana e solidariedade democrática” promulgada pelo Presidente William Clinton viria ainda a reforçar toda a política americana contra Cuba, em particular no domínio do bloqueio económico e social, onde se previam proibições e sanções relativas à liberdade de comércio, liberdade de comunicações, restrições à circulação de pessoas e a outros domínios, visando em última instância derrubar objetivamente o governo de Cuba e o seu consequente retorno ao domínio das empresas e interesses americanos sobre o país. Na verdade, o lugar que os EUA ocupam na economia mundial garante aos setores mais conservadores deste país a efetiva destabilização permanente da economia cubana e inviabiliza o seu normal desenvolvimento, acarretando para Cuba permanentes prejuízos materiais e humanos. Note-se no entanto, que o embargo decretado pelos EUA contra Cuba teve durante muito tempo o apoio claro dos restantes países capitalistas.

Sobre os prejuízos causados a Cuba, o relatório apresentado à Assembleia Geral das Nações Unidas em 2005, descreve detalhadamente as implicações decorrentes da negação da liberdade de comércio para Cuba e das medidas de retaliação para os países que contrariem o bloqueio (ver por exemplo a posição da Europa, que vê no embargo uma limitação ao seu direito de ter relações comerciais livres) ao nível da saúde, da alimentação, da educação, da cultura, dos prejuízos para a economia cubana e especificamente do intercâmbio académico, científico, cultural e desportivo relativamente aos EUA e que nesse ano representavam de prejuízo acumulado para a economia de Cuba um valor de 72 biliões de dólares EUA.¹⁰³

¹⁰² JO C 268 de 4.10.1993, p. 15

¹⁰³ Relatório de Cuba ao Secretário-Geral sobre a resolução 57/11 da Assembleia geral das Nações Unidas, “Necessidade de pôr fim ao bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba” Havana, 8 de Julho de 2003

Só efetivamente nos anos 90, os apelos da comunidade internacional, incluindo o próprio Parlamento Europeu e as repetidas condenações pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, começaram a ter alguma expressão política. Em 2006 a Assembleia-Geral das Nações Unidas aprovou uma moção de condenação relativa ao bloqueio. Os EUA apenas contaram com o apoio de Israel, das Ilhas Marshal e de Palau, sendo que estes dois últimos são na realidade dependências coloniais dos EUA, como muitos territórios do Pacífico, desde o fim da II Guerra Mundial.

Em 2008, de novo nas Nações Unidas dos 192 países participantes na votação, 185 votaram contra o bloqueio, 3 votaram a favor: EUA, Israel e Palau, dois outros abstiveram-se: Ilhas Marshal e Micronésia e mais dois países não votaram: El Salvador e Iraque. Mas, apesar desta condenação generalizada, o processo não passou no Conselho de Segurança, dado que os EUA têm aí direito de veto e, neste contexto, a política de genocídio contra Cuba tal como caracterizado na Convenção de Genebra de 9 de Dezembro de 1948, pode continuar sem outros sobressaltos.

Grenada

Grenada foi uma colónia britânica que acedeu à independência em 1974, com um governo da confiança do Reino Unido dirigido pelo Grenada United Labor Party, chefiado por Eric Gairy.

Em Março de 1979 um golpe de estado coordenado por Maurice Bishop, dirigente do New JEWEL Movement (NJM), levou ao poder o “Governo Revolucionário do Povo” que estabeleceu relações com Cuba e com a URSS. O NJM foi formalmente criado 1973, resultante da fusão do Joint Endeavor for Welfare, Education, and Liberation (JEWEL) com o Movement for Assemblies of the People (MAP).

Mas apenas 4 anos depois a ala mais radical deste governo, que se opunha à política de não alinhamento seguida por Bishop e o seu apelo aos investimentos externos para fomentar o turismo, antagonizou Bishop com o Primeiro-ministro Bernard Coard. Com o apoio do General Hudson Austin, Chefe das Forças Armadas em 13 de Outubro de 1984, as forças afetas a este prenderam e assassinaram Bishop, assim como ministros até então em funções e sindicalistas. Austin suspendeu o governo civil que foi substituído por um Conselho Militar revolucionário, coordenado pelo Major Leon Cornwall.

Não bastaram os movimentos sociais terem descido à rua em defesa de Bishop pois o novo governo militar liderado por Hudson Austin também viria a sucumbir quando 12 dias depois teve lugar a invasão da ilha pondo fim a um processo desenvolvimentista.

No termo da invasão foi colocado no poder, por nomeação do Majesty's Governor-General, Paul Scoon um novo Governo afeto aos interesses americanos e ingleses. Quanto á invasão propriamente dita a qual teve início na madrugada de 25 de Outubro, nada de “especial” aconteceu.

Uma força militar de 7000 militares americanos, apoiada pela Marinha e força Aérea, acompanhada por um grupo de 300 militares em representação da OECS (Antigua, Barbados, Republica Dominicana, Jamaica, Santa Lúcia e São Vicente e Grenadinas), dirigida pelo comando da responsabilidade de Joseph Metcalf e Norman Schwartzkopf, em dois dias puseram fora de combate os 1500 militares que compunham as Forças Armadas de Grenada. Quanto aos 700 trabalhadores cubanos, a maioria dos quais trabalhava nas obras de construção do que seria o futuro Point Salines International Airport, nada puderam fazer pois naturalmente tinham instrução do próprio governo cubano para não intervir nem resistir, sendo assim feitos prisioneiros mais de 650.

As razões que foram invocadas pelo Governo de Ronald Regan foram de vária ordem. Em primeiro lugar, Cuba estaria a construir em Grenada uma base aérea militar para servir o apoio que a URSS prestava (mais na ideia do que na realidade) aos movimentos de resistência na América Latina contra as ditaduras militares pró americanas. Na verdade, tratava-se de prosseguir as obras do aeroporto previsto pelo Governo Britânico em 1954, ainda como país colonizador, projetado por empresas canadianas e já parcialmente construído por empresas britânicas. Estas obras, que já tinham sido visitadas por Ron Dellums na condição de membro da United States House of Representatives mereceram o seguinte declaração junto do Congresso “Baseado nas minhas observações, discussão e análise do novo aeroporto internacional em construção em Grenada, a minha conclusão é que este projeto é especialmente agora e sempre o foi para fins de desenvolvimento económico e não para uso militar Penso que é absurdo pretender e totalmente sem fundamento para o Governo dos USA pretender que este aeroporto coloca uma ameaça militar para a segurança nacional dos USA.”¹⁰⁴

¹⁰⁴ http://en.wikipedia.org/wiki/Ron_Dellums

Em segundo lugar era preciso evitar que os 600 estudantes de medicina que estudavam na St George's University fossem feitos reféns sem no entanto se vislumbrar por que razão o Governo de Grenada decidiria de um momento para o outro tomar essa decisão. Posteriormente durante a invasão foi constatado que os militares americanos não sabiam onde se situavam as diferentes instalações e residências da Universidade.

Em terceiro lugar a OECS tinha solicitado a intervenção militar dos EUA, mas logo em 29 de Outubro, o New York Times sublinhava que teria sido o próprio governo americano a pressionar a OECS a formular esse pedido, tendo em conta a instabilidade política que existia em Grenada.

Enfim, uma última razão mas esta não invocada publicamente, era o facto do partido de Bishop New Jewel Movement ser referido como um partido marxista-leninista, pelo qual o próprio Bishop tinha sido eleito para o parlamento Grenadino e aí dirigido durante anos a oposição parlamentar. A esta angústia para o Governo americano juntava-se o facto de Grenada estar a 1400 milhas dos EUA, mas apenas a 100 Milhas da região petrolífera da Venezuela.

Iraque.

O Iraque sempre considerou o Kuwait como uma sua província na medida em que este território é uma parte da província de Basra que ainda hoje é parte integrante do Iraque. O interesse, já antigo, da Grã-Bretanha por este território enquanto produtor de petróleo foi regularizado em 1899 quando foi estabelecido um “acordo” com o emir Mubarak Al Sabâh, no qual se comprometia a não dispor de qualquer parte do seu território sem consentimento da coroa britânica, ou seja, assumia gerir o território por conta da coroa. Esta situação decorria apesar da já decadente presença do império otomano na região e do crescente interesse na área por parte da Rússia e da Alemanha. Este acordo manteve-se em vigor até à independência em 1961. Só depois do fim da I Guerra, o governo britânico criou a separação de um pequeno território, particularmente rico em petróleo, do resto do Iraque, ao mesmo tempo que dificultava o acesso desse País ao Golfo Pérsico. Os anos que seguiram à criação do Kuwait foram regularmente marcados por protestos e manifestações contra a desanexação, pela

força britânica, de uma parte do Iraque.¹⁰⁵

Quando em 1961 o governo britânico organizou a “independência” do Kuwait, de novo a tensão cresceu entre os dois Países, com o envio de tropas para ambas as partes da fronteira. Nesta altura o Kuwait assegurava 40% do consumo de petróleo na Grã-Bretanha. O jornal Sunday Express resumia a situação nestes termos em Julho de 1961.

“A anexação do Kuwait pelo Iraque teria por consequência a paragem completa de 2/3 dos automóveis dirigindo-se para as estações balneares, a paralisia das indústrias, a manutenção no solo dos aviões, a imobilização dos navios de guerra e do comércio ancorados nos Portos. Se o petróleo Esterlino (o petróleo Kuwaitiano era então um petróleo esterlino) devesse ser substituído pelo petróleo dólar comprado nos Estados Unidos e na Venezuela, os britânicos seriam empurrados para ao desastre como consequência do desequilíbrio da sua balança de pagamentos e deixariam de ser independentes. É isto que justifica a importância do Kuwait para a economia britânica; é por isto que nenhum outro golpe mais mortal poderia ser feito contra a Grã-Bretanha que a anexação do Kuwait.”¹⁰⁶

Nenhum governo iraquiano jamais aceitou a desanexação do Kuwait ou reconheceu a sua legalidade, tendo em 1976 ocupado uma faixa de território ao longo da fronteira, até que foi negociada a garantia do acesso ao Golfo. Nos tempos imediatamente anteriores à guerra contra o Iraque, alguns acontecimentos precipitaram o regresso do exército iraquiano ao Kuwait. Durante a guerra entre o Iraque e o Irão, que esgotou financeira e humanamente esses dois Países, o Kuwait começou a explorar os campos de Petróleo de Rumaila, junto à vagamente definida fronteira, mas que o Iraque sempre reclamou como sendo inteiramente parte do território iraquiano. O Kuwait tinha aí construído estruturas militares e deixado de respeitar as quotas de produção de petróleo definidas pela OPEP (Organização dos Países

¹⁰⁵ Cf. Habib Ishow, *Le Koweit, évolution politique, économique et sociale*, L'Harmattan, Paris, 1989

¹⁰⁶ Citado por Habib Ishow, *Le Koweit, évolution politique, économique et sociale*, L'Harmattan, Paris, 1989. p. 26

Produtores de Petróleo), fazendo por isso baixar no interesse Ocidental o preço desses produtos, facto que na verdade contribuía para a difícil recuperação do Iraque, também ele exportador de petróleo.¹⁰⁷

Neste quadro, a partir de Julho de 1990, o Iraque começou a concentrar forças militares ao longo das fronteiras. Por parte dos EUA, além do envio de um forte aparelho militar para o Golfo, não houve mais qualquer tomada de posição sobre a situação.

Na verdade o braço de ferro entre o Iraque e os EUA não cessaria de aumentar. Com a ONU, trabalhando sob a orientação americana para a criação de um apoio internacional, as forças armadas americanas avançaram para a região uma armada e uma força aérea tremenda. Quanto ao apoio de outros países, foi tarefa fácil como no caso da Europa, enquanto Países como o Egito, Síria, Turquia e a própria União Soviética, já em processo avançado de desmantelamento, receberam a promessa de apoios económicos e militares e perdão de dívidas.

É por demais evidente que para o governo americano a verdadeira questão do Kuwait era o controlo total dos campos de petróleo e o reforço da indústria de armamento, que desde o início do processo tinha recebido um novo alento. O próprio George Bush afirmou: *“ Os nossos empregos, a nossa maneira de viver, a nossa própria liberdade e a liberdade dos Países amigos espalhados por todo o mundo, serão prejudicados se o controle das maiores reservas de petróleo do mundo cair nas mãos desse homem, Saddam Hussein.”*¹⁰⁸

Por seu lado o general Schwarzkopf testemunhou, frente ao Senado que: *“O petróleo do Médio Oriente é o sangue da vida do Ocidente, abastecendo hoje e sendo 77% da reserva do mundo livre irá continuar abastecer-nos quando o resto do mundo secará. Estima-se que entre 20 e 40 anos os EUA terão consumido as suas próprias reservas, enquanto a região do Golfo Pérsico terá pelo menos 100 anos de reservas já identificadas.”*¹⁰⁹

Por outro lado, é fácil de admitir que o controle das reservas de petróleo não foi um assunto que preocupasse o governo americano

¹⁰⁷ Cf William Blum, *Killing Hope, US Military and CIA interventions since world war II*, Cammon Courage Press, Monroe ME, 1995

¹⁰⁸ William Blum, *Killing Hope, US Military and CIA interventions since world war II*, Cammon Courage Press, Monroe ME, 1995, nota 60 p.329.

¹⁰⁹ William Blum, *Killing Hope, US Military and CIA interventions since world war II*, Cammon Courage Press, Monroe ME, 1995. nota 65 p. 330

apenas no período posterior à ocupação do Kuwait. Toda a política do governo americano nesta região orientou-se por essa preocupação e através da instabilidade provocada na região, como no caso da guerra Iraque / Irão, na qual os EUA abasteceram de armamento, treino militar e tecnologia sofisticada a ambos os Países, com o objetivo de provocar o máximo de devastação e impedir o seu crescimento como nações fortes do Médio Oriente.¹¹⁰

Também é verdade que a questão dos direitos humanos nos Países da região nunca afligiu muito o governo americano. O Kuwait era dirigido por uma ditadura oligárquica que tinha fechado o parlamento em 1986. Sem partidos políticos, com censura aos meios de comunicação social, e onde apenas 20% da população tinha alguns direitos democráticos. Na Arábia Saudita a intolerância religiosa, a prática sistemática de tortura, a segregação contra as mulheres, e a escravatura dos trabalhadores estrangeiros também nunca preocuparam o governo americano. Como também não preocupou ao governo americano o carácter criminoso da repressão sobre os Kurdos, levado a cabo pelo próprio Saddam sem qualquer protesto por parte do governo americano. Aliás, na década de 80, o governo americano construiu no máximo segredo, uma rede de complexos militares na Arábia Saudita, instalações que viriam a revelar-se como peças fundamentais durante a guerra.

Na verdade, a guerra no Golfo foi um ato previsto e longamente preparado para permitir aos EUA substituir-se à influência britânica que ainda restava nesta região e assegurar o controlo da produção do petróleo no Médio Oriente.

Enfim, apesar do facto da guerra dos EUA contra o Iraque ter devastado esse País e a morte de uma centena de milhar de civis, o embargo lançado depois do fim da guerra, provocou a continuação do holocausto num País que pretendia, na verdade, recuperar uma parte do seu território, alienada por força da política colonial britânica.

Mas ao governo dos EUA não bastava a destruição do país, deixando no local um governo que de alguma maneira detinha o poder sobre o povo iraquiano.

A segunda guerra contra o Iraque e consequente ocupação foi ainda mais devastadora, assente exclusivamente no interesse dos EUA em manterem a instabilidade naquela região do planeta, controlando o

¹¹⁰ William Blum, *Killing Hope, US Military and CIA interventions since world war II*, Cammon Courage Press, Monroe ME, 1995. p. 332].

acesso ao petróleo, quer pela garantia dos seus exércitos, quer dos governos dos países produtores submissos. Mas em ambos os casos o Iraque é sobretudo um caso de fracasso para a política dos EUA, pois agora que a Administração Obama anunciou a retirada das forças militares, torna-se progressivamente evidente que a sociedade iraquiana apenas está mais pobre e desorganizada, que a miséria atinge níveis nunca antes vistos e que as fraturas políticas no seio da sociedade iraquiana são mais radicais do que nunca. Restará como balanço os benefícios que esta guerra trouxe para a indústria militar americana. Mas foi por isso que tantos nos EUA de Bush e nas Nações Unidas sustentaram a “ameaça” que o Iraque de Saddam representava para o Mundo.

Será necessário ao Iraque várias gerações de trabalho para que o país possa voltar ao nível de desenvolvimento dos anos 80.

Israel

A questão da divisão da ex-colónia britânica da Palestina tem uma história longa, que toma forma em 1947, quando a Assembleia-geral da Nações Unidas (resolução 181) decidiu aprovar a constituição do Estado de Israel e do Estado da Palestina, com o apoio dos EUA e da URSS, mas contra o desejo da Liga Árabe. De acordo com o plano elaborado pela UNSCOP, 57% do território ficava no Estado de Israel e 43% na Palestina, apesar de nessa ocasião a população árabe ser mais do dobro da população judia (1.300.000 /600.000). O crescimento dos conflitos entre as duas comunidades agravou-se progressivamente, tomando a forma de verdadeira guerra civil quando, em Maio de 1948, a seguir à declaração de independência de Israel, se tornou evidente que a população árabe não seria tida em consideração no processo de destruição da Palestina, e que a curto termo todo o território ficaria sob o controlo de Israel.

A guerra que se seguiu acabou com o Egito a controlar a faixa de Gaza e a Jordânia a controlar a Cisjordânia e Jerusalém oriental, sendo que Israel ficou com 75% da Palestina. Neste processo os palestinos ficaram apenas com a revolta de terem ficado sem nada. Nesse ano, quase um milhão de palestinos teve que abandonar as suas terras e seus bens e procurar refugio nos países vizinhos situação, que atualmente corresponde a uma população vivendo em enormes campos de refugiados e algures na diáspora através do Mundo.

Foi preciso esperar por 1967 para que durante a Guerra dos Seis

Dias Israel tomasse o controlo da Faixa de Gaza, do Monte Sinai, das colinas de Golã da Cisjordânia e de Jerusalém oriental. Em 1973 teve lugar a Guerra do Yom Kippur e em 1982 Israel invadiu o Líbano. Em 1993, no âmbito do acordo de paz de Oslo, foi criada a Autoridade Palestina sob o comando de Yasser Arafat. Em 1987 e 2000 tomaram forma as duas Intifadas e a ocupação, por meio de colonatos, dos territórios destinados ao Estado da Palestina, continuaram a ser ocupados e rodeados por muros de proteção.

Em todos este processo, do qual apenas referimos propriamente os títulos, resultou um grande número de vítimas civis, confrontos armados, bombardeamentos e atentados com armas tecnologicamente avançadas no caso das ações israelienses, ou por bombas, de “bombistas suicidas” ou de foguetes caseiros no caso dos palestinos.

Mantém-se um processo de genocídio, que vem sendo executado pelo governo e exército israelienses. Mantém-se por vontade expressa do Governo dos EUA, o qual financia os gastos militares, promove assistência técnica militar em todos os domínios, sem esquecer que em conluio com a França e o Reino Unido desde 1956, dotaram Israel de armamento nuclear. É um caso que envolve as forças armadas destes países e suas respectivas polícias de informação, e que através de um processo complicado levou Israel a manter atualmente entre 200 e 400 bombas atômicas, das mais variadas tipologias destinadas aos países árabes.¹¹¹

Dispondo de mísseis balísticos e centenas de aviões americanos F15 e F 16 que podem levar estas armas a qualquer lugar do mundo árabe, torna-se evidente que estamos a falar na verdade de um destacamento do exército americano no Próximo Oriente, facto que explica a razão pela qual todos os países ocidentais aceitam com naturalidade que Israel não tenha assinado o Tratado de não-proliferação de armas nucleares.

Para traz ficam as resoluções das Nações Unidas, cujo historial é bem significativo do desprezo que estes e outros países, incluindo países árabes, têm sobre os direitos humanos na Palestina.

Mas, esta política, nem sequer é suportada plenamente nem pelo povo de Israel, nem pelos setores menos conservadores judeus nos

¹¹¹ Cf. Bernard Ravenel, Israël : une menace nucléaire globale
<http://www.france-palestine.org/article187.html>

EUA. O movimento “Jewish Voice for Peace” trabalha no sentido de mostrar que a situação atual não é sustentável nem resulta em progresso para a paz nesta região entendendo que:

“A ajuda militar dos EUA a Israel (que nós entendemos como o pagamento das despesas militares da ocupação) tem um efeito dramático nas políticas de Israel para com os palestinos. Tem sido crescentemente utilizada não para pagar a sua defesa mas para financiar a ocupação por Israel dos territórios da Palestina. Afasta Israel de enfrentar os difíceis mas necessários desafios de construir uma sociedade mais democrática e encoraja a resolução dos problemas profundos através de meios militares mais do que por meios pacíficos e mais efetivos. O financiamento norte-americano que paga as armas e munições, bombardeiros F-16, helicópteros apache que são utilizados para sustentar a ocupação dos territórios da Palestina e o seu povo, não servem nem israelenses, nem Palestinos nem americanos (...) A Ajuda militar maciça promove o militarismo que provoca uma dependência em relação aos militares muito mais que induz o trabalho por meios diplomáticos tendo em vista a solução do conflito em curso.”¹¹²

Igualmente podemos-nos questionar sobre as razões que levam os EUA a desenvolver uma política que contraria a própria legislação americana que proíbe o fornecimento de armamento a qualquer país que está envolvido de forma consistente na violação clara dos Direitos Humanos reconhecidos internacionalmente. Efetivamente o Arms Export Control Act de 1976 (US Code: Title 22, Chapter 39) obriga os Presidentes dos EUA a que as decisões de exportação de armamento devem ter em consideração, em que medida pode contribuir para a corrida ao armamento ou aumentar a possibilidade de escalada de conflitos. Claramente que o verdadeiro pagamento da fatura da atuação militar de Israel, apenas assegura a manutenção da guerra e não abre portas para a resolução dos conflitos. Nem poderia abrir, pois trata-se para Israel de inviabilizar o retorno dos refugiados às suas antigas propriedades e a expansão da consumada ocupação do território da

¹¹² http://www.jewishvoiceforpeace.org/publish/article_17.shtml

Cisjordânia por meio de colonatos, presença militar e sequestração da população civil.

Um outro organismo¹¹³ Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories, criado em 1989 por um grupo de académicos, juristas, jornalistas e membros do Knesset, reúne e divulga uma quantidade espantosa de dados sobre o significado humano da ocupação, no sentido de criar em Israel uma consciência profunda das consequências da ocupação, sustentando assim formas de atuação não obrigatoriamente militares.

Entre 1967 e Dezembro de 2007 foram criados 121 colonatos na Cisjordânia, passando a sua população de 140.000 colonos para 276.000, e mais 12 colonatos na área de Jerusalém com 180.000 colonos, num total de cerca de meio milhão de colonos. A estes importa acrescentar ainda 100 outros colonatos ditos clandestinos, não reconhecidos nas estatísticas, mas existentes no terreno. Segundo ainda B'Tselem nestes territórios *“Israel proíbe os palestinianos de entrar ou utilizar estas terras e utilize a existência impostas de colonatos para justificar as permanentes violações dos direitos dos palestinianos, tais como o direito à habitação, ao trabalho e à liberdade de movimentos. As mudanças feitas por Israel no mapa da Cisjordânia tornam inviável um Estado palestino como parte do direito do povo palestiniano à autodeterminação”*¹¹⁴

Mas, a indiferença ao conteúdo de todas estas resoluções só pode ser entendida se tivermos por base o facto de Israel ser beneficiário da ajuda económica fornecida pelos EUA destinada a financiar a “ajuda militar” americana. Na verdade, os EUA fornecem praticamente todo o arsenal militar utilizado para impedir a existência de um estado independente da Palestina e assim prolongar a progressiva ocupação de toda a ex-colónia britânica da Palestina. A título de exemplo no ano de 2003 o valor do contributo dos EUA para apoio ao estado de Israel foi de \$14,82 biliões.

As forças armadas de Israel podem assim contar com um poder bélico extraordinário composto por equipamentos (aviões, helicópteros, mísseis, blindados etc.) dos mais evoluídos tecnicamente e com os recursos tecnológicos e humanos de apoio mais qualificados.

¹¹³ Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories
<http://www.btselem.org/>

¹¹⁴ <http://www.btselem.org/English/Settlements/>.

Nicarágua.

Quando o exército americano deixou a Nicarágua em 1933, depois da sua intervenção contra o movimento revolucionário de 1927, deixaram organizada a Guarda Nacional, dirigida por Anastácio Somoza. Este tomou o poder 3 anos depois, estabelecendo uma dinastia que viria a assegurar um poder ditatorial nos 43 anos seguintes. Quando os Sandinistas, finalmente em Julho de 1979, tomaram o poder e iniciaram um programa de reformas económicas e sociais, tentando fazer sair a Nicarágua do mais profundo subdesenvolvimento, claro que estavam a tornar-se alvo da política externa americana, que não podia aceitar a eventualidade de um governo de esquerda ou, mesmo simplesmente, preocupado em tirar a Nicarágua do mais profundo subdesenvolvimento, definindo políticas em favor da população em geral.

Carter, desde logo, autorizou a CIA a apoiar financeiramente e de outras formas toda a oposição ao novo governo, situação que Ronald Reagan viria a levar ao extremo.

Entre outras medidas, o Governo Americano, reduziu em 90% as importações de açúcar, e obteve a garantia de colaboração do FMI, do IDB (Inter American Development Bank) do WB e da CEE para inviabilizar qualquer empréstimo à Nicarágua.

Por outro lado, o apoio aos “contras”, composto na maioria por ex-membros da Guarda Nacional, em colaboração ou sob as ordens da CIA, arrastaram o País para uma guerra que iria durar até 1990. Assim, foram organizados ataques dos “contras” para destruir plantações, silos, projetos de irrigação, estradas, pontes, meios de transportes, por forma a impedir o funcionamento das cooperativas entretanto organizadas.

Também foram destruídos “pipelines”, minada a orla costeira junto aos portos, bombardeados portos e navios, para além de propaganda anti-Sandinista distribuída pela igreja e por várias outras organizações. Esta guerra teve depois um desenvolvimento fundamental, quando os EUA se instalaram nas Honduras a partir de 1982 com poder militar aéreo, novo armamento pesado, construção de aeroportos militares, portos, estações de radar, centros de comunicações, ao mesmo tempo que milhares de “contras” foram treinados na Florida e na Califórnia.

Portugal

No caso de Portugal, a intervenção dos EUA nos assuntos internos do país decorrentes da revolta das Forças Armadas contra o regime que serviam até então, foi permanente e determinante para o desenrolar do processo político/militar.

Importa ter presente que o golpe militar de 25 de Abril de 1974 foi dirigido por oficiais que, na sua quase totalidade, provinham da Academia Militar, ou seja, tinham voluntariamente optado por servir o exército do regime de Salazar, antes e depois da declaração da última guerra contra os Direitos Humanos nas colónias, vulgo Guerra Colonial. Capitães por um lado e Generais por outro, o bom senso obriga a não imaginar estes militares de carreira como militantes comunistas e menos ainda como membros do PCP. O tempo mostraria no 25 de Novembro que assim era, e que, no rescaldo, se confirmaria que praticamente na sua totalidade, eram na melhor das hipóteses militares “moderados” apesar do seu passado ao serviço da Ditadura.

Por outro lado, a intervenção dos trabalhadores rurais, da indústria, dos serviços e dos funcionários públicos, era um assunto totalmente distintivo. Na verdade, fora de qualquer construção política, envolveram-se progressivamente no processo, PREC, como se diz depreciativamente, saindo à rua, ocupando fábricas e latifúndios, descobrindo a liberdade de associação, de pensamento, de organização sindical, cultural e cívica, em busca no fundo de mais justiça social que o anterior regime lhes tinha negado de forma arrogante e violenta.

Os Partidos políticos e os Sindicatos, umas vezes correndo atrás dos movimentos populares, em particular no início do processo, outras vezes procurando assumir a liderança, e outras vezes ainda procurando um restabelecimento da ordem Corporativa, tiveram certamente um papel determinante neste processo como lhes competia, no quadro de contradições, hesitações, indefinições, falta de organização e mesmo de compreensão da complexidade do processo.

Mas para os EUA tudo isto se resumia a uma revolta comunista demonstrada pelo facto de nos governos provisórios participarem ministros provenientes do PCP, ou conotados com este partido.

Num livro recente da autoria de Bernardino Gomes e de Tiago

Moreira de Sá¹¹⁵ no qual os autores analisam detalhadamente um vasto conjunto de documentos entretanto desclassificados, composto em particular por relatórios e memorandos de conversações entre Henry Kissinger e a Embaixada dos EUA em Lisboa tanto no tempo do Embaixador Stuart Nash Scott como no tempo de Frank Carlucci, é claro que o governo americano esteve permanentemente obcecado, não com o fim da ditadura, não com a abertura de novos horizontes para a sociedade portuguesa, não com o fim do processo colonial, não com o desenvolvimento da economia portuguesa, não com o agora viável respeito dos direitos humanos, mas com quatro outros assuntos centrais:

- a permanência ou expulsão de Portugal da NATO;
- a exclusão dos ministros comunistas dos governos provisórios;
- o medo de Portugal enveredar pelos caminhos da neutralidade.

Durante o período referido, através da sua embaixada em Lisboa, que funcionou como quartel-general de tudo o que eram forças anticomunistas, e não eram poucas, desde o PS socialista, aos independentistas dos Açores, à direita e à extrema-direita, houve um acompanhamento permanente e uma ponte para transmitir todo o tipo de ordens aos dois Generais do processo, Spínola e Costa Gomes, na sua qualidade de Presidentes da República, como prestar apoio ao Grupo dos Nove, como a partir da tomada de funções de Frank Carlucci em relação a todas as organizações e instituições, inclusive a Igreja, que “faziam fila” à porta da embaixada para prestar vassalagem e pedir ajuda para acabar com PREC, voltar ao 24 de Abril, pôr termo à demasiado grande influência do PCP e à mobilização dos trabalhadores com ou sem sindicatos.

A todos foi dado apoio e todos foram instrumento da vontade dos EUA de acabar com o processo.

Acenando com apoio económico e militar, dando umas vezes ordens, outras recados ou simplesmente recorrendo à chantagem para pressionar todas as instâncias do poder político/militar, o facto é que todo o processo viria a ter termo no Golpe de 25 de Novembro de 1975.

Várias foram as fontes de informação que sustentaram a

¹¹⁵ Bernardino Gomes, Tiago Moreira de Sá, *Carlucci vs. Kissinger, Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Dom Quixote, Lisboa, 2008

política americana e a azáfama da embaixada, tais como a CIA ou Bureau of Intelligence and Research que alertava para o perigo de Portugal vir a seguir os rumos do não alinhamento. Em 30 de Setembro de 1974 este serviço alertava para a

“viragem à esquerda» em Portugal, com «o poder real» a ser detido pelos elementos «esquerdistas» do Movimento das Forças Armadas e pelo primeiro-ministro», os comunistas a demonstrarem ser «claramente a força civil melhor organizada e mais efetiva» e a fortalecerem os seus «laços com o MFA», e a política externa do país a sofrer um aumento das «probabilidades de mudança para um não-alinhamento».¹¹⁶

A missão Vernon Walters, então Vice Diretor da CIA em Agosto de 1974, cujo relatório não foi ainda desclassificado, mas que segundo várias fontes propunha a substituição do Embaixador Scott por Frank Carlucci facto que viria a concretizar-se em Janeiro de 1975.

A Missão Lukens do próprio Departamento de Estado, na sequência do 28 de Setembro que reforçou a necessidade de nomear Frank Carlucci como embaixador.

A missão Joshua de natureza militar da Defence Intelligence Agency em pleno Verão Quente de 1975, que baralhava completamente a compreensão do complexo processo em curso:

“ Alguns oficiais norte-americanos acreditam que os soviéticos não querem que o PCP tome o poder, mesmo que isso seja possível, com receio das repercussões à escala mundial. Também não pensam que o líder do Partido Comunista, Álvaro Cunhal queira adquirir o controlo do governo de Lisboa, por saber que o partido não está preparado para essa tarefa.”¹¹⁷

O relatório identificava claramente que a maioria dos militares

¹¹⁶ Bernardino Gomes, Tiago Moreira de Sá, *Carlucci vs. Kissinger, Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Dom Quixote, Lisboa, 2008 p. 80

¹¹⁷ Memorandum from The Defence Intelligence Officer for European and Soviet Political-Military Affairs for Gen Vernon Walters , June 19, 1975. citado por Bernardino Gomes, Tiago Moreira de Sá, *Carlucci vs. Kissinger, Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Dom Quixote, Lisboa, 2008, p. 246

seguiram a linha de “moderada” de Costa Gomes e que “ O tempo está claramente a trabalhar contra os moderados e as oportunidades para os EUA influenciarem a situação portuguesa é provável que diminuam à medida que o tempo passa”.¹¹⁸ Na mesma altura, a transcrição de uma conversa telefónica entre Henry Kissinger com Arthur Hartman revela uma atitude já mais consolidada do Governo americano, fruto sem dúvida da campanha de violência executada pelo MDLP com o apoio da Igreja mais conservadora, dos partidos de direita, e no silêncio profundo do PS. A chamada Rede Bombista, objetivamente conseguia retirar progressivamente por meio de fogo posto, de colocação de bombas ou metralhamento, as sedes e locais de trabalho dos sindicatos e dos partidos de esquerda. Segundo Diego Palacios Cerezales, da Universidade Complutense de Madrid

“Mais de oitenta sedes do Partido Comunista (PCP), de sindicatos e de outros pequenos partidos de forte vocação revolucionária foram cercadas e assaltadas por estes grandes grupos; outra meia centena foi alvo de ataques bombistas, assaltos noturnos e fogos postos. Durante estes assaltos formaram-se multidões que chegaram a juntar mais de 3000 pessoas, produziram-se tensos cercos de várias horas e tiroteios com militantes comunistas que tentavam resistir. Os assaltos vitoriosos envolviam a tomada da sede e a defenestração dos documentos, da propaganda e do mobiliário que contivesse. Para culminar a ação, retirava-se do mastro a bandeira vermelha com a foice e o martelo e, por fim, celebrava-se a façanha com a queima purificadora de todo o material «comunista» ”.¹¹⁹

E tudo isto se passava sem que houvesse por parte das tropas do MFA qualquer tipo de reação, que não fosse assistir passivamente aos assaltos e incêndios ou de forma mais exata, com o apoio declarado e anunciado das tropas do MFA, da PSP e da GNR.

A violência do Verão Quente contra o movimento popular, associada á cumplicidade das forças militares e policiais na proteção da

¹¹⁸ Idem p.254

¹¹⁹ Diego Palacios Cerezales, Um caso de violência política: o «Verão quente» de 1975, *Análise Social*, vol. XXXVII (165), 2003, pp.1127-1157

rede bombista e das manifestações incendiárias promovidas pela Igreja, marcaram efetivamente uma mudança de rumo e tornaram mais visível que as forças armadas do antigo regime eram aquilo que sempre tinham sido. Antes do 25 de Abril, na guerra contra os direitos humanos nas colónias e, agora, contra a mobilização popular. Tanto mais que todos estes elementos atuavam no quadro que Washington tinha definido para Portugal com a intervenção permanente da Embaixada.

Uma conversa entre Kissinger e Arthur Hartman, tida a 17 de Julho, ilustra e deixa claro que a generalidade dos Generais e dos Capitães de forma particularmente consistente, como o setor militar ligado a Melo Antunes, atuavam nas baías definidas pelo Presidente Ford e por Henry Kissinger, as quais levariam finalmente ao golpe de 25 de Novembro.

«Kissinger: - Pode fazer chegar uma mensagem a Carlucci? Não estamos em Portugal a tentar receber o prémio para procedimentos democráticos. Costa Gomes percebe que se agir nós vamos apoiá-lo? (...) Queremos ter, imediatamente, uma descrição precisa de Carlucci sobre o que está a fazer. Você vai dizer-lhe que espero que ele esteja a fazer todos os possíveis para que Costa Gomes e [Melo] Antunes percebam que vamos apoiá-los nos seus esforços para impor uma direção mais moderada. Queremos que eles façam isto com tanto tato quanto possível (...); Hartman: - Há, neste momento, um perigo – se eles conseguirem “correr” com [Vasco] Gonçalves já – eles estão num horrível aperto económico...; Kissinger: - Mas depois [da queda de Vasco Gonçalves] nós vamos ajudá-los; Hartman: - Sim, mas é uma situação muito má; Kissinger: - Art, se nos virmos livres de [Vasco] Gonçalves, eu encarrego-me desse problema; (...) Não me preocupo com esse problema. Se nos virmos livres de Gonçalves e a sua gente, eu próprio encarrego-me da situação económica; (...) Hartman: - E vai haver cada vez menos ligação aos comunistas.; Kissinger: - Isso mesmo. E se pudermos levar os comunistas a movimentarem-se, podemos conseguir esmagá-los.¹²⁰

¹²⁰ Kissinger's Telecons, July 17, 1975. <http://foia.state.gov/searchcills/collssearch.asp> citado por citado por Bernardino Gomes, Tiago Moreira de Sá, *Carlucci vs. Kissinger, Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Dom Quixote, Lisboa, 2008, FOIA, p. 254-256

Aquilo que começou como um desentendimento de baixa intensidade (Spínola e Costa Gomes), de parte das Forças Armadas da ditadura corporativa, com o Governo de então, foi perturbado em particular entre 28 de Setembro de 1974 e Abril de 1975 por um forte movimento reivindicativo popular, apoiado dentro de certos limites por uma minoria de militares (representados por Otelo Saraiva de Carvalho e Vasco Gonçalves) e por partidos políticos com contornos muito diferentes (entre o MRPP e o PCP ia uma enorme distância). Este processo acabaria por terminar com base na política e nas ações dos EUA em relação a Portugal, as quais viriam a ter expressão na reunião de Tancos, no Grupo dos Nove, cujo documento ao circular pelas casernas dava finalmente à tropa uma base para se alinhar nos princípios, que eram de facto os seus, como tropa do Regime de Salazar e como se provou na generalidade durante o Verão Quente de 75.

Entre o 24 de Abril dos militares do regime Salazar e o 25 de Novembro dos mesmos militares, passou um curto espaço de tempo onde, sem passar por uma intervenção militar formal, os rumos de Portugal foram submetidos aos interesses americanos por meio das tropas e polícias indígenas.

Assim, nem Portugal foi regado com armas químicas como no Vietname nem Lisboa “teve” que ser arrasada como Bagdade. A tropa e a direita portuguesa trataram do assunto. Os EUA podiam estar tranquilos que nem Portugal saíria da NATO nem se transformaria num País não-alinhado e muito menos num País próximo de Moscovo ou de Havana.

Esta política, que eufemisticamente se tem chamado de “apoio aos moderados” assentou no facto da maior relevância. As sondagens para as eleições previstas no programa do MFA, nunca deram a vitória às forças comunistas (a votação no PCP sempre foi estimada entre 15 e 20% dos votos). Este facto permitiu aos EUA e subsidiariamente a alguns países europeus (França, Reino Unido, Itália e RFA) adiar por várias vezes uma intervenção militar contra Portugal, altamente complexa, por se tratar de um país europeu e ainda por cima, membro da NATO.

Contrariamente à posição tomada pelos EUA noutras situações, onde eleições democráticas não eram um valor a ter em consideração, mas sobretudo como uma dramática ameaça aos interesses americanos (como por exemplo, preventivamente em relação às eleições no Vietname do Sul porque se sabia que Ho Chi Minh saíria vencedor, ou a posteriori, no Chile, porque os resultados da consulta popular não

correspondiam aos interesses dos EUA) bastava apenas dar tempo ao tempo para apaziguar as diferenças.

Timor

A invasão de Timor pelas tropas da Indonésia ocorreu em 7 de Dezembro de 1975, na sequência da revolução de Abril, a qual abriu as portas à independência das colónias.

Depois dos confrontos entre a Frente Revolucionária do Timor-Leste, pela Independência e a União Democrática de Timor, pró-Indonésia, a Fretilin proclamou independência em Novembro de 1975. Dez dias depois, o governo de Suharto ocupou o território de Timor.

Para o regime de Suharto não havia possibilidade de aceitar que a Fretilin pudesse assumir a liderança do país. A invasão teve lugar na sequência das reuniões tidas nos dias anteriores em Jakarta, entre o Presidente Suharto, o Presidente dos EUA Gerald Ford e Henry Kissinger, sendo pois claro a razão pela qual os EUA se abstiveram de votar nos dias seguintes favoravelmente na ONU, a Resolução 3485 (75) que condenava a Indonésia pela invasão de Timor, ao mesmo tempo que apelava ao Governo de Indonésia para desistir da violação da integridade territorial de Timor português e retirar, sem demora, as suas forças armadas do território, para permitir às pessoas de livremente exercerem o seu direito à autodeterminação e à independência. Sobre este período Noam Chomsky escreveu:

Estados Unidos e Austrália sabiam que a invasão se ia produzir e autorizaram-na. O embaixador australiano Richard Woolcott recomendava, em memorandos que mais tarde chegariam à imprensa, a via "pragmática" do "realismo de Kissinger", porque fazer um bom negócio sobre as reservas de petróleo de Timor seria mais fácil com a Indonésia do que com um Timor-Leste independente. Naquela época, 95 por cento das armas do exército indonésio procedia dos Estados Unidos, ainda que o seu uso se encontrasse restringido aos termos do acordo de defesa. Seguindo a doutrina do realismo de Kissinger, Washington aumentou o fluxo de armas ao mesmo tempo que declarava uma suspensão das entregas de armamento e a opinião pública permanecia na ignorância.

O massacre continuou e atingiu o ponto mais alto em

1978, com a ajuda de novas armas entregues pela administração Carter. As mortes são calculadas em 200.000, o pior massacre de uma população civil desde o Holocausto. Em 1978, a França, a Grã-Bretanha e outros países uniram-se aos Estados Unidos, dispostos a lucrar aquilo que pudessem com o massacre. O protesto do ocidente foi mínimo e sobre Timor caiu uma cortina de silêncio nos meios de comunicação ocidentais. (...)

Em 1989, a Austrália assinou um tratado com a Indonésia para explorar o petróleo da "província indonésia de Timor-Leste", uma região que, de acordo com alguns intelectuais realistas não seria economicamente viável, não podendo portanto aceder ao direito à autodeterminação. O acordo de Timor foi posto em prática imediatamente após o exército ter assassinado mais alguns milhares de cidadãos timorenses após as cerimónias do funeral de uma pessoa abatida pouco tempo antes pelo exército. As empresas petrolíferas participaram do espólio, sem um único comentário".¹²¹

Quadro 17 - Principais fornecedores de armamento à indonésia 1978-1994

Anos	Total \$ milhões	%			
		US	Alemanha	França	UK
1992-1994	170	53	47		
1991-1993	210	33	19	47	
1987-1991	950	37		14	
1985-1989	770	26			10
1984-1988	715	29			15
1982-1986	750	25		13	13
1979-1983	1,36	20		15	7
1978-1982	1,3	19	11	9	

Source: U.S. Arms Transfers to Indonesia 1975-1997: Who's Influencing Whom? William D. Hartung, World Policy Institute
<http://worldpolicy.org/projects/arms/reports/indoarms.html#important>

¹²¹ Noam Chomsky, Why Americans should care about East Timor
<http://www.chomsky.info/articles/19990826.htm>

Durante este período não faltou armamento ao exército da Indonésia, já que os principais países capitalistas dividiram entre si este negócio, que não só lhes permitia vender o produto das suas empresas de armamento, mas também espera r beneficiar da partilha do petróleo timorense, logo que a situação económica e social da ilha se normalizasse no seio do Estado Indonésio como "província indonésia de Timor-Leste". Durante as audições do House International Relations Committee, George H. Aldrich, testemunhou que praticamente 90% das armas da Indonésia usadas durante a invasão de Timor Leste provinham dos EUA. Durante a prolongada batalha para ocupar a ilha, foram usados aviões fornecidos pelos EUA, equipados com diferente armamento e preparados para destruir as produções agrícolas, por orma a obrigar os camponeses a descerem para as terras baixas, onde mais facilmente podiam ser controlados pelas tropas da Indonésia.

Mas a violência contra Timor estava longe de terminar. Quando finalmente se pôde realizar uma consulta popular sobre o futuro de Timor, relativamente à integração na Indonésia ou à sua independência, abateu-se sobre o novo País um verdadeiro holocausto, com milhares de vítimas e com cidades e aldeias inteiras, saqueadas e incendiadas. Está ainda por esclarecer o papel das potências ocidentais, incluindo em particular o papel desempenhado pela Austrália. Atualmente, a instabilidade política neste País é fortemente marcada pelo destino ainda incerto dos recursos petrolíferos, que a Austrália e a Indonésia, ou mais exatamente as grandes empresas petrolíferas multinacionais, entendem partilhar entre si.

República Dominicana

Quanto à invasão “preventiva” da República Dominicana que teve lugar em Abril de 1965 apesar de ter sido defendida pelo Governo dos USA como uma medida humanitária para permitir aos cidadão americanos residentes no país a sua retirada, tem por base alguns factos que mais uma vez põem a claro que a política externa dos USA assentava (e assenta) no bloqueio ao funcionamento de qualquer governo desenvolvimentista, eventualmente nacionalista, ou marxista que promova ou tente promover políticas sociais contrárias aos interesses americanos.

A ditadura de Rafael Trujillo nunca preocupou o governo dos USA mas quando na sequência do assassinato deste, o fundador do Partido Revolucionário Dominicano, Juan Bosh foi eleito e tomou posse

em 1963, aí a situação alterou-se radicalmente na medida em que o novo governo iniciou uma reforma agrária, procedeu à nacionalização de algumas empresas estrangeira e sobre tudo aprovou uma nova constituição onde se reconheciam os direitos humanos na República Dominicana.¹²²

A forma como a invasão foi organizada, não deixou qualquer possibilidade efetiva de resistência aos constitucionalistas, os quais, apesar das armas que tinham sido distribuídas pelos setores progressistas do exército, não estava m suficientemente organizados.

Assim face aos 42.000 militares da força invasora apoiados pela marinha com 41 navios de guerra e pela força aérea, a resistência durou apenas até Agosto do mesmo ano. No final foram promovidas eleições em Junho de 1966, que puseram no poder por mais 22 anos Joaquim Balaguer do Partido Reformista o qual tinha naturalmente o apoio dos USA.

República de São Tomé e Príncipe STP

Ainda relativamente às ex-colónias portuguesas, deve ser feita referência à República de São Tomé e Príncipe (STP), onde a descoberta de enormes reservas de petróleo avaliadas entre 6 e 11 biliões de barris, tornaram o país refém dos interesses das grandes companhias.

A República Democrática de São Tomé e Príncipe está situada no Golfo da Guiné e é formada por 2 ilhas maiores, S.Tomé e a ilha do Príncipe, e várias pequenas ilhas Bombom, Carço, Rolas, Tinhosa Grande, Tinhosa Pequena, Vabras e Varoco tendo uma superfície de cerca de 1000km², com o PIB estimado em \$55 milhões e uma

¹²² A Reforma Constitucional proclamada em 29 de Abril de 1963 referia pela primeira vez na história da Republica Dominicana os seguintes direitos: Derecho y no discriminación en el trabajo y a la iniciativa privada, de los discapacitados inclusive; Derecho a la participación de los atrabajadores en los beneficios de la empresa, Derecho a la huelga; Igualdad de derechos del hombre y la mujer; Libertad sindical, de pensamiento, de asociación y de culto; Derecho de la familia a la vivienda y protección al patrimonio familiar; Reconoce el derecho de igualdad de los hijos, la unión libre, de los conyuges y el divorcio.; Reconoce la educación gratuita, la libertad de enseñanza y al magisterio como función pública privilegiada; Reconoce a la salud como un derecho fundamental; En lo que respecta a la economía, prohíbe los monopolios, las actitudes oligopólicas y la especulación; Así mismo, Prohíbe el latifundio, el minifundio y da categoría a las cooperativas; Garantiza mercado a los productos agrícolas, la reforma agraria, incentivos a zonas turísticas y zonas francas;

população de 170.000 habitantes. Segundo o PNUD em 2004 cerca de 53,8% dos são-tomenses viviam abaixo do limiar da pobreza e o arquipélago acumulava uma dívida externa de mais de \$300 milhões.

Até à descoberta do petróleo, a presença norte-americana em STP resumia-se ao local onde colocou as antenas da Rádio Voz da América, na base de um acordo assinado em 1992.

Mas em 2002, o presidente de STP já podia anunciar que os EUA iriam construir uma base militar naval. Várias visitas foram então efetuadas a STP para conversações sobre segurança no Golfo da Guiné. Responsáveis oficiais e da indústria do petróleo, bem como especialistas de Washington, aconselharam a administração Bush a estabelecer uma base militar.

É neste contexto, de grandes expectativas sobre a riqueza que parecia estar à porta, que se dá a tentativa de golpe de Estado de Julho de 2003, coordenada pelo major Fernando Pereira, assumindo-se como Frente Democrática Cristã (FDC), tendo ao seu lado ex-mercenários são-tomenses, apelidados de “Buffalos”, recrutados em tempos pela África do Sul do “apartheid”, no batalhão Buffalo, para combater os movimentos de libertação da África Austral. O golpe foi sustido através de reuniões provocadas por intervenção internacional, tendo o documento final contido menção ao direito de observação por parte dos militares, sobre as questões do petróleo, para prevenir atos de corrupção (!). Mas a instabilidade política estava instalada e nos tempos seguintes vários ministros foram afastados ou tiveram de se demitir.

Em 2004 os EUA acordaram o financiamento pela US Trade and Development Agency (USTDA) de \$800.000 para os estudos dos projetos da sua futura base militar de águas profundas e do alargamento do aeroporto tendo em vista a futura laboração nas áreas petrolíferas e a necessidade de manter uma base de apoio em terra. Na mesma época, a Nigéria e STP criaram uma Comissão do Golfo da Guiné para o petróleo, onde STP renegociou os acordos com a Chrome Energy Corp. of the United States, a ExxonMobil e a Petroleum Geo-Services ASA of Norway. O pacto fixava um regime de soberania partilhada para o território e institui uma Autoridade Comum, responsável pela promoção da exploração dos recursos. Os dividendos obtidos serão repartidos pelos dois Estados numa proporção 60/40 favorável à Nigéria¹²³.

Mas as relações dos EUA com o petróleo da RST têm um enquadramento mais vasto no âmbito das áreas petrolíferas do Golfo

¹²³ Cf. <http://www.globalsecurity.org/military/facility/stp.htm>

da Guiné. Em 1985 os EUA já tinham criado o African Civic Action Program no qual estava incluído o Coastal Security Program para ajudar os países da costa do Golfo a proteger as suas ZEE, mas esse programa só viria a ser de facto implementado a partir de 2003, quando Washington decidiu relançá-lo com vista ao desenvolvimento da capacidade de proteção costeira e combate à pirataria (!). Neste quadro foram fornecidos à região navios, equipamentos de radar e de comunicações e treino de pessoal.

Em Julho de 2004 os EUA ofereceram ajuda à Nigéria para proteger as instalações petrolíferas no golfo e combater os “ataques terroristas” contra a indústria. Em retorno os EUA desejavam ter acesso a bases para treino militar e operações em caso de crise, e a possibilidade de construírem uma base naval em STP ¹²⁴.

A imprensa ia noticiando o andamento das relações EUA/STP

“Um grupo de militares norte-americanos de alta patente esteve esta semana a confirmar ao Presidente Fradique de Menezes que Washington vai ajudar São Tomé e Príncipe na re-estruturação das suas forças armadas e de segurança, noticiou a televisão local. O embaixador dos Estados Unidos em São Tomé, Kenneth Moorefield, um texano de 60 anos que combateu no Vietname, explicou o interesse do seu país no pequeno arquipélago por este se encontrar à beira de começar a explorar petróleo, num empreendimento conjunto com a Nigéria. E sublinhou que defenderá os respetivos interesses no Fundo Monetário Internacional (FMI), para o ajudar a sair do «marasmo económico e financeiro».

A América tenciona construir naquela antiga colónia portuguesa um porto de abrigo para a sua Armada, mas também infraestruturas hospitalares, participando assim numa autêntica corrida ao coração dos são-tomenses em que também já se manifestaram interessados a França e o Brasil. ¹²⁵

Os anos de 2003 e 2004 foram particularmente agitados na corrida ao apoio à modernização das forças armadas e no mundo dos negócios em STP.

¹²⁴ Idem

¹²⁵ Militares dos Estados Unidos interessados em São Tomé e Príncipe, Jornal de São Tomé e Príncipe, JH, 25/11/2003 <http://www.jornal.st/noticias.php?noticia=13>

Assim, quando Idalécio Pachire foi nomeado responsável máximo das Forças Armadas, pôde anunciar no momento em que viajava para participar num *workshop* sobre “Democratic Governance, Defence and Security” organizado pelo Center for Strategic and International Studies (CSIS) em Washington, que um plano de ação militar de apoio, incluindo a destruição de minas marítimas e munições obsoletas, a recolha e destruição de pequenas armas na posse de civis, bem como a participação em exercícios militares com lançamento de mísseis pela Marinha Americana. Além disto, especialistas do exército americano realizaram na RST um seminário para militares e policias com vista à sua preparação para novos desafios em questões de defesa. Especialistas em questões de defesa visitaram STP e anunciaram a instalação permanente no país de uma representação do US European Command. Os EUA prometeram também equipar a guarda costeira para defesa da ZEE.

Ao mesmo tempo, a República da África do Sul forneceu equipamento não letal e material de escritório, a Nigéria treinou os 250 membros da Guarda Presidencial e enviou um carregamento com equipamento militar, veículos, material de escritório e medicamentos para as forças Armadas, e o Brasil assinou 7 acordos em vários setores incluindo o setor petrolífero e a assistência militar. Por seu lado o embaixador francês residente em Libreville declarou a disposição do Governo francês para participar na re-estruturação das Forças Armadas, assegurar treino militar de modo a reforçar o sistema de defesa e de segurança de STP.

Portugal assinou um novo programa de 2 anos de cooperação técnico-militar, fornecimentos de meios de transporte, treino de pessoal, especialização em engenharia e apoio à campanha anti-malária.

Em Outubro de 2003, foram leiloados nove blocos para exploração de petróleo na Nigeria-STP JDZ com a participação de numerosas empresas (Andarko (EUA), Atlas Petroleum (Nigéria), Centurion Energy (Canada), Chevron Texaco (EUA), Conoil (Nigéria), ECL International (Austrália), Energy Equity Resources (Austrália), ERHC/Chrome (Nigéria), FiltimHuzod (Nigéria), Foby Engineering (Nigéria), Fusion Oil (Austrália), Burrell & Promo (França), NPDC (Nigéria) Ocean Energy (EUA), Oil & Gas Nigéria Ltd (Nigéria), Petrocamak Europe (UK), Sahara Energy (Nigéria), SEO International (EUA), Statoil (Norway), Suntrust Oil (Nigéria), pelo que nos meses seguintes também houve grande atividade noutros setores. Os resultados foram conhecidos em Abril de 2004 e apenas o bloco 1, considerado o mais promissor, foi

adjudicado às empresas Chevron Texaco (51%), Exxon-Mobil (40%), e Equity Energy Ressources (9%)¹²⁶.

Antes do início da corrida ao petróleo existia apenas um banco no país Banco Internacional de São Tome e Príncipe (BISTP), resultante de um acordo entre o Governo, o Banco Nacional Ultramarino e o Banco Totta e Açores, mas que, fruto de fusões e de aquisições é hoje controlado pela Caixa Geral de Depósitos. Nos meses que seguiram o leilão, foi criada a filial do Cameronian Afriland First Bank , abriu o Banco Equador que substituiu o BCE Banco Comercial do Equador que tinha declarado bancarrota em 2002, o National Investment Bank propriedade da companhia de aviação Air Luxor a qual por sua vez foi adquirida Longstock Financial Group, o Commercial Bank of Cameroon. Na mesma altura o Grupo Pestana anunciou a construção de um Hotel no valor de \$20 milhões, o Governo de São Tomé e Príncipe pôs em venda os maiores edifícios da época colonial, a Assembleia Nacional aprovou as leis do jogo e dos casinos e, de acordo com as obrigações face ao FMI, iniciou a privatização da Companhia Santomense de Telecomunicações (CST).

Assim, tudo está a postos para quando aparecer o primeiro petróleo não seja evidente que a população de STP seja a principal beneficiária. As teias do Capital, entre golpes de estado mais ou menos violentos e acordos internacionais com limites por descobrir terão o controlo total sobre o País das suas instituições e das suas riquezas.

Vietname.

A guerra do Vietname, tão perto ainda, mas que hoje em dia já desapareceu da memória das pessoas pelo mundo fora, nem sequer existe nas referências da juventude como um holocausto idêntico àquele que foi provocado pelo governo capitalista da Alemanha durante a II Guerra Mundial.

Na verdade, a intervenção americana no Vietname começou a ganhar importância no início de 1950, em apoio à França, na altura, potência colonizadora do Vietname, através de apoio militar em larga escala. Para o governo americano era objetivo principal impedir que a França pudesse iniciar negociações de paz com o Viet Minh, tanto mais

¹²⁶ Cf. Situation Report: São Tomé and Príncipe Update, Institute for Security Studies Gerhard Seibert, 26 April 2004 <http://www.iss.co.za/af/current/2004/stomeapr04.pdf>

que Mao Tsé Tung tinha chegado ao poder entretanto.

Durante a II Guerra Mundial os japoneses ocuparam o Vietname afastando, naturalmente, os franceses, mas quando a guerra acabou, o norte do País era dirigido pelo Viet Minh e o sul pelos ingleses, que devolveram a colônia ao controle francês.

Em 1954 os americanos asseguravam o essencial do orçamento militar francês. Nesse ano, a força aérea francesa era praticamente equipada com aviões americanos que utilizavam inúmeras pistas de aviação, também construídas pelo exército americano. Para o campo de Dien Biem Phu, onde a derrota francesa marcou de facto fim da colônia, os americanos transportaram soldados e abastecimentos.¹²⁷

Em desespero de causa, dois porta-aviões equipados com bombas atômicas, foram enviados para o Golfo de Tonkin tendo o Secretário de Estado da altura John Foster Dulles, proposto ao Ministro francês George Bidault o seu uso em Dien Biem Phu¹²⁸ e que só não foram utilizadas pela devastação que causariam no próprio exército francês.

Quando, em 20 de Julho de 1954, a Conferência de Genebra pôs fim ao conflito, os EUA recusaram sozinhos a assinatura da declaração final. Aliás, durante a Conferência, o governo americano começou a organizar a sua própria intervenção no Vietname. Sob a direção de Edward Lansdale, a CIA executou um plano em várias frentes de destabilização: propaganda com o objetivo de provocar uma forte migração do Norte para o Sul, infiltração de forças paramilitares no Norte, operações de sabotagem no Norte, contaminação dos combustíveis, descarrilamento de comboios, propaganda nos jornais e distribuição de folhetos, envio de vietnamitas para as bases americanas de treino no Pacífico, treino do exército sul-vietnamita, construção de apoios militares nas Filipinas, envio de grandes quantidades de armas para o Vietname do sul, onde ficaram em reserva em previsão da sua futura utilização.

Ao mesmo tempo, o governo americano iniciou o boicote económico contra o Vietname do Norte e promoveu o boicote das eleições previstas nos acordos de Genebra para 20 de Julho de 1956. Quatro dias antes, o presidente Ngo Dinh Diem do Vietname do sul declarou a sua intenção de não realizar essas eleições pois sabia que os

¹²⁷ Cf. William Blum, *Killing Hope, US Military and CIA interventions since world war II*, Cammon Courage Press, Monroe ME, 1995. p. 123.

¹²⁸ *ibidem* p. 124

resultados seriam largamente favoráveis a Ho Chi Minh, tal como mais tarde o próprio Eisenhower afirmou que as eleições assegurariam um apoio de 80% da população a Ho Chi Minh.¹²⁹

O envolvimento do governo americano não parou de aumentar, impondo ao Vietname um holocausto, cujos efeitos continuam a sentir-se até hoje.

Se Kennedy deu novo ímpeto ao envolvimento dos EUA no Vietname, seria Johnson/McNamara quem reforçaria as operações de sabotagem na recém criada República Democrática do Vietname, articulando de forma mais consistente a atividade dos serviços de informação/ação com as forças armadas.

Aos EUA não interessava qualquer solução que não implicasse o fim da RDV de orientação comunista. O apoio do Congresso e da opinião pública foi fácil de obter quando foi criado o imaginário ataque do Golfo de Tonking, transformado em agressão à marinha dos EUA. O tempo mostraria que se tratava de uma invenção fabricada para servir a decisão de invadir o Vietname¹³⁰ na mesma medida que o foram as armas de destruição maciça quando se tratou anos mais tarde de justificar junto da opinião pública a invasão do Iraque.

É atualmente reconhecido que a invasão do Vietname pelos EUA provocou 5 milhões de mortos no Vietname e entre 1,5 a 2 milhões no Laos e no Camboja.

Do lado americano participaram diretamente na invasão quase 9.000.000 de militares (contra menos de 6.000.000 na guerra da Coreia), dos quais 55.000 morreram na altura e 300.000 ficaram feridos¹³¹. Se estabelecermos a mesma relação isso significa que mais de 25.000.000 de vietnamitas foram de alguma forma vítimas da agressão.

Entre 1964 e 1973, foram lançadas sobre o Vietname 7.600.000 de toneladas de Bombas ou seja três vezes mais do que todas as bombas lançadas sobre a Europa, a Ásia e a África durante a II Guerra Mundial. Quanto aos bombardeamentos químicos, foram efetuados em 10% do país e ainda hoje continuam a nascer crianças deformadas em consequência dos efeitos devastadores não só para a população da época mas também as gerações que seguiram. A partir de 1967, 90%

¹²⁹ ibidem p. 126

¹³⁰ Cf cap. 8, Christopher Andrew, *For the President's eyes only: secret intelligence and the american oredidency from Washington to Bush*, Harper Collins Publishers, London, 1995

¹³¹ US Military Operations: Casualty Breakdown
<http://www.globalsecurity.org/military/ops/casualties.htm>

dos bombardeamentos foram efetuados sobre as zonas agrícolas do Vietname. Ao todo os bombardeamentos gerais, de napalm e de produtos químicos, afetaram 32% das terras do Vietname do Sul¹³²

Foi necessário esperar pela Ofensiva do Tet, em Janeiro de 1968 e os sucessivos “body count” nos noticiários televisivos, para que a opinião pública americana deixasse de apoiar esta guerra e ver de outra forma as manifestações contra a guerra em Abril de 1967 em Nova Iorque (400.000 manifestantes) e em Outubro em Washington (100.000 manifestantes) que reuniram manifestantes na sua maioria jovens pacifistas, provenientes de diferentes horizontes políticos do movimento Hippie ou do Mobilisation Committee to End the War in Vietnam (MOBE) ou o Students for a Democratic Society (SDS).

Quando em 27 de Janeiro de 1973, em Paris, o governo americano assinou o “Acordo para o Fim da Guerra e Restauração da Paz no Vietname” ficou decidido no artigo 21 que os EUA apoiariam a recuperação dos feridos de guerra e a reconstrução do Vietname do Norte. Na semana seguinte, o presidente Nixon esclareceu o âmbito desse artigo, assegurando uma indemnização de 3,25 biliões de dólares a serem entregues nos 5 anos seguintes, e que outras formas de apoio seriam analisadas diretamente com o governo do Vietname do Norte. Mas, na verdade, apenas tomou forma o embargo económico que se manteve até 1984¹³³.

Em 1971, o Procurador-geral por parte dos EUA no tribunal de Nuremberga, Telford Taylor, sugeriu que o general William Westmorland e outros altos membros do Governo de Johnson como Robert McNamara, futuro presidente do Banco Mundial e Dean Rusk podiam ser acusados de crimes de guerra, segundo os critérios do tribunal de Nuremberga. Mas até hoje nenhum tribunal assumiu esse facto.

Passámos em revista alguns dos processos de dominação, tendo por objetivo ilustrar diferentes formas de atuar da mão militar que suporta o poder do Capital que, como vimos, tanto pode ser ao nível dos EUA, da NATO que é uma outra forma de agrupar as forças militares do Capital de vários países sob o comando dos EUA, ou ainda da articulação entre as forças conservadoras (democráticas ou não) do

¹³² Bernadette Rigal-Cellard, *La guerre du Vietnam et la société américaine*, Presses Univ. de Bordeaux, 1991. p.68

¹³³ William Blum, *Killing Hope, US Military and CIA interventions since world war II*, Cammon Courage Press, Monroe ME, 1995. nota 62 p.132

Capital local com o poder do exército americano, da CIA, ou dos exércitos de outros países e respectivas polícias políticas tais como a França, a Bélgica, Portugal ou o Reino Unido.

Não fossem as intervenções militares em defesa do capitalismo, apoiando golpes e contra golpes militares ou fomentando mudanças políticas para evitar que as forças progressistas ou simplesmente desenvolvimentistas assumissem o poder (também por golpes militares, eleições democráticas ou não, ou simplesmente como expressão de desespero dos deserdados da condição humana), que certamente o mundo contemporâneo não estaria tão cheio de desigualdade.

5-Um exército sempre presente

Por isso, as alianças “interimperialistas” ou, ultra-imperialistas, (...) - seja qual for a sua forma: uma coligação imperialista contra outra coligação imperialista, ou uma aliança geral de todas as potências imperialistas -, só podem ser, inevitavelmente, “tréguas” entre guerras. As alianças pacíficas preparam as guerras e por sua vez surgem das guerras, conciliando-se mutuamente, gerando uma sucessão de formas de luta pacífica e não pacífica sobre uma mesma base de vínculos imperialistas e de relações recíprocas entre a economia e a política mundiais.

V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, p.664, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977,

São múltiplas as formas que a mão militar do Capital toma, adaptando-se permanentemente a cada novo desafio. E isso traz encargos que, por ironia, o Capital vai buscar aos cofres do Estado, cada vez mais apenas alimentados pelos impostos.

Ora, todo este processo de controlo do planeta contra os interesses do desenvolvimento, outro que o dos países ocidentais, e estamos a falar de países como a Indonésia de Sukarno, o Vietname de Ho-chi-min, o Congo de Lumumba, a Guiné-Bissau de Amílcar Cabral, a Nicarágua de Daniel Ortega ou o Chile de Allende, passou e passa pela capacidade militar e conspirativa de atuar em todos os países onde se abrir uma esperança de desenvolvimento local, de organização por um mundo mais justo, mesmo que seja pretendida no quadro do capitalismo.

Não se pode falar de manutenção de supremacia da economia dos países Ocidentais, sem se ter em consideração todo o

envolvimentos e ação coerciva que acompanha e faz aplicar as medidas que em cada momento são definidas, planeadas e motivadas pelo interesse do Capital entendido de forma geral. Esta ação coerciva tem múltiplos rostos, e pode ir da simples manipulação da informação, ao assassinato de algum líder, à organização de um golpe de Estado ou à iniciativa de lançar a guerra contra um país ou contra uma região inteira do planeta. Neste processo envolvem-se exércitos e polícias convencionais, atuando de forma própria ou no âmbito de organizações militares mais vastas, ou Polícias mais discretas, geralmente denominadas de Polícias de Informação ou de Segurança do Estado, grupos de mercenários ou simplesmente grupos de sabotagem. Estes recursos são acionados ou criados especificamente para cada caso.

Atualmente, a supremacia dos EUA em relação ao resto dos outros países é um facto que condiciona o essencial dos processos sociopolíticos por toda a parte do planeta. Este domínio foi lentamente construído, sobretudo a partir do fim da segunda Guerra, e foi marcado por diferentes modos de atuar. Arruinado que ficou o Império britânico, como consequência da política americana de deixar afundar a economia e a sociedade britânica numa luta desigual contra a Alemanha capitalista, nos anos que seguiram apenas havia que colher os frutos de tal política. Único detentor da bomba atómica, os EUA não hesitaram em utilizá-la. Como cada vez mais se tornou evidente, não tanto contra o Japão, mas sobretudo como forma de mostrar à União Soviética a indisponibilidade americana para deixar avançar os movimentos populares que se manifestavam pela Europa e que poderiam fazer pender a balança para o lado das forças anticapitalistas.

O bombardeamento de Dresden é também hoje reconhecido como fazendo parte dessas demonstrações de força face a uma URSS que acabava de facto de derrotar a maior potência capitalista da Europa, tanto no território soviético como em muitos outros países europeus. Quando os americanos chegaram às praias da Normandia já não se tratava de derrotar a Alemanha mas sobretudo de enfrentar o Exército Vermelho que aparecia e era de facto o exército libertador face à ocupação da maior parte da Europa pelo exército alemão.

A partilha do mundo, consumada no fim do século XIX e princípios do século XX, estava a tomar uma nova forma com a desmontagem do Império britânico, o acesso ao comércio e aos bens de meio mundo de colónias essencialmente britânicas, francesas, belgas e portuguesas. A Carta do Atlântico e o Lend-Lease Act revelavam-se agora plenamente, como etapas da nova partilha do mundo onde em

breve a independência das colônias se traduzia para os EUA como uma garantia de acesso às suas riquezas naturais, à revelia dos interesses das ex-potências coloniais, tendo apenas que lidar com a burguesia local já que as polícias e exércitos dos EUA, em conluio com as polícias e exércitos dos antigos países coloniais, se tinham encarregue de destruir a geração daqueles que assumiram as lutas pela independência. Na verdade, tudo foi feito para destabilizar e afastar do poder todo e qualquer partido político ou movimento que tivesse por objetivo tirar a África do subdesenvolvimento.

Esta atuação sempre justificada como uma necessidade de enfrentar o expansionismo soviético, como se Trotski e aqueles que acreditavam na necessidade internacionalista do movimento operário por esse mundo fora, não tivessem sido afastado dos destinos da URSS por Saline, foi-se consolidando progressivamente até ao ponto atual em que os EUA lideram a conceção, a fabricação, a utilização e o comércio de armamento.

Em 2007 o valor mundial das despesas militares elevou-se a 1339 bilhões de dólares, dos quais 45% dizem respeito aos EUA. A China, a França, o Japão e o Reino Unido representam cada um, apenas 4 a 5 % do valor total mundial. Ou seja 6% de aumento em relação a 2006, e 45% de aumento em relação ao período 1998-2005. As despesas militares¹³⁴ no planeta traduzem um ambiente de insegurança generalizado e a sua distribuição entre países testemunha, não só a importância relativa que os EUA detêm, como também implicam o reconhecimento que de facto não era a política externa da URSS que provocava a corrida aos armamentos. Atualmente as despesas militares são ainda maiores que no tempo da URSS, com a principal diferença que dizem respeito à política externa dos EUA e subsidiariamente da França e do Reino Unido.

Esta despesa militar mundial corresponde a \$202 por pessoa *per capita* e 2.5% do PIB mundial. Contudo, há uma larga variação entre regiões e países na balança e fardo económico de gastos militares. A taxa anual de aumento da despesa militar mundial durante o período de 10 anos 1995-2004, foi 2.4% em termos reais.

Esta média implica duas tendências distintas: primeiro, a

¹³⁴ As despesas militares englobam geralmente os custos relativos ao desenvolvimento de novos recursos de armamento, a produção propriamente dita dos armamentos e as despesas de funcionamento das diferentes componentes de manutenção dos aparelhos militares tais como manutenção, remuneração, infra-estruturas

redução do período pós guerra-fria em gastos militares que atingiram o máximo ao redor 1998; segundo, uma tendência crescente desde 1998, que cresce a uma média anual de 6%.

A razão determinante da tendência mundial em despesa militar é a mudança ocorrida nos EUA, que representa 45 % do total mundial. A despesa militar dos EUA aumentou rapidamente durante o período como resultado de distribuições orçamentárias volumosas para a “guerra global em terrorismo”, principalmente para operações militares no Afeganistão e Iraque.

As afetações adicionais para este propósito, atribuídas ao Departamento de Defesa para anos fiscais 2003-2005, chegaram a aproximadamente \$238 bilhões e excederam os gastos militares combinados de África, América Latina, a Ásia (menos o Japão, mas inclusive a China) e o Oriente Médio em 2004 (\$193 bilhões em dólares atuais), quer dizer, do mundo em desenvolvimento inteiro.

Assim, os gastos militares aumentaram nos EUA e também em vários outros países e regiões. A explicação principal para o nível atual e tendência em gastos militares mundiais está nos gastos em operações militares no estrangeiro pelos EUA e, até certo ponto, pelos seus parceiros de coligação.

Quadro 18 - Despesas militares no Mundo 1995 -2007

	1995	1997	1999	2001	2003	2007*
África ^a	8.8	8.7	10.3	11.0	11.7	18.5
Américas	367	347	341	358	446	640
Ásia & Oceania	136	138	137	151	(158)	21.9
Europa	237	237	239	244	256	370
Médio Oriente	40.1	43.0	46.0	55.3	54.4	41.5
Mundo	789	774	773	819	927	1339

Fonte: resumo de SIPRI Yearbook 2005, appendix 8A, table 8A.1 and table 8A.3. Figures are in US \$b., at constant 2003 prices and exchange rates. <http://yearbook2005.sipri.org/ch8/app8A> * valores em US\$ correntes 2007

Quanto à produção de armamento era em 2006, nas 100 maiores empresas do Mundo (com exceção da China) de 315 bilhões de dólares. Destas empresas, 41 são americanas e produziram 63% do total.

Pobres e Ricos: Globalização ou Neoliberalismo

Quadro 19 – As 10 maiores empresas de armamento 2006 US\$ bilhões

Rank	Empresa	País	Vendas
1	Boeing	EUA	30 690
2	Lockeed Martin	EUA	28 120
3	BAE Systems	UK	24 060
4	Northrop Grumman	EUA	23 650
5	Raytheon	EUA	19 530
6	General Dynamics	EUA	18 770
7	EADS	Europa	12 600
8	L-3 Communications	EUA	9 980
9	Finmeccanica	Itália	8 990
10	Thales	França	8 240

Fonte: resumido de SIPRI Yearbook 2008, Armaments, disarmament and international security, L'Institut International de Recherche sur la Paix de Stockholm. <http://yearbook2008.sipri.org/files/SIPRIYB08summaryFR.pdf>

Com exceção da Rússia, que exporta quase tudo para a China e que poderíamos dizer tratar-se de um mercado local, aliás resultante das relações anteriores entre a URSS e a China, a venda de armas no mundo é de facto controlada pelos EUA, França e Reino Unido. Apesar de existir um nível importante de trocas entre estes países, o essencial das suas vendas realiza-se para os países em desenvolvimento. Tal como são definidos no Departamento de Defesa dos EUA¹³⁵ ou seja, “todos os países exceto os EUA, Rússia, países europeus, Canadá, Japão, Austrália e Nova Zelândia.”

Esta despesa militar está diretamente relacionada com a presença de forças militares um pouco por todo o mundo, sendo que a parte dos EUA, e subsidiariamente da França e do Reino Unido, também neste capítulo, representam o essencial desta situação. Os efetivos militares americanos no estrangeiro representavam cerca de 330.000. Assim, segundo os dados indicados pelo Overseas Department of Defense (DoD) Personnel & Procurement Statistic, em Março de 2008,¹³⁶ na Europa estavam instalados 84.000, dos quais 56.000 em bases situadas na Alemanha, 10.000 na Itália e o mesmo valor no Reino

¹³⁵ (Fonte: Report for Congress, *Congressional* Conventional Arms Transfers to Developing Nations, 1994-2001 Richard F. Grimmett, Specialist in National Defense Foreign Affairs, Defense, and Trade Division.”

¹³⁶ Departement of Defense – DoD
<http://siadapp.dmdc.osd.mil/personnel/MILITARY/history/hst0803.pdf>

Unido. No Extremo Oriente e Oceano Pacífico 70.000 dos quais 33.000 no Japão, e 28.000 na Coreia do Sul. No Iraque estavam 142.000, e no Afeganistão 31.000. Ao numero total de 330.000 deve ser acrescentado 150.000 de “civis” trabalhando diretamente para o (DoD), e os militares contratados que só no médio oriente totalizam outros 250.000. Segundo dados oficiais em Agosto de 2009 a Marinha contava com 330.000 ativos apoiados por 192.000 “civis”, 285 navios principais entre os quais vários porta-aviões e suas esquadras de apoio e submarinos e 3700 aviões de combate.¹³⁷ Todo este aparato, no qual se contam armas nucleares é suportado por redes de comunicação e toda a tipologia que se possa imaginar de satélites e serviços de informações e possui um poder de destruição nunca antes reunido.

A presença militar dos EUA no mundo, e a sua capacidade de atuar também em qualquer lugar do mundo, não foi apenas construída para proporcionar lucros à indústria militar. A sua existência significa a sua permanente utilização em guerras de maior porte como no Iraque, no Kosovo, no Vietname ou no Afeganistão ou simplesmente noutras ações um pouco por todo o lado.

O poder militar dos EUA não é uma expressão de retórica mas uma realidade que todos os dias em algum sítio do planeta se faz sentir, causando destruição e sofrimento.

Durante muito tempo entendia-se que a “economia de mercado” levava à democracia e ao respeito dos direitos humanos. Atualmente trata-se do inverso. É a democracia que leva ao bom funcionamento da economia de mercado. E em nome da democracia, pode levar-se a guerra a qualquer lado, preventivamente se for o caso. E se não existir evidências que justifiquem a prevenção então há que passar por cima até das Nações Unidas como no caso recente das armas de “destruição maciça” do Iraque.

Aliás, na situação atual é um dado adquirido que os EUA podem utilizar sempre que o desejem qualquer base militar de qualquer país, facto que revela a dimensão planetária da expansão norte-americana. Neste contexto, é clara a visão e intenção da Administração americana quando divide o planeta em áreas de intervenção militar para melhor distribuir as suas forças armadas e o seu poder de destruição.

Esses contingentes estavam distribuídos por cerca de 850 bases

¹³⁷ http://www.navy.mil/navydata/navy_legacy_hr.asp?id=146

militares instaladas em 50 países.¹³⁸ Naturalmente que a NATO há muito deixou de ser reconhecida como uma organização de defesa dos países ocidentais face à União Soviética para ser agora assumida como mais uma organização militar comandada pelos EUA com recurso às forças militares dos seus membros para atuar em qualquer lado do Planeta. Nos últimos anos novas bases foram planeadas, alargadas e instaladas, como no caso de Marrocos, Argélia, Mali, Ghana, Brasil, Austrália, Polónia, República Checa, Uzbequistão, Tajiquistão, Quirguistão, Itália, França e Colômbia.

Chalmers Johnson sintetiza assim a questão da ocupação militar do planeta pelas tropas americanas

*“Diferente de outros povos, a maioria dos americanos não reconhece – ou não quer reconhecer – que os EUA dominam o mundo por meio do poder militar. Devido ao secretismo do governo, os nossos cidadãos são muitas vezes ignorantes sobre o facto que as nossas bases militares cercam o planeta. Esta vasta rede de bases Americanas em todos os continentes exceto na Antártida constitui atualmente uma nova forma de império - um império de bases militares com a sua própria geografia não adequada nas aulas de geografia em qualquer escola secundária. Sem ter em conta as dimensões desta teia de bases militares ninguém pode começar a compreender a dimensão e a natureza das nossas aspirações imperiais ou o nível para lá do qual uma nova forma de militarismo está a corroer a ordem constitucional”.*¹³⁹

Um outro fenómeno da maior importância é a chegada da terciarização da Guerra desde o início dos anos 90, no rasto das políticas neoliberais que buscam transferir para o setor privado, responsabilidades públicas. O pagamento a soldados de fortuna não é em si novidade, e era reconhecido como atividade ilegal no âmbito do mercenariado. Vários são mesmo os documentos e acordos

¹³⁸ Base Structure Report FY 2007, DoD, The Bases of Empire: The Global Struggle against U.S. Military Posts, Catherine Lutz, NYU Press, 2009
http://www.defenselink.mil/pubs/BSR_2007_Baseline.pdf

¹³⁹ America's Empire of Bases, Chalmers Johnson,
<http://www.commondreams.org/views04/0115-08.htm>

internacionais a caracterizar e limitar as atividades que grupos de mercenários, ao serviço de múltiplos patrões, desenvolviam e desenvolvem um pouco por todo o mundo. O que existe de novo é a legalização destas atividades, através da apropriação pelo capital privado de uma parte das atividades próprias das forças armadas, que até há bem pouco tempo eram uma responsabilidade pública, tem vindo desde o início dos anos 90 a ganhar uma nova expressão.

Este processo correntemente denominado por “privatização da guerra” assume atualmente uma dimensão nunca antes atingida. Se a produção de armamento é uma área de atividade, há muito na mão do capital privado e que tem evidentemente um papel fundamental no desencadear e na manutenção dos mais variados conflitos, a entrega a empresas privadas de missões de combate e de apoio logístico de forma legal é de facto um novo passo no processo crescente de insegurança nacional e internacional.

Segundo Peter W. Singer, podem ser consideradas 3 razões principais que estão na origem deste processo, em particular a partir dos anos 90: o fim da Guerra Fria (entenda-se a partir da II Guerra Mundial), as transformações nos equipamentos de guerra e a sua manutenção, as quais aproximaram as atividades entre pessoal militar e não militar e, enfim, a privatização geral de responsabilidades governamentais. Este processo deu origem a um grande número de empresas nos EUA, Reino Unido, África do Sul, Ucrânia e outros que podem ser agrupadas em três tipos: Empresas de serviços militares – assistência militar incluindo serviços de combate; empresas de consultoria que asseguram apoio estratégico e treino militar; e empresas de serviços gerais de apoio incluindo serviços de informação e logística.¹⁴⁰

Deve-se acrescentar uma outra área de negócio, que beneficia diretamente desta privatização das guerras. Estamos a falar das empresas seguradoras que aqui encontram um negócio sem limites, com vendas sempre crescentes, para além das empresas de consultoria em avaliação de riscos em situações de Guerra. A estas juntam-se ainda as empresas de recrutamento de mercenários, que captam para esta atividade militares desmobilizados do próprio exército americano, os

¹⁴⁰ Peter W. Singer, *Outsourcing War - Understanding the Private Military Industry*, The Brookings Institution, 2005
http://www.brookings.edu/articles/2005/0301usdepartmentofdefense_singer.aspx

quais passaram a auferir de vencimentos bem maiores que aqueles que são pagos pelo Governo. Para ter uma escala do significado militar e económico deste domínio de privatizações podemos referir os casos do Iraque e do Afeganistão, sendo certo que tal processo já se tinha manifestado plenamente nos Balcãs.

Segundo dados oficiais do Office of the Assistant Deputy Under Secretary of Defense, o número de contratados junto das forças militares americanas no Iraque, Afeganistão e nos restantes países que estão na área de intervenção militar do USCENTCOM AOR (do Egito ao Cazaquistão), estava em Março de 2009 assim distribuído:

Quadro 20 Contratados no USCENTCOM AOR (Mar-09)

	Total Contratados	Cidadãos americanos	Cidadãos não americanos	Cidadão do país de intervenção
Iraque	132,61	36,061	60,244	36,305
Afeganistão	68,197	9,378	7,043	51,776
Outros países USCENTCOM	41,85	8,948	26,973	5,929
Total USCENTCOM AOR	242,657	54,387	94,26	94,01

Fonte: Office of the Assistant Deputy Under Secretary of Defense, http://www.acq.osd.mil/log/PS/hot_topics.html

Nota: Não inclui contratados por outros departamentos governamentais.

Como termo de comparação na mesma data, as forças armadas dos EUA no Iraque eram constituídas por 130.000 militares.

Sob a capa de reduzirem os custos das guerras, o que sucede é a transferência desses mesmos custos acrescidos de percentagens fora do conhecimento público e em contratos sem concursos, definidos pela capacidade de *lobing* de cada empresa, para um crescente número de empresas que faturam as mais-valias numa nova forma de violência organizada. Uma outra vantagem para os EUA, é a possibilidade de utilizar estas empresas de forma mais discreta, sem envolvimento formal do governo, em operações para as quais as devidas instâncias políticas não se pronunciaram, nem sequer provavelmente foram voluntariamente informadas. Parte destas empresas americanas, (63)

encontram-se reunidas no International Peace Operation Association¹⁴¹ e muitas delas por si só detêm sucursais em dezenas de países com milhares de empregados.

As principais empresas que operam no Iraque, (37 em Agosto de 2009), encontram-se organizadas na Private Security Company Association of Iraq (PSCAI) reunindo-se permanentemente com as mais altas instâncias envolvidas com a guerra em curso.

As suas áreas de atividades estendem-se das tarefas denominadas geralmente de intendência, tais como fardamento, preparação e distribuição de alimentação, manutenção e reparação de armamento, de todos os tipos de veículos motorizados tais como aviões militares e navios de guerra. Por outro lado, estas empresas fornecem pessoal treinado para a segurança de bases militares, embaixadas e edifícios públicos.

Michel Klen agrupa outras atividades destas empresas em 4 categorias: construção de infraestruturas, consultoria, formação e serviços de informação.¹⁴² No primeiro caso trata-se do planeamento e construção de edifícios específicos sem que haja diretamente relacionamento com atividades da responsabilidade direta do Governo. Foi o caso das instalações implantadas na base de Guantânamo para acolher os prisioneiros do Afeganistão ou o complexo militar de treino do exército americano Camp Doha, no Koweit, donde saíram a maioria das tropas terrestres de ocupação do Iraque.

As atividades de consultoria consistem na elaboração de estudos de estratégia, manuais militares, avaliação de situações e todos os demais trabalhos que permitem fundamentar decisões igualmente fora dos olhares dos poderes públicos. Klen cita o caso da empresa Kellog Brown and Root a quem Georges W Bush encomendou um estudo prospetivo sobre as prioridades e os esforços de defesa a serem

¹⁴¹ AECOM, Agility, AMECO, American Glass Products, Arkel International, ArmorGroup, ASPIC, Aviazapchast, Burton Rands Associates, CMSS, Crowell & Moring LLP, CTG Global, Cyrus Strategies LLP, Danimex, DLA Piper LLP, Dreshak North America, DynCorp International, Ecolog International, EOD Technology, Inc., Evergreen International Airlines, Exploration Logistics, Group, FSI Worldwide, GardaWorld, Ge2b Seguridad Internacional, Global Fleet Sales, Global Operations Resources Group, Inc., GlobeComm Systems, Inc., Gold Coast Helicopters, HART, Holland & Hart LLP, Insitu, Inc., International Armored Group, J-3 Global Services, Mission Essential Personnel, MPRI, Medical Support Solutions, New Century, Olive Group, OSSI-Safenet, Overseas Lease Group, Pax Mondial, Paxton International, RA International, Reed, Inc

¹⁴² Cf. Michel Klen, *La Privatisation de la Guerre*,

http://www.cairn.info/revue-etudes-2004-9-page-181.htm#Cairn_no1

assegurados pelos USA na sequência da I Guerra contra o Iraque.

No domínio da formação é difícil distinguir as atividades de treino e formação de quadros militares propriamente ditas, com a assistência direta nos locais de conflito que de uma forma ou de outra, se traduzem em ações de policiamento ou de combate. Referindo-se á empresa MPRI, Klen assinala que esta empresa:

*“assumiu o encargo de assegurar a instrução militar de soldados sub-oficiais e oficiais nos países dos Balcãs (Croácia, Bósnia, Macedónia) assim como em certas regiões africanas (Serra Leoa, Nigéria, Republica Democrática do Congo) e asiáticas (Geórgia, Afeganistão). A empresa Vinnell cuja parte principal do capital é propriedade do grupo Carlyle (...) gere desde há vários anos a instrução e manutenção da Guarda Nacional da Arábia Saudita. No Iraque a formação da polícia local foi objeto de um contrato de várias centenas de milhões de dólares para a empresa Dyncorp.”*¹⁴³

Enfim, na área de negócio da recolha de informações:

*“combinam-se as técnicas mais modernas dos meios militares e civis (escutas de rádio, localização por meio de satélites, radares, guerra eletrónica com os processos mais antigos, onde o homem é o recurso principal para a obtenção para a obtenção de informações (...). Mas entramos aqui nos meandros dos serviços secretos, onde os alicerces das atividades – que envolvem as unidades militares, os organismos civis sob controlo do poder publico, as empresas privadas sob o controlo das forças económicas e os grupos sem nenhum controlo - se perde num labirinto sem saída (maquis inextricable).”*¹⁴⁴

Os interrogatórios dos prisioneiros ficam assim na dependência do acaso entre tradutores, psicólogos e polícias, obrigados que estão a produzir resultados correspondentes aos seus salários.

¹⁴³ Cf . Michel Klen, La Privatisation de la Guerre, http://www.cairn.info/revue-etudes-2004-9-page-181.htm#Cairn_no1

¹⁴⁴ idem op. cit.

Neste contexto, colocam-se várias questões de fundo que têm a ver com a relação que estas empresas têm com os governos e o lugar das forças armadas regulares sob controlo de hierarquias políticas e militares. Não se trata de saber quais destes modelos usam de maior ou menor violência ou como atuam em relação aos direitos humanos. A experiência de tantas Juntas militares e de polícias secretas deixaram e deixam um rasto de sofrimento um pouco por todo o planeta. A questão é de saber se é admissível sustentar ações de guerra com base num crescente envolvimento de milícias privadas, atuando em todos os domínios das guerras atuais. Um dia, veremos uma empresa privada anunciando os serviços de um porta-aviões todo equipado em recursos humanos e materiais, mediante o pagamento de uma determinada quantia para servir os interesses de um qualquer grupo económico em qualquer parte do Mundo.

A inevitabilidade do estado de guerra permanente, a instabilidade social, o permanente imprevisto e mesmo a degradação ambiental (o processo de urbanização no planeta decorrente da concentração industrial e terciária nas cidades com o seu corolário de instabilidade social generalizada), conduzem recorrentemente a formas de guerra preventiva e de guerra declarada na justa medida em que apenas têm por razão a razão do Capital. Como referia Lenine e que é duma atualidade extrema:

“sob o capitalismo não se concebe outro fundamento para a partilha das esferas de influência, dos interesses, das colónias, etc., além da força de quem participa na divisão, a força económica geral, financeira, militar, etc. E a força dos que participam na divisão não se modifica de forma idêntica, visto que sob o capitalismo é impossível o desenvolvimento igual das diferentes empresas, trusts, ramos industriais e países. Há meio século, a Alemanha era uma absoluta insignificância comparando a sua força capitalista com a da Inglaterra de então; o mesmo se pode dizer do Japão se o compararmos com a Rússia. Será “concebível” que dentro de dez ou vinte anos permaneça invariável a correlação de forças entre as potências imperialistas? É absolutamente inconcebível.

Por isso, as alianças “interimperialistas” ou, ultra-imperialistas, no mundo real capitalista, e não na vulgar fantasia filistina dos padres ingleses ou do “marxista” alemão Kautsky - seja qual for a sua forma: uma coligação

*imperialista contra outra coligação imperialista, ou uma aliança geral de todas as potências imperialistas -, só podem ser, inevitavelmente, “tréguas” entre guerras.”*¹⁴⁵

A manutenção de um estado de guerra permanente (psicológico e factual) é, na verdade, um dos aspetos mais presentes na expansão do modelo económico que tomou forma na passagem do século XIX para o séc. XX. Se uma parte dos recursos do Capital são obtidos pelo funcionamento “normal” das regras do capitalismo, uma outra parte é obtida pela pilhagem, usurpação e pela violência, calculada em poder de destruição das bases militares que controlam o planeta, as quais são por sua vez uma das componentes estruturantes do Capital, tal como ele se manifesta nos tempos em que vivemos.

O controlo das regiões do petróleo por meio da guerra permanente é uma questão que não se discute na Wall Street. O Iraque, como aliado de um tempo, é inimigo no tempo seguinte. Os campos de petróleo da Rússia perdidos por quase um século são de novo negociados nas Bolsas de Londres, Berlim ou Nova Iorque. *As alianças pacíficas preparam as guerras e por sua vez surgem das guerras, conciliando-se mutuamente, gerando urna sucessão de formas de luta pacífica e não pacífica sobre uma mesma base de vínculos imperialistas e de relações recíprocas entre a economia e a política mundiais*¹⁴⁶.

Tal foi a realidade do Século XX e o é agora neste início do século XXI.

¹⁴⁵ V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, p.621, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, p. 664,

¹⁴⁶ V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, p. 665

6-A desigualdade da distribuição e a globalização da pobreza

Naturalmente, se o capitalismo tivesse podido desenvolver a agricultura, que hoje em dia se encontra em toda a parte enormemente atrasada em relação à indústria; se tivesse podido elevar o nível de vida das massas da população, a qual continua a arrastar, apesar do vertiginoso progresso da técnica, uma vida de subalimentação e de miséria, não haveria motivo para falar de um excedente de capital. Este «argumento» é constantemente avançado pelos críticos pequeno-burgueses do capitalismo. Mas então o capitalismo deixaria de ser capitalismo, pois o desenvolvimento desigual e a subalimentação das massas são as condições e as premissas básicas, inevitáveis, deste modo de produção.”

V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, p.621, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977,

O discurso neoliberal que sustenta o essencial da Globalização enquanto discurso justificador do Sistema Capitalista, não é apenas fruto do trabalho de economistas - teorizadores e seguidores, mas sobretudo das muitas organizações mais ou menos politizadas, mais ou menos envolvidas com o Poder, com a Política, com as Universidades e com os meios de comunicação. De modo mais “científico” ou com carácter mais panfletário, tem sustentado na sua forma atual desde a II Guerra mundial, a ideologia que sustenta e justifica o Capitalismo tal como tem evoluído tanto nos países capitalistas desenvolvidos como nos países capitalistas subdesenvolvidos. De forma “politicamente mais correta” dos países em vias de desenvolvimento. Nem capitalistas nem

feudais, nem comunistas, apenas países em desenvolvimento ou países subdesenvolvidos.¹⁴⁷

Falar do Neoliberalismo, significa naturalmente falar de Friedrich Hayek, fundador em 1947 da Sociedade de Mont Pelerin, juntamente com Karl Poper e alguns daqueles que mais tarde dariam forma à Escola de Chicago e que, naturalmente, viriam a receber o Prémio Nobel da Economia, atribuído pelo Banco Central da Suécia, entre os quais George Stigler, James Buchanan e Milton Friedman.

Os rostos políticos do neoliberalismo são certamente Ronald Reagan, Margaret Thatcher ou Pinochet. Os rostos do mundo da finança são certamente os presidentes do FMI e das demais instituições do Banco Mundial.

O Exército do Neoliberalismo são certamente as forças armadas americanas, espalhados por todo o planeta, mais as organizações militares internacionais que são comandadas pelos EUA, como por exemplo a NATO e, de forma subalterna, as forças armadas do Reino Unido e da França. A polícia política do Neoliberalismo é certamente a CIA e também, de forma subalterna, as redes de polícias políticas, que desde a II Guerra mundial forneceram informações e recursos humanos para sustentarem golpes militares que colocaram no poder governos obedientes à Escola de Chicago.

Poder-se-ia pensar que a ONU ocuparia uma posição mais independente relativamente às políticas neoliberais, mas isso seria uma esperança sem sentido. Não se trata aqui de referir, mesmo que sumariamente, questões relativas ao direito de veto (Estados Unidos, Rússia, China, França e Grã-Bretanha), à representatividade da composição do Conselho de Segurança ou à forma como se adotam resoluções, que não são para serem cumpridas, acompanhadas ou implementadas, como é o caso da relação da ONU com Israel e com a Palestina, o envolvimento nas questões de direito à independência, como no caso da ex-Jugoslávia ou contra esse direito como no caso do Curdistão. Está bem presente a forma como a ONU lidou com a questão do Iraque, quando a administração *hiper-neoliberal* de George Bush/Dick Cheney e o complexo militar americano sustentavam a existência

¹⁴⁷ Tal como são definidos no Departamento de Defesa dos USA ou seja “ todos os países excepto os USA, Rússia, países europeus, Canada, Japão, Austrália e Nova Zelândia” (fonte: Report for Congress, *Congressional* Conventional Arms Transfers to Developing Nations, 1994-2001 Richard F. Grimmett, Specialist in National Defense Foreign Affairs, Defense, and Trade Division.”

de armas químicas, biológicas e nucleares no Iraque como forma de justificar a já decidida invasão deste país denominada Operation Iraqi Freedom, que viria a ter início em 19 de Março de 2003.

Para além da frente política da Assembleia-Geral e do Conselho de Segurança, o Conselho Económico e Social e o Tribunal Internacional de Justiça, a ONU possui um vasto leque de organismos que atuam nos mais variados domínios. Sem questionar agora, o papel que estes organismos exercem no terreno, toda a ideologia que sustenta as ações de todas estas instituições, em momento algum se distingue da ideologia dominante, que apenas constata a miséria crescente do planeta, sem no entanto questionar as razões profundas deste processo.

Tal postura, é particularmente expressa nos documentos que enquadram a iniciativa OMD Objetivos de Desenvolvimento para o Milénio, aprovada durante a Cimeira do Milénio de Setembro de 2000.

“ A chegada do novo milénio e a realização da Cimeira do Milénio oferecem aos povos do planeta uma ocasião única para refletir sobre o seu destino comum, num momento em que as suas vidas estão ligadas, mais que nunca. Eles (os povos) esperam dos seus dirigentes que identifiquem os grandes problemas do mundo e atuem para os resolver. As benfeitorias da globalização são evidentes: crescimento mais rápido, nível de vida mais elevado, novas oportunidades. No entanto, assistimos a um contra censo, que se explica pelo facto estes benefícios serem desigualmente repartidos, e porque o mercado global ainda não está sustentado por leis baseadas em objetivos sociais partilhados. (...) Em 1945 os países fundadores criaram um sistema aberto e de cooperação, adaptado a uma sociedade internacional. É o bom funcionamento deste sistema que permitiu a emergência da Globalização. Como resultado nós vivemos agora numa sociedade Global. Adaptar-se a esta mudança é o principal desafio que devem enfrentar os dirigentes do Planeta (...) As disparidades gritantes dos rendimentos no mundo actual, as condições miseráveis nas quais vivem bem mais de um bilião de pessoas, a existência de conflitos endémicos em certas regiões, e a rápida degradação do meio ambiente: todas

*estas questões se combinam mostrando que o presente modelo de desenvolvimento não é sustentável, a menos que sejam encontradas soluções de comum acordo.*¹⁴⁸

<http://www.un.org/millennium/sg/report/>

Uma leitura mais detalhada de tão importante texto de orientação da ONU, revela na verdade que se trata de um conjunto de frases cheias de boas intenções e de argumentação criativa que ilude a natureza dos males que os ODM pretendem enfrentar.

Não é evidente que os povos esperem que os seus dirigentes resolvam qualquer problema, pois a história mostra, que permanentemente distintos movimentos sociais um pouco por todo o planeta, procuram assumir essa responsabilidade que a generalidade dos governos nunca pretendeu enfrentar. Que não cheguem a tomar o poder por voto, por guerrilha ou por golpe de estado, é outro assunto, e mesmo quando isso acontece, como vimos, rapidamente se metem em movimento pressões e violências para repor no poder as forças que nunca enfrentaram esses problemas e nem mesmo sequer equacionaram. Quanto às benfeitorias da globalização -*crescimento mais rápido, nível de vida mais elevado, novas oportunidades*, a própria ONU conhece bem que a realidade é outra.

É certo que este texto se inscreve num momento em que o neoliberalismo / mercado global se autoafirmavam como modelo definitivo, capaz de criar um mundo mais justo e mais partilhado. Aquilo que é descrito como um contrassenso representado pelo crescimento da desigualdade, é visto como um “simples contrassenso” e não como uma consequência ou mesmo como uma das regras fundadoras, para que uma parte cada vez mais diminuta do planeta, possa efetivamente ter um *crescimento mais rápido, nível de vida mais elevado, novas oportunidades*.

Igualmente, dar como premissa que *é o bom funcionamento deste sistema que permitiu a emergência da Globalização*, também carece de demonstração pois, se o sistema funciona bem, isso é apenas válido para uma parte cada vez menor da humanidade e reduzir as leis que sustentam o sistema capitalista a uma simples e insustentada afirmação, não produz esclarecimento mas apenas incompreensão. Esta forma de contar a história atual, permite pois defender que a realidade

¹⁴⁸ Millennium Report of the Secretary-General of the United Nations
<http://www.un.org/millennium/sg/report/>

não resulta das regras de funcionamento do sistema, mas de contrassenso relativamente ao bom desempenho desse mesmo sistema o qual apenas carece de soluções “partilhadas”.

Torna-se pois corretamente político neste contexto que não passa pela crítica do sistema Capitalista, fazer a afirmação acima citada: *As disparidades gritantes dos rendimentos no mundo atual, as condições miseráveis nas quais vivem bem mais de um bilião de pessoas, a existência de conflitos endémicos em certas regiões, e a rápida degradação do meio ambiente: todas estas questões se combinam mostrando que o presente modelo de desenvolvimento não é sustentável, a menos que sejam encontradas soluções de comum acordo.*¹⁴⁹

Ou seja, soluções que reúnam de comum acordo “os povos” em abstrato, em vez dos deserdados da Humanidade juntamente com os donos do Capital e da Finança (!!!)

E neste contexto se passava por cima do princípio que o sucesso do Capital assenta antes de mais na partilha desigual entre o Capital e o Trabalho, implicando permanentemente a procura dos salários mais baixos (a deslocalização), a ausência de qualquer responsabilidade social (o fim dos sistemas públicos e até semipúblicos de segurança social) e o controlo militar dos povos de todos os países (aparelho militar dos EUA e pouco mais) já que a nível local as forças policiais e militares nacionais, garantem regularmente a segurança da acumulação capitalista.¹⁵⁰

Parece assim razoável que se definam os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, pois importa lançar a mão a esses mesmos deserdados da Humanidade e, sobre este facto, ninguém poderá em consciência opor-se. O fim principal dos OMD é (seria) a realização de um crescimento sustentável ou seja “ *antes de mais assegurar que as populações de todos os países em desenvolvimento (ou países capitalistas da miséria) beneficiam com a globalização*”,¹⁵¹

¹⁴⁹ Millennium Report of the Secretary-General of the United Nations
<http://www.un.org/millennium/sg/report/>

¹⁵⁰ Lembremos por exemplo a intervenção da Guarda Nacional da Califórnia com 15.000 militares e a instalação da lei marcial nas revoltas contra a discriminação racial no Verão de 1965 em Los Angeles, ou a mobilização do exército francês nas revoltas de Maio de 1968, quando De Gaulle se assegurou em Baden-Baden do apoio e da mobilização de forças militares junto do General Massu, para no dia seguinte poder dissolver a Assembleia Nacional e ameaçar os grevistas que não voltassem ao trabalho.

¹⁵¹ Millennium Report of the Secretary-General of the United Nations

passando por cima do facto que na altura em que tomou forma esta iniciativa, o neoliberalismo mais exacerbado era o dogma Capitalista dominante, mesmo em oposição ao Capitalismo keynesiano.

O bem-querer deste projeto mundial é tão grande como a impossibilidade de atingir os seus objetivos, pois a razão de serem definidos os ODM, resulta de facto de um modelo de desenvolvimento que não é sustentável, mas que tem um nome sempre evitado. Negar isso, é uma utopia que impede na realidade de procurar, criar ou encontrar, os rumos que possam inverter a tendência planetária crescente, para mais degradação humana e natural, na maior parte do Mundo.

As desigualdades manifestam-se em termos planetárias de forma evidente. Tratando o agravamento da desigualdade no Planeta, foi publicado em 1992 o “Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano”¹⁵² pelo PNUD, o qual continua a ser uma obra de referência.

Se olharmos a distribuição do PNB no mundo, durante o período 1960-1989, os Países onde habitam os 20% da população mais rica viram a sua parte do PNB mundial passar de 70.2% para 82.7%, enquanto os Países onde vivem os 20% mais pobres viriam a sua parte reduzir-se de 2,3% para 1,4%.

No diagrama então publicado, também se podia ver que em 1989 a parte dos Países mais ricos detinham 81,2% do comércio mundial, 96,4% dos depósitos internos e 80% do investimento exterior, ao passo que os Países onde habitam os 20% mais pobres apenas representam 1% do comércio mundial.¹⁵³

Nos mesmos 30 anos, as relações de desigualdade dos mais ricos com os mais pobres duplicou, passando de 1 para 30, para 1 para 59. Apesar de ser impossível calcular com exatidão, por falta de elementos comuns a todos os Países e com base apenas num estudo sobre 41 Países, onde se teve em consideração as diferenças dentro de cada País a relação não seria de 1 para 59, mas sim de 1 para 150. Esta desigualdade manifesta-se no facto de nos Países do Norte que detém 25% da população mundial, se consumir 70% da energia do Planeta, 75% dos metais, 85% da madeira e 60% da alimentação produzida.

Estas desigualdades no entanto tendem a aumentar, já que o nível de crescimento económico nos Países do Norte foi 2,7 vezes mais

<http://www.un.org/millennium/sg/report/>

¹⁵² Cf. Rapport Mondial sur le Developpement Humain, 1992, PNUD, Paris, 1992, p39

¹⁵³ Cf. idem

rápido em relação aos países onde vivem os 20% mais pobres¹⁵⁴.

Estas desigualdades resultam também de um certo número de situações. Nos anos 80, e ainda seguindo o referido relatório, os juros reais pagos pelos Países capitalistas mais pobres eram 4 vezes mais elevados que nos Países capitalistas ricos. Os juros efetivos das dívidas externas eram para os Países pobres de 16,8% contra 5,4% somente para os Países ricos.

Quadro 21 As disparidades económicas mundiais 1989

	População	Riqueza % - \$ biliões
20% mais pobres	1.056.000.000	(1.40%)- 275
20%	1.056.000.000	1.85%- 365,0
20%	1.056.000.000	2,30% - 453.1
20%	1.056.000.000	11.75% - 2.319.6
20% mais ricos	1.056.000.000	82.7% - 16.321.9

Fonte: As disparidades económicas mundiais 1989. Tableau 2.1,
Rapport Mondial sur le Développement Humain, 1992, PNUD, Paris, 1992

Os entraves ao livre financiamento dos mercados traziam para os Países em desenvolvimento (Países capitalistas pobres) um prejuízo de 500 milhões de dólares por ano, ou seja, o montante da ajuda exterior que eles receberiam (anos 80) e as barreiras comerciais sufocavam as exportações de produtos manufaturados nos quais os Países pobres tinham algumas vantagens pelos custos da mão-de-obra, têxteis, vestuário, calçado. Por outro lado o valor dos produtos de base como o café, ou o açúcar ou das matérias-primas desvalorizando-se continuamente, obrigou os países pobres a exportar quantidades cada vez maiores.

Segundo um estudo do L'Institut Mondial de Recherche sur l'Économie du Développement de l'Université des Nations Unies (UNU-WIDER)¹⁵⁵ publicado em 2008, os 2 % dos adultos mais ricos do mundo detêm mais da metade da riqueza global das famílias. Em 2000 o 1% dos adultos mais ricos do planeta possuía 40% dos bens mundiais. Os 10 % da população mundial mais rica detinham 85% do total mundial,

¹⁵⁴ Cf. idem

¹⁵⁵ The World Distribution of Household Wealth, Discussion Paper No. 2008/03, James B. Davies, SEUAnna Sandström, Anthony Shorrocks, and Edward N. Wolff, World Institute for Development Economics Research of the United Nations University , http://www.wider.unu.edu/publications/working-papers/discussion-apers/2008/en_GB/dp2008-03/

enquanto os outros 90% detinham apenas 15% da riqueza mundial mesmo tendo em conta que a riqueza neste estudo corresponde à totalidade dos recursos das famílias

O coeficiente de Gini, que mede as desigualdades numa escala de 0 a 1, relativamente à riqueza situa-se entre os 0,65 e 0,75 ou seja bem acima do coeficiente quando aplicado à desigualdade dos rendimentos, que se situa na maioria dos países entre 0,35 e 0,45. Este estudo considera que a nível mundial o coeficiente de Gini relativo à riqueza das famílias se eleva a 0,892, ou seja o equivalente “para uma população de 100 pessoas na qual uma pessoa receberia \$900 e as restantes 99 pessoas receberiam em conjunto \$1.”¹⁵⁶ Tal era o estado do planeta no ano de 2000.

Este estudo mostra ainda que a riqueza se encontra particularmente concentrada na América do Norte, na Europa e nos países ricos da Ásia-Pacífico, onde se concentra 90% da riqueza mundial, sendo que, se for estabelecida a relação entre a população e a parte da riqueza mundial, a desigualdade é ainda mais flagrante. Assim os EUA, onde reside 6% da população, detêm 34 % da riqueza mundial

Intrinsecamente ligado às questões da distribuição da riqueza estão as políticas sociais, tal como se manifestaram na segunda metade do século XX, as quais resultam de um longo processo de organização e de lutas operárias, tendendo a criar um conjunto de mecanismos relativos aos direitos laborais e que pudesse assegurar o acesso à saúde, ao apoio na velhice e à educação escolar, profissional e universitária.

Na Europa este processo permitiu agrupar um grande número de organismos de mutualidade num sistema de segurança social universal, mantido pelos trabalhadores e pelo patronato e gerido pelos Estados. Independentemente do modelo que os diferentes países adotaram, foi a seguir à segunda Guerra Mundial que efetivamente foi montado o sistema moderno de Segurança Social, certamente no movimento geral de afirmação da classe operária, face ao desmoronamento do Nacional-socialismo que dava forma ao capitalismo alemão e em simultâneo na Europa, com a subida da influência dos Partidos de esquerda. Em França, por exemplo, foi neste período que as mulheres obtiveram pela primeira vez o direito de voto. Nas empresas foram criados órgãos de representação dos trabalhadores e estes obtiveram o direito a uma terceira semana de férias pagas, na sequência das duas semanas conseguidas durante o governo da Frente

¹⁵⁶ Idem p.7

Popular.

Não é assim tão antiga a criação de forma organizada e a nível nacional de políticas sociais.

Foi nos anos que se seguiram à II Guerra Mundial que as políticas essencialmente Keynesianas (social-democratas?), na generalidade dos países economicamente mais desenvolvidos, libertaram uma parte crescente de mais-valias que puderam ser destinadas para o consumo dos trabalhadores, para o pagamento de impostos e de descontos salariais orientados para as políticas sociais tanto por parte dos assalariados como das empresas em que trabalhavam. Neste encaminhamento de uma parte das mais-valias, tiveram os sindicatos um papel da maior relevância que viveram nessas décadas o seu período de maior intervenção apesar de atuarem de forma aparentemente ambígua. Por um lado, nunca fez parte da política sindical em geral, a crítica do sistema capitalista, mas por outro lado sempre foi exigido uma partilha “social” do crescimento entre Capital e Trabalho expressa nos contratos coletivos, direitos laborais, horários de trabalho. Só mais tarde, a partir dos anos 70, é que com o crescimento do desemprego e a maior hostilidade dos governos neoliberais é que os sindicatos começam a perder a sua capacidade de mobilização e de negociação assim como a sua influência nos processos reivindicativos. A propaganda anti-sindical ocupa no processo de afirmação das políticas neoliberais um lugar da maior relevância provocando a desmobilização das lutas operárias. Deixou-se de falar nos meios de comunicação de trabalhadores, em favor de colaboradores ou de acionistas minoritários e a palavra proletário passou a significar qualquer coisa que existiu, mas já não existe.

Esta incapacidade de compreensão do lugar de cada um na economia é certamente uma das características principais dos tempos atuais. A título de exemplo podemos referir os fantasmas que a criação de um sistema para assegurar assistência médica nos EUA criou. Neste país mais de 50 milhões de pessoas não dispõem assistência social e cada ano que passa este número vai aumentando devido ao aumento do desemprego e ao aumento dos preços dos seguros. Não deixa de ser interessante verificar a generalização da crítica à política de Barak Obama lançada em 2009 visando o estabelecimento de um modelo de proteção social para estes 50 milhões de americanos seja entendida como uma medida de carácter socialista (leia-se comunista). Aquilo que por toda a Europa até ao fim dos anos 70 mais não era que um aspeto do capitalismo Keynesiano ou social-democrata, entrou na esfera da

incompreensão dos mais elementares mecanismos do capitalismo. De novo cabe aqui lembrar a ideia de Adam Smith que a *verdadeira tragédia dos pobres é a pobreza das suas aspirações*

A nova divisão internacional do trabalho teve e tem também neste processo um papel fundamental, pois deslocou para regiões sem “cultura sindical” uma parte cada vez mais importante da produção industrial ao que acresce que o limite da sua atividade, sempre esteve dependente do carácter mais democrático ou mais ditatorial em cada país. Anos seguidos de bloqueio nos meios de comunicação e nos sistemas educativos, relativamente a qualquer forma de compreensão e reflexão sobre o sistema económico e social em que vivemos, levaram atualmente à generalização de um discurso político inconsistente e redutor.

O crescimento da “riqueza” deste período deveu-se a várias razões entre as quais podemos salientar não só a industrialização como também toda a área de serviços, a manutenção do setor financeiro sob algumas formas de controlo decorrentes das medidas postas em vigor a seguir à depressão de 1929 (separação entre a atividade bancária tradicional daquela de especulação financeira), o crescimento do comércio entre os países ricos e os territórios sob administração colonial com as exportações dos produtos manufaturados com preços crescentes, contra a importação de matérias-primas a preços tendencialmente em queda e a internacionalização da indústria viabilizava o recurso a mão-de-obra mais barata e sem a implicação de sindicatos reivindicativos

Paralelamente às razões que poderíamos classificar como pertencentes à área da produção, outros fatores foram determinantes para o crescimento da “riqueza” nos países capitalistas desenvolvidos. Estamos a pensar na política do Banco Mundial orientada para o endividamento dos países capitalistas pobres, na maioria das vezes de forma improdutiva ou que, nem sequer era aplicada e se quedava pelas contas na Suíça pertencentes aos dirigentes desses países. Mais importante ainda que os valores emprestados pelo Banco Mundial e que dariam origem mais tarde às políticas de Ajustamento Estrutural do FMI, é o facto de os empréstimos do Banco Mundial darem um sinal aos outros bancos, que podiam também entrar no processo de empréstimos sem grande receio. Quem garantia o pagamento dos primeiros também garantiria o pagamento dos segundos.

Como vimos esta situação levou os países capitalistas pobres a efetuarem durante anos seguidos transferências para os países

capitalistas ricos, superiores aos valores que recebiam e sobre os quais pagavam juros, bem superiores aos praticados entre países ricos

Todos estes fatores asseguraram o crescimento económico dos países capitalistas ricos garantindo não só sistemas de segurança social consistentes, como também uma efetiva melhoria do nível de vida das classes trabalhadoras em geral. Na Europa, apenas os países onde reinava uma ditadura capitalista mais ou menos violenta, tais como a Espanha, Portugal e Grécia pouco beneficiaram deste processo e permaneceram fora do contexto de crescimento que referimos. No resto da Europa e nos EUA e Canadá os trinta anos que seguiram a II Guerra Mundial foram de crescimento de quase pleno emprego e de sistemas de segurança social e de educação de grande estabilidade. Neste contexto os Sindicatos conseguiram assegurar que os trabalhadores não ficavam fora deste crescimento, mesmo se este era devido em parte ao empobrecimento do resto do planeta, sem contar naturalmente com os países comunistas que se mantiveram fora deste processo até ao fim da década de 80.

Foi preciso esperar pelo início dos anos 70 e pelas políticas neoliberais para que esta situação iniciasse um processo de transformação radical que iria orientar o Capital da esfera da produção para o mundo da finança, iniciar o processo de transferência da indústria e de uma grande parte dos serviços para os países capitalistas de baixo custo de mão-de-obra, de privatização de tudo o que fosse rentável, retirando os Estados recursos que tinham até então assegurado a capacidade e agora, a “perda legitimidade”, para intervirem na economia.

Os valores envolvidos nestas políticas foram ganhando, em particular nos países mais desenvolvidos, valores particularmente elevados, os quais se tornaram uma nova área de negócio para o Capital. Neste quadro, cada vez mais as seguradoras ocupam um lugar mais importante num processo que tende a desenvolver-se.

A crise que se revelou em 2008 pôs em evidência o conluio entre instâncias reguladoras com as instituições propriamente reguladas, entre agências de rating ou de classificação de risco e as instituições supostamente objeto de classificação demonstrou claramente que para a grande e pequena finança não existe de facto o conceito de cumprimento de obrigações. Pelo que a segurança “social” com base nas seguradoras privadas se revela na verdade puramente circunstancial. A falência da AIG a quando da crise que se iniciou em 2008 testemunha esta situação, independentemente de terem sido os

impostos dos contribuintes que minimizaram os efeitos, aqui como nas outras instituições em que os Estados agora considerados Protetores do Capital intervieram na reorganização do Grande Capital, promovendo a falência de umas e o crescimento e concentração de outras instituições.

Um pouco por todo lado aquilo que os trabalhadores obtinham dos sistemas de Segurança social através dos descontos e dos impostos, devem agora ser procurados junto das seguradoras, sem que as prestações tenham diminuído proporcionalmente e sem de facto qualquer garantia de cumprimento. As razões invocadas são sempre as mesmas: o argumento do fator demográfico, o desperdício da medicação, a baixa das quotizações etc..

A consequência é a diminuição dos re-embolsos, o prolongamento da idade da reforma, a redução dos subsídios de desemprego, o encerramento das maternidades etc.... ou em resumo, a redução dos benefícios para os quais durante vidas foram feitos descontos.

O ajustamento dos benefícios sociais através do *fator de sustentabilidade* relacionado com o aumento da longevidade das pessoas é particularmente revelador deste processo. É certamente verdade que houve um aumento da longevidade em particular nos países capitalistas ricos para o qual intervieram numerosos fatores: melhorias das condições sanitárias, progressos nos diferentes campos da medicina tanto no diagnóstico como na prevenção como ainda no tratamento. Em particular as pessoas mais idosas asseguraram por meio dos seus descontos ao longo da sua vida de trabalho e dos descontos efetuados pelas entidades empregadoras (geralmente no âmbito de acordos coletivos de trabalho negociados por sindicatos e patronato), para os diferentes sistemas de segurança social o acesso a mais e melhores cuidados de saúde e de bem-estar incluindo naturalmente o acesso a tratamentos e aos medicamentos. Mas tal processo serve agora de justificação para prolongar a idade de acesso às reformas e o abaixamento das contribuições do Capital para os sistemas de segurança social e a própria redução do valor das pensões e reformas.

A relação que é feita entre a esperança média de vida com o prolongamento do período de trabalho efetivo, para efeito de cálculo do valor das reformas -*fator de sustentabilidade* ou com a redução das prestações é geralmente referido como a relação entre o número de pessoas ativas com o número das pessoas reformadas. Mas tal relação não dá na verdade conta dos contornos desta situação pois aquilo que é determinante é a produtividade dos trabalhadores. E esta é sem dúvida

imensamente maior que nos anos 60 quando era razoável esperar que o Capital não se viesse a apropriar dos fundos de pensão para lógicas especulativas e não para os fins para que tinham sido criados.

O aumento da idade da reforma e a redução das prestações sociais do Capital são agora um processo certamente sem retorno, na medida em que a mão-de-obra menos qualificada e menos reivindicativa é cada vez mais desnecessária. É pois de esperar que a perda de uma parte substancial do acesso aos cuidados médicos voltará em poucos anos a baixar a idade média de vida das classes mais desfavorecidas e que são objetivamente maioritárias. Mas para o Capital em geral basta que viva enquanto pode trabalhar.

Como se dizia em 1995 no primeiro State of the World Forum-realizado no Hotel Fairmont organizada pela então recém criada Gorbachev-Foundation -The International Non-governmental Foundation for Socio-economic and Polítical Studies, (no mesmo local em que foi estabelecida a carta fundadora da ONU), e na qual participaram 500 dos mais importantes políticos, empresários e académicos neoliberais provenientes de 40 países (George Bush, George Schultz e Margareth Thatcher. Ted Turner, Zbigniew Brzezinski...) chegará um dia em que nos países capitalistas bastará existir uns 20% da população empregada, assegurando essencialmente os serviços necessários para o controlo do planeta com os seus milhões de assalariados, produzindo os bens necessários à diminuta percentagem da população dos países “rentiers”.¹⁵⁷

Esta perspetiva não é muito diferente daquela descrita por Hobson em 1902 sobre uma “imaginada” partilha da China, citada por Lenine

“A maior parte da Europa ocidental poderia adquirir então o aspeto e o carácter que têm atualmente certas partes dos países que a compõem: o Sul da Inglaterra, a Riviera e as regiões da Itália e da Suíça mais frequentadas pelos turistas e que são residência de gente rica, isto é: um punhado de ricos aristocratas que recebem dividendos e pensões do Extremo Oriente, com um grupo um pouco mais numeroso de empregados profissionais e comerciantes, e um número

¹⁵⁷ Cf. Hans-Peter Martins e Harold Schumanon, A armadilha da globalização – o assalto à democracia e ao bem estar social, Ed. Terramar, Lisboa, 1999. e <http://www.worldforum.org/international-conferences.htm>

*maior de serventes e de operários ocupados nos transportes e na indústria voltada para o acabamento de artigos manufaturados. (...) isto permitir-lhes-ia manter grandes massas de empregados e criados submissos, ocupados não já na produção agrícola e industrial de artigos de grande consumo, mas no serviço pessoal ou no, trabalho industrial secundário, sob o controlo de uma nova aristocracia financeira.*¹⁵⁸

Esta realidade resulta na verdade, do facto que os ganhos de produtividade não ficam ao serviço dos trabalhadores e, sobretudo, se verificarmos que a parte dos salários relativamente ao PIB, na maioria dos países desenvolvidos, tem vindo a ser reduzida de forma sustentada cada ano.

O retrocesso das conquistas, do período pré-neoliberal, a partir dos anos 80 manifesta-se no desenvolvimento da insegurança entre as classes mais desprotegidas: no crescimento da discriminação social e racial; no aumento da população encarcerada, no controle crescente das pessoas pelo sistema penitenciário e no crescimento das administrações penais,

Este processo que ocorre por todos os países capitalistas é particularmente significativo nos EUA.

Para além das pessoas diretamente submetidas às diferentes formas de controlo policial nas prisões, referência deve ser feita a instalação de bases de dados informatizadas que permitem desenvolver de observação sobre mais de 30 milhões de pessoas. Estas bases de dados, criadas nos anos 70 e 80, foram montadas pelas polícias, tribunais e administração penitenciárias de 50 estados. A elas têm acesso as administrações públicas, serviços sociais, pessoas individuais e organizações privadas, incluindo empresas privadas. A circulação destas bases de dados coloca não somente os criminosos e os suspeitos de delito, mas também as suas famílias, os seus amigos, vizinhos sob controlo do aparelho policial e penal¹⁵⁹.

O número de pessoas detidas ou em liberdade mas sob controlo penal passou entre 1980 e 2003, de 1.800.000 para 6.934.000 de acordo

¹⁵⁸ Hobson, Ob. Cit., pp. 103, 205, 144, 335, 386. Citado por V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, pp. 575-671, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977 p. 652

¹⁵⁹ cf. Lois Wacquant, Boom des penitenciers privés LMD, Julho 1998 pág. 20

com os dados do Bureau of Justice Statistics Correctional Surveys. Segundo escreveu Bruce Western em *Punição e Desigualdade na América*:

*“Por volta do ano 2000, mais de 3% dos homens hispânicos e quase 8% dos afro-americanos em idade ativa estavam presos (...) a prisão tornou-se um acontecimento comum para os grupos mais jovens de homens negros sem curso superior. Em 1999 cerca de 30% destes indivíduos já tinham sido presos por volta dos seus 30 anos. Entre os negros que abandonaram o ensino secundário, o risco de encarceramento aumentou 60%, fazendo com que a prisão se tornasse uma pausa normal no percurso de vida”*¹⁶⁰

Nesta condição, não é de admirar que num mercado em tão franco desenvolvimento, o governo transfira progressivamente para o setor privado a indústria da encarceração. Nos EUA, 17 empresas detinham 130 cadeias, localizadas principalmente no Texas, Florida, Tennessee e Arizona. Estas empresas do ramo carceral já representavam 7,4% do total de adultos em prisão em 2007,¹⁶¹ propõe vários serviços que vão desde a gestão e fornecimento de pessoal, até à montagem, chaves na mão, de cadeias (conceção de arquitetura, financiamentos, construção, manutenção, administração, seguros, funcionários e transportes de detidos). O mercado do financiamento das cadeias, públicas e privadas, vale 3 biliões de dólares pelo que não é de estranhar que estas empresas já estejam cotadas nas bolsas (Corrections Corporation of America, Correctional Services Corporation, Securicon e Wachkenhut)¹⁶²

No entanto, é ainda mais significativo o facto de se registar no seio desta população, a natureza discriminatória da própria sociedade. Por cada 100.000 residentes em 2007 estavam em prisão 773 brancos, 1747 hispânicos e 4618 negros. Entre as mulheres contavam-se 95 brancas, 146 hispânicas e 348 negras.¹⁶³ Se considerarmos a relação

¹⁶⁰ Bruce Western, *Punição e Desigualdade na América*, Edções Almedina, Coimbra, 2009, p.41 e 58

¹⁶¹ Stephanie Chen, *The wall Street Journal* 19.nov.2008, Larger inmate Population is boon to private prisons.

¹⁶² cf. Lois Wacquant, *Boom des penitenciers privés LMD*, Julho 1998 pág. 20

¹⁶³ *Prison Inmates at Midyear 2007*, U.S. Department of Justice.
<http://www.bjs.gov/content/pub/pdf/pim07.pdf>

com a população em cada grupo, a desigualdade é ainda mais flagrante a discriminação social:

Quadro 22
Discriminação e encarceramento nos EUA -2007

	% da população	Reclusos nº/100.000
Branços	65,0	773
Hispanicos	15,4	1747
Negros	12,8	4618

Fonte: com base em Prison Inmates at Midyear 2007, U.S.
Department of Justice

Os custos sociais e humanos da generalização da insegurança correspondem à diminuição das despesas sociais, à liberalização e crescimento do desemprego e do emprego precário e de uma forma geral à desmontagem dos direitos adquiridos pelos trabalhadores durante décadas de lutas sindicais. Lutas essas que tanto na Europa, nas Américas, como no resto do mundo, encontraram pela frente organizações patronais que não hesitaram a lançar todo o tipo de polícias e os próprios exércitos nacionais contra os trabalhadores. Centenas de milhares de sindicalistas foram presos, torturados, assassinados por tentarem defender reivindicações laborais.

É assim, fácil invocar que as políticas sociais se tornam um fardo insuportável para todos os países, pelo que a solução que favorece o Capital reside na privatização de tudo aquilo que tem a possibilidade de se tornar mercadoria e entrar no mercado.

Num estudo o Banco Mundial¹⁶⁴ a solução para a privatização da Segurança social em geral parece relativamente fácil. Para substituir os sistemas construídos na segunda metade do século XX, a questão das reformas deveria assentar em três pilares. O primeiro seria um sistema público com o reduzido objetivo de diminuir os maiores níveis de pobreza entre os idosos, tirando-os da miséria exposta, o segundo pilar seria um sistema de seguro privado mas obrigatório e o terceiro um sistema de poupança voluntário. Naturalmente que nesta solução que desmonta o sistema atual, este deixa naturalmente de ser deficitário pois inelutavelmente desaparece. Assim não só se orienta para o capital

¹⁶⁴ Cf. Averting the Old Age Crisis: Policies to Protect the Old and Promote Growth, World Bank, 1994

financeiro o volume atual estimado segundo Martine Bulard em \$3,5 trilhões á escala mundial ¹⁶⁵.

Na verdade, ficam de fora todos aqueles que atualmente são tão pobres que nunca puderam assumir soluções privadas junto das seguradoras, mas que estando acima do limite de pobreza já não podem beneficiar da proteção do Estado.

Em última instância, o caminho atual leva de facto à transferência de uma responsabilidade social assumida pelos trabalhadores e pelas Estados a transferir-se para a esfera do negócio privado que assim acede a uma parte considerável do PIB de cada País. Quem tem recursos para pagar os Seguros, tem (se não existir uma crise) proteção e quem não tem recursos, não terá proteção. Com esta mercantilização destas áreas, os assalariados ficam na verdade mais vulneráveis e em consequência menos aptos a defender a sua parte na produção mundial.

A parte do PIB que corresponde aos salários dos trabalhadores tem variado ao longo do século XX e neste início do Século XXI ao ritmo das “crises do sistema” e do grau de desenvolvimento da força de negociação por parte dos trabalhadores com o patronato, ou seja, do nível de sindicalização. Ela não é idêntica em todos os países e mostra que no planeta existem diferentes situações que ajudam a compreender esta situação. Esta parte dos salários no PIB tendencialmente menor nos últimos 30 anos de forma continuada corresponde ao que Marx chamava de taxa de exploração. Nos EUA a situação atingiu os valores mais elevados do séc. XX e tem naturalmente consequência no crescimento da parte da população que vê os seus rendimentos deteriorarem-se.

Uma forma consistente de avaliar o grau de exploração dos trabalhadores é certamente dada pela relação entre a parte do PIB de cada País que corresponde aos salários e ao Capital. Também a sua evolução ao longo dos tempos é indicadora do sentido em que vai o sistema económico no seu todo. Um estudo de 2007 do Center on Budget and Policy Priorities ¹⁶⁶ baseado nos dados do Departamento de Comércio (ver quadro seguinte) salienta que a parte do Rendimento Nacional dos EUA destinada aos salários em 2006 estava no seu valor

¹⁶⁵ A insegurança social programada, Martine Bulard, Le Monde Diplomatique, Outubro de 2003, edição brasileira

¹⁶⁶ Share of Income Going to Corporate Profits at Record High, Aviva Aron-Dine and Isaac Shapiro <http://www.cbpp.org/8-31-06inc.htm#t1>

mais baixo desde 1929, ao mesmo tempo que a parte relativa aos lucros das empresas estava no seu mais alto valor. Tendo em consideração o período 2001-2006 o estudo mostra que o crescimento dos salários foi de 1,9 % de média anual depois de ajustado à inflação enquanto o crescimento anual dos lucros das empresas foi de 12,8% também depois de ajustado à inflação.¹⁶⁷

Quadro 23 – Percentagem da média anual de crescimento nos 5 anos a seguir ao fim das recessões

Fim da recessão	1949	1958	1961	1975	1980	1991	2001
Rendimentos salariais	5.8%	4.4%	5.4%	3.8%	2.3%	2.4%	1,9%
Lucros das empresas	7.2%	10.0%	12.1%	6.6%	6.6%	8.4%	12.8%

Source: CBPP calculations based on Commerce Department data. Average for Post World War II Recoveries (other than the Current Recovery)

Fonte: com base em Share of national income going to wages and salaries at record low in 2006: Share of Income Going to Corporate Profits at Record High, Aviva Aron-Dine and Isaac Shapiro <http://www.cbpp.org/8-31-06inc.htm#t1>

O quadro 23 mostra o crescimento desta partilha durante um período mais longo entre 1949 e 2001/06

Tanto na União Europeia como nos países do chamado G7 é flagrante a diminuição da parte salarial a partir do início dos anos 80. Na União Europeia a percentagem passa assim de um máximo de cerca de 67 % em 1974 para 58 % em 2006, ou seja, uma redução de 12 %. Este movimento pode ser entendido como uma subida resultante do ambiente social que se vivia nesses países até meados da década de 1970 marcado por acontecimentos como os protestos de Maio de 68, em França e na Alemanha Ocidental, o fim das ditaduras em Portugal, Espanha e Grécia, a derrota dos EUA no Vietname e, de uma maneira geral nessa região do Globo. Mas, se a parte dos salários em relação ao capital sobe até ao início dos anos 80, (ver gráfico seguinte), é evidente que a taxa de lucro evoluiu na razão inversa. Assim segundo Gerard Duménil e Dominique Lévy¹⁶⁸, esta taxa era nos EUA, aproximadamente,

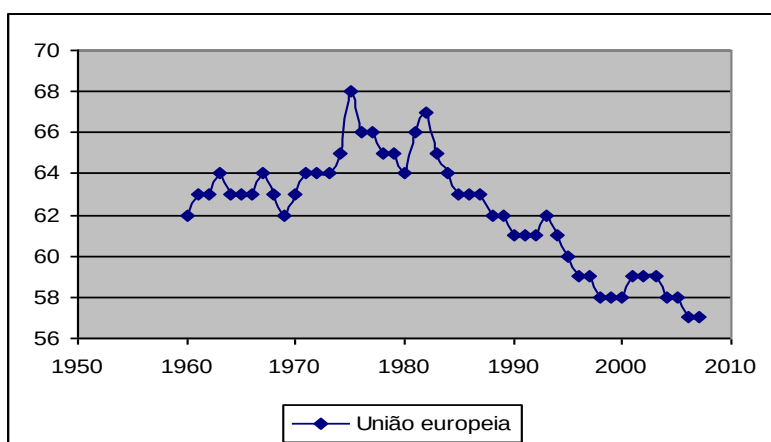
¹⁶⁷ Cf idem

¹⁶⁸ Gerard Duménil e Dominique Lévy Le néolibéralisme sous hégémonie États-Unienne, http://www.ucm.es/info/eurotheo/materiales/hismat/dumenil_neohcour.pdf

de 24% em 1965, baixou até 13% em 1982 para voltar a subir já em pleno neoliberalismo para 18 % em 2000. Na Europa (Alemanha, França e Reino Unido) estes valores, também aproximadamente, foram de 20 % em 1965, 13% em 1982 e 22% em 2000.

Estamos a falar da transição de uma economia de compromisso Keynesiano para o modelo de economia neoliberal, sendo que a expressão neoliberal se justifica por comparação com o modelo seguido nos países centrais capitalista entre o fim do século XIX e a crise de 1929, ou seja, o período em parte analisado por Lenine. Lembremos que a regulamentação que foi criada a seguir a esta crise se manteve

Gráfico 6 - A parte dos salários na União europeia
1960-2007



Fonte: com base em La subida tendencial de la tasa de explotación, Michel Husson, <http://www.vientosur.info/documentos/Husson.pdf>

exatamente até ao momento em que o Governo de Bill Clinton promulgou a nova legislação que promovia a desregulamentação neoliberal.

Vários processos contribuíram de forma complementar para esta mudança de orientação na relação entre Capital e Trabalho. Para Gerard Duménil e Dominique Lévy a decisão tomada em 1979 pela Reserva Federal dos EUA de:

“subir as taxas de juros ao nível necessário para a eliminação da inflação, e isso quaisquer que fossem os

*custos para os países do centro e da periferia. Nós chamamos esta decisão do Golpe de 1979, pois trata-se efetivamente de uma violência política. Aquilo que se seguiu esteve á altura deste primeiro facto: tomada do controle salarial, dismantelamento progressivo dos sistemas de proteção social, vaga de desemprego, crescimento lento e crises recorrentes nos países da periferia, deslocalização das empresas, subida das tensões internacionais e novo militarismo”*¹⁶⁹

Igualmente estes autores chamam a atenção para o lugar central que as instituições financeiras ocuparam no desenvolvimento do neoliberalismo e em particular relativamente à sua dimensão planetária, o lugar que o FMI ocupou com mão de ferro. Aquilo que se chama normalmente de liberdade de mercado como significado de neoliberalismo, mais não é que liberdade do Capital para circular, propor novas formas de aplicação especulativa e não especulativa, criar produtos financeiros que separam cada vez mais o Capital da produção e que durante a crise de 2008/09 viriam a ser denominados por produtos «tóxicos».

O planeta está globalmente integrado no sistema Capitalista desde o fim do Século XIX, sendo certo que neste início de século XXI, não só está integrado como essa integração é permanente e todas as regiões reagem de forma interdependente a cada instante e em simultâneo. O fator tempo e o fator distância deixaram verdadeiramente de existir desde o lançamento dos primeiros cabos submarinos, a navegação a vapor e o aparecimento dos transportes aéreos.

Por outro lado, as leis do capitalismo regem a vida do planeta incluindo desde os anos 90 os países do ex-Bloco Soviético e da Republica Popular da China. Processo aplicável a Cuba onde uma parte crescente da mão-de-obra se encontra já integrada na economia capitalista através da indústria de serviços, em particular na área do turismo e de todas as atividades económicas com elas relacionadas.

Nos dois primeiros casos, ex-Bloco Soviético e da República Popular da China, o estado de desarticulação do anterior sistema económico, e do retrocesso socioeconómico aparentemente ocasional

¹⁶⁹ Gerard Duménil e Dominique Lévy Le néolibéralisme sous hégémonie États-Unienne, http://www.ucm.es/info/eurotheo/materiales/hismat/dumenil_neohcour.pdf

no primeiro caso e a disponibilização no segundo caso, para servir o Capital, de uma multidão de mão-de-obra proletária com salários extremamente baixos se comparados com a média dos salários nas economias centrais do Capitalismo, são fenómenos tão recentes que de certa forma devem ser considerados na condição de transição e retorno ao modelo capitalista. Era neste quadro que a URSS efetivamente vivia antes de 1917, e a China até ao fim da segunda guerra mundial altura em que foi criada a República Popular da China.

O tempo dirá como estes países vão evoluir no seio do Capitalismo mundial.

Quanto ao resto do planeta todos os países e regiões fazem parte do planeta capitalista, quer se trate da América Latina, da África, da Suécia ou do Haiti.

A 5ª Avenida em Nova Iorque, o Faubourg de Saint-Honoré em Paris e a rua principal de Port au Prince são em igual medida filhas do mesmo sistema económico mundial – o Capitalismo.

Os caminhos do sistema devem ser analisados tendo por referência o mundo Capitalista no seu todo e não apenas e essencialmente a Europa, a América do Norte e o Japão. Nos países capitalistas avançados e que de facto dominam o planeta desde o princípio do século XX - como Lenine chamava a atenção - os valores médios relativos aos indicadores socioeconómicos são certamente superiores aos do resto do Planeta que de uma forma ou outra, não deixando de ser capitalista não faz parte do capitalismo central ou como diria Samir Amin do centro e da periferia.

Na periferia das ditaduras capitalistas da América Latina, forjadas e mantidas pelos EUA e das classes detentoras do Capital, ou das ditaduras capitalistas africanas também elas forjadas e mantidas pelos EUA em parceria com a Europa (França, Bélgica etc..) e que substituíram os governos nacionalistas do período que seguiu às independências, reina o sistema capitalista plenamente.

Se pensarmos no Planeta é pois forçoso considerá-lo no seu todo. E o panorama não é nem brilhante nem dá sinais de globalmente tender a melhorar. E nem só no Terceiro Mundo dos países em desenvolvimento do Sul, as desigualdades crescem. Também no Norte, passados que foram uns breves anos a seguir à Segunda Guerra Mundial, onde se viu a relação Capital/Trabalho ser menos desfavorável ao Trabalho, as desigualdades tendem a aumentar.

Seria de esperar que nos EUA, principal País capitalista com um poder de intervenção crescente em todos os aspetos da vida do planeta,

o capitalismo servisse pelo menos a população americana no seu todo. Mas a realidade é bem diferente, pois também aí uma crescente parte da população vive no grupo dos pobres e dos muito pobres, quer se tenha em consideração os rendimentos das famílias ou do acesso a qualquer sistema de segurança social estruturado.

Alguns indicadores mostram, a título de exemplo, como se tem agravado a situação nestes últimos anos, sendo certo que o gráfico seguinte deve ser relacionado com as tendências da partilha da parte dos salários e dos lucros das empresas já referidas. Neste período, o número de pobres nos EUA cresceu de 4,4 milhões de pessoas sendo que as crianças a viver abaixo dos limites de pobreza cresceu também para atingir uma percentagem de 18% das crianças.

Segundo um estudo produzido pelo Center on Budget and Policy Priorities¹⁷⁰ a percentagem da população americana sem segurança médica em 2007 baixou de 15,8% para 15,3 equivalente a um número de 45,7 milhões de pessoas. Este facto deve-se não a uma melhoria da situação mas ao crescimento da pobreza, que permitiu um maior número de pessoas ser enquadrado na assistência mínima, particularmente Medicare e Medicaid. O valor global ficou no entanto bem acima de 2001 onde 39,8 milhões já não tinham ou deixaram de ter segurança médica.

Neste período a parte da população americana vivendo em pobreza profunda, ou seja cujo rendimento está abaixo da metade da linha de pobreza, cresceu de forma mais rápida representando em 2007 um total de 15,6 milhões. Sendo que a linha da pobreza profunda corresponde aproximadamente a \$8.300 (\$7,70 por dia e pessoa) de rendimento anual para uma família de 3 pessoas, está abaixo ainda do valor de \$10 que algumas vezes no banco Mundial propõem como nível de pobreza nos países ricos.

Mas a pobreza não é apenas um facto que atinge os EUA. Na Europa a situação é em tudo idêntica na generalidade dos países, atingindo atualmente um valor já superior a uma média de 16 % de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza ou seja mais de 70 milhões.

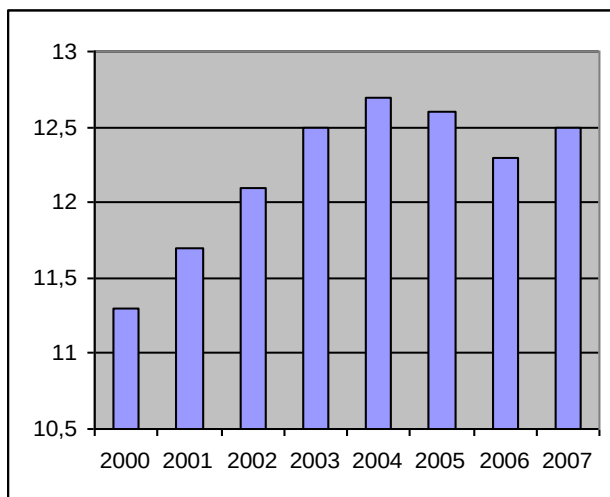
Também aqui os processos de privatização das empresas públicas rentáveis, entregando-as a uma lógica de apropriação privada

¹⁷⁰ Poverty and share of americans without health insurance were higher in 2007 — and median income for working-age households was lower — than at bottom of last recession, Arloc Sherman, Robert Greenstein, and Sharon Parrott, 2008, <http://www.cbpp.org/8-26-08pov.htm>

Pobres e Ricos: Globalização ou Neoliberalismo

das mais-valias para fins não produtivos como seja a especulação

Gráfico 7 – Percentagem de americanos na Pobreza 2000-2007



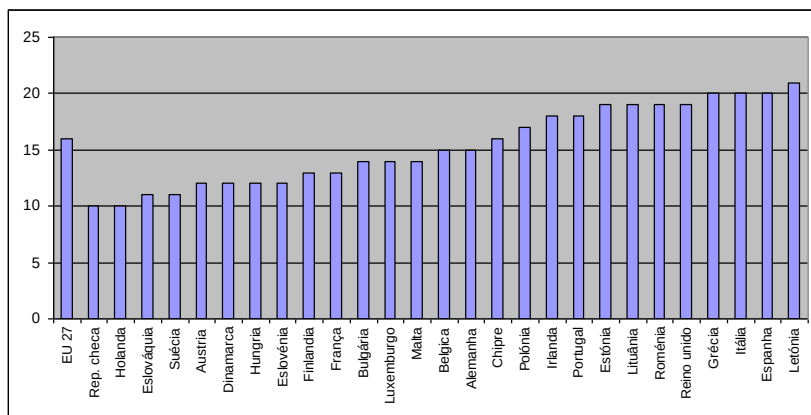
Fonte: Poverty and share of americans without health insurance were higher in 2007— and median income for working-age households was lower — than at bottom of last recession, Arloc Sherman, Robert Greenstein, and Sharon Parrott, 2008, <http://www.cbpp.org/8-26-08pov.htm>

financeira, a chamada deslocalização, a desmontagem dos sistemas de segurança social – saúde, aposentadoria não só tem vindo a fragilizar no seu todo a classe assalariada, com a baixar os níveis de reivindicação sindical. Estes factos que no fim de contas sustentam o abaixamento da parte dos salários nas atividades diretamente produtivas, em todos os setores da economia.

Globalmente cada dia estão mais consistentes os fundamentos da pobreza que se refletem nos dados estatísticos sobre a matéria. Os recém criados indicadores de Laeken (já não se fala de pobreza mas de risco de pobreza !!!) permitem ter uma visão realista da situação europeia tanto na União Europeia dos 15 com na dos 27. O gráfico seguinte ilustra a situação em 2005 e 2006

As disparidades são assim tão importantes como nos EUA e nem sempre é fácil estabelecer comparações, pois a forma de cálculo da pobreza é feita com critérios diferentes. Assim a linha de pobreza

Gráfico nº 8 A pobreza na União Europeia 2009



Fonte: <http://www.poverty.org.uk/e01a/index.shtml>

definida por referência aos rendimentos 60% abaixo do rendimento mediano¹⁷¹, pode nuns casos ser estabelecido antes ou depois de impostos e contribuições, factos que alteram substancialmente o seu significado. Por exemplo “os 10% de franceses mais pobres tem um rendimento quase igual ao rendimento mediano português¹⁷²” mas no entanto o custo de vida é no essencial idêntico nos dois países. Aliás, o custo de vida nos países da União Europeia dos 15 é bem mais igual que por exemplo os salários mínimos ou médios e a parte dos rendimentos afetos aos impostos, factos que no quotidiano relevam níveis de pobreza bastante mais elevados.

A nível da União Europeia a 27, variam com efeito entre os 9-10% e os 19-21 % superiores. Mas estes valores sobem claramente se considerarmos que países como o Reino Unido, o qual representa uma parte considerável do PIB mundial, mais de um quarto da população com mais de 60 anos se encontra abaixo desta linha e 35% se forem pessoas com mais de 60 anos vivendo sozinhas. Se considerarmos a pobreza infantil o Reino Unido aparece com valores piores que os de

¹⁷¹ Seuil de pauvreté utilisé pour les comparaisons européennes, le revenu médian étant celui qui sépare la population en deux, la moitié recevant moins que ce revenu, l'autre plus (distinct d'une "moyenne").

¹⁷² Cf. La pauvreté en Europe de l'Ouest, L'Observatoire des inégalités <http://www.inegalites.fr/spip.php?article388>

Portugal, Hungria, Grécia e Polónia¹⁷³

A estes valores sobrepõem-se ainda os valores por região onde as disparidades são ainda maiores. De certa forma existe uma Europa dos pobres e uma outra dos ainda mais pobres e isso não tem a ver com a maior ou menor riqueza de cada país, mas com a desigualdade na distribuição e com a aceitação que num país “rico” é “natural” que uma parte da população viva não só em risco de pobreza, mas em pobreza absoluta.

A revisão efetuada em 2008 pelo Banco Mundial dos termos de referência da linha de pobreza geralmente considerada como \$1 por dia *per capita*, alterou os anteriores valores de 1,08 1993 PPP e de \$1 1985 PPP para \$1,25 2005PPP. A definição deste valor teve por base a média das linhas de pobreza dos 15 países mais pobres do Mundo em termos de consumo per capita: Malawi, Mali, Etiópia, Serra Leoa, Níger, Uganda, Gâmbia, Ruanda, Guiné-Bissau, Tanzânia, Tajikistan, Moçambique, Chade, Nepal e Ghana.

Ou seja, se considerarmos esta nova linha de \$1,25, uma parte considerável da humanidade equivalente a 1.400 milhões é de facto pobre, o que deixa no ar a ideia que acima desta linha já não se pode falar de pobreza. Se considerarmos a linha dos \$2,5 a parte da Humanidade pobre passa para 3.140 milhões de pessoas ou seja um pouco mais de metade da população mundial. Tem-se esforçado o Banco Mundial por apresentar um indicador que mesmo em valores PPP tem vindo a baixar de forma sustentada ao longo dos anos. E é verdade. O crescimento em valor absoluto passou de 2.500 em 1981 para 2.735 em 2001 mas tendo em conta no mesmo período o crescimento da população mundial a percentagem passou de 66,7% para 52,9%. Tendo em conta a linha de pobreza de \$1 por dia *per capita*, este abaixamento da percentagem de pobres é ainda mais evidente

No entanto, é cada vez mais flagrante que este indicador não indica absolutamente nada. No seio das Nações Unidas e do próprio Banco Mundial são cada vez mais as vozes de iminentes economistas que clamam por uma discussão menos ideológica e mais assente na realidade do quotidiano das pessoas.

É neste contexto que podemos olhar para a desigualdade social crescente, que se manifesta no número de pessoas vivendo abaixo de qualquer nível de pobreza.

¹⁷³ Cf. Child wellbeing and child poverty, 2009, Child Poverty Action Group, <http://www.cpag.org.uk/>

Quadro 24 – Índices de pobreza, % abaixo de cada linha
Países em desenvolvimento incluindo a China

	1981	1987	1990	1996	1999	2002	2005
Estimativa anterior utilizando 1993 ICP (%vivendo abaixo de \$1,08 por dia para PPP)							
	40,6	28,7	28,7	22,8	22,3	20,4	17,2
Nova estimativa utilizando 2005 ICP (% vivendo abaixo de cada linha)							
\$1.00	41,9	29,9	29,9	23,5	22,8	20,7	16,1
\$1.25	52,2	41,7	41,7	34,7	33,7	31,0	25,7
\$1.45	58,7	49,8	49,5	42,8	41,6	38,6	31,5
\$2.00	69,5	64,2	63,1	58,3	57,1	53,6	47,6
\$2.50	74,8	71,7	70,5	67,2	65,9	62,5	57,6
Nota Percentagem da população vivendo em agregados com um consumo por pessoa abaixo da linha de pobreza							

Fonte: The developing world is poorer than we thought, but no less successful in the fight against poverty, Shaohua Chen, Martin Ravallion
Development Research Group, World Bank, Washington Agosto 2008 P.30
http://econ.worldbank.org/external/default/main?pagePK=64165259&theSitePK=469372&piPK=64165421&menuPK=64166093&entityID=000158349_20080826113239

Na verdade, ter por base o rendimento de \$1 ou \$2 pouco ou nada significa pois a relação custo de vida / nível de vida é atualmente em qualquer parte do planeta relativamente idêntica.

Lant Pritchett, sócio-economista do Banco Mundial coloca a pergunta que nos parece certa: se abaixo da mais baixa linha de pobreza, as pessoas são efetivamente pobres, a partir de que linha deixam de o ser? Ou seja, deve ser considerada a média das linhas de pobreza dos países mais pobres mas também fará sentido considerar a média das linhas de pobreza dos países mais ricos e neste caso temos uma linha que sendo ainda de pobreza é 10 vezes superior ou seja corresponde a um valor de \$10 per capita por dia PPP. Em vez de colocar os 6.200 milhões de habitantes do planeta apenas em duas categorias “pobre” e “não pobre” trata-se de ver quem vive abaixo das linhas de \$2,5 de \$5,0 ou de \$10 por dia *per capita*.

As proporções aqui são assustadoras pois rapidamente percebemos que a quase totalidade da população mundial onde quer que viva, vive abaixo dos limiares de pobreza. A percentagem varia apenas dos maiores valores nos países mais pobres na casa dos 99% aos

Pobres e Ricos: Globalização ou Neoliberalismo

Quadro 25 – Estimativa de pobreza no Mundo
% e número de pobres segundo várias linhas globais de pobreza

	Rendimento ou consumo de bens <i>per capita</i>	Parte da população mundial abaixo desta linha de pobreza %	População mundial 6.2 bilhões
Graus de pobreza	Por dia	Cálculo do autor	Cálculo do autor
Indigente	\$1/P\$1.50	20,5	1.300
Pobreza extrema	\$2/P\$3.00	46,8	1.600
Pobreza global	\$10/P\$15.00	87,9	2.500
Não pobre	Acima de qualquer linha de pobreza	12,1	750

Nota: \$ a preços de 1985 e P\$ a preços de 2000

Fonte: Lant Pritchett, Who is Not Poor? Dreaming of a World Truly Free of Poverty, The World Bank Research Observer 2006 21(1):1-23; (resumo da tabela 1, p 9)

12% nos EUA e nos países mais ricos. O seguinte quadro expressa esses valores, deixando naturalmente muitas dúvidas sobre os efeitos do Capitalismo no Planeta e das benfeitorias da Globalização nestes últimos 25 anos.

Evidentemente que na ideologia dominante se faz entender que o pobre do país rico seria rico num país pobre, mas esse raciocínio não é justo e deixa de fora a tragédia quotidiana de não ter recursos para atingir mesmo que seja o patamar mais baixo do subdesenvolvimento. Por outras palavras, aquilo que a população mundial recebe pela venda da sua força de trabalho, em qualquer parte do mundo, apenas garante eventualmente a sobrevivência do trabalhador e a sua reprodução.

A parte de 12,1% de não pobres na população mundial ou seja 750 milhões de pessoas, são a classe média e média alta dos países ricos que vive dos seus salários, não deixando de ser por um só instante parte potencial do desemprego e em consequência para a maioria, incapaz de fazer face à amortização do consumo realizado, que assentou no crédito através do qual a banca lhe vai buscar em juros e taxas e afirmar a sua condição de proletário, consciente ou não da sua condição de classe.

Por sua vez, a parte da população detentora do Capital mundial é tão diminuta que poderia ser igualmente elaborada uma nova tabela, onde de novo, a maioria dos pequenos capitalistas representaria 1% do

Quadro 26 – Estimativa de % de pobreza numa seleção de países

País	Ano	Estimativa Banco Mundial 2001		\$10 por dia (P\$15)	POVCAL
		\$1 por dia (P\$1.50)	\$2 por dia (P\$3.00)	Cálculo do autor*	
EUA	2001	0	0,07	12,1	-
Brasil	1997	5,1	17,4	66,7	78,5
Turquia	1994	2,4	18,0	79,1	85,1
México	1995	17,9	42,5	92,2	86,2
C.Marfim	1995	12,3	49,6	98,9	98,4
Egito	1995	13,1	52,6	99,7	98,5
Índia	1997	44,2	86,2	99,9	99,5

Fonte Lant Pritchett, Who is Not Poor? Dreaming of a World Truly Free of Poverty, The World Bank Research Observer 2006 21(1):1-23; p 10

Capital mundial, ficando os restantes 99% pertença de 1 % da classe capitalista. A única coisa que jamais será globalizada é a acumulação do Capital.

O destino de 99% dos capitalistas é serem comidos pelo 1% dos capitalistas mais poderosos.

Como dizia Lenine em 1916 *“Naturalmente, se o capitalismo tivesse podido desenvolver a agricultura, que hoje em dia se encontra em toda a parte enormemente atrasada em relação à indústria; se tivesse podido elevar o nível de vida das massas da população, a qual continua a arrastar, apesar do vertiginoso progresso da técnica, uma vida de subalimentação e de miséria, não haveria motivo para falar de um excedente de capital. Este «argumento» é constantemente avançado pelos críticos pequeno-burgueses do capitalismo. Mas então o capitalismo deixaria de ser capitalismo, pois o desenvolvimento desigual e a subalimentação das massas são as condições e as premissas básicas, inevitáveis, deste modo de produção.”*¹⁷⁴

Lant Pritchett coloca mesmo a necessidade de criar um conjunto de níveis que possam dar melhor conta da evolução da pobreza no Mundo. Na verdade, ao propor e fundamentar os níveis \$5 e \$10, ela está apenas a ter em consideração o efetivo custo de vida para se estar

¹⁷⁴ V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, p.621

fora da pobreza na Índia, na África ou na América Latina. O custo de vida para satisfazer às necessidades básicas é praticamente idêntico em qualquer parte do mundo pois, mesmo os bens que podem assegurar o mínimo de conforto alimentar estão integradas no comércio internacional e sujeitas a especulação financeira, como no recente caso dos cereais. Uma lata de leite em pó é tão cara na Guiné-Bissau como em qualquer parte do Mundo, assim como o aluguer de um apartamento devidamente equipado. A diferença está em saber quantos dias de trabalho são necessários efetuar, para poder efetivamente adquirir essa lata de leite ou arrendar um apartamento condigno ou fazer uma operação ao apêndice. E quantos dos bens essenciais tais como saúde, educação ou cultura ficam fora dos recursos disponíveis. A situação é idêntica para a aquisição de um comprimido para a febre, um curso profissional ou um automóvel ou um iPod. Mesmo com os \$10 por dia, a generalidade dos bens, cuidados de saúde, alimentação e educação ficam fora do alcance da maioria da população.

Se o sistema tivesse por finalidade a melhoria das condições de vida da humanidade, teriam que passar inúmeras gerações para que essa nova realidade revelasse passos significativos. Mas se por outro lado, tivermos em consideração que na generalidade dos países ricos a tendência é para o crescimento do fosso entre ricos e pobres, em simultâneo com o crescimento daqueles que vivem na pobreza, então o futuro torna-se profundamente sombrio.

E esta situação apenas tem em consideração a evolução no quadro “pacífico” das leis do capitalismo. A situação é bem mais complicada se tivermos em consideração que a sobrevivência do sistema passa quer pela necessidade de sustentar a baixa tendencial da taxa de lucro, a qual é necessária para sobrevivência do sistema, quer pelo aumento da taxa de exploração ou da taxa de lucro.

Neste quadro, a história mostra que todos os meios são passíveis de ser aplicados desde a simples despedimento de um sindicalista, à repressão maciça como na Indonésia de Suharto, à guerra contra o Vietname ou contra o Iraque. Com igual função a exploração do meio ambiente só tem por limites, aqueles que o grande e o pequeno Capital definem. Todos os indicadores relativos às ameaças é à destruição do meio ambiente ganham neste contexto um lugar sombrio.

Também a necessidade do Capital aumentar a taxa de exploração que é essencial para a sobrevivência do Sistema põe em maior evidência que por todo o lado onde tomam forma lutas operárias

ou processos democráticos nacionalistas de desenvolvimento, como na Venezuela, ou processos ditatoriais nacionalistas de desenvolvimento como no Iraque de Saddam, o arsenal militar dos EUA assume a sua real razão de ser em defesa do sistema capitalista que não pode ceder em nenhum lado do Planeta. A resistência de Cuba tem aqui a sua verdadeira dimensão e explica a agressividade da política externa dos EUA em relação a este País.

Aliás, a questão do aumento da taxa de exploração interna, incluindo os fluxos migratórios, ou com recurso à mão de obra externa, como no México ou na China, não é em si um processo pacífico pois, se por um lado liberta milhões de trabalhadores do subdesenvolvimento rural para as cercas das fábricas e dos subúrbios das cidades, pode em qualquer momento abrir espaço para reivindicações deste novo proletariado industrial e pode trazer consequências complicadas a uma escala nunca vista, tanto no exterior como no interior dos países capitalistas centrais. No caso dos EUA um estudo do Economic Policy Institute revela que a nova relação económica com a China tem aspetos desastrosos sobre o emprego, os salários e as empresas. Entre 2001 e 2007 refere esse estudo, 2,3 milhões de empregos nos EUA desapareceram como resultado desta nova relação. Esta pressão fez baixar os salários dos trabalhadores americanos sem formação média ou superior e que são cerca de 70% da força de trabalho nos EUA.

Mas não só os empregos exigindo baixo nível de competências e das indústrias de baixos salários são atingidos por esta situação, pois a parte das importações de produtos de setores de alta tecnologia contribuíram para o desaparecimento do emprego de 200.000 cientistas e de empregos exigindo formação universitária no setor industrial. Segundo este estudo as importações de computadores e de produtos eletrónicos representam quase metade do crescimento do *deficit* comercial entre 2001 e 2007.

Uma das conclusões deste estudo não deixa de ser espantosa. “A supressão por Pequim dos direitos laborais faz baixar os salários (...). Devemos exigir uma mudança fundamental nas políticas de comércio e nas áreas dos direitos trabalhistas da economia chinesa como um primeiro passo crítico para a restauração de um nível de trocas onde os trabalhadores americanos podem competir em igualdade.”¹⁷⁵

¹⁷⁵ China trade gap causes massive job and wage losses, 2 million jobs lost in the U.S., Robert E. Scott, Economic Policy Institute, Briefing Paper, #219, 2008 <http://www.epi.org/briefingpapers/219/bp219.pdf>

Pobres e Ricos: Globalização ou Neoliberalismo

Claro que aqui se esquece, que a razão dos investimentos do capital internacional na China têm por objetivo exatamente beneficiar dos baixos salários da China, pois são eles que asseguram o aumento das taxas de exploração em geral e ao mesmo tempo travam a baixa da taxa de lucro.

Mas estas boas intenções não têm qualquer significado para os milhões de assalariados que, não só substituem parte da mão-de-obra europeia e norte-americana como também, e sobretudo, significam o alargamento da massa proletária do planeta ao serviço de grandes e pequenas empresas capitalistas.

As chamadas deslocalizações fazem parte das receitas utilizadas nos países capitalistas para correrem atrás da mão-de-obra com menores custos salariais, menor poder reivindicativo e sindical e sobretudo menores custos sociais. Com efeito, os salários mais baixos encontram-se em países capitalistas pobres como a República Popular da China, a Índia ou o Vietname. A relação entre estes e os salários dos países ricos é particularmente grande

Quadro 27 - Salário médio por hora 2007
numa seleção de países US\$

EUA	16,92	Bulgária	1,55
		China litoral	0,85
Bélgica	31,65	China interior	0,55
Espanha	15,81	Índia	0,69
Portugal	7,15	Indonésia	0,65
		Malásia	1,34
Brasil	3,27	Paquistão	0,42
México	2,45	Vietname	0,46

Fonte: Primary textiles labor cost comparisons, 2007, Werner Internacional, Managements Consultants,

http://www.wernerinternational.com/html/hourly_wage_report/register.html

Comparativamente com os salários médios praticados nos EUA a deslocalização significa utilizar o trabalho de 20 ou 30 operários com igual competência produtiva pelo salário de um, ou a 10 ou 20 engenheiros também pelo salário de um engenheiro com qualificação idêntica. Nas novas cidades da China milhões de operários trabalham 10, 12 ou 14 horas por dia, 7 dias por semana.

Segundo a Werner Internacional que é uma empresa americana de consultoria especializada na indústria de têxteis e de vestuário e que

trabalha desde 1939 para mais de 4000 organizações em 70 países, os salários médios praticados neste ramo em 2007 eram da seguinte ordem.

Tal não se via em empresas do velho continente ou da América desde o fim do século XIX, ou mesmo em certos países europeus, até datas bem mais próximas. Em Huizhou ou Shenzhen milhões de operários distribuídos por centenas de milhares de oficinas, ou grandes fábricas produzem em troca de 50 ou 60 cêntimos por hora os objetos de consumo que permitem às classes média e média baixa do Ocidente terem acesso ao direito de consumir o necessário e o supérfluo, e que significam taxas de exploração mais elevadas que nos primórdios do capitalismo moderno.

E isto, sem responsabilidades sociais que assegurem a assistência na saúde ou nos acidentes de trabalho, na educação ou na criação de recursos que assegurem uma reforma condigna. Estas questões dizem respeito sobretudo aos governos de acolhimento ...

Estas questões não dizem só respeito as empresas ocidentais. A concorrência já não é entre as empresas ocidentais, mas entre a China e a Índia para manterem os baixos salários em simultâneo com o objetivo de qualificar os produtos e serviços aí produzidos. Poderemos estar longe do tempo em que na China, na Índia ou na Malásia as empresas voltem a arrumar as suas malas e partir para países onde a taxa de exploração seja mais elevada e a mão-de-obra igualmente submissa. Mas o tempo passa rápido. As montadoras de automóveis que se instalaram em Portugal há bem poucos anos já estão de partida para a Europa de Leste ou para bem mais longe.

Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas. A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo facto de uma série de países atrasados terem sido já incorporados na circulação do capitalismo mundial, terem sido construídas as principais vias férreas ou iniciada a sua construção, terem sido asseguradas as condições elementares para

o desenvolvimento da indústria, etc.». ¹⁷⁶

No fim de contas, “mundialização” e “globalização” não são certamente mais do que expressões que favorecem a impossibilidade de compreender o mundo em que vivemos e, em consequência, favorecer uma compreensão ativa e positiva em favor de um planeta com esperança.

Neste contexto, quanto maior forem os obstáculos à compreensão da racionalidade do sistema económico em que vivemos, menores serão as hipóteses de identificar as políticas que permitirão imaginar um planeta menos sombrio. O processo em curso de empobrecimento social e ambiental do Planeta parece não ter futuro.

As imagens de Charlens Dickens ou de Emile Zola só aparentemente desapareceram das empresas europeias ou americanas, pois reaparecem agora nessas mesmas empresas, mas um pouco por todo o planeta, do México á China da Nigéria à Indonésia.

Mas paradoxalmente, até as crises do neoliberalismo que se sucederam a partir dos anos 70 de forma regular, assumiram uma função legitimadora do neoliberalismo, na medida em que a sua superação pelo menos parcial se tornou na demonstração da capacidade do Capitalismo sempre renascer.

Só que para traz têm ficado no silêncio uma parte cada vez mais considerável da humanidade, não só nos países capitalistas pobres como também nos países capitalistas ricos.

¹⁷⁶ V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, p. 622

Em forma de conclusão

O principal objetivo deste trabalho foi o de equacionar o facto das ideias de Globalização ou Mundialização (centrais na ideologia dominante atual) corresponderem de alguma forma a um sistema socioeconómico independente do Capitalismo, ou se pelo contrário, essas ideias podem/devem ser assumidas como a expressão corrente do Capitalismo contemporâneo.

Foi neste contexto que procurámos adequar a leitura de um texto de Lenine, publicado em 1916, sob o título “O Imperialismo Etapa supremo do capitalismo” à compreensão da razão económica do tempo atual.

O texto de Lenine indica os caminhos do desenvolvimento do capitalismo no princípio do séc. XX. Este nosso texto procurou atualizar dados e pôr em evidência algumas das formas atuais que esses caminhos foram assumindo ao longo dos últimos 100 anos.

A expansão do capital financeiro e controle das riquezas do planeta, manifestada durante o processo colonial, manteve-se e desenvolveu-se no período neocolonial e da *pax* americana de forma idêntica.

As três guerras geralmente denominadas por II Guerra mundial (Alemanha-URSS, Alemanha – Europa e Japão – EUA) apenas transferiram o controlo militar, económico e político a nível mundial da Inglaterra para os EUA.

A exportação de capitais (produtivos e especulativos) manteve-se uma regra indiscutível, em particular através dos IDE e da especulação bolsista e extra bolsista e de forma mais recente nos

últimos 30 anos através da legalidade da economia *offshore*.

A concentração das empresas ao longo deste período mantém-se como regra tanto para as não financeiras como para as financeiras a nível nacional como internacional.

As instituições de Bretton Woods têm controlado a economia dos “países em desenvolvimento” ou dos países capitalistas pobres. Para tal, têm assegurado a aplicação de recursos financeiros do Banco Mundial e demais instituições financeiras a ele associadas, geralmente de forma improdutiva e/ou utilizados como recursos de consumo para as burguesias locais colocadas no poder pelas polícias e exércitos ocidentais.

Igualmente asseguram a sua cobrança através do FMI e dos seus programas de reajustamento estrutural, estrangulando qualquer esperança de desenvolvimento.

O volume de negócio das empresas globais ocupa um espaço económico permanentemente em crescimento.

O processo em que os grandes comem os pequenos através das operações agora chamadas de M&A (fusão & aquisição) é um facto também crescente.

A produção de armamento e as despesas militares suportam o controlo geopolítico do planeta através da instalação e manutenção de Governos ditatoriais a nível político e militar, opondo-se a todas as tentativas de gestão orientadas para o desenvolvimento local ou regional.

A URSS e os países da Europa de Leste, assim como a República Popular da China foram territórios que se mantiveram alheios a este processo durante o período entre 1917 a 1991 e na segunda metade do Século XX, respetivamente, mas que regressaram à mesma posição que ocupavam anteriormente no início do Século XX ou seja, territórios abertos à expansão do capitalismo interno e internacional. Outros países que por períodos mais ou menos longos, buscaram e buscam alternativas ao capitalismo puro e duro, mantêm-se como processos dentro do sistema capitalista, incluindo Cuba, onde uma parte considerável da sua economia funciona já no quadro do capitalismo internacional. No caso da China este processo amplia-se pela disponibilização em simultâneo da mão-de-obra necessária e basilar para as empresas não-financeiras e financeiras ocidentais em busca de mão-de-obra barata e sem responsabilidades sociais.

Resta reconhecer que a tendência para a concentração do Capital não pára de ser confirmada todos os dias, ao mesmo tempo que

o planeta é cada vez mais cheio de desigualdades.

Mas as palavras capitalismo, proletariado, luta de classes, apropriação privada da mais-valia e imperialismo desapareceram do discurso dominante, das universidades, do discurso dos meios de comunicação, substituídas entusiasticamente por palavras tais como globalização, mundialização ou economia de mercado para enquadrar o quotidiano da população do planeta. Na ideologia dominante não há espaço para a reflexão sobre o mundo em que vivemos. O conhecimento vulgar assenta num conjunto de “princípios panfletários” que nunca são questionados, os quais são permanentemente reproduzidos nos meios de comunicação, planetariamente controlados pelo grande Capital. Não só cria a ideia de inevitabilidade da razão capitalista, ou melhor dito nos tempos atuais, da razão capitalista neoliberal, como também como se cria a ideia da dispensabilidade uma parte cada vez maior da Humanidade. E isto é tão válido afirmar relativamente para aqueles que beneficiam e controlam o sistema, como para a imensa maioria do proletariado, sindicalizado ou não, com ou sem emprego, livre ou encarcerado, remediado, pobre ou indigente, letrado ou analfabeto. Como dizia Lenine em 1916:

“As proporções gigantescas do capital financeiro, concentrado em poucas mãos, que deu origem a uma rede extraordinariamente vasta e densa de relações e vínculos, e que subordinou ao seu poder não só as massas dos capitalistas e pequenos e médios empresários, mas também os mais insignificantes, por um lado, e a exacerbação, por outro lado, da luta contra outros grupos nacionais-estatais de financeiros pela partilha do mundo e pelo domínio sobre outros países, tudo isto origina a passagem em bloco de todas as classes possuidoras para o lado do imperialismo. O sinal do nosso tempo é o entusiasmo “gera1” pelas perspectivas do imperialismo, a sua defesa furiosa, o seu embelezamento por todos os meios. A ideologia imperialista penetra mesmo no seio da classe operária, que não está separada das outras classes por uma muralha da China”¹⁷⁷

¹⁷⁷ V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, pp. 575-671, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977 p. 656

Uma Humanidade sem projeto à mercê da razão capitalista não assumida, onde a forma atual que assume o capitalismo é expressa como sendo a “Globalização”, a “Mundialização” ou “Neoliberalismo”. Estas designações não são mais que formas de designar um processo (que se tornou planetário com a reintegração da economia da ex-URSS, dos países de leste, China, Vietname e outros), de apropriação dos “bens coletivos” pela classe dominante do Capital.

Estes valores coletivos têm a ver com aquilo que foi acumulado durante gerações como recursos que asseguravam aos trabalhadores alguma autonomia face ao Capital e asseguravam o acesso a certo número de serviços financiados por receitas próprias dos impostos sobre o trabalho, em particular aqueles que se destinavam aos mecanismos de previdência social, saúde e educação.

Esquece-se no entanto, que tanto a democracia como os Direitos Humanos, como o direito de voto, como a igualdade de género, como a liberdade de expressão, como a segurança social, são fruto não de uma benesse da “economia de mercado” mas foram conquistados ao longo do século XX pelas lutas operárias e camponesas, pelas greves e manifestações, pelas forças sociais que a “economia de mercado” sempre utilizou apenas como mão-de-obra necessária à criação de mais-valia, essa sim não partilhada, não “democratizada”, mas ao contrário, apropriada privadamente pelos donos da chamada economia de mercado. E mesmo aqueles que se julgavam fazer parte do clube dos donos, como por exemplo os trabalhadores do setor financeiro e dos serviços em geral, desconhecendo de facto o lugar que ocupam na economia em geral, tiveram agora a experiência provavelmente não compreendida, do despedimento aos milhares durante a última crise do sistema que os reconduziu à sua condição de membros do proletariado ou seja seres humanos dispensáveis.

Para o neoliberalismo trata-se de orientar os recursos reunidos por políticas Keynesianas ou mesmo simplesmente desenvolvimentistas (inclusive no quadro do capitalismo) ou comunistas como na ex-URSS e China, para a área da especulação privada em todos os campos que possam significar atividades bolsistas, apropriação de mais-valias ou simplesmente acumulação privada de Capital.

A transferência de setores económicos estratégicos ou tratados como tal: eletricidade, recursos mineiros, serviços de saúde, de educação, de segurança social, ou as próprias forças armadas, passaram a ser integrados nos diferentes grupos económicos onde a única estratégia possível é a de gerar novas mais-valias destinadas a serem

reinvestidas especulativamente ou como capital tendo em vista a sua própria acumulação.

Se na repressão dos golpes militares do Chile, do Brasil e de tantos outros países, uma parte das vítimas eram militantes com destaque para os partidos comunistas e outras forças de esquerda, a maioria foram de facto trabalhadores, camponeses e sindicalistas que se tornaram oposição aos golpes militares, no momento em que viam as políticas pré-neoliberais ou liberais, não só trazer despedimentos, como destruir tudo o que tinha sido reunido no quadro de políticas mais ou menos declaradas de responsabilidade social.

Seria fácil chamar o fracasso objetivo do sistema económico da URSS, como não existência de alternativa ao capitalismo ou seja o “fim da história”. Na verdade, a razão capitalista sustenta-se nela própria, independentemente de existirem processos que historicamente buscam ou buscaram alternativas, independentemente mesmo desses processos terem sido simplesmente mal conduzidos ou sistematicamente destabilizados, agredidos ou militarmente destruídos.

As razões e consequências da existência de propriedade privada dos meios de produção, sempre confundida mistificadamente com a propriedade privada dos bens de consumo, não assentam na natureza desta ou daquela tentativa, mais ou menos duradoira, mais ou menos sucedida, de criar espaços de maior igualdade e progresso social da humanidade.

No presente estudo pretendemos apenas chamar a atenção para a necessidade do olhar a sociedade contemporânea, procurando compreender a sua racionalidade com base nos factos que podemos observar e analisar, para lá das ideologias e dos discursos panfletários que procuram convencer, mais do que esclarecer.

Assumindo os limites da nossa própria investigação, pretendemos apenas seguir o raciocínio de Lenine quando expressava, no prefácio do seu estudo o desejo que a sua “brochura” fosse simplesmente de ajudar “à compreensão de um problema económico fundamental, sem cujo estudo é impossível compreender seja o que for e formar um juízo sobre a guerra e a política atuais a essência económica do imperialismo”¹⁷⁸. Ou seja, daquilo que a ideologia dominante atual chama de Globalização e sobre a qual caiu, não uma muralha de ferro de *Stettin, no Báltico, até Trieste, no Adriático*, mas

¹⁷⁸ V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, pp. 575-671, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977, prefácio p.580

uma muralha de ferro que envolve o planeta numa espécie de apologia, nos limites da mediatização da Globalização, como se se tratasse do fim da História e que não fosse legítimo alguém conceber ou aspirar por um mundo onde nenhum ser humano seja “dispensável”.

Hoje, todo o Planeta encontra-se dependente da razão capitalista sendo certo que apenas existem países capitalistas ricos e países capitalistas pobres.

É no seio do próprio sistema capitalista que se encontra a razão do seu próprio funcionamento e neste início do século XXI não se vislumbra o encaminhamento do planeta para uma situação mais solidária, com mais esperança, mas antes pelo contrário, tudo mostra que as desigualdades e a exploração do trabalho continuam como no ano de 1916, em que Lenine escreveu “O imperialismo, fase superior do capitalismo”.

Bibliografia citada

- Ayadi, R., Lima, P. & Pujals, G. (2008). Les restructurations bancaires en Europe. In.: *Revue de l'OFCE 2002- 5 (n° 83 bis)* | ISSN 1265-9576 | ISSN numérique : en cours | ISBN : 2-7246-2944-2 | page 325 à 382. [versão eletrônica]. In.: www.cairn.info/resume_p.php?ID_ARTICLE=REOF_074_0325.
- Andrew, Christopher. (1995). *For the President's eyes only: secret intelligence and the american presidency from Washington to Bush*, London: HarperCollinsPublishers.
- Aron-Dine, Aviva & Shapiro, Isaac. (2007). Share of national income going to wages and salaries at record low in 2006: Share of Income Going to Corporate Profits at Record High. In. Center on Budget and Policy Priorites. [versão eletrônica]. In.: <http://www.cbpp.org/8-31-06inc.htm#t1>.
- Blum, William. (1995). *Killing Hope, US Military and CIA interventions since world war II*, Monroe ME: Cammon Courage Press.
- Bulard, Martine. (2003). A insegurança social programada. *Le Monde Diplomatique*, Edição Brasileira. [versão eletrônica]. In.: <http://diplo.uol.com.br/autores/2003-10,a762>.
- Calmom Passos, J. J. (2005). *O Futuro do Estado e do Direito do Estado. Democracia, Globalização e o Nacionalismo*. [versão eletrônica]. In: Portal: Direito do Estado.com.br. Instituto de Direito Publico da Bahia, Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado [RERE] nº 2. Acedido em 25 de Outubro de 2009, In: <http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-2-JUNHO-2005-CALMON%20DE%20PASSOS.pdf>.
- Chavagneux, Christian & Rinuy, Marie-Salomé. (s/d). *Enquête exclusive: la présence des entreprises du CAC 40 dans les paradis fiscaux*. [versão eletrônica]. In: http://www.alternatives-economiques.fr/paradis-fiscaux---le-cac40-et-les-paradis-fiscaux_fr_art_633_42326.html.
- Chen, S., & Ravallion, M., (2008). *The developing world is poorer than we thought, but no less successful in the fight against poverty*. The World Bank. Development Research Group. Policy Research Working Paper 4703. Washington DC: Development Research Group. [versão eletrônica]. In.: <http://econ.worldbank.org>.
- Chesnais, François (Coord). (2004). *La finance mondialisée, Racines sociales et politiques, configuration, conséquences*, Paris: Editions la Decouverte.

- Chomsky, Noam. (1999). *Why Americans should care about East Timor*. [versão eletrónica]. In Portal: Chomsky.info, <http://www.chomsky.info/articles/19990826.htm>.
- Conférence des Nations Unies sur le Commerce et le développement [CNUCED]. (2002). *Rapport sur l'investissement dans le monde 2002 Sociétés transnacionales et compétitivité à l'exportation, Vue d'ensemble*. [versão eletrónica]. In.: http://www.unctad.org/fr/docs/wir2002overview_fr.pdf.
- Davies, J., Sandström, S., & Shorrocks, A. (2006). *The World Distribution of Household Wealth*. World Institute for Development Economics Research of the United Nations University (UNU-WIDER) from Edward Wolff. [versão eletrónica]. In.: http://www.wider.unu.edu/events/past-events/2006-events/en_GB/05-12-2006/.
- Davies, J. B., Sandström, S., Shorrocks, A., & Wolff, E. N. (2008). *The World Distribution of Household Wealth*. Discussion Paper No. 2008/03, World Institute for Development Economics Research of the United Nations University. In Portal: <http://www.wider.unu.edu/>. [versão eletrónica]. In.: http://www.wider.unu.edu/publications/working-papers/discussion-papers/2008/en_GB/dp2008-03/
- Dembinski, Paul H. (2003). *Economic and Financial Globalization. What the Numbers Say?*, United Nations, Geneva: Observatoire de la Finance and UNITAR.
- Department of Defense. (2003). Base structure report: A Summary of DoD's Real Property Inventory. In Portal United States Department of Defense, <http://www.defenselink.mil/news/Jun2003/basestructure2003.pdf>.
- Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. (2009). Economia global, mercadorização e interesses colectivos, Ciclo integrado de cinema, debates e colóquios na FEUC, DOC TAGV / FEUC, 2008 – 2009 – Sessão 8 Paraísos Fiscais: Mercadorização, onshore e offshore. In Portal da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, www.uc.pt/feuc/. In.: http://www4.fe.uc.pt/ciclo_int/doc_08_09/08_grande_evasao.pdf.
- Farrell, D., Lund, S., Fölster, C., Bick, R., Pierce, M., & Atkins, C. (2008). Mapping Global Capital Markets: Fourth annual Report. In Portal: McKinsey Global, <http://www.mckinsey.com/Institute>. [versão eletrónica]. In.: http://www.mckinsey.com/mgi/publications/Mapping_Global/index.asp.

- Forbes. (2000). *The Global 2000: Special Report*. In Portal: Forbes.com Cio Network. In.:
http://www.forbes.com/lists/2008/18/biz_2000global08_The-Global-2000_Rank.html.
- George, Susan. (1994). *L'effet Boomerang: choc en retour de la dette du tiers monde*, Paris: la Découverte.
- George, Susan & Sabelli, Fabrizio. (1994). *Crédits sans frontières, la religion séculaire de la Banque mondiale*. Paris: la Découverte.
- Gerard, Dumenil & Dominique, Lévy. (s/d). *Le néolibéralisme sous hégémonie États-Unienne*. Col. Materialismo Histórico y Teoría Crítica. Título propio de la Universidad Complutense. Teoría/Proyecto Crítico de Ciencias Sociales. In: Portal Universidad Complutense. <http://www.ucm.es/info/eurotheo> & <http://theoria.org>. [versão eletrônica]. In.:
http://www.ucm.es/info/eurotheo/materiales/hismat/dumenil_neohcour.pdf.
- Hartung, William D. (1997). *U.S. Arms Transfers to Indonesia 1975-1997: Who's Influencing Whom? Resorts – Weapons at War*. In Portal: Arms Trade Resource Center. World Policy Institute. In:
<http://worldpolicy.org/projects/arms/reports/indoarms.html#important>.
- Hatem, Fabrice. (1995). *Les multinationales en l'an 2000*, Paris: Ed Economica.
- Human Rights Watch. (2005). *Coming Home, Return and Reintegration in Angola*. versão eletrônica]. In.:
<http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/angola0305.pdf>
- Husson, Michel. (2008). La subida tendencial de la tasa de explotación. In.: *Un pur capitalism*. Switzerland: Page Deux. [versão eletrônica]. In.:
<http://www.vientosur.info/documentos/Husson.pdf>.
- International Monetary Fund. (2000). *Offshore Financial Centers: IMF Background Paper*. Monetary and Exchange Affairs Department. In.:
<http://www.imf.org/external/np/mae/oshore/2000/eng/back.htm#table1>.
- Institut International de Recherche sur la Paix de Stockolm. (2005). *SIPRI Yearbook 2005: Armaments, Disarmament and International Security*. Stockholm International Peace Research Institute [SIPRI]. In: <http://yearbook2005.sipri.org/mini/YB05miniFR.pdf>.
- Institut International de Recherche sur la Paix de Stockolm. (2007). *SIPRI*

- Yearbook 2005: Armaments, Disarmament and International Security*. Stockholm International Peace Research Institute [SIPRI].
In: <http://yearbook2007.sipri.org/files/YB0709.pdf>.
- Ishow, Habib. (1989). *Le Koweït, évolution politique, économique et sociale*, Paris: L'Harmattan.
- Jornal de São Tomé e Príncipe. (2003). *Militares dos Estados Unidos interessados São Tomé e Príncipe*. [versão eletrónica]. JH, 25/11/2003. In: <http://www.jornal.st/noticias.php?noticia=13>.
- Kennedy, Paul. (1987). *The rise and fall of the great powers*, New York: Random House.
- Klein, Naomi. (2009). *A doutrina do Choque. A Ascensão do capitalismo de desastre*, Lisboa: SmartBook.
- Lenine, Vladímir Ilitch. (1977). *O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, V.I.* Edições Avante, Lisboa: Edições Progresso, Moscovo. pp 575-671,
- Lois Wacquant. (1998). Boom des penitenciers privés. *Le Monde Diplomatique*, Edição Imprensa, Julho, 1998, Pag. 20. [versão eletrónica]. In.: <http://www.monde-diplomatique.fr/1998/07/WACQUANT/10653>.
- Martins, Hans-Peter & Schumanon, Harold. (1999). *A armadilha da globalização – o assalto à democracia ao bem estar social*, Lisboa: Ed. Terramar.
- McKinsey Global Institute. (2008). *Mapping Global Capital Markets: Fourth Annual Report*. Executive Summary. In: http://www.mckinsey.com/mgi/publications/Mapping_global/executive_summary.asp.
- Millet, Damien. (2006). *La dette du Tiers Monde? La tragédie de la dette: d'un colonialisme à l'autre*. In Portal: Comité pour l'Annulation de la Dette du Tiers Monde [CADTM] <http://www.cadtm.org/>. [versão eletrónica]. In.: http://www.cadtm.org/imprimer.php3?id_article=22
- Millet, Damien. (2006). *Les chiffres de la dette 2005*. In Portal: Comité pour l'Annulation de la Dette du Tiers Monde [CADTM]. In Portal: <http://www.cadtm.org/>.
- Millet, Damien. (2009). *Les chiffres de la dette 2009*. In Portal: Comité pour l'Annulation de la Dette du Tiers Monde [CADTM]. In Portal: <http://www.cadtm.org/>. [versão eletrónica]. In.: http://www.cadtm.org/IMG/pdf/TAP_les_chiffres_de_la_dette-2.pdf.
- Nations Unies. (1989). *Les sociétés transnationales dans le*

- developpment mundial – tendances et perspectives*. New York: Nations Unies.
- Palan, Ronen. (2006). *The Offshore World, Sovereign Markets, Virtual Places, and Nomad Millionaires*, Ithaca and London: Cornell university Press.
- Pritchett, Lant. (2006). Who is Not Poor? Dreaming of a World Truly Free of Poverty. In.: *The World Bank Research Observer*, 2006, nº 21(1):1-23.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD]. (1992). *Rapport Mondial sur le Developpement Humain*, 1992. Paris: PNUD.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD]. (1999). *Relatório do Desenvolvimento Humano 1999*. Lisboa: Trinova Editora.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD]. (2004). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004*, Lisboa: Trinova Editora.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD]. (2007). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2007*, Lisboa: Trinova Editora.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD]. (2008). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2008*, Lisboa: Trinova Editora.
- Ramonet, Ignacio. (2008). Crise 2008? *Le Monde Diplomatique*. Edição Brasileira. Fev. 2008. [versão eletrónica]. In.: <http://diplo.uol.com.br/2008-02,a2195>.
- Roosevelt, Franklin D. (1941). *Menssage to Congress*. (6th January, 1941). [versão eletrónica]. In.: <http://www.libertynet.org/edcivic/fdr.html>.
- Ravenel, Bernard. (2004). *Israël une menace nucléaire globale*. In Portal Association France Palestine Solidarité <http://www.france-palestine.org/article187.html>.
- Relatório de Cuba ao Secretário-Geral sobre a resolução 57/11 da Assembléia geral da ONU. (2009). Necessidade de pôr fim ao bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba” Havana, 8 de Julho de 2003. In Portal <http://www.portocomcuba.org/>. [versão eletrónica]. In.: http://www.portocomcuba.org/2009%20-%20Relatorio%20de%20Cuba%20sobre%20a%20Resolucao%2063_7%20da%20Assembleia-

- geral%20da%20ONU.pdf.
- Rigal-Cellard, Bernadette. (1991). *La guerre du Vietnam et la société américaine*, Bordeaux: Presses Univ. de Bordeaux.
- Scott, R. E. (2008). China trade gap causes massive job and wage losses, 2 million jobs lost in the U.S. In.: *EPI Briefing Paper, Economic Policy Institute, Briefing Paper # 219*. 30 Julho 2008. [versão eletrónica]. In.: <http://www.epi.org/briefingpapers/219/bp219.pdf>.
- Seibert, Gerhard. (2004). *São Tomé and Príncipe Update*. Institute for Security Studies –Situation Report - 26 April 2004. [versão eletrónica]. In.: <http://www.iss.co.za/af/current/2004/stomeapr04.pdf>
- Stiglitz, Joseph E. (2007). *Tornar Eficaz a Globalização*, Lisboa: Edições Asa.
- Sherman, Arloc, Greenstein, Robert & Parrott, Sharon. (2008). *Poverty and share of americans without health insurance were higher in 2007— and median income for working-age households was lower — than at bottom of last recession*. [versão eletrónica]. In.: <http://www.cbpp.org/8-26-08pov.htm>.
- Siemens. (2007). *Annual Report 2007: answers to the world's toughest questions confronting – Industry, Energy and the Environment, and Healthcare*. In Portal: www.siemens.com In.: http://w1.siemens.com/annual/07/pool/download/pdf/e07_00_gb2007.pdf.
- The American Bankers Association: (2006). *Top Mergers During the Past Five Years, 2000-2006*. In: <http://www.aba.com/NR/rdonlyres/60B88F88-22C5-11D5-AB7C-00508B95258D/44856/Top5MergersSince2000.pdf>.
- The world Bank. (2005). *World Development Indicators 05*. The World Bank Group. [versão eletrónica]. In.: <http://devdata.worldbank.org/wdi2005/Cover.htm>.
- United Nations.World (2002). *Investment Report 2002: Transnational Corporations and Export Competitiveness*. United Nations Conference on Trade and Development. UNCTAD/WIR/2002 & Corrigendum. [versão eletrónica]. In: http://www.unctad.org/en/docs/wir2002_en.pdf
- USB. (2007). UBS research focus of Wealth Management Research. M&A: Still a big deal. News: Zurich/Baseal, In Portal USB. [versão eletrónica]. In.: http://www.ubs.com/1/f/career_candidates/exp_professionals/ep/news?newsId=132021.

- V.I: Lenine, O imperialismo, fase superior do capitalismo, Obras escolhidas, pp 575-671, Edições Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscovo, 1977
- Werner Internacional, Managements Consultants. (2009). *Primary textiles labor cost comparison 2008*. [versão eletrónica]. In.: http://texnet.ilgstudios.net/files/2009/08/Werner_International_-_Labor_Cost_Study_2008.pdf.
- Western, Bruce. (2009). *Punição e Desigualdade na América*, Coimbra: Edições Almedina.
- Wilson, Harold, *Memoirs: The making of a Prime Minister 1916-64*. (London: Weidenfeld & Nicolson. and Michael Joseph, 1986)
- World Bank. (1994). *Averting the Old Age Crisis: Policies to Protect the Old and Promote Growth*. Washington, DC: Word Bank. [versão eletrónica]. In.: <http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=104762520>.
- World Commission on Social Dimension of Globalization. (2004). *A Fair Globalization: Creating Opportunities for All*. Genebra: Organização Mundial do Trabalho [OIT]. [versão eletrónica]. In.: <http://www.ilo.org/fairglobalization/lang--en/index.htm>.
- Wright, George. (2001). *A destruição de um País*, Lisboa: Editorial Caminho.

Principais fontes utilizadas por Lenine

- Kestner, Fritz. (1905). *Der Organisationszwang eine Untersuchung über die Kämpfe zwischen Kartellen und Aussenseitern*. Berlin: Carl Heymann.
- Otto, Jeidels. (1905). *Das Verhältnis der deutschen Grossbanken zur Industrie mit besonderer Berücksichtigung der Eisenindustrie*, Leipzig.
- Atkinson Hobson, John. (1961). *Imperialism. A Study*, London : George Allen & Unwin, 1961 (primeira edição 1902)
- Hilferding, Rudolph. (2007). *Finance Capital, A study in the latest phase of capitalist development*, London: Routledge, 2007. (primeira edição: Viena: Das Finanzkapital, 1910)
- Schulze-Gaevernitz, Gerhart Von. (1906). *Britischer Imperialismus und englischer Freihandel zu Beginn des zwanzigsten Jahrhunderts*. Leipzig: Duncker und Humblot.

Índice de Quadros

Quadro 1 - Grupos na indústria eléctrica 1900-1912	22
Quadro 2 – Grupos na indústria eléctrica	22
Quadro 3 - Volume de negócios e dimensão GEC e AEG	23
Quadro 4 - A Siemens no Mundo em 2012	33
Quadro 5 – Principais empresas por área de negócios 2013	35
Quadro 6 - Principais fusões/aquisições financeiras 2000-2006 nos EUA	43
Quadro 7 - Lista das principais operações de fusão-aquisição bancárias na União Europeia 1995-2001	44
Quadro 8 - Activo dos Bancos segundo os balanços de Outubro-Novembro de 1913	47
Quadro 9 - Total dos valores emitidos em todo o Mundo em 1910	48
Quadro 10 - Percentagem de território pertencente às potências coloniais europeias e aos Estados Unidos	69
Quadro 11 - A dívida 1980-2004	71
Quadro 12 - Queda dos preços dos bens primários exportados pelo Sul	75
Quadro 13 - Transferências financeiras finais relativas aos empréstimos a longo termo dos países em desenvolvimento	76
Quadro 14 - Subida das taxas de juros americanas que influenciaram o reembolso da dívida 1970-1981	77
Quadro 15 - Serviço total da dívida 1990,2002 e 2005	78
Quadro 16 - Parte do orçamento atribuído aos serviços sociais de base e ao serviço da dívida no período de 1992-1997	81
Quadro 17 - Principais fornecedores de armamento à indonésia 1978-1994	140
Quadro 18 - Despesas militares no Mundo 1995-2007	154
Quadro 19 - 10 maiores empresas de armamento 2006	155
Quadro 20 Contratados no USCENTCOM AOR Março 2009	169
Quadro 21 – As disparidades económicas mundiais (1989)	171
Quadro 22 - Discriminação e emprisonamento	180

Mário Moutinho

Quadro 23 – Percentagem da média anual de crescimento nos 5 anos a seguir ao fim das recessões	182
Quadro 24 – Índices de pobreza, % abaixo de cada linha Países em desenvolvimento incluindo a China	190
Quadro 25 – Estimativa de pobreza no Mundo % e número de pobres segundo várias linhas globais de pobreza	191
Quadro 26 – Estimativa de % de pobreza numa seleção de países	192
Quadro 27 - Salário médio por hora 2007 numa seleção de países	195

Índice de Gráficos

Grafico 1 - Relação dos rendimentos provenientes do estrangeiro com os lucros domésticos - EUA	31
Grafico 2 – Operações de F&A por região	41
Gráfico 3 - Repartição das transacções de fusão / aquisição por sector económico no mundo em 2000	42
Gráfico 4- Capitalização bolsista em % do PIB mundial 1981-2000	53
Gráfico 5 - Evolução do Activos Financeiros Globais 1980-2006	54
Gráfico 6 - A parte dos salários na União Europeia -1960-2007	183
Grafico 7 – Percentagem de americanos na Pobreza 2000-2007	187
Gráfico 8 - A pobreza na União Europeia 2009	188

AUTOR

Mário Canova Moutinho, Doutor em Antropologia pela Universidade de Paris VII Jussieu e Arquiteto pela ENBA de Paris, foi docente na Universidade de Lisboa, e atualmente ensina e é Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa

